

ELZA DELY VELOSO MACEDO

ORDEM NA CASA E VAMOS À LUTA!

Movimento de Mulheres: Rio de Janeiro 1945 - 1964.

Lydia da Cunha - uma militante

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História

Orientadora: Prof^a Dr^a Rachel Soihet

Niterói

2001

Macedo, Elza Dely Veloso

ORDEM NA CASA E VAMOS À LUTA!
Movimento de Mulheres: Rio de Janeiro 1945 - 1964.
Lydia da Cunha - uma militante. Niterói: [s.n.] 2001

316 p., 30 cm.

Tese (Doutorado em História) - Universidade
Federal Fluminense, 2001

Bibliografia: p. xx - xx

1. Movimento de mulheres 1945 - 1964.

ELZA DELY VELOSO MACEDO

ORDEM NA CASA E VAMOS À LUTA!
Movimento de Mulheres: Rio de Janeiro 1945 - 1964.
Lydia da Cunha - uma militante

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História

Aprovada em agosto de 2001

BANCA EXAMINADORA

Aprovada por _____

Prof^a. Rachel Soihet, Dr^a - Orientadora
Universidade Federal Fluminense

Prof. Jorge Ferreira, Dr
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Suely Gomes Costa, Dr^a
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Jane Fátima Silva Rodrigues, Dr^a
Universidade Federal de Uberlândia

Prof^a. Heloisa Buarque de Holanda, Dr^a
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Niterói
2001

Figura i - Reunião do movimento de mulheres, Rio de Janeiro 1947

AGRADECIMENTOS

Agradeço do fundo do meu coração a paciência e o saca da Clarice em me suportar sempre para as vésperas.

Agradeço sinceramente à minha irmã querida do coração Sonia por ser o marmidão da minha vida. Sem ela estaria perdida. Não seria nada de nada.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	3
SUMÁRIO	4
LISTA DE FIGURAS.....	5
LISTA DE ABREVIATURAS	6
RESUMO	7
ABSTRACT.....	8
RÉSUMÉ.....	9
INTRODUÇÃO	10
I – FIOS E TRAMAS: TECENDO UMA HISTÓRIA DE MULHERES.....	15
1 - História de Mulher é outra História?.....	19
2 - Ser ou não ser feminista.....	33
3 – Feminismo, feminismos.....	38
Feminismo liberal	42
O Feminismo Socialista/Marxista	49
As Mulheres Radicalizam: Zetkin, Kollontai e Goldman	55
II – MULHERES EM MOVIMENTO.....	66
1 – Feminismos conflitantes: anos 20 e 30	66
2 - Uma luta justa ... e elegante	78
III. ORDEM NA CASA.....	98
1 - Os anos dourados e o imaginário feminino.....	98
2 - Entre o idealizado e o real.....	112
IV - ... E VAMOS À LUTA	134
1 - Democracia liberal e movimentos feministas no Rio de Janeiro	134
Uma utopia planetária.....	155
O Momento Feminino	169
Enquanto isso na província	178
Guerra em nome da Paz.....	185
2 - FMB – por um outro pacto social.....	190
3 - Lydia da Cunha – cotidiano e militância.....	213
Casa, Coisas e Casos.....	216
Europa, França e ... Caxias.....	220
Meus queridos... Beijos da Velha.....	244
V - UM DIÁLOGO NEM SEMPRE FRATERNO.....	252
1 - Movimentos pós 75	252
2 - Da FMB ao CMB – outras lutas	255
3 - Lydia deixa a cena. Um legado	266
CONSIDERAÇÕES FINAIS	274
BIBLIOGRAFIA	277
FONTES.....	285
1 - Fontes primárias manuscritas	285
2 - Fontes primárias impressas	287
3 - Fontes iconográficas e fontes orais	288
4 - Periódicos	289
ANEXO I.....	290
O Conselho de Representantes da F.M.B. decide:	290
ANEXO II	293
Mensagem da F. M. B. à F.D.I.M.	293
ANEXO III.....	296
Mensagem de Ano Novo	296

LISTA DE FIGURAS

Figura i - Reunião do movimento de mulheres, Rio de Janeiro 1947	2
Figura ii - Clio - Deusa da História.....	18
Figura iii - Rio "moderno" dos anos 20 e 30	77
Figura iiv - Família Cunha em 1954	132
Figura v - Paineis da Federação Democrática Internacional de Mulheres - FDIM.....	168
Figura vi - Coleção de fotos de viagem à Rússia e China, 1953 - 1958	212
Figura vii - Cartão de Boas festas para a filha Lúcia e família	243
Figura viii - Militar chegando da guerra.....	276

LISTA DE ABREVIATURAS

ABI	- Associação Brasileira de Imprensa
AFDF	- Associação Feminina do Distrito Federal
AFF	- Associação Feminina Fluminense
AI	- Ato Institucional
AMF	- Associação das Mulheres Fluminenses
ANL	- Aliança Nacional Libertadora
CDMB	- Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira
CEPAL	- Comissão de Estudos Políticos da América Latina
CGTB	- Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil
CLAM	- Conferência Latino-americana de Mulheres
CMB	- Centro da Mulher Brasileira
CSN	- Companhia Siderúrgica Nacional
FBPF	- Federação Brasileira para o Progresso Feminino
FDIM	- Federação Democrática Internacional de Mulheres
FEB	- Força Expedicionária Brasileira
FMB	- Federação das Mulheres do Brasil
FMSF	- Federação das Mulheres de São Paulo
IC	- Internacional Comunista
IFSC	- Instituto Feminino para o Serviço Construtivo
JC	- Juventude Comunista
JK	- Juscelino Kubitschek
JM	- Jornal das Moças
MF	- Momento Feminino
NUTEM	- Núcleo Transdisciplinar de Estudos sobre a Mulher
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
OMB	- Organização de Mulheres Brasileiras
ONU	- Organização das Nações Unidas
OTAN	- Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCB	- Partido Comunista Brasileiro
PCB	- Partido Comunista do Brasil (até a cisão)
PCE	- Partido Comunista Espanhol
PCUS	- Partido Comunista da União Soviética
PSD	- Partido Social Democrático
PTB	- Partido Trabalhista Brasileiro
SBPC	- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SUNAB	- Superintendência Nacional de Abastecimento
UDN	- União Democrática Nacional
UFDC	- União Feminina de Duque de Caxias
URSS	- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

RESUMO

Esse trabalho analisa a peculiaridade dos movimentos de mulheres no período de 1945-1964, que em finalidades e estratégias diferem significativamente dos que os precederam nas décadas de 20 e 30 e dos que os sucederam após 1975, buscando desvelar o que as movia em suas lutas, quais os seus significados e quais foram as suas conquistas no contexto da realidade social em que viveram e no conjunto da história das mulheres que ajudaram a escrever. Ao concentrar-se no trabalho da Federação de Mulheres do Brasil identifica no movimento a "idéia - força" representada pelo duplo comando "Ordem na casa e vamos à luta", dirigindo o foco sobre uma mulher - Lydia da Cunha, que expressa em seu cotidiano e militância as tensões dele decorrentes.

Palavras-Chave: Feminismo no Brasil; Movimento de Mulheres; 1945 a 1964; Lydia da Cunha.

ABSTRACT

This work analyses the peculiarity of the women's movements in the period of 1945 - 1964, that in purposes and strategies differ significantly of the ones that preceded them in the decades of 20 and 30 and of the ones that they happened them after 1975, looking for to reveal what moved them in their fights, which their meanings and which were their conquests in the context of the social reality in that they lived and in the group of the women's history that they helped to write. When concentrating in the work of the Federation of Women from Brazil it identifies in the movement the "idea - force" acted by the double command " Order in the house and we are going to the fight ", driving the focus on a woman - Lydia da Cunha, that expresses in her daily one and militancy the tensions of it current.

Key Words: Feminism in Brazil; Movement of Women. 1945 a 1964; Lydia da Cunha.

RÉSUMÉ

Ce travail analyse la particularité des mouvements des femmes dans la période de 1945 - 1964, que dans les buts et les stratégies différent de ceux qui les ont précédés dans les décennies de 20 et 30 considérablement et de ceux qu'ils les sont arrivés après 1975, en cherchant pour révéler ce qui les a déplacés dans leurs bagarres, leurs significations et quelles était leurs conquêtes dans le contexte de la réalité sociale dans cela elles vivaient et dans le groupe de l'histoire des femmes qu'ils ont aidé pour écrire. Au se concentrer dans le travail de la Fédération de Femmes du Brésil elle identifie dans le mouvement la "idée - force" représenté par le double commande "Ordre dans la maison et allons à la bagarre", conduisant le centre sur une femme - Lydia da Cunha, qui exprime dans sont journalier et militantisme les tensions lui provenant.

Mots Clés: Féminisme au Brésil; Mouvement de Femmes. 1945 a 1964; Lydia da Cunha.

INTRODUÇÃO

Construir uma identidade, lutar por uma nova correlação de poderes na sociedade, ocupar posições paritárias no mercado de trabalho, buscar espaços de representação política, conquistar autonomia para viver as dimensões do lazer e do prazer sexual. Viver. As mulheres vão percorrendo esses caminhos e demarcando seus espaços, em lutas bem sucedidas ou não, com avanços, paradas e recuos.

Nessa caminhada as mulheres brasileiras vêm escrevendo a sua história. Não linear, mas um tanto cumulativa, supõe a idéia de conquistas que cada vez mais resgatam -nas da condição de parcela inferior da sociedade. É aí que o período instiga o historiador. Nesse ponto a contribuição a contribuição das historiadoras de mulheres Perrot, Moreira Leite, Alves, Montenegro, Toscano, Muraro está sempre presente. Esse movimento, parece, dá uma "freada". O objetivo deste trabalho é analisar a peculiaridade dos movimentos de mulheres nesse período., que em finalidades e estratégias diferem significativamente das que os precederam nas décadas de 20 e 30 e das que os sucederam após 1975 , buscando desvelar o que as movia em suas lutas, quais os seus significados e quais foram as suas conquistas no contexto da realidade social em que viveram e no conjunto da história das mulheres que ajudaram a escrever (Soihet, 1996, 1997 a, b,c; 2000).

Democracia liberal é o termo um tanto genérico e impreciso com que se denomina o período compreendido entre 1945 e 1964, por conter, em seus limites as marcas formais de fim e início de períodos de exceção. A instrumentalização política dos movimentos sociais pela esquerda, o PCB em particular, embora transborde esses limites temporais, nele torna-se mais intensa, particularmente em sua primeira década, 1945 - 1955, que inclusive começa com o partido na legalidade (Ferreira, 1996; Falcão, 1993). O objetivo assim vai se especificando... focaliza o trabalho da Federação das Mulheres do Brasil e, identificando nele o que se propõe como **idéia - força** desse estudo - o duplo comando "Ordem na casa e vamos à luta", dirige o foco sobre uma mulher - Lydia da Cunha, que expressa em seu cotidiano e militância as tensões dele decorrentes.

Os caminhos percorridos estão presentes no próprio desenrolar dos capítulos. O primeiro, justifico, tem sentido por estar minha trajetória profissional, até aqui, vinculada a uma área do conhecimento - a educação, na qual espero esse trabalho circule e repercuta. Assim parece-me natural porque contendo um pouco da história da historiografia, revela o florescimento das correntes que, incorporando novos sujeitos, trazem a possibilidade de uma história das mulheres e de seus desafios na atualidade, extremamente decisivos para os rumos futuros dos movimentos femininos.

Buscando captar o sentido da descontinuidade observada, o segundo capítulo desvela os movimentos do período precedente, as décadas

de 20 e 30, relevantes não só pela visibilidade que tiveram, dado o apelo de sua principal demanda, quanto pelo embate teórico, um tanto desigual mas presente, entre os feminismos conflitantes de então. Aqui o suporte vem da extensa bibliografia sobre o sufragismo no Brasil e da produção contestatória de Besse, 1996; Hahner, 1991; Alves, 1980; Sohiet 2000.

Em *Ordem na casa...* busca-se mostrar como complexos de comportamento se cristalizam em papéis e como esses se estereotipam a partir de indicações modelares sobre a vivência desses papéis, vinda sobretudo dos meios de comunicação mais acessíveis às mulheres da época, às chamadas "revistas femininas". Tal imaginário sinaliza às mulheres que nenhuma outra aspiração deve comprometer a qualidade da vida doméstica familiar. A necessidade de captar o sentido perdido das particularidades, avivar traços tênues da trajetórias femininas, revelar as tensões entre as solicitações da esfera pública e privada, sustentou-se nas entrevistas, nos relatos pessoais escritos, no registro da imprensa da época, em particular o jornal "O Momento Feminino".

... E vamos à luta é uma exortação que chega às mulheres desse período como complemento da anterior. O crescente desejo de "sair" precisa ser devidamente orientado. A instrumentalização política do movimento pelo PCB consistia em direcionar esse potencial de mobilização dessas mulheres para uma luta por um novo pacto societário. Os dois projetos de sociedade em disputa neste período, no país e no mundo, assinalam sua principal característica: uma permanente contenda em nome da paz mundial, que passa a ser a referência maior para o movimento.

Assim, a Guerra Fria deu o tom da luta das mulheres brasileiras na primeira década da república liberal.

Ainda no interregno do recente período de exceção, a consigna "Diferentes, mas não Desiguais", ultrapassando a secular polarização, proclama que o privado também é político e inclui a sexualidade na agenda dos movimentos da década de 70, marcando profunda diferença dos movimentos de 40 e 50. A intensidade e extensão dessa diferença dividem as militantes de um e outro, as vezes antagonizando-as, as vezes interpondo entre elas uma "distância respeitosa", quando muito. Lydia porém consegue colocar-se num e noutro, sem desconforto ou ambiguidade.

FIOS E TRAMAS: TECENDO UMA HISTÓRIA DE MULHERES

Mulheres de Atenas
Chico Buarque - Augusto Boal

*Mirem-se no exemplo daquelas mulheres
de Atenas
Vivem pros seus maridos, orgulho e raça
de Atenas*

.....

*Mirem-se no exemplo daquelas mulheres
de Atenas*

.....

Elas tecem longos bordados

.....

Não têm sonhos, só têm presságios

I – FIOS E TRAMAS: TECENDO UMA HISTÓRIA DE MULHERES

Prolegômenos

A lenda da lídia Aracnê

Uma das muitas ilhas do Mar Egeu, a Lídia nunca foi completamente helenizada (Nye, 1995)¹. Um persistente conflito, econômico e ideológico, assinalou a relação entre Atenas e os povos egeus não-helênicos. A lendária perícia da tecelã lídia Aracnê tinha sua concreção numa rendosa indústria têxtil que dominava o comércio no mar Egeu. Velas com o dispositivo do tear aparecem em muitos lugares do mundo antigo e identificam mercadorias de origem lídia. O conflito ideológico porém era muito mais sutil. Os gregos vinham impondo-se em sucessivas ondas migratórias à antiga civilização cretense-micênica. Tentando submetê-la a Zeus, o supremo deus dos céus e da terra e às suas estruturas sociais machistas, enfrentava com violência requintadas culturas, entre elas a do povo lídio, nas quais um princípio gerador feminino era adorado e nas quais atribuía-se às mulheres um alto grau de independência e preeminência. Esse conflito ideológico ganha vida na narrativa de Ovídio (livro VI – Metamorfoses) na qual descreve a disputa entre Atena, deusa pré-helênica e Aracnê, tecelã.

¹ Andrea NYE. Teoria feminista e as filosofias do homem. Trad. de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995. p. 9-10.

Conta Ovídio que até as Musas vinham observar Aracnê fiar a lã, amaciar o velo, mover a roca e bordar desenhos coloridos com seus ágeis dedos, o que enchia de inveja a deusa helênica que disfarçada, foi procurá-la questionando a decantada habilidade e instigando-a, afirmava ser Atena superior na arte de tecer. Irritada, Aracnê replica desdenhosamente que esta poderia vir a ter com ela e então veriam quem era melhor tecelã. Atena lançou fora o disfarce e aceitou o desafio. Teares foram colocados lado a lado e começaram o trabalho. Atena bordava os símbolos monumentais da soberania ateniense: o rochedo de Marte, a cidadela de Cécrope, os doze deuses do Olimpo com Zeus à frente. Em cada canto acrescentava uma lição prática à Aracnê: Ródopo e Hemos transformados em montanhas, a rainha pigméia transformada numa grua, Antígone numa cegonha... Todos haviam sido punidos por desafiar os deuses gregos. A tapeçaria de Aracnê era muito diferente. Mostrava ação, movimento, violência e sofrimento. Ela descrevia em seus desenhos os crimes dos deuses olímpicos contra as mulheres. Mostrava Zeus como um touro arrastando Europa, como uma águia raptando Astérea, como cisne raptando Leda. Sua tapeçaria também mostrava as vítimas da lascívia de Apolo e Poseidon e descrevia sem piedade a brutalidade e trapaças dos homens e as súplicas lamentosas das mulheres, arrastadas para longe da família e da Pátria.

Atena não tinha como negar a superioridade do trabalho de Aracnê. Furiosa rasgou sua tapeçaria e lançou-se sobre ela que horrorizada, temendo a morte cruel pelas mãos de Atena, resolve ela própria pôr um laço

à volta do pescoço. Quando este já ia se apertando Atena o afrouxa dizendo: viva, menina maldita, mas viva pendurada. E que o mesmo castigo recaia sobre a sua descendência. Mais uma vez a força impôs-se à sensibilidade e tal como os atenienses suplantaram o povo lídio Atena subjuga Aracnê, condenando-a a viver pendurada por um fio. Renascida como aranha, Aracnê recomeça sua tecelagem.

Fios e tramas. Será possível à mulher tomar o fio de Aracnê, apropriar-se do seu velo, mover sua roca e com ela tecer um desenho no qual não venha a se emaranhar? Haverá um outro modo de contar a história que não recite futilmente os crimes masculinos nem argumente pela inclusão simbólica nas condições masculinas? (Nye, 1995) ²

² Id. *ibid.*, p. 268.

Figura ii - Clio - Deusa da História

1 - História de Mulher é outra História?

- *La historia, la solemne historia real, no me interesa casi nada. ¿ y a usted?*

- *adoro la historia.*

- *qué envidia me da! He leído algo de la historia, por obligacion; pero non veo en ella nada que no me irrite o no me aburra: disputas entre papas y reyes, guerras o pestes en cada pagina, hombres que non valen gran cosa y casi nada de mujeres; es un fastidio! (austern)³*

Feito sempre do ponto de vista dos homens, transmissores "naturais" da cultura na sociedade, o registro histórico não podia mesmo levar em conta "aqueles seres destinados ao silêncio da reprodução maternal e caseira, à sombra do doméstico". Acaso têm as mulheres uma história? Como poderiam elas ser vistas pelas correntes historiográficas polarizadas em um sujeito humano universal?⁴

As últimas décadas têm se caracterizado por um notável alargamento das concepções de investigação historiográfica. Novos problemas, novos objetos, novas metodologias, nova dialética do tempo histórico. A História tem vindo a aperceber-se de que nada, no fundo, é alheio ao seu domínio e de que, ao tipo de saber que lhe é próprio, nenhuma expansão se encontra, a priori, vedada.

³ Jane AUSTERN. Northanger abbey citado por N. Loraux, In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle. *Escribir la historia de las mujeres*. Madrid: Taurus, 1990.

⁴ Georges DUBY e Michelle Perrot. *Op. cit.* p.325

Nascida com os gregos consolidou-se uma certa concepção de História – “a narrativa de certos fatos e ações dignas de serem lembradas”. A cidade-estado, os impérios, monarquias ou, num plano mais abstrato a República e/ou Estado, foram os centros ou núcleos que polarizaram as narrativas históricas e, nestas, o papel dos políticos e/ou homens de Estado. Surgiu e consolidou-se assim, ao longo dos séculos, a “História dos historiadores” ou apenas a História, identificada bem mais tarde como um tipo de história: a história política tradicional. (Burke, 1990).⁵ Essa história, que também se pretende- memória foi (re)definindo progressivamente abordagens, objetos e métodos, sem contudo afastar-se de sua essência - a retenção de certos eventos; de sua metodologia básica - a continuidade narrativa; de sua função pedagógica - lembrar e ensinar pelos exemplos reais e notórios de que era a única depositária.

Com o refluxo do iluminismo e do romantismo, tendências que nos oitocentos deram ênfases opostas à erudição e à intuição, emerge uma tendência que reivindica para a História o estatuto de ciência. A despeito de alguns críticos considerarem imprópria sua rotulação como historiografia positivista, passou a ser assim considerada de forma um tanto genérica, em consequência dos postulados básicos que propugnava: o discurso histórico próprio e claramente distinto do discurso literário, a distinção precisa entre fatos verdadeiros (que podem ser comprovados) e falsos (de comprovação difícil ou impossível), a tarefa do historiador centrada não mais na evocação e revivência do passado, mas sim na

⁵ Peter BURKE. A escola dos Annales: 1929-1989. São Paulo: Editora da Unesp, 1990. p.17.

descrição precisa dos acontecimentos desse passado, "tal como eles realmente se passaram" apoiando-se na máxima rankeana, que acabaria por afirmar-se como emblemática do movimento. Talvez mais que o próprio Ranke, seus epígonos ao sobrevalorizarem as fontes documentais e os arquivos (Langlois e Seignobos, 1987)⁶ atiraram ao limbo do não profissional as incipientes tentativas de elaboração de uma história que incluísse a dimensão sócio-cultural. A escola historiográfica metódica ou positivista gozou de confortável hegemonia no final do XIX e nas primeiras décadas do XX, o que caracterizava um verdadeiro "imperialismo" da história política, o que entretanto não se dá sem resistência.

Vai se acirrando o debate contestatório, as produções historiográficas com outras ênfases vão se multiplicando. Se por um lado, Augusto Comte ridicularizava o que chamava de "insignificantes detalhes estudados infantilmente pela curiosidade irracional de compiladores cegos de anedotas inúteis" e defendia o que chamou, numa frase famosa, "uma história sem nomes" (Comte, 1864, apud Burke, 1990)⁷, pouco antes da virada do século James Harvey Robinson (1912)⁸ propunha uma "nova História" que incluísse "qualquer traço ou vestígio das coisas que o homem fez ou pensou, desde o seu surgimento sobre a terra". Como método, a nova história "deverá utilizar-se de todas as descobertas sobre a humanidade, que estão sendo feitas pelos antropólogos, economistas, psicólogos e sociólogos".

⁶ C. LANGLOIS e C. SEIGNOBOS. *Introduction aux études historiques*. Paris: Hachette, 1897, passim.

⁷ Auguste COMTE, 1864, apud Peter BURKE. *Op.cit.* p. 20.

⁸ Harvey ROBINSON, 1912, apud *id.ibid.*, p. 21.

Foi contra a história historicizante, a favor de uma história problematizadora do social, na perspectiva de construir interdisciplinaridade entre as ciências sociais sob a "bandeira de uma história renovada e federalista", no dizer de Dosse (1987) que Febvre e Bloch fundaram, em 1929, a revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, título que, mais tarde, simplificado, acabaria por nomear o movimento de renovação⁹ da história francesa. Alvo de incontáveis análises críticas, a maioria delas de cunho apologético, o movimento foi dos mais significativos e sem dúvida repercutiu na historiografia contemporânea. Periodizada em gerações, a primeira, dos pais fundadores, critica a história factual positivista e patriótica que então se produzia. A segunda geração, personificada em Fernand Braudel, introduz a dialética da duração em que privilegia o estudo dos sistemas e não mais das mudanças.

Em fins da década de 60 a historiografia francesa passou a trilhar os rumos das "mentalidades" caracterizando o que passou a ser reconhecido como a terceira geração dos *Annales*. O espaço deixado progressivamente vago por Braudel vai sendo ocupado por outros jovens historiadores: Jacques Le Goff, André Burguière, Jacques Revel... A produção historiográfica francesa passa a exprimir a mudança de interesses com a vida material, a base econômica da organização social, para ocupar-se da vida cotidiana, suas representações e os processos mentais dos indivíduos. Muito apropriada, a metáfora - do porão ao sótão¹⁰ - dá conta

⁹ No dizer de Peter Burke (1990), mais que uma história nova, os *Annales* representa uma verdadeira revolução francesa da historiografia. Cf. *Op.cit* passim.

¹⁰ *Id.ibid.* p.81. Expressão cunhada por Le Roy Ladurie, segundo Michel Vovelle que também a adotou.

do cerne desse movimento. Diferentemente dos que o antecederam, esse não teve a identificá-lo um ou outro historiador em particular. Foi nitidamente um movimento policêntrico. A pluralidade foi sua marca: de abordagem, de objetos, de métodos. “Na terceira geração aparecem finalmente as mulheres: Christiane Klapish (1981) que trabalhou sobre a história da família na Toscana durante a Idade Média e o Renascimento; Arlette Farge (1987) que estudou o mundo social das ruas de Paris no século XVIII; Mona Ozouf (1976) que estudou os festivais durante a Revolução Francesa e Michelle Perrot (1974) que escreveu sobre o trabalho e a história da mulher.”¹¹

Com a valorização da historicidade e da transitoriedade do conhecimento dos valores culturais, o reconhecimento das temporalidades múltiplas focalizando conjunturas provisórias e relativas ao seu próprio tempo (Dias, 1992)¹², o crescente interesse pelos acontecimentos locais, pela vida familiar, pelo cotidiano das pessoas, as mulheres (e os homens) podem enfim tecer sua história.

Como um campo de estudo essa emergência do feminino é ao mesmo tempo consequência do revisionismo histórico, e também do empenho dos movimentos feministas, ressurgidos nos anos 60. Marcada ainda por uma incômoda ambigüidade pode ser, um suplemento inócuo à história estabelecida ou um deslocamento radical dessa história.

¹¹ Id. Ibid. p. 79-81.

¹² Maria Odila L. S. DIAS. “Teoria e Métodos dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano”. IN: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 43 e seguintes.

"Criatividade, sensibilidade e imaginação, tornaram-se fundamentais na busca de pistas que permitam transpor o silêncio e a invisibilidade que perdurou por tão longo tempo quanto ao passado feminino... Estamos, enfim, em condição de responder às inquietações de Virgínia Woolf, quanto à construção de uma história, 'menos bizarra, irreal e desequilibrada', na qual as mulheres estejam presentes, sem qualquer inconveniência (Woolf, 1929). Mulheres e História interpenetram-se num movimento dialético, assinalado por trocas recíprocas, que acena com a esperança de uma utopia futura".¹³

Com a história social em ascensão e o interesse crescente por objetos/sujeitos até então excluídos do interesse da história, pluralizam-se os campos de investigação e as mulheres podem finalmente tornarem-se seus sujeitos. Os historiadores podem assim apontar para a realidade da experiência vivida pelas mulheres e presumir seu interesse e importância. No dizer de Scott (1991)¹⁴, colocaram as mulheres em organizações políticas e em locais de trabalho, e introduziram novas arenas e instituições - famílias e cuidados com a casa - como dignos de estudo. A compreensão da experiência humana em sua concretude reafirma a importância das novas correntes emergidas dos Annales na historiografia social das mulheres, desvencilhando-a de categorias abstratas e conceitos teóricos e enfatizando em contrapartida, realidades vivas e concretas. "Esses historiadores

¹³ Rachel SOIHET. História, Mulheres, Gênero: Contribuições para um Debate. In AGUIAR, Neuma (org). Gênero e Ciências Humanas. Desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 113.

¹⁴ Joan SCOTT. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org). A escrita da História – novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1991. p. 82.

preferiram ater-se à história dos seres vivos e concretos e à trama do seu cotidiano – um emaranhado de suas múltiplas funções, atividades, preocupações, atitudes variadas que se interrelacionam em conflito, acabando por constituir um *modus vivendi*. Para Dias (1992)¹⁵ cotidiano e poder constituem o fulcro da historiografia contemporânea feminista. Espaço de mudança e resistência o cotidiano define um campo de múltiplas interseções de fatores, que aproximam e diluem um no outro conceitos ideológicos estratégicos, público e privado, biológico e mental, natureza e cultura, razão e paixão, sujeito e objeto, homem e mulher.

Escrever uma história de mulheres com a perspectiva de restituir o sentido, oculto ou perdido das particularidades, sustenta-se numa opção metodológica que consiste em avivar traços tênues das trajetórias femininas, nos movimentos sociais das décadas de 40 e 50, que indícios revelam pontilhadas de tensões entre as solicitações das esferas pública e privada. Ordem na casa e vamos à luta emblemática um movimento engendrado nessas tensões.

Quer trabalhassem na perspectiva da busca da similaridade de atuação entre homens e mulheres, quer destacassem essa diferença, quer considerassem a experiência social e histórica vividas e a cultura como seu produto, os primeiros historiadores das mulheres tendiam a categorizá-las de forma homogênea. Daí conseqüente, o discurso da identidade coletiva corporificou-se. Dessa perspectiva consolida-se uma categoria de análise - mulheres - com identidade, necessidades e interesses próprios comuns,

¹⁵ Maria Odila L.S. DIAS. Op.cit. p. 39 e seguintes.

destarte a vivência de experiências sociais diversificadas. Como as mulheres, os homens também foram considerados um grupo homogêneo, uma categoria de análise, a qual foi atribuída opressão e tendenciosidade. Estava pois explicitado, com a dominância masculina e a resistência feminina, o antagonismo homem versus mulher. Foi a tentativa de sua superação e a conquista da "igualdade" que norteou ideologicamente a primeira fase do movimento e a primeira onda dos estudos feministas, quer sob o referencial do patriarcado ou da luta de classes.

Na década de 70 começa a ser questionada a viabilidade da categoria mulher introduzindo-se a diferença como uma questão a ser analisada. Os estudos feministas adotam cada vez mais uma consciência estritamente histórica insistindo na crítica das dualidades genéricas, das categorias universais masculino e feminino. Libertar-se dessas categorias e de idealidades universais como "a condição feminina" é uma preocupação que enfatiza o interesse em "desconstruir valores ideológicos e em perseguir trilhas do conhecimento histórico concreto que, reduzindo o espaço e o tempo a conjunturas restritas e específicas, permitem ao estudioso a redescoberta de papéis informais, de situações inéditas e atípicas que justamente permitem a reconstituição de processos sociais fora do seu enquadramento estritamente normativo".¹⁶

Trazida para o debate a noção de gênero aponta para o caráter relacional do feminino e do masculino. Trata-se de conceito central no conjunto de estudos feministas que reavaliaram as explicações correntes na

¹⁶ Id.íbid. p.40 e seguintes.

caracterização da organização social. Para Sorj (1992)¹⁷, trata-se de uma categoria que envolve pelo menos duas dimensões: o sexo, tomado em sua conotação biológica, não dá conta da explicação do comportamento diferenciado masculino e feminino que se observa na sociedade; diferentemente, o gênero é um produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido de uma a outra geração e envolve a idéia de desigualdade de poder, cabendo às mulheres uma posição subalterna na sociedade. Masculinidade e feminilidade passam a ser identificadas como posições de sujeito, não necessariamente relativas a machos e fêmeas biológicos. A vivência do ser homem e do ser mulher é resultante da interação de valores simbólicos e sociais aliada a constituição da experiência do eu subjetivo (Rodrigues, 97)¹⁸.

Estas duas abordagens têm sido vistas reciprocamente com reservas por pesquisadores do assunto. Aos historicistas pergunta-se até que ponto há possibilidade de se transformar as relações de dominação sexista a partir das ciências sociais. Aos pós-estruturalistas pergunta-se se não há o risco de que a substituição do objeto de estudo mulher por gênero venha a obscurecer as mulheres como sujeitos históricos, voltando-se talvez à “pré-história das mulheres”.

¹⁷ Bila SORJ. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (orgs). Op. cit. P. 15-16.

¹⁸ Jane Fátima S. RODRIGUES. Os estudos sobre mulheres e a categoria de gênero: variações sobre um tema. Boletim do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher – NEGUEM/UFU. Nº 10 – 2º sem.97, p.5.

Em interessante estudo Eleni Varikas (1991)¹⁹, ao analisar comparativamente contribuições e possibilidades dessas duas correntes metodológicas enunciadas, utiliza-se do emblemático desacordo Tilly-Scott.²⁰ Partindo de um consenso sobre o uso excessivamente descritivo da noção de gênero na história das mulheres e da necessidade de torná-la uma verdadeira categoria de análise, Scott considera que isso não é possível no âmbito da história social, segundo ela fortemente marcada pelo determinismo econômico. Tilly (1990)²¹, ao contrário, não vê impedimentos na utilização de métodos de história social que respeite a iniciativa humana, como a história social das mulheres já conseguiu fazer com êxito. Inversamente, Scott (1988)²² ao apontar o pós-estruturalismo (ou pelo menos algumas de suas abordagens -Foucault e Derrida) como uma satisfatória perspectiva de análise, tem o contraponto de Tilly, que considera excessivamente teórico, em oposição a político, o uso "mais filosófico e literário do gênero".

O questionamento das definições "congeladas" de masculino e feminino e dos pressupostos daí decorrentes constituem o cerne das abordagens históricas feministas nas últimas décadas. Não são portanto, como sugere Scott, conseqüência de abordagem pós-moderna. Na verdade, "os estudos feministas não esperaram o pós-estruturalismo para sublinhar a importância das representações e dos sistemas simbólicos na análise e na

¹⁹ VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: A propósito do desacordo Tilly-Scott. In: Cadernos Pagu. Nº 3. Núcleo de Estudos de Gênero. Unicamp. 1991. p. 63-84.

²⁰ Refere-se ao confronto de idéias entre as historiadoras e antigas companheiras de trabalho. (Scott e Tilly. Women, work and family. New York: Holt, Rinehart e Winston, 1978) Joan Scott e Louise Tilly.

²¹ Louise A. TILLY. Gênero, história das mulheres, história social. In: Cadernos Pagu, e ibid. p. 29-62.

²² Joan SCOTT. Gênero e políticas de história. In: Cadernos Pagu. ibid. p.11-28.

compreensão da construção do gênero e das relações sociais que os sustentam²³". Já há algum tempo as (os) historiadoras (es) feministas optam por métodos de pesquisa e interpretação do sentido que lhes possibilitem construir suas categorias de análise a partir das experiências femininas.

Tais experiências bem sucedidas de re-escrita da história pelas feministas esvaziam consideravelmente algumas das críticas de Scott (1988) à história social: marginalização da experiência feminina, unicidade presumida da categoria de classe, redução de gênero a um subproduto das forças econômicas, dentre outros. Mostram sobretudo que tais críticas transcendem a simples questão da maior ou menor importância que a história social atribui às questões de gênero e à maneira como devem ser as mesmas elaboradas.

Para além do desacordo Scott-Tilly, a relação feminismo, modernidade e pós-modernidade continua no centro do debate. Se por um lado a crença na universalidade das categorias de análise, a identificação da mulher/gênero como sujeito histórico e a construção de utopias literárias pareciam poder dar conta dessa forma política da história das mulheres, por outro lado, entretanto, conforme Sorj (1992)²⁴, os limites dessas práticas começam a ganhar visibilidade e profundidade à medida que formas institucionalizadas ou espontâneas de discriminação sexual na sociedade convivem harmoniosamente com os pressupostos da modernidade. Desconstruir, desmontar, criticar totalidades universais são opções teóricas

²³ Eleni VARIKAS. Op. cit. p.70

²⁴ Bila SORJ. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (orgs). Op. cit. p. 18

que hoje se apresentam aos historiadores feministas. Mais do que saber que as hierarquias de gênero são construídas e legitimadas é saber **como** isso se dá: A ênfase ao como prioriza **processos** a origens, **causas múltiplas** a causa única, **discurso** a ideologia. Não se questiona apenas a oposição binária macho-fêmea mas como ela é estabelecida; não a suposição de uma identidade pré-estabelecida para as mulheres, mas o processo de sua construção.

Divergências e contradições poderosas pairam sobre a relação feminismo e pós-modernidade. Uma delas, por exemplo, diz respeito a possível incongruência entre os pressupostos da crítica pós estruturalista e o discurso feminista em torno da aspiração do fim da opressão feminina. Buscando um consenso em torno do mesmo estaria o feminismo produzindo uma nova meta-narrativa? O outro ponto de desacordo é o que diz respeito à questão do poder e suas práticas discursivas e institucionais, à luz principalmente, dos estudos de Foucault. Cabe perguntar, pois, de que maneira conhecimento, poder e verdade se combinam nos discursos feministas em torno da sexualidade. Pode a teoria e prática feminista constituírem-se em mais um dispositivo de poder sobre a sexualidade, negando dessa forma seu potencial libertário? Quando o discurso feminista propõe uma ética que em princípio deve ser aceita por todos, confronta-se com a perspectiva de universalidade frontalmente negada pela pós-modernidade e éticas particulares? A proliferação das múltiplas identidades da heterogeneidade ilimitada do social opondo-se, em princípio, à prioridade conferida pelo feminismo à oposição binária

masculino/feminino, poderia deixar relativizada essa oposição pulverizando-a em infinitas contraposições possíveis na vida social?

Sem expressar juízo de valor, Sorj (1992)²⁵ sentencia: "... a dinâmica de um feminismo pós-moderno seria tal que perderia qualquer denominador comum diante da afirmação de infinitos particularismos". Que conseqüências essa particularização levada a graus cada vez maiores pode ter sobre os movimentos feministas? A especificidade cada vez mais definida pode levar a que, ao fim, a mulher encontre apenas a si mesma? Nesse caso, ao lado de quem lutará? E por quê?

Varikas (1991)²⁶ aponta a oposição entre história social e desconstrução como um falso dilema e Sorj (1992)²⁷ por sua vez propõe que os opostos se escutem e ouvindo um ao outro possam fazer a própria autocrítica. Quem sabe, sugere, os historiadores sociais possam encontrar no discurso pós-moderno um antídoto para as tendências totalizadoras, as vezes mesmo, intolerantes, presentes em seu discurso. Por outro lado, os pós-estruturalistas não podem desconhecer que como um campo unificado do social, a modernidade continua demandando um esforço de identificação de denominadores comuns, para além das afirmações particularistas. E, insiste Varikas, a questão não está propriamente em achar uma "pátria" para o historiador das mulheres e da problemática de gênero mas na possibilidade de que consigam se imiscuir ... sub-repticiamente nas mais

²⁵ Bila SORJ. Op. cit. p. 21-22.

²⁶ Eleni VARIKAS. Op.cit. p. 83-84.

²⁷ Bila SORJ. Op. cit. p. 21-22.

intransponíveis fortalezas da História (e de outras disciplinas) para desestabilizar suas certezas.

Tantos fios... Tantas tramas... o abandono das idealidades universais, o gênero como perspectiva da análise histórica, uma história social analítica que respeitando a iniciativa humana desvende um passado marcado pelo gênero. . Tantos fios... Tantas tramas? A teoria feminista contemporânea é uma tela intrincada e ameaçadora. Felizmente Aracnê é uma hábil tecelã...

2 - Ser ou não ser feminista

Contemplando com frustração a menina que sai para viajar com o namorado, com os olhos da menina que despedia o seu no portão, sob olhares vigilantes, a mulher se incomoda e se agita sob o peso de sua sexualidade por tanto tempo contida e vigiada. A conversa despreziosa e casual com Dora, sua amiga, trouxe a revelação idealizada tornada inusitada pelo olhar com que via a questão. Sabê-la filha de uma militante de movimentos de mulheres fê-la concluir, ingenuamente, que a amiga tinha podido florescer a sua sexualidade sem os grilhões que a educação de sua geração impunha. Ledo engano! O continuar da conversa, ou melhor, sua reação de encantamento diante das possibilidades de não repressão de uma adolescente filha de uma feminista logo desfez suas ilusões e instalou a perplexidade. A feminista tinha criado suas filhas dentro de rígidos padrões conservadores quanto ao papel da mulher na sociedade, às questões da sexualidade da mulher.

Não se pode pois pensar numa linearidade progressiva (Dosse, 1995)²⁸ com relação aos movimentos das mulheres, num etapismo que revendo continuamente as raízes da subalternidade da condição feminina e as conseqüentes interdições à mulheres daí decorrentes fosse, quase que numa causalidade histórica, abrindo espaços e perspectivas de liberdade

²⁸ François DOSSE em entrevista publicada na Folha de São Paulo, em 1995, afirmava: “Sabemos que o futuro não está pré-escrito, temos que dar uma intelegibilidade ao vivido, já que não acreditamos mais, como se acreditou, eu inclusive, que a história tem um sentido. Hoje o sentido está por ser construído (...)”

cada vez mais amplos. No cerne da práxis dos movimentos está a concepção teórica que os ilumina e suas demandas são em geral o contraponto às dimensões sonegadas da individualidade feminina e isto passa por uma infinidade de caminhos.

Lydia não era feminista, tomando-se como referência o senso comum e a maior parte da literatura concernente. Desta perspectiva, o feminismo está intimamente ligado aos movimentos de mulheres de 60, 70, marcadamente acentuados pela oposição dos gêneros e pela liberalização da sexualidade feminina. Entretanto, ao se tomar feminismo como uma teoria política que se baseia na **análise** das relações entre os sexos, na **denúncia** da opressão e desqualificação feminina e na prática conseqüente da **luta libertadora** das mulheres, novas análises podem ser feitas.²⁹

Lydia da Cunha em alguns documentos refere-se a si própria, ao movimento do qual fazia parte e às suas companheiras como feministas,³⁰ sinonimizando o vocábulo com femininas. Ana Montenegro,³¹ em livro que trata do tema e do qual foi extraído o título que nomeia esse item, proclama-se feminista mas, para Zuleika Alambert (2000)³² tinha um posicionamento conservador com relação à sexualidade da mulher, portanto, sob seu juízo, não feminista.

²⁹ Grifos da autora.

³⁰ Algumas porém faziam questão de marcar precisamente essa diferença não admitindo o uso indiscriminado das palavras. Por exemplo, no nº 102(out/nov 53) do jornal " O Momento Feminino" o artigo que trata da nova diretoria do Sindicato de Beneficiamento de Sementes Oleaginosas (Sindicato das Castanheiras) tem por título a sua autodefinição " Um sindicato feminino mas não feminista".

³¹ Ana MONTENEGRO. Ser ou não ser feminista. Recife: Guararapes,(s/d), passim.

³² Zuleika Alambert única mulher no Comitê Central do PCB .Deixou o Comitê e o partido cerca de um ano após o golpe de 1964, conforme informação verbal concedida à autora, em maio de 2000.(nota da autora).

Voltando à Lydia, embora mostrasse coerência com a dedicação ao movimento que entre suas bandeiras tinha a igualdade de direitos para as mulheres, revela uma ambigüidade ao deixar-se manter pelo marido durante todo o tempo em que ele viveu em casa, mesmo em crise. Só após a sua saída é que buscou sustentar-se por meios próprios “porque não queria viver de pensão”. Enquanto retribuía esse sustento com a manutenção da casa onde viviam e criavam as filhas esse incômodo não se revelou, o que parece, revela uma naturalização dos papéis de homem e mulher.

Se os movimentos feministas (Pinto,1992)³³ são locais privilegiados de desvendamento das relações de poder que perpassam as relações do gênero, movimentos sociais não necessariamente feministas podem também cumprir esse papel. A importância numérica e em termos de liderança em movimentos sociais não transforma as suas militantes em feministas, mas faz com que sua posição na rede de poderes no interior da comunidade seja transformadora. Isso se dá porque ao deixar os limites do privado a mulher rompe com sua invisibilidade pública, muitas vezes confrontando-se com resistências à quebra do cotidiano familiar e de padrões morais estabelecidos no interior da família. Tal saída possibilita a entrada em uma rede de relações que lhe propicia novos saberes e informações que por sua vez redimensiona seu posicionamento no nível privado redefinindo suas relações com a família, pais, companheiros, maridos, filhos, amigos, vizinhança que, no limite, acaba redefinindo também sua relação em nível público. Esse parece ter sido o caminho

³³ Céli Regina J. PINTO. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina e BRUSCINI, Cristina (orgs.). Op. cit. 133-134

percorrido pelas mulheres atuantes nos movimentos femininos das décadas de 40 e 50.

Ser feminista, na conotação desse trabalho, é também perceber e denunciar, mesmo que fora de movimentos organizados. É juntar conhecimento e intuição para achar caminhos, é viver e superar contradições aparentes ou reais. As brasileiras vêm fazendo assim seu caminhar. Quando Nísia Floresta (Duarte, 1995)³³ advoga a igualdade de acesso à educação e ao espaço público, o faz em nome de uma melhor condição para o exercício da maternidade ... Quando Maria Lacerda de Moura em 1818³⁴ publica “Em torno da educação”, em que expressa seu otimismo na instrução das mulheres como instrumento transformador de suas vidas, já gestava o recado que a elas enviaria posteriormente: Amai, e não vos multipliqueis! Quando em 1928 Alzira Soriano foi eleita a primeira prefeita do Brasil e de toda a América do Sul³⁵ não considerou a propriedade de uma senhora de família meter-se em política e nem mesmo o fato de que o direito de votar e ser votado só seria concedido no país em 1932. Quando Leila Diniz na década de 60 leva orgulhosa sua barriga para o sol de Ipanema, definitivamente sepultou o uniforme de grávida da década anterior, saia justa e bata de preguinhas, e mais do que isso, contribuiu para a desmistificação da maternidade como sacrifício. Por vários, intrincados, dolorosos e singulares caminhos as mulheres brasileiras

³³ Constância Lima DUARTE. Nísia Floresta – Vida e Obra. Natal: UFRN, Editora Universitária, 1995. p. 24 et passim.

³⁴ Miriam L. MOREIRA LEITE. Outra face do feminismo. Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984. p.2

³⁵ SCHUMAHER e VITAL BRASIL. Dicionário Mulheres do Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000. p.35-36. A candidatura de Alzira não foi mero casuismo político. Tratava-se de ato de posicionamento feminista. Seu adversário, sentindo-se humilhado por perder para uma mulher, deixou a cidade e o estado.

foram tomando consciência de gênero e em movimentos organizados ou não, provocando aqui e ali rupturas.

3 – Feminismo, feminismos

Quais as relações entre a academia e o feminismo? Em meados da última década algumas professoras da Universidade Federal Fluminense iniciaram a formação de um grupo de estudos sobre a mulher. Na definição do âmbito e da abrangência, indispensáveis ao esboço de estatuto que então se elaborou, as discussões centraram-se na resposta à indagação: seria um grupo de estudos e pesquisas e/ou grupo de “militância”, esta entendida como engajamento direto nas lutas? O Núcleo Transdisciplinar de Estudos sobre a Mulher – NUTEM ³⁶ definiu sua vocação: seria um grupo acadêmico de pesquisa e por essa via se daria a sua militância.

Incessantemente confrontando-se com a frustração diante da derrota ou limitação dos seus projetos emancipatórios, as mulheres buscam novos *insights*, novas perspectivas para recomeçar e exigem as respostas que a teoria feminista promete (Nye, 1995)³⁷. É certo que muitas vezes a militante considera-se suficientemente instrumentalizada por suas convicções, suas energias e pela própria força que sente imanente nos grupos onde atua. Todo o árduo trabalho de buscar respostas na teoria às vezes lhe parece um luxo. Quando porém vê seus esforços falharem, quando apressar o retorno ao trabalho após o parto porque, ainda que legalizado, seu afastamento prolongado é incompatível com o ambiente competitivo

³⁶ O NUTEM redefiniu nome e campo de pesquisa e a partir de 1998 transformou-se no NUTEG – Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero.

³⁷ Andréa NYE. Op. cit. p. 13-17.

onde atua; quando se sentir preterida nas promoções; quando o tribunal rejeitar isonomia; quando forem retiradas as verbas da delegacia especial de proteção à mulher; quando o emprego difícil fugir-lhe das mãos por ser casada; quando o companheiro considerar absurdo faltar ao trabalho por uma emergência das crianças, independentemente da responsabilidade ou natureza da ocupação de cada um; quando....; quando..., vá talvez atrás dos livros buscando entender de onde vêm os padrões que movem a engrenagem doméstica, uma constituição que admite a discriminação, uma ética sexual diferenciada para homens e mulheres, uma burocracia governamental que desdenha suas necessidades. É possível que os livros também a decepcionem. É possível que não encontre aí as respostas que procura. Qualquer teoria que utilize para entender sua situação já tem uma história gerada numa cultura masculina. Não há lógica infalível, argumenta Nye (1995)³⁸, que evite os ajustamentos constantes e dolorosos entre o que se está fazendo e o que já foi acumulado como saber sobre esse fazer. Não há corte epistemológico capaz de dar conta dos conflitos vividos por tantas gerações e ainda presentes na vida e na militância das mulheres em movimentos organizados ou não. De qualquer forma, a teoria tem origem na luta para dar sentido à atividade humana e pode ser a base de onde emergirão algumas das respostas que a mulher procura.

Teoria e prática feminista realimentam-se ao longo dos séculos sob a motivação de formular um projeto de emancipação das mulheres. Essa aspiração está sempre solidamente enraizada no passado sexista, quer se

³⁸ Id. Ibid. p. 267

lute por direitos civis iguais, oportunidades equânimes de educação e trabalho, equilíbrio na distribuição das tarefas domésticas, liberação da sexualidade e posse do corpo ou qualquer outra dimensão pela qual se busque subtrair as mulheres da condição de parcela inferiorizada da sociedade, tomando consciência de sua exclusão da cultura (masculina) na qual não têm poder, na qual seus valores não são expressos, na qual mais remotamente, nem sequer podiam ser consideradas pessoas.

No período compreendido pelo corte temporal definido as mulheres moveram-se iluminadas por referências teóricas do liberalismo e do socialismo, que mais induziam perguntas do que continham respostas. Talvez a única certeza fosse a utopia da igualdade embora a polissemia da palavra logo borrassse os contornos do seu sentido, restando-lhes apenas o internalizado “Ordem na casa e vamos à luta”, cujos limites impulsionaram reivindicações e conquistas no campo da proteção social. A implementação de aparatos assistenciais públicos por conta de lutas de mulheres partidariamente orientadas ou não, voltaram-se para suprir tradicionais cuidados com a família, tarefa primordialmente sua. Para além dessa perspectiva o comunismo do PCB reafirmando valores tradicionais da família burguesa colocou as mulheres na rua por uma transformação da sociedade que passava ao largo do feminismo socialista de Bebel, Kollontai, Zetkin e Goldman.

Entretanto **ir à luta** mesmo que nos limites interpostos pelo **estar na casa** engendra um processo, lento mas gradual, de tomada de consciência de gênero. Já o próprio fato de **sair**, às vezes para além da

cidade ou do país, ainda que condicionalmente, é uma resistência a um desses valores fundantes da organização familiar burguesa.

Feminismo liberal

Foi tomando por um empréstimo os dogmas da teoria liberal que as primeiras reivindicações feministas se justificaram. Impulsionada pelo discurso dos direitos civis, políticos e sociais para todos e moldada pelos paradigmas da razão iluminista, a luta contra a discriminação e pela igualdade acompanha desde os seus exórdios, os movimentos de emancipação das mulheres. Pode-se começar esta reflexão sobre o feminismo liberal pela Revolução Francesa, sem dúvida o acontecimento universalmente reconhecido como o momento fundador dos direitos à liberdade e igualdade, onde o ideário liberal de Locke encontra sua tradução política no tríptico *Liberté, Egalité, Fraternité*. Rousseau (1911)³⁹, cujos escritos políticos compõem o ideário da revolução, o democrata, o educador, personificou o seu homem "naturalmente bom" na figura do humano masculino. Suas concepções sobre a irredutibilidade da diferença homem/mulher resultaram na proclamação da marcada superioridade daquele sobre essa. Assim, para o Emílio, a educação espontânea, natural, capaz de elevá-lo a cidadão diante da corrupção da sociedade. Já para a desafortunada Sofia, a inculcação que a faria mulher submissa e mãe, invisível e muda, recatada e casta para legitimar a paternidade de seu esposo. Na República ideal de Rousseau, onde todos (os

³⁹ Jean Jacques ROUSSEAU. *Emile*. London: Dent, 1911, passim.

homens) seriam superiores, sem servos ou escravos, as mulheres não existiam!

Do clima instaurado pela Revolução Francesa emerge, ainda em 1789, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a partir do qual se inicia a construção de um modelo de cidadania que chega aos dias contemporâneos. As mulheres que com suas vozes estridentes e queixosas⁴⁰ haviam sido chamadas a marchar ombro a ombro a Versalhes, acreditaram no ideário revolucionário que transforma a ideologia dos direitos do Homem em verdadeira religião. Na República de irmãos, a humanidade que lhes é comum, torna-os iguais independentemente de sua especificidade religiosa, racial, econômica ou social.

Olympe de Gouges deu voz àquelas que logo descobriram que por Direitos do Homem devia-se ler Direitos dos homens. A feminilidade continuava a ser obstáculo intransponível à sua inclusão na humanidade. Assim, a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, (Gouges, 1791 apud Bonachi e Groppi, 1995)⁴¹ destarte tenha assumido posteriormente o caráter de um documento excepcional que marcou época na "história das idéias", não produziu qualquer efeito sobre a condição das mulheres à época. A Convenção vetou-lhes o voto, proibindo-lhes toda associação e devolvendo-as ao lar, uma vez que “cada sexo é chamado para um gênero de ocupação que lhe é próprio; sua ação está circunscrita ao círculo que a

⁴⁰ A esquerda de Paris, concordando com Platão que as vozes das mulheres são melhores para o protesto e a lamentação, delas procura fazer bom uso. (nota da autora).

⁴¹ Olympe de GOUGES (1791) Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. In: BONACHI, Gabriela e GROPPPI, Ângela (Orgs.) O dilema da cidadania. São Paulo: Editora da UNESP. 1995. p. 297-312.

ele não pode transpor, pois a natureza, que impõe limites para o homem, comanda imperiosamente e não aceita nenhuma lei”⁴².

A Declaração de Gouges não se trata de uma ingênua contrapartida, cópia ou plágio. É uma nova proposição onde explicitamente a mulher aparece lado a lado ao homem, compartilhando igualmente os direitos e os deveres, não havendo sequer uma palavra que a privilegiasse em detrimento do outro. Ao conclamar as mulheres a fazerem-se considerar na nova ordem, sem o que a Revolução seria uma impostura, Gouges espera que sejam capazes de requerer bem mais que as conquistas indiretas obtidas pela sua instalação: os homens estarão em melhor situação e assim as mulheres, suas dependentes, também o estarão, até porque serão melhor tratadas por eles. Ainda que se perceba nos textos de Gouges o mesmo caráter paradoxal comum às elaborações femininas, a mesma contaminação por ambigüidades e contradições, aquela característica dificuldade em se colocar fora dos discursos que desafia, percebe-se neles uma hermenêutica em estado nascente. Por um lado, aceitando o princípio da universalidade que está na base da Declaração de Direitos do Homem reivindica a diferença, fazendo do casal - "homem e mulher - o fundamento da nação e, portanto da soberania que garante respeito aos direitos de todos e de cada um, como se bastasse acrescentar o feminino para sabotar os mecanismos de exclusão que regulam a própria constituição do universalismo⁴³". Por outro lado, sua ênfase na necessidade de aplicação do Direito Penal às mulheres, sem a "cortesia discriminante" que na terminologia jurídica

⁴² Elisabeth BADINTER. *Um é o outro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 179.

⁴³ Gabriela BONACCHI e Angela GROPPi (orgs). *O dilema da cidadania*. São Paulo: UNESP, 1995, p. 33.

definia-se como "*imbecillitas sexus*⁴⁴", atesta sua ênfase na concepção e pleito da igualdade.

Teria sido mera coincidência que a reivindicação de igualdade contida no artigo X, segundo o qual, por poder subir ao patíbulo a mulher deve poder também subir ao pódio e à tribuna e na qual Olympe de Gouges antecipa-se premonitoriamente ao seu destino⁴⁵, tenha se tornado o mais emblemático e o mais conhecido de sua Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã?

Igualdade tinha para Mary Wollstonecraft um sentido diferente. Em sua Reivindicação dos direitos das mulheres, apresentada à rainha Victória em 1792, traça um apaixonado libelo contra as concepções rousseauianas encetando um "primeiro e grande esforço para subtrair a definição da mulher à natureza e consigná-la à história" (Bonacchi e Groppi, 1995)⁴⁶. Sempre no sentido de réplica a Rousseau, as críticas ao tipo de educação proposta para as mulheres incluem as dimensões e possibilidades que elas teriam numa outra perspectiva educacional que não impedisse a aquisição da individualidade e da cidadania. À argumentação de Rousseau quanto à diferença entendida como inferioridade: "os homens filosofam melhor que a mulher sobre o coração humano, mas ela lerá melhor que eles o coração dos homens", Wollstonecraft contrapõe: "as mulheres, criaturas racionais, não apenas morais, deveriam empenhar-se em

⁴⁴ Id. *ibid.* p. 62

⁴⁵ Olympe de Gouges foi guilhotinada a 3 de novembro de 1793 "por ter querido ser um homem de Estado, e ter esquecido as virtudes próprias do seu sexo". Parte do texto da sentença que a condenou à morte.

⁴⁶ Gabriela BONACCHI e Angela GROPPi (orgs). Op.cit p. 116 e seguintes.

adquirir virtudes ou perfeições humanas, com os mesmos meios que o homem, ao invés de aceitar uma educação que só convém a um tipo fantástico de ser pela metade, uma das suas loucas quimeras". À assustada premonição rousseauiana "eduquem as mulheres como os homens e quanto mais elas se assemelharem ao nosso sexo, tanto menor será o poder (sexual?)⁴⁷ que terão sobre nós", Wollstonecraft, (1977)⁴⁸ replica com a soberba apenas das palavras "esse é o ponto que viso: eu não espero que tenham poder sobre os homens, mas sobre si mesmas". Há mais de dois séculos a reivindicação da *autonomia*, síntese das aspirações feministas no limiar do milênio, se fazia ouvir.

Mergulhar numa luta pela conquista de um direito individual, a igualdade civil, significa aceitar (e deles tirar o melhor proveito) os pilares nos quais a cidadania liberal se sustenta: linguagem universalista, distinções público-privado, princípio de neutralidade, cegueira à diferença. Sendo a linguagem política liberal intrinsecamente universalista enquanto referencia os indivíduos independentemente de suas condições específicas adstritas, pode, ao mesmo tempo abrigar a ambigüidade – direitos iguais para todos e para qualquer um – e gerar uma crítica cujo limite seja a própria ampliação desses direitos.

A distinção entre público e privado, (Bonacchi e Groppi, 1995)⁴⁹ outra constante do pensamento liberal indica que, para além da dicotomia identificada, grande parte dos direitos de cidadania conquistados

⁴⁷ Parênteses da autora.

⁴⁸ Mary Wollstonecraft. *Il diritti delle done*. Roma: Editora Reuniti, 1977. p. 273.

⁴⁹ Id. *ibid.* p. 237 et passim.

e a conquistar, depende da capacidade de grupos organizados do público redefinir questões privadas como objeto da agenda pública reivindicando assim a dimensão política daquilo que foi sempre o núcleo mais intangível da esfera privada, a esfera doméstica. No movimento de mulheres nos anos 40 e 50 observa-se que embora existente, a distinção aparece pontilhada de imbricações: ordem na casa..., esta vista como espaço (privado) onde repercutem as políticas sociais (públicas); ... e vamos à luta (espaço político público) para o qual as mulheres transportam as solicitações do lar e da família (doméstico). Como os caracóis, vão às ruas com a casa às costas, o que está longe de constituir-se na politização do privado.

Ainda na análise das mencionadas autoras o princípio da neutralidade e imparcialidade do Estado requer que a apreciação pública dos cidadãos prescindia de considerações sobre suas diferenças particulares e identidades específicas. Assim, a diferença sexual, como outras, pode ser vista como irrelevante do ponto de vista da cidadania o que poderia ampliar os direitos das mulheres, não por serem mulheres, mas por serem cidadãos declarados iguais aos cidadãos masculinos. Talvez esse raciocínio tenha sustentado a concessão do direito ao voto na década de 30. Que fariam as mulheres com seus votos que os diferenciariam tão profundamente dos votos dos cidadãos masculinos?

Cegueira à diferença, o quarto pilar de sustentação da cidadania liberal é apontado como uma negligência teórica que acaba sendo responsável pela cidadania mutilada das mulheres, tornando mesmo indefensável para o movimento a perspectiva liberal. Entretanto, também

nesse ponto as feministas podem aproveitar-se da ambigüidade entre o princípio de tratamentos iguais e o princípio da diferença, pelo qual uma distribuição é justa quando contempla algumas diferenças se, e apenas se, essas diferenças forem a favor dos que estão em desvantagem. Na prática identificada como “discriminação positiva”, o sistema de cotas nos partidos e sindicatos, a variação no tempo de serviço necessário à aposentadoria, são exemplos da “**diferenciação que iguala**”⁵⁰ considerando entretanto, que o pressuposto dessas políticas seja a interpretação da diferença de gênero como fator de desvantagem. Quer ignore a diferença e inclua as mulheres no conjunto dos cidadãos, quer contemple a diferença como uma desvantagem e assim adote medidas compensatórias para igualá-las nesse conjunto, o acesso à cidadania liberal será sempre capenga, o que só poderá ser revertido se e quando for redesenhado o traçado da cidadania humana.

⁵⁰ Grifos da autora.

O Feminismo Socialista/Marxista

Enquanto para as feministas liberais igualdade significava possibilidade de integração ao mundo masculino, para as socialistas o que deveria estar em jogo era a libertação política da mulher, melhorias econômicas e sociais que questionassem as relações de poder então vigentes. Para Clara Zetkin,⁵¹ a "caridade praticada pelo movimento burguês não era suficiente para acabar com a miséria no mundo" (Schwarzfisher, 1998)⁵², porque partia de premissa infundada de que a ampliação dos direitos das mulheres teriam o mesmo efeito libertador sobre todas elas. Assim, não se tratava de ampliar direitos de alguns e sim de promover a igualdade entre todos.

Homens e mulheres teóricos feministas passaram a fazer uma outra leitura, a partir da situação das mulheres pobres e das suas possibilidades de igualdade e libertação. Na prática também, a mulher trabalhadora não conseguia deixar de ver com suspeita sua irmã burguesa. Se vez por outra convencia-se de sua comunalidade, a concretude de suas dificuldades logo a arrancava de seus devaneios ao perceber que a luta a partir do ponto de vista da burguesia não conseguia distinguir claramente os interesses das mulheres e os seus próprios enquanto classe. Esta era a promessa do socialismo. Uma perspectiva de mudança que envolveria as

⁵¹ Clara Zetkin, a socialista alemã que em 1910 indicou a instituição do dia 8 de março como dia internacional da mulher. (nota da autora).

⁵² Eva SCHWARZFISHER, 1998, apud SOLIZ, Neusa (org.) A mulher no século XXI, Rio de Janeiro: Espaço e Tempo e São Paulo: Instituto Goethe, 1998, p. 119.

diferenças em riqueza e poder, que tornariam superficial a libertação da mulher sob a ótica liberal.

"Assim como a dinamite arrebenta as rochas mais duras, os pensamentos do livro reduzem a pó os mais arraigados preconceitos", esta era a entusiasmada conclusão de Clara Zetkin sobre o livro de Auguste Bebel, *A Mulher e o Socialismo*, publicado em 1878. Tal entusiasmo provinha das possibilidades que vislumbrava para o esclarecimento do conteúdo da questão feminina a partir dos seus escritos. "Na sua opinião, as mulheres eram vítimas de uma dupla opressão: por um lado estavam submetidas à dependência econômica e social do homem, e por outro, à escravidão de classe social" (Bebel, 1878)⁵³. Havia pois na análise de Bebel a presença do que poderia constituir-se no ponto comum entre mulheres burguesas e trabalhadoras, enquanto sexo e mulheres e proletariado, enquanto classe. De origem burguesa Zetkin viu na lucidez da argumentação de Bebel um poderoso aliado para a discussão da condição da mulher no seio de uma sociedade socialista, já que o socialismo não encampou de imediato e destemidamente a causa da mulher.

Os saint-simonistas (Nye, 1995)⁵⁴ advogavam completa emancipação mas, em seu sistema, o casal, envolvido por um misticismo religioso seria a unidade social básica e não o indivíduo. Conquanto Robert Owen argumentasse em favor do amor livre, abolindo casamento e família, os owenistas preocupados com a pressão que tão grande contingente de

⁵³ Auguste BEBEL (1878) apud SOLIZ, Neusa (org). Op.cit. p. 120

⁵⁴ Andrea NYE. Op. cit. p. 49-51.

trabalhadoras exerceria sobre o mercado, acabaram retrocedendo a uma proposta de organização familiar não muito diferente daquela do feminismo liberal. Fourier, por outro lado, propunha para ambos os sexos uma educação equivalente, atividade sexual saudável sem restrições, criação das crianças pelo Estado. Avançado, sem dúvida, não a ponto, entretanto, de esquecer a delicada Sofia lá no armário: para as mulheres deviam ser encontrados lugares "respeitáveis" e "apropriados" na indústria. Já Proudhon, (1958) ⁵⁵ com suas idéias tão proeminentes para o sindicalismo francês, queria ver a "estrela de sua vida" protegida no firmamento ou zelosamente cultivada nos jardins a "flor de sua vida". Seu pedestal elogioso assentava-se na areia movediça do preconceito e da superioridade, as mulheres eram dadas aos homens para os servirem.

Por tudo isso o socialismo de Bebel (1904) ⁵⁶ aplicado às mulheres, preencheu um significativo vazio na teoria feminista. Ao deslocar as causas da opressão das mulheres da estrutura patriarcal para a economia, lança um novo olhar sobre as origens dessa opressão, relacionando-a ao surgimento da propriedade privada, à exclusão do trabalho produtivo e à conseqüente dependência do homem. Num Estado socialista, dizia ele, devia haver plena igualdade entre homens e mulheres que passarão a ter os mesmos direitos trabalhistas, as mesmas oportunidades educacionais e de participação. Bebel acreditava que usufruindo dos mesmos direitos que o homem, a mulher do futuro poderia escolhê-lo livremente, à margem de convenções e leis, movida apenas pelo

⁵⁵ P.J. PROUDHON. *La justice dans la révolution e dans l'église*. Paris: Garner Frères, 1958, *passim*.

⁵⁶ Auguste BEBEL. *Women and Socialism*. New York: Labor News Press, 1904, *passim*.

amor, inaugurando assim, um novo modelo de relacionamento homem-mulher. O divórcio não seria proibido nem teria empecilhos legais mas, provavelmente seria quase inexistente dadas as possibilidades desse novo tipo de relacionamento.

Engels, em *A Origem da Família, Propriedade Privada e o Estado*, parte de premissas básicas da teoria marxista - o comunismo não é utópico e idealista mas materialista e realista; o fator determinante na história é a produção de meios de subsistência; a estrutura da sociedade depende de como essa produção é realizada - para desvelar como instituições sexistas (família, casamento), imprimem o sexismo na estruturação da sociedade (Nye, 1995)⁵⁷.

A família, tal como a conhecemos, nasceu com a propriedade privada que também causa a derrota histórica mundial do sexo feminino. O homem com o poder de proprietário e desejoso de transferir sucessoriamente sua propriedade aos filhos varões, derrota o direito de mãe (Engels, 1884)⁵⁸, derrubando assim a raça feminina e, tomando posse da casa, degradando a mulher à servidão. Para o feminismo liberal, que sempre revestiu a família de uma aura de quase sacralidade, o ataque marxista à família burguesa terá sido nada menos que atordoante.

⁵⁷ Andrea NYE. Op. cit., p. 55-58

⁵⁸ Friedrich ENGELS. A origem da família, da propriedade privada e do estado. 13ª ed. Trad. Leandro Konders. Rio de Janeiro: Bertrand - Brasil, 1995. p. 8-11: a Oréstia de Esquilo é na interpretação de Bachofen, um quadro dramático da luta entre o direito materno agonizante e o direito paterno, que nasceu e conseguiu a vitória sobre o primeiro, na época das Epopéias.

Há três pontos essenciais no estudo marxista de Engels sobre o sexismo (Nye, 1995)⁵⁹. Em primeiro lugar, as instituições sexistas são explicadas como fenômenos sociais e não como fatores naturais. O que não é natural, que não existiu antes, pode não existir no futuro. O caráter do indivíduo, seja homem ou mulher, é sempre determinado pela função social, pelo conjunto de relacionamentos nos quais ele ou ela é definido. Assim, a estrutura da família não pode ser justificada como dependente da natureza, seja ela masculina ou feminina. Em segundo lugar a família é concebida como uma unidade social em atuação (não um decreto eterno) que atende a um propósito econômico: assegurar ao homem uma hereditariedade legítima. Tal propósito se alicerça num duplo padrão ético, pois a mulher não pode ser infiel. Não se trata de moralidade ou de virtude superior das mulheres, apenas do cumprimento de uma função social. Como não há função social para a fidelidade do homem ela pode perfeitamente não existir. Desveste-se assim a família do sentimentalismo protetor que a havia isolado na reforma liberal. Em resposta, os liberais argumentam que Engels e Marx defendem a comunidade de mulheres, o que os leva à réplica: a burguesia é que realmente usa as mulheres em comum. O que é enfim a prostituição? E ainda ironizam: a indignação burguesa ante a prostituição é apenas uma fachada encobrindo uma relação semelhante de homens burgueses com mulheres, tanto na prostituição quanto no casamento.

⁵⁹ Andrea NEY. Op.cit. p- 56-58

Finalmente em oposição às propostas reformistas dos liberais (por casamentos e contratos) os marxistas radicalizam. Se o fulcro da economia do casamento permaneceria inalterado mesmo diante da possibilidade de um contrato feito livremente, que condições a mulher liberada teria para estabelecer esse contrato livre? Para Engels,⁶⁰ ela estaria tão livre para negociar quanto o operário diante do seu patrão. Sob coerção, qualquer liberdade é uma falácia. A mulher, sem propriedade e em desvantagem no mercado de trabalho e necessitando subsistir, como pode celebrar livremente um contrato? A proposta é que as mulheres deixem de lado as preocupações com voto e casamento e abracem a revolução socialista. Eliminado o capitalismo através dela, a opressão das mulheres desaparecerá.

Centrando sua argumentação na crítica às categorias enraizadas nas relações sociais capitalistas, os feministas marxistas deslocam a luta das mulheres da crítica à sociedade patriarcal para a crítica à sociedade de classes. Uma clara definição do que se rejeita, nem sempre tem por contrapartida a clara opção do que se deseja.

⁶⁰ Friedrich ENGELS. Op. cit. p.136 e seguintes.

As Mulheres Radicalizam: Zetkin, Kollontai e Goldman

Bebendo da mesma fonte, Engels e Auguste Bebel, essas três feministas viram no socialismo/marxismo a teoria que daria base para o novo movimento das mulheres. Para além da proposta da sociedade sem classes, têm a convicção de que há um componente a mais a ser aí inserido: a autonomia da mulher em todas as dimensões, inclusive naquela em que é mais fundamentalmente reprimida, a sexualidade. Clara Zetkin, em seu "O que as mulheres devem a Marx"⁶¹, considera que ele oferece um método seguro e rigoroso para estudar e compreender a luta das mulheres, situando-a na história, à luz das relações sociais gerais. A partir daí, as mulheres poderiam encetar novas práticas e estratégias libertadoras. Ao sinalizar que o papel das mulheres não é imutável ou eterno, nem produzido por lei divina ou moral, o marxismo abre a possibilidade concreta de rompimento de estruturas familiares onde, segundo Engels, estava a origem de sua inferiorização. Com essa crença, formula e apresenta no Congresso Internacional de Trabalhadores realizado em 1889, o discurso para a libertação da mulher: (Schwarzfischer, 1998)⁶².

"O trabalho feminino é necessário para se obter a redução da jornada de trabalho e elevar a produtividade econômica. As mulheres e os trabalhadores só estarão em pleno gozo de seus direitos na sociedade socialista. O

⁶¹ Reimpresso em *Batailles pour les femmes.*, tradução sob a direção de Gilbert Badia (Editions Sociales, Paris, 1980).

⁶² Clara Zetkin (1989) apud SCHWARZFISCHER, Eva. O Movimento Feminista. In: SOLIZ, Neusa. Op. cit. p. 122.

trabalho remunerado propiciará a ruptura da dependência proletária em relação ao homem, igualando os dois sexos. Qualquer restrição ao trabalho feminino será uma restrição à capacidade da mulher desenvolver-se como ser livre e independente".

Teorizando e agindo concomitantemente, Zetkin dedica-se à tarefa de organizar e conscientizar politicamente as operárias das indústrias, a fim de que adquiram e fortaleçam a consciência de classe junto aos colegas operários.

Também Alexandra Kollontai⁶³ partia da crença de que só o socialismo poderia solucionar devidamente os problemas específicos das mulheres, tais como o cuidado infantil, a maternidade e tarefas domésticas. Um tanto linear, seu raciocínio assim expressava-se: no socialismo todo indivíduo é um trabalhador, logo todas as mulheres ingressarão no trabalho fora do lar, o que imediatamente trará a evidente contradição entre seus papéis domésticos e suas responsabilidades profissionais. Romanticamente, Kollontai conclui que o socialismo tratará dessas contradições como de quaisquer outros conflitos -satisfazendo as necessidades humanas. A utopia de uma sociedade⁶⁴ onde essa satisfação incumbe ao Estado contou com todo o ardor revolucionário de Kollontai. Logo após a Revolução Russa, iniciou esforços para ativamente viabilizar esses ideais socialistas,

⁶³ Proeminente na Revolução Russa tanto antes como depois que os bolchevistas assumiram o poder.(nota da autora) .

⁶⁴ A sociedade socialista substitui a casa individual pela casa coletiva, a cozinha doméstica pelos restaurantes comunais, a higiene do lar, pelas operárias específicas, os cuidados com os filhos, pelas creches, escolas infantis, colônias, casas para crianças doentes. (nota da autora).

primeiramente ouvindo as mulheres para captar a expressão real de suas necessidades, em seguida, elaborando anteprojetos de lei para atendê-las. Uma revolução social sem precedentes começa a tomar corpo na Rússia, supunha Kollontai.(1974)⁶⁵ A união livre, mais forte no espírito do companheirismo que a inspira, libertará a mulher da escravatura conjugal do passado e eliminará a desigualdade no seio da família. "A família individual e egoísta dará lugar a família universal operária onde todos os trabalhadores - homens e mulheres, serão antes de tudo irmãos e companheiros". Kollontai criou o Zenodthel - ramo do partido que congregava especificamente as mulheres e que devia ocupar-se de sua preparação para a vida nesse novo arranjo societário. A medida porém que a Revolução Russa prosseguia, a ultrapassagem da teoria à prática mostrava-se mais e mais penosa e a questão das mulheres não se resolveu tão facilmente quanto Kollontai, Zetkin e outras feministas marxistas desejavam e contavam.

Quando Stálin, na década de 20 radicaliza no sentido de uma rápida industrialização, desenvolvimento militar, ordem e disciplina a qualquer preço, deixa claro que a consolidação da revolução não comporta experimentos sociais tão extremados. Dissolvendo o Zhenodtel e cancelando seus projetos e iniciativas já em andamento restaura a família nos moldes pré-revolucionários, fecha os centros de cuidados infantis, incentiva uma nova moral puritana que pune o aborto e o homossexualismo.

⁶⁵ Alexandra KOLLONTAI. A família e o estado socialista. In: Samora MACHEL et alii. A libertação da mulher. São Paulo: Global, 1974, p. 59 e seguintes.

As mulheres não foram retiradas do trabalho mas, em 1930, todas desapareceram das posições de mando.

Para Nye (1995)⁶⁶, julgar o fracasso da experiência emancipatória feminina na Rússia ao acaso de personalidade seria medíocre e não marxista. As difíceis condições do país, subdesenvolvido industrialmente e acossado por potências capitalistas hostis, podem até ter convencido Kollontai, a revolucionária do sexo, antes tão disposta aos riscos, a concordar com as decisões de Stalin, mas como argumentação também esta é frágil. A disparidade entre as esperanças feministas e a prática comunista certamente tinha razões de outra ordem e mais profundas.

Desde Lênin havia fortes divergências em relação às exigências feministas. O próprio Zhenodtel sempre enfrentou considerável oposição e crítica - por que deveria haver organizações específicas de mulheres? Se nada deveria haver fora da economia materialista, admitir problemas específicos das mulheres era negar esse dogma básico do marxismo.

Para os dirigentes **sempre masculinos**⁶⁷ do Partido a clareza quanto a uma nova sociedade baseada em novos modos de produção que eliminavam as diferenças de classe nem de longe estava presente quando se tratava de novos modos de convivência, que eliminariam as diferenças de sexo. E Lênin concluía que era impossível legislar tão profundamente quanto às vidas privadas. O quanto a lei do divórcio poderia assegurar que o homem não batesse em sua mulher; o quanto a igualdade da mulher no

⁶⁶ Andrea NYE. Op. cit. p. 62 e seguintes.

⁶⁷ Grifos da autora.

emprego impediria que os homens chegassem primeiro aos mais altos postos; o quanto aquelas estruturas familiares arcaicas podiam ser necessárias à eficiência industrial? Assim esperava-se que as feministas acabassem conformando seus ideais libertários a um esperado, mas impreciso, processo de transformação da sociedade, que iria se implantando.

À Zetkin parecia, entretanto, conservadora essa proposição idealista da transformação. Teria que haver também nesse campo o esforço da construção deliberada da nova realidade revolucionária. "A sexualidade socialista, argumentava Zetkin, teria que se revelar com a prática socialista à medida que o proletariado elaborasse novas formas de relacionamento", ⁶⁸ isto sim, seria resultado de um processo contínuo e permanente de discussão da sexualidade.

O embate Lênin e Zetkin sobre este ponto revelava talvez mais do que as palavras expressavam: o radical Lênin, embora sempre apoiasse com palavras a igualdade das mulheres no trabalho e na família, era conservador em questões sexuais. "Talvez não fosse necessário que o socialismo reestruturasse os hábitos sexuais burgueses, embora devesse continuar a luta contra a economia burguesa", ironiza Nye⁶⁹. Outro ponto também decepcionante perceberiam as feministas mais adiante, é que a reestruturação econômica que deveria assegurar justiça para os dominados (incluindo-se, devia ser lógico, as mulheres) surge sob novo enfoque, não

⁶⁸ Andrea NYE. Op. cit.p.70

⁶⁹ Id. ibid. p. 66

como meio de libertação da mulher, mas como um mecanismo provisório para evitar um problema inquietante e inconveniente: nenhum problema diz respeito exclusivamente às mulheres, mas é importante que se dê um direcionamento àquelas ainda não vinculadas ao grande movimento de libertação que é o comunismo.

Frustrante, o embate com Lênin não impediu que Zetkin, após a sua morte, lealmente o elogiasse pelo que fez pelas mulheres, passando sobre todas as divergências que o mesmo foi evidenciando, por vezes até de maneira rude e grosseira: por que estar sempre discutindo sexo e casamento com os companheiros de partido? ⁷⁰ A teoria sexual não será apenas um modismo? Não será justificativa para a perversão? Para Lênin, as questões que deveriam ocupar as discussões das mulheres eram salários, desemprego, impostos. Zetkin refutava com o argumento de que as antigas formas e instituições estavam acabando e novas formas deviam ser criadas. Isto tornava a discussão inevitável e mesmo obrigatória.

Kollontai observa e registra, em 1908, um "terrível silêncio" em torno da questão e conclui que, embora novas práticas estejam sendo tentadas na realidade, ninguém quer falar sobre isso. Questionavam-se os antigos padrões, sem que outros fossem adotados. Propugnava então pelo estabelecimento de algumas normas sexuais básicas pelo menos para possibilitar a "reprodução saudável e viabilizar benéficos sentimentos de solidariedade e simpatia". Esses padrões deveriam conduzir a um

⁷⁰ Zetkin esteve filiada ao Partido Social Democrata Alemão até 1917, filiando-se ao Partido Comunista Alemão em 1919. (nota da autora).

comprometimento, um relacionamento constituído, já que a necessidade de uma grande paixão monogâmica havia desaparecido (Kollontai, apud Nye, 1995)⁷¹. No “jogo amoroso” que consiste num relacionamento menos rígido, cada um cuida do outro mas sabe que a união é solúvel⁷². Esta forma de amor levaria naturalmente a uma monogamia em série⁷³.

Talvez as frustrações de Kollontai e Zetkin quanto à prática feminista socialista tenham-nas movido em direção a uma aparente contradição. Ambas haviam rejeitado a concepção de feminismo como um movimento só de mulheres, chegando mesmo, no caso de Zetkin, a ironizar a sororidade feminina; ambas haviam contestado as pequenas lutas das liberais, acusando-as de reformistas e inimigas das mulheres proletárias, entretanto, quase imobilizadas em seus anseios revolucionários acabam por convalidar espaços e situações que reafirmando linhas de solidariedade entre mulheres, apressem a solidariedade da classe trabalhadora⁷⁴.

Emma Goldman,⁷⁵ a anarquista russa naturalizada norte americana e nesse contexto produzindo sua reflexão, igualmente partiu da crítica do feminismo liberal e seus pleitos. Numa análise econômico/materialista do casamento e da prostituição procurou inferir o que realmente queriam as feministas liberais com o voto - a possibilidade

⁷¹ Andrea NYE. Op. cit. p. 68 e seguintes.

⁷² Em escritos posteriores – “Make way for winged Eros” (1923) ,Kollontai ou por pressão do puritanismo stalinista ou por mudança de convicção, propõe uma ética sexual mais próxima da de Lênin.

⁷³ Talvez seja esta a posição do nosso poeta, Vinicius de Moraes, ao desejar “que seja infinito enquanto dure”.

⁷⁴ Alexandra Kollontai, Rosa Luxemburg e Clara Zetkin partiam para o interior do país a fim de organizar as mulheres e ajudá-las a enxergar modos socialistas de lidar com problemas no cuidado das crianças, na organização doméstica, nas relações sexuais e no trabalho. Andréa NYE. Op. cit. p. 73.

⁷⁵ Emma Goldman. La tragedie de l’emancipation feminine. Paris: Syros, (s/d), p. 54-58.

de ao votar as leis que regulariam o funcionamento da sociedade, nela introduzir modificações que as beneficiassem. No caso das norte-americanas, que analisa de dentro, considera que um motivo forte de luta pelo voto era a possibilidade concreta de vir a legislar sobre a prostituição. Bem sarcástica, ironiza a priorização de causas bem comportadas humanitárias e não-ameaçadoras como proteção à infância, aos animais, ajuda a deficientes, etc..., nunca colocando em pauta questões de fundo como a liberdade sexual, mudança no direito de família, revisão da economia do casamento, por exemplo. Ainda na linha do escárnio, considera as feministas liberais norte-americanas "casadas até demais". Na verdade essas mulheres achando-se livres, são escravas dos seus tiranos íntimos: a autoridade internalizada dos pais, da sociedade, da religião, que consideram o sexo em si um mal, que só sob restritas condições que o livrem desse estigma pode ser praticado. Profundamente assinalado pela liberdade individual, o feminismo anarquista de Goldman critica a desigualdade entre homens e a dominação sobre as mulheres a partir da tese de que é exatamente na sexualidade e nas relações familiares que a hierarquia entre os homens e mulheres se constrói, estendendo-se para o conjunto da sociedade. (Mash, 1981 apud Lobo 1989)⁷⁶. Por isso Goldman considera que a liberdade para as mulheres deve significar liberdade para amar e que esse direito ao amor é mais vital para a sua emancipação que o direito ao voto. Para ela o casamento era uma armadilha que a tornava "parasita" do homem. Ao institucionalizar o amor e a sexualidade, ditando-

⁷⁶ Margareth MASH, 1981, apud Elizabeth Souza LOBO. Emma Goldman – Revolução e desencanto: do público ao privado: In: Revista Brasileira de História, v. 9 nº 18, ago.set. 89, p. 31.

lhes regras, espaços e tempos, o casamento serve apenas ao propósito masculino de restringir a liberdade das mulheres para ampliar a liberdade dos homens, afirma. (Goldman, 1969)⁷⁷.

“ Poderá haver alguma coisa mais ultrajante que a idéia de que uma mulher crescida, saudável, cheia de vida e paixão deva dominar sua ânsia mais intensa, prejudicar sua saúde e perturbar seu espírito, tolher sua visão, abster-se da profundidade e glória da experiência sexual até que apareça um homem "bom" para tomá-la para si como esposa?(Goldman)⁷⁸”

Para a anarquista Emma Goldman, o amor deveria ser completamente livre, sem normas restritivas, e não ser submetido a qualquer autoridade; para Alexandra Kollontai, era necessária uma certa regulação para que novas relações sociais entre homens e mulheres viessem a fluir num jogo amoroso de sentimentos intensos e união solúvel; para Clara Zetkin, na centralidade das discussões a partir das quais homens e mulheres estabeleceriam um novo acordo para a convivência societária, deveria estar a questão da sexualidade. O feminismo socialista das radicais, não podia mesmo ter chances no programa de governo de Stalin e mesmo na materialidade do socialismo real. Ao lado da clássica questão se o marxismo foi ou não praticado com êxito em certo momento histórico, deve-se colocar se é ou não teoricamente adequado para a liberação feminina. A perspectiva de que essa liberação se dê por extensão da

⁷⁷ Emma GOLDMAN. Marriage and love. In: Anarchism and other essays. New York: Dover Publication Inc., 1969, p. 235.

⁷⁸ _____. Traffic in women. Paris: Syros (s/d) p. 40.

libertação da classe operária continua plena de indagações. Os marxistas sabem que a categoria produção deixa de lado muitas atividades femininas tradicionais. Incluí-las forçadamente como produtivas a que levaria? Zetkin propõe que por economicamente anacrônico, o trabalho doméstico deve ser cada vez mais socializado. Será por aí? Os feministas marxistas também sabem que não deram conta da questão da “reprodução” dos “meios de produção”, porém, mais que tudo colocar a sexualidade no cerne das discussões sobre a construção de uma nova sociedade não foi mais que um sonho das radicais da virada do século passado.

MULHERES EM MOVIMENTO

Rosa
Pixinguinha e Otávio de Souza

Tu és, divina e graciosa
Estátua majestosa do amor
.....

És láctea estrela
És mãe da realeza
És tudo enfim que tem de belo
Em todo resplendor da santa natureza
.....

Em conduzir-te um dia ao pé do altar

II – MULHERES EM MOVIMENTO

1 – Feminismos conflitantes: anos 20 e 30

Isaura tinha só 25 anos quando morreu de tuberculose em 1928. Sua única foto conhecida, posada e com a melhor vestimenta, como sábio costume da época, mostra uma jovem muito graciosa aos dezessete ou dezoito anos, solteira, ainda não tendo iniciado a vida de vicissitudes e desgostos que o matrimônio com o português Leonel Dias Alves de Oliveira,⁷⁹ lhe traria. Com um marido de gênio difícil, e padrões machistas determinando as relações no casamento, as precárias condições materiais da vida familiar completavam o quadro melancólico em que a sensível menina gerou e pariu seus sete filhos, dos quais quatro sobreviveram: Lydia, Mário, Jorinda e Auzenda. A primogênita, relativizando-se os fatos, foi a mais feliz posto que pode desfrutar da convivência com a mãe até aos 7 anos, tendo dela recebido o gosto pela leitura, que aprendera desde os cinco anos sob sua orientação.

Nascida em Ramos a 27 de maio de 1921, a carioca Lydia Dias Alves chegou bem no início de uma década particularmente efervescente na história brasileira que progressivamente ia revelando as vicissitudes de mal

⁷⁹ A figura do pai, na representação de Lydia, é merecedora da atenção devida a um pai apenas pelo fato de sê-lo. Os defeitos não são mascarados por sentimento nem tão pouco justificam a ausência deste. Numa carta da década de 60 registra: “Domingo último, “Dia do Papai”, estive em Bonsucesso com o velho. Levei-lhe em Drink Dreher e ele gostou. Mas o velho está insuportável de se aturar. Os defeitos que sempre possuiu, cada dia mais se acentuam.

sonhado e mal realizado ideal republicano. Na última década da República Velha o desencanto pelo que ela não chegou a ser era evidente. O modelo constitucional de 1891, a descentralização política e a autonomia dos governos locais eram duramente criticados. Assim, o ambiente intelectual dos 20 apresentava-se rico em manifestações que sugeriam a necessidade de transformações na vida brasileira. O ano de 1922 é um marco simbólico desse período por concentrar o centenário da Independência, a fundação do Partido Comunista, a realização da Semana de Arte Moderna, a primeira rebelião tenentista, a Fundação do Centro Dom Vital, a institucionalização do movimento de mulheres, manifestações que expressam diferentes vertentes desse estado de inquietação que predisponha a mudanças.

Lydia, uma menina dos anos 20 nasce e ensaia os primeiros passos quando o Brasil se torna “moderno”, não politicamente, mas pela criatividade e entusiasmo de seus artistas e literatos. O Brasil que passa de uma estrutura agrária atrasada a uma incipiente mas progressiva industrialização, é o Brasil dos feminismos **conflitantes** de Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura, tergiversado pelo feminismo **inquieto e inquietante**⁸⁰ de Pagu.⁸¹

Dizer que nos anos 20 nasce a luta feminista é claro que pesa. Quanta gente! Quanta luta! Esquecidas? Verdadeiramente não. Apenas uma proposição metodológica por essa periodização. Buscando captar o espírito

⁸⁰ Grifos da autora.

⁸¹ Pagu, uma rebelde da vida e das artes, foi existencialmente uma feminista, apesar de em seu tempo não se identificar com aqueles que assim se nomeavam. Acreditava que as reivindicações das mulheres deveriam estar vinculadas à transformação da sociedade. Irreverência, inconformismo, coragem, idealismo assinalaram seu jeito de viver distanciando-a do ideal feminino de sua época. (nota da autora).

dessa década, vê-se a imprensa declarar o aparecimento da **mulher moderna**. O que isso significa passa por múltiplas explicações mas, certamente há de ser factível alguma correlação mulher moderna e luta feminista. O cotidiano feminino é certo, sofre significativas alterações. As mulheres do povo há pelo menos duas décadas conhecem os rigores do trabalho fabril, a partilha de espaços urbanos de trabalho, diversão e lutas ao lado dos homens. As feministas do século XIX, multiplicando suas vozes na imprensa, de tanto martelar a necessidade de mais instrução para a mulher pouco a pouco colheram resultados.⁸² As mulheres de classes abastadas já fazem seus estudos no exterior⁸³. O que parece novo nesse momento é o aumento dessa visibilidade feminina pelo aumento quantitativo de mulheres nos espaços públicos. A crescente urbanização (Moreira Leite, 1984)⁸⁴ e a especialização em inúmeras áreas de produção econômica e de educação proporcionam à mulher oportunidades de diversificação profissional, tempo e necessidades de interromper os deveres absorventes relacionados aos cuidados com a família para refletir e participar de questionamentos sobre seus papéis e direitos na vida social.

Até então o qualificativo **moderno** era aplicado aos costumes em relação à moda e comportamento e dependendo do veículo comunicador da mensagem significavam censura ou incitamento. Foi assim com o corte de cabelo *à la garçonne*, com a pintura do rosto, com as roupas femininas

⁸² O Colégio Pedro II tradicional estabelecimento de ensino destinado exclusivamente a alunos do sexo masculino, em 1927 abre suas salas de aula também às meninas.

⁸³ Jeronyma Mesquita e Bertha Lutz há pouco chegavam da França com seus diplomas.

⁸⁴ Miriam Lifchitz MOREIRA LEITE. A outra face do feminismo. São Paulo: Ática, 1984, p. 32-33.

que encurtavam e ficavam mais certas ao corpo ou as roupas masculinas que as mulheres passaram a contrabandear para os seus armários. Mas o que afinal teria modernizado a mulher dos anos vinte? Alterações no cotidiano como a prática de esportes, o acesso ao cinema, o uso do automóvel, as comunicações mais rápidas seriam suficientes para modernizar a mulher? Uma maior circulação de informações através do rádio, jornais e revistas sobre hábitos e costumes de outros lugares? A criação de uma grande quantidade de associações femininas e feministas terá sido causa ou consequência da crescente participação das mulheres nos espaços públicos? São perguntas que trazem em resposta outras tantas. A aceitação aos novos padrões de comportamento que o processo crescente de urbanização vai até certo ponto impondo, não penetrou homoganeamente em todas as camadas sociais, supõe que haja uma relação quase diretamente proporcional entre o nível de aceitação desses novos padrões e renda, tal como acontece com inovações tecnológicas e científicas. Essa proporcionalidade direta – melhor nível econômico maior aceitação de comportamentos “modernos”- confronta-se com o fato de que as mulheres populares já há muito estavam nas ruas e haviam rompido com os padrões de comportamento recatado que as mais elitizadas começavam a rever nos anos 20 (Soihet, 1997)⁸⁵

Isaura, mãe de Lydia “aceitara” alguns padrões de modernidade: alfabetizou-se, gostava de ler e procurou infundir esse gosto

⁸⁵ Rachel SOIHET. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORI, Mary (org) História das mulheres no Brasil. São Paulo: Editora da UNESP, 1997. p. 367.: “(... as mulheres populares (...) procedessem de forma menos inibida que as de outra classe social o que se configurava através de um linguajar mais solto, maior liberdade de locomoção e iniciativa nas decisões”.)

à filha, porém, ao dar à luz (de velas) na casa de madeira sem água, com a ajuda da parteira local, aos sete filhos que teve em oito anos de casamento⁸⁶, vindo por fim a sucumbir ao carrasco da época ainda tão jovem, não pode ser enquadrada no perfil de mulher moderna dos anos 20 que a imprensa propagava. E isso não passava pela sua aceitação ou não.

Mesmo que relativizada, como se procurou mostrar, essa diferenciação (Costa, 2000)⁸⁷ por classe, nem rara, nem atípica, dificulta a elaboração teórica a partir de um feminino essencial, aliás como qualquer outra diferenciação, entretanto, se não for daí nem mesmo se inicia essa discussão genérica sobre a opressão da mulher e sua luta por direitos. Colada e mesmo determinante dessa está a discussão sobre o papel social da mulher. Com esse pano de fundo a opressão é mascarada, naturalizada, justificada e até decantada, como exemplifica Soihet (2000).⁸⁸

Bertha Lutz, nascida em 1894, termina o seu curso de Biologia na Sorbonne. Está com 24 anos. Jerônima Mesquita, de 1880, tendo feito seus estudos secundários na França, regressou ao Brasil, casou-se e separou-se, voltando a viver na Europa. Encontram-se em Paris, trocam conversas, combinam que ao retornarem devem “fazer qualquer coisa pelas

⁸⁶ O diafragma anticoncepcional chegou para a Obstetrícia com a própria década de 20. A difusão do seu uso teria que esperar alguns anos ainda e, provavelmente, a “geringonça” não teria sido aprovada de pronto pelo rude companheiro de Isaura.

⁸⁷ Suely Gomes COSTA. O individual e o coletivo nas relações de gênero e na história das mulheres. 2000, mimeo. Neste trabalho, ainda inédito, propõe o aprofundamento da análise dos diferentes papéis sexuais no interior das relações sociais de classe, raça e geração.

⁸⁸ Rachel SOIHET. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres: a militância de Bertha Lutz. Revista Brasileira de Educação. set./out./nov./dez. 2000. Nº especial ANPED. Editora Autores Associados. Sobre o afirmado relata a argumentação do Senador Thomás Rodrigues, obstinado opositor do voto feminino que, recorrendo ao sentimentalismo lembra sua filha “jovem, casta e pura”, cujo carinho e meiguice são as suas únicas alegrias”, para contrapor-se aos que o acusam de ser inimigo de mulher. Considera privilegiada a situação da “mulher que dominando o homem, domina o mundo” e encerra encarecendo que se a “mantenha no lugar que já tem na família e na sociedade e nada faltará para a sua felicidade que também é a nossa”.

mulheres”. (Soihet, 2000).⁸⁹ É claro que não se pode avaliar a disponibilidade pessoal de um indivíduo para uma ação por um fragmento de seu discurso, até porque o impreciso “qualquer coisa” materializou-se na organização da associação feminina de maior visibilidade nesse período. É possível porém presumir, dada a condição de classe de ambas, que o “qualquer coisa” não incluísse, como de fato ocorreu, uma discussão sobre a sexualidade, a mãe solteira, o menor abandonado o aborto e o infanticídio. A ignorância, a miséria, a prostituição são problemas a que as mulheres das camadas altas e privilegiadas nas estão sujeitas e diante dos quais se propunham, em alguns casos, contribuir para sua atenuação (Moreira Leite, 1984).⁹⁰ Por sua educação credenciavam-se às ocupações profissionais liberais sendo em geral economicamente emancipadas. Para essas mulheres, lutar contra as múltiplas faces do preconceito antifeminista, explícito ou travestido não parecia muito oportuno.

Maria Lacerda de Moura (Moreira Leite, 1984)⁹¹ também chega de viagem. Vem lá do interior das suas Minas Gerais para São Paulo. Também sente que precisa fazer “alguma coisa” pelas mulheres. Encontra Bertha Lutz e fundam a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher. Ainda em Barbacena, cidade para a qual mudou-se aos 5 anos com seus pais, havia publicado *Em torno da Educação* (1918) no qual manifesta seu otimismo pela libertação feminina como resultado do processo educacional e, no ano seguinte, *Renascença* em que começa a demonstrar sua

⁸⁹ Id. *ibid.* p.1.

⁹⁰ Miriam L MOREIRA LEITE. Op. cit. 35-36 e *passim*.

⁹¹ Id. *ibid.* Apêndices 1 e 2 p. 144-164.

preocupação com a exclusão do povo do processo sócio político, já manifestando dúvidas quanto à expectativa da obra anterior. A chegada a São Paulo em 1921, na década da aceleração industrial que iria forjar o ideário de “locomotiva do Brasil” e de que “não pode parar” confrontou-a com as difíceis condições de vida do proletariado paulista, fazendo-a perceber a que feminismo deveria engajar sua paixão militante.

Educação como um direito e necessidade sempre esteve entre as primeiras reivindicações das mulheres. Pela educação amplia-se o acesso ao trabalho, pelo trabalho chega-se à alguma independência econômica⁹² pré-requisito para um outro posicionamento na relação homem-mulher. A perspectiva de que educação é um direito sustenta essa linha argumentativa enquanto a de que educação é uma necessidade apóia-se na premissa de que as mulheres precisam ser instruídas e educadas para melhor formarem seus filhos, uma vez que mulher e maternidade é uma vinculação só excepcionalmente não esperada. O pleito pelo direito só pode ser por uma educação igualitária, que não diferencie homens e mulheres (Macedo, 1981)⁹³. A tática de suavizar sua reivindicação só pode ter efeitos nefastos, primeiro porque ratifica o papel social encomendado – ser mãe, segundo porque esvazia o conteúdo da educação numa perspectiva de profissionalização. Soihet (2000)⁹⁴ destaca que “era proibida a educação

⁹² Embora a linearidade da situação seja apenas um recurso exemplificativo, esse componente precisa ser inserido na discussão sobre o aprisionamento de mulheres por outras em busca de emancipação, como é o caso da maternidade transferida. O salário obtido pela *baby sitter*, horista, pela governanta em residência de classe média alta e pela doméstica em geral, tem efeito libertador possível em função do salário em si e não sua procedência. (nota da autora).

⁹³ Elza Dely V. MACEDO. Professora, profissão? Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense. 1981, mimeo. p. 39 e seguintes.

⁹⁴ Rachel SOIHET. Op. cit. p. 2.

comum dos dois sexos, não só devido à rígida moral católica como também devido à certeza da ciência hegemônica na época, acerca das diferentes aptidões de homens e mulheres”. Essa perspectiva da aptidão, utilizada para a diferenciação da oferta educacional por sexo e por classe social, apresenta-se assim nesse período: para os rapazes o curso secundário que possibilita o acesso aos cursos superiores; para as moças o Curso Normal para o ensino das crianças ou para os misteres da maternagem (Macedo, 1981).⁹⁵ Para homens e mulheres dos setores mais subalternos, outros cursos técnicos que assegurem uma profissionalização em curto tempo.

Enquanto jovens de famílias de alta renda contavam com governantas estrangeiras ou possibilidade de diplomarem-se na Europa ou Estados Unidos, a menina Lydia percorre o sistema educacional da época, colhendo a escolarização concernente à sua condição de mulher e pobre. Com a morte da mãe, o pai logo contrai outras núpcias, talvez um tanto cedo demais, fazendo mesmo supor a amigos e familiares que a relação com a segunda esposa, Olívia, sobrinha legítima e moradora na casa contígua, já se antecipara à sua viuvez. Cinco outros filhos sobrevivem dessa nova relação elevando a prole para nove. Sem possibilidades de recreação e ocupações divertidas, Lydia dedica-se aos estudos sempre que o rateio⁹⁶ das obrigações domésticas possibilita e elege a escola como o seu refúgio, onde dava vazão ao seu temperamento alegre e comunicativo. Muito boa

⁹⁵ Em pesquisa realizada em final dos 70, vê-se que a escolha da estudante pelo Curso Normal mantém, 50 anos passados, alguma relação com preconceitos e estereótipos ligados ao trabalho feminino. Op. cit. p. 220-222.

⁹⁶ Esse envolvimento dos mais velhos nos cuidados dos menores era prática usual entre famílias pobres totalmente desamparadas da proteção social. Além do mais, as práticas presentes nos padrões de sociabilidade das meninas, mesmo as não tão pobres, envolviam-nas na vivência e aprendizado do cuidado de outras crianças, num exercício precoce de boa maternidade e defesa da família, à qual todas estavam previamente destinadas.

aluna, consegue benefícios da Caixa Escolar, uniformes, livros didáticos, cadernos.⁹⁷ Outros livros que adorava ler, eram sempre emprestados dos colegas, Assim ficou muito feliz quando ao término de um ano letivo ganhou de uma professora um livro de histórias infantis. E mais ainda quando terminou o curso primário em 1933 e recebeu como prêmio da Secretaria de Ensino do então Distrito Federal, das mãos do seu diretor, o insigne educador Anísio Teixeira, uma edição especial de História do Mundo para Crianças, de Monteiro Lobato. Em seu resumo autobiográfico, Lydia revela seu encantamento pela obra do escritor paulista “(...) era uma delícia acompanhar as peraltices da Emília”⁹⁸ e procura lê-la quase toda “(...) e assim ia aprendendo muita coisa”.⁹⁹

Obter uma profissão e exercê-la também passa a ser uma necessidade pressupondo-se que através delas as mulheres viessem a adquirir uma posição simétrica na relação com os homens, tornando-se dignas, capazes de uma escolha livre, o que lhes possibilitaria desprezar “as adulações pueris de que se tornam ávidas” e superar as dúvidas quanto à sua fidelidade “porque acabar-se-á a necessidade de fingir e transigir com a artimanha masculina, e só então poderá assentar-se ao lado do homem como sua companheira e jamais como sua serva”. A tática do “amacramento” também é muito utilizada com a argumentação de que nem

⁹⁷ A informação de Jorinda, prestada nesses termos, não possibilita estabelecer relação entre desempenho escolar e assistência da Caixa Escolar, presumido pela sua fala.

⁹⁸ Primeiro personagem da galeria infantil Lobatiana, “Emília, a menina do narizinho arrebitado” nasceu em 1921, como sua admiradora. Lobato, acreditando na inteligência das crianças, inventou uma nova linguagem, coloquial, divertida e cheia de aventuras que encantou o público infantil que até então tivera que contentar-se com narrativas moralistas de inspiração européia. Coleção “O Globo 2000”. nº 9. p. 200.

⁹⁹ Trechos do pequeno resumo autobiográfico encontrado no arquivo pessoal de Lydia da Cunha.

sempre o trabalho do homem é suficiente para proporcionar à sua família todas aquelas comodidades", linha argumentativa que cobria um grande arco de opções, tendo a suplementação e o suprimento mesmo, como limites. Nesse caso o direito ao trabalho sucumbe à necessidade do trabalho. Há porém as que, livres de quaisquer constrangimentos, reivindicam o direito ao trabalho para afirmação própria, “ para as provas de liberdade e para os combates da vida” (Bernardes, 1989)¹⁰⁰. Por tática ou por convicção, a reivindicação da instrução como meio de melhor desincumbência dos papéis femininos, um pouco protegia a mulher da satirização quando a postulação apresentava-se como um direito, certamente predisponente a outros. A inconveniência do desenvolvimento intelectual feminino, que há pouco havia sido ratificada pela Medicina associando-o inclusive à atrofia do útero (Lombroso e Ferrero, 1896)¹⁰¹ era alvo de críticas, chacotas e censura até mesmo à dignidade, traduzindo-se muitas vezes no recado simplista – mulher que estuda muito não casa, apresentando-se essa circunstância como a própria impossibilidade de ser feliz.

Buscando uma melhor ocupação Lydia concluiu o curso Técnico em Contabilidade no Instituto Propedêutico do Rio de Janeiro, à noite, já trabalhando em escritório no centro da cidade. Segundo suas palavras a escolha do curso não se deveu a nenhuma vocação ou interesse particular por esse campo de conhecimento mas por ser “ acessível para

¹⁰⁰ Maria Teresa Caiubi C. BERNARDES. *Mulheres de ontem?* Rio de Janeiro – século XIX. São Paulo: T.A. Queiroz. 1989. p. 138, 139, 145, 159.

¹⁰¹ Cesare LOMBROSO e Guglielmo FERRERO. *La femme criminelle et la prostituée*. In: SOIHET, Rachel (2000) op.cit. p. 3.

quem era pobre e facilitava conseguir emprego”.¹⁰² O engajamento precoce no mercado de trabalho desde sempre foi visto como uma necessidade. Experimenta aí a concretude da vida difícil da mulher trabalhadora pobre, residente no subúrbio, convivendo com as dificuldades diárias do transporte, da relação patrão-empregado, etc... Nessa fase havia mudado-se de Ramos para Irajá, para uma casa um pouco melhor e com luz elétrica (a década de 30 já ia a meios). Fazia o percurso Irajá-Madureira de bonde e Madureira-Centro de trem elétrico, que começava a servir a população.

¹⁰² Essas palavras de Lydia revelam uma naturalização da dicotomia educação para o povo, educação para a elite, persistente em nosso sistema educacional.

Figura iii - Rio "moderno" dos anos 20 e 30

2 - Uma luta justa ... e elegante

As primeiras décadas do século XX revelaram importantes transformações na sociedade brasileira. Sucedia-se esse momento à supressão do escravismo, paralelamente à forte intensificação da imigração rural e estrangeira, observando-se um crescimento industrial e incremento das atividades urbanas, o que se completava, ao nível político, com o advento e consolidação da República. (Soihet, 1989)¹⁰³

Com o capitalismo instaurou-se uma nova ordem que ultrapassava bastante a simples mudança das relações de produção. Essa nova ordem, em que o trabalho deixava de ser compulsório e o trabalhador deixava de ser propriedade do senhor, supunha, para os donos do capital, medidas que inculcassem nos novos homens e mulheres livres, agora trabalhadores assalariados, valores e formas de comportamento que disciplinassem não só o tempo e o espaço de trabalho mas também os tempos e espaços da vida privada.

As operárias feministas da época denunciaram a exploração de que se sentiam vítimas. Lutaram de muitas formas (greves, protestos, manifestações) contra as condições de trabalho a que estavam sujeitas, os baixos salários, a opressão sexista exercidas pelos patrões, a discriminação

¹⁰³ Rachel SOIHET. Condição feminina e formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana – 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p. 7.

nos sindicatos, a opressão na família operária. (Junho, 1981)¹⁰⁴ A greve das tecelãs da Fábrica São Bento (Jundiaí, SP, em 1906) foi provavelmente a primeira de uma série de demandas por melhores salários que a puseram em pauta. Sucederam-se as greves de 1907, o Manifesto de 3.000 mulheres por maior salário e menor jornada de trabalho (que em alguns casos chegava a 13 horas), a Greve do Cotonifício Crespi em 1917 que logo se expandira chegando a atingir 30.000 têxteis paralisados na cidade de São Paulo (Gomes, 1994)¹⁰⁵ e interior, eficazes no sentido de causar constrangimentos às desigualdades sociais observadas.

De orientação predominantemente anarquista no início do século, o movimento operário incorporou duas questões básicas para as mulheres: a luta contra os baixos salários e a opressão sexista exercida pelos patrões. Referenciado por um moralismo conservador propunha uma ação política para as mulheres através das ações de seus homens, reservando-lhes assim apenas o papel de companheira, definindo a casa como espaço da mulher, enquanto mulher de um homem, cuidando de crianças e tarefas domésticas, ao lado do trabalho extra doméstico que crescentemente ia penetrando cada vez mais no seu cotidiano, destarte as contribuições de Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura que destruíam pela base esses dogmas.¹⁰⁶ e as próprias posições de algumas dessa mulheres que os iam revendo gradativamente.

¹⁰⁴ Maria Valéria P. JUNHO. Mulheres e trabalhadoras. Presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 215 e seguintes.

¹⁰⁵ Ângela de Castro GOMES. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 102 e seguintes.

¹⁰⁶ Cf. cap. I. P. 39-48.

Na década de 20 uma poderosa articulação envolvendo polícia, patronato e elites intelectual e política, sustentada no revigoramento dos movimentos nacionalistas, faz renascer um novo jacobinismo (Gomes, 1994)¹⁰⁷ que elege como seus inimigos preferenciais – os anarquistas – estrangeiros e ateus. Na perspectiva nacionalista segundo a qual os donos do capital eram os impulsionadores do progresso, defender o trabalhador e ajudá-lo a organizar suas greves e reivindicações era impatriótico. Nesse embate a violência real caminhou ao lado da violência simbólica, concretizada numa luta ideológica que deturpou os princípios doutrinários anarquistas vislumbrando no internacionalismo libertário, antipatriotismo; no anticlericalismo, ateísmo; no repúdio ao poder arbitrário que impingia princípios, a negação dos próprios princípios. Por exemplo, a rejeição ao casamento religioso e a defesa de uma verdadeira união entre o homem e a mulher facilmente transmutou-se, para seus críticos, em repúdio à família. Em conseqüência, gradualmente o anarquismo, enquanto fundamento da luta operária, vai cedendo espaço ao comunismo, ainda que do ponto de vista doutrinário o significado do bolchevismo se revelasse confuso e multifacetado. Numa sociedade que marginaliza os setores ligados ao trabalho produtivo e os setores femininos da população, anarquistas e comunistas vão instrumentalizar a luta contra essa exclusão tomando o operariado como um todo, distinguindo muito vagamente uma ou outra questão resultante da interseção operários-mulheres. É justamente aí que se insere o feminismo de Maria Lacerda de Moura. A consciência do alijamento do operariado da vida cidadã não lhe oblitera a percepção da

¹⁰⁷ Ângela de Castro GOMES. Op. cit. p 114

dupla exclusão vivida pela mulher operária, as discriminações por ela sofridas, as condições de formação da família, dos mecanismos de criação do conformismo feminino e daqueles capazes de reproduzir essa condição subalterna, tanto no trabalho doméstico quanto no trabalho assalariado (Moreira Leite, 1984).¹⁰⁸ Começa então a estudar extensa bibliografia sobre a questão, em português e em traduções, e dá prosseguimento à publicação de reflexões sobre a condição feminina divulgando o direito à educação e à cidadania; a necessidade de resistência ao papel então definido para a mulher como o principal e mesmo exclusivo, o de procriadora; a luta contra os preconceitos que cercam a sociabilidade feminina; o direito ao amor e ao casamento por livre escolha; uma outra alternativa de organização do trabalho doméstico. Num primeiro momento, ainda em Barbacena, quando acompanha pelas revistas e jornais a movimentação feminista no Distrito Federal sob a orientação de Bertha Lutz chega a empolgar-se, e mesmo, vindo para São Paulo, a aliar-se na criação de um aparato institucional com grande visibilidade e capacidade de aglutinar insatisfações, angústias e necessidades das mulheres. Percebe pouco depois que essa instituição poderá até mesmo expandir-se, sem contudo extrapolar os seus próprios limites, já perceptíveis e mesmo delineados (Costa, 2001).¹⁰⁹

Sua concepção de emancipação, humana e feminina leva-a a identificar e denunciar, de modo insistente e mesmo redundante, seus principais inimigos: o totalitarismo fascista e o clericalismo. Insistindo na

¹⁰⁸ Miriam L. MOREIRA LEITE. Op. cit. p. 22-23

¹⁰⁹ Suely G. COSTA Op. cit. p. 8, observa que o feminismo de Bertha Lutz, como o de Nísia Floresta, no século XIX, situam as lutas sociais por igualdade em relação aos homens, nos marcos de uma igualdade das mulheres para com os homens de mesma posição social.

impossibilidade de libertação do homem numa organização social burguesa baseada na exploração, na escravização do outro, na elevação de anseios fúteis a necessidade desfralda sua bandeira antifascista; atribuindo (Moreira Leite,1984)¹¹⁰ ao clero católico, por seu poder junto às famílias e, em particular, junto às mulheres e às escolas, o exercício e a propagação da subserviência da mulher como um dogma, desfralda sua bandeira anticlerical.

Contraditoriamente, após vivência comunitária de Guararema (1928-1935)¹¹¹ vai encetando uma caminhada que cada vez mais a distancia de grupos, partidos, agremiações. Até mesmo a doutrina espírita, tão cara desde a infância, tem um dos sustentáculos criticado – a caridade – por ela vista como uma virtude burguesa:

*“ A caridade não só humilha como é antiprogressista. Caridosos, não; solidários, sim; egoísmo colectivo. A desgraça de A ou B me deve ferir; somos todos irmãos”
112.*

Inexoravelmente Maria Lacerda de Moura caminha em seu individualismo, até sentir-se só, embaixatriz de si mesma.

¹¹⁰ Miriam L. MOREIRA LEITE. Op.cit. p 23 passim.

¹¹¹ Uma experiência de vida comunitária numa colônia agrícola anarquista localizada em Guararema – São Paulo, que iniciada em 1928 foi violentamente destruída pelo governo de Vargas em 1935. Id. ibid.

¹¹² Maria Lacerda de MOURA. A mulher é uma degenerada? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932. p. 77-78.

O *nós mulheres*, na obra de Maria Lacerda, oscila de um *nós genérico* a um *nós* identificado com *as mulheres sem recursos econômicos, médicos e psicológicos* em oposição aos outros, homens e mulheres que já possuem e desejam continuamente mais e mais recursos (Moreira Leite, 1984)¹¹³. Não é pois um feminismo elegante. Embora verdadeiramente justo.

Enquanto anarquistas e comunistas discutem a ordem social e, pelo menos na teoria, a família burguesa, o feminismo liberal encaminha sua luta procurando brechas por onde penetrar nessa ordem social burguesa, tentando torná-la mais democrática, menos excludente e injusta. Entre os estudiosos do período há os que consideram que a luta só pelo voto feminino foi um limite tático estabelecido para as reivindicações como garantia de êxito, e também os que vêm em algumas iniciativas a ampliação dessa “margem de segurança”.¹¹⁴ De qualquer forma a perspectiva mais ampla é a da busca progressiva de possibilidades de inserção da mulher numa sociedade que, por concepção a exclui dos espaços proeminentes. Mesmo que não se considere o sufragismo sua tendência exclusiva, certamente foi a principal, até porque de ambos os lados, acreditava-se na transcendência do exercício do voto em si para outras dimensões da sociabilidade feminina, a partir de garantias com base na lei.

Quando a Sra. Emmeline Pankhurst e suas filhas Christabel e Sylvia passaram da indignação à violência, arrastando consigo centenas de

¹¹³ Miriam L. MOREIRA LEITE. Op.cit. p. 115.

¹¹⁴ Rahel SOIHET. Op. cit. p. 5-6.

mulheres lá nos albores do século XX, apenas revelavam o cansaço e o descrédito em ver continuamente alijados das plataformas dos partidos o direito de voto feminino. Serem bem nascidas e educadas na melhor tradição inglesa da cortesia e da discrição tornava sua algazarra apenas mais eloqüente: invadiram seções eleitorais, quebravam urnas, depredaram vitrines. Presas, declararam-se em greve de fome. Esse enfrentamento tão evidente do mundo masculino permite antever o tom do século: as mulheres pretendem levar adiante a mais insólita e inesperada revolução – a invasão dos territórios do masculino – começando pela humilde demanda da mais elementar democracia – o direito ao voto.¹¹⁵

No Brasil, embora esforços localizados já estivessem em curso desde a segunda metade do século XIX, quer pela via da divulgação ideológica, quer pelo recurso jurídico, quer pela via legislativa,¹¹⁶ em termos organizativos somente com a criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) em 1922 é que o sufragismo elevou seu nível reivindicatório.

No ano em que as inglesas votaram pela primeira vez – 1918 –, Bertha Lutz, filha de pais estrangeiros, graduada em Biologia pela Sorbonne e conectada com os movimentos sufragistas internacionais retorna ao Brasil já decidida a incluir essa luta em sua agenda.

¹¹⁵ O Globo 2000 – nº 3 p. 50-51.

¹¹⁶ Leolinda Daltro em 1910 funda o Partido Republicano Feminino a fim de provocar a volta ao Congresso do debate sobre o voto das mulheres. Dicionário de Mulheres do Brasil. Op. cit. p. 217-226.

Em 1919 Bertha viajou aos Estados Unidos para representar o Brasil em reunião do Conselho Feminino Internacional, órgão da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Sem dúvida, essas reuniões internacionais eram altamente potencializadoras do seu espírito combativo assim, ao retornar, empenhou-se mais e mais na luta pelo voto, organizando e participando do grupo de pressão que acompanhou a sessão do Congresso onde foi analisado o projeto do Senador Justo Chermont sobre o voto feminino. A partir de então a pressão política passou a ser a principal tática utilizada pelas sufragistas brasileiras e que ainda persiste.¹¹⁷

Apropriado por setores da elite, elegante e não mais *déclassé*, o feminismo liberal vai ganhando espaços nos anos 20. Torna-se uma “causa digna” porque se lutar. Por isso a tática da articulação de interesses junto às forças políticas evitando sempre o confronto aberto com instituições tradicionais. É o feminismo do discurso ameno e reformista. Bem nesse perfil enquadra-se a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, fundada em 1919 por Bertha Lutz e algumas colaboradoras, entre elas como já se viu, a educadora e escritora Maria Lacerda de Moura.

A Liga para Emancipação da Mulher era composta por um grupo pequeno de mulheres que se conheciam entre si e pertenciam a alta burguesia. Este era seu principal trunfo. A partir de sua posição de esposas, filhas, amigas de homens de classe dominante, tinham acesso aos centros de poder. Por este meio alcançaram o Congresso, a Presidência e tinham em

¹¹⁷ O “lobby do batom” constituído pela bancada feminina no Congresso conseguiu o inédito fato de aprovar mais de 80% das reivindicações propostas. (nota da autora)

geral o respeito da imprensa. Encontravam-se em reuniões sociais com pessoas que podiam influenciar a causa. Desta forma conseguiram convencer a certo número de deputados e senadores, de modo a fazer avançar no Congresso as emendas que já existiam.¹¹⁸

A Liga para Emancipação Feminina buscou ampliar sua influência por outros estados incentivando a criação de núcleos locais de defesa dos interesses femininos. A estratégia de luta adotada com relação ao voto era a de dar a maior visibilidade à questão, trazendo-a sempre que possível ao centro dos debates, inserindo matéria na imprensa, dirigindo cartas aos parlamentares e autoridades. Socialistas, anarquistas e comunistas, ainda que atribuíssem valor relativo ao voto não se contrapunham sistematicamente, apenas consideravam uma causa pouco justa. Maria A. Soares, colaboradora freqüente do jornal anarquista “ O Grito Operário”¹¹⁹ questiona: “ Não seria melhor que em vez de pedir que nos fosse concedido o direito de voto, exigíssemos o direito à mais ampla instrução, cousa que ainda não nos foi concedida”?

Parece que Bertha recarregava suas baterias quando participava de encontros internacionais. Assim também aconteceu em 1922 quando após participar da Conferência Pan-Americana de Mulheres em Baltimore, retornou ao Brasil com idéias claras sobre novas formas de ação e com a encomenda de instituir no país uma Associação Nacional que abrangeria

¹¹⁸ Branca Moreira ALVES. Ideologia e Feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 105

¹¹⁹ O Grito Operário (órgão semanal da Liga da Construção Civil e operariado em geral), São Paulo, 17 de jan. de 1920. ano I p. 1.

associações estaduais e locais, bem semelhante a organização internacional que duas décadas mais tarde indicaria finalidades e agenda do movimento sob inspiração comunista. Acreditando na importância de dotar a entidade que presidia de maior visibilidade e influência transformou a Liga pelo Progresso Feminino, sucessor da Liga para Emancipação Feminina, em Federação Brasileira pelo Progresso Feminino¹²⁰ e iniciou concomitantemente a realização de atividades capazes de abrir espaços na imprensa. Assim, aproveitando a oportunidade do evento especial que foi a comemoração do 1º Centenário da Independência, fez acontecer no Rio de Janeiro o I Congresso Internacional Feminista, com boa repercussão na imprensa uma vez que, além de incluir convidados expressivos internacionalmente, como a feminista norte-americana Carrie Chapman Catt, contou também com o prestígio de personalidades exponenciais do momento como o senador Lauro Müller, o médico Moncorvo Filho, este iniciando com o movimento de mulheres uma profícua e duradoura parceria.

Prosseguindo na luta Bertha Lutz, quando em 1923 representou a Federação no IX Congresso Internacional pelo Sufrágio, em Roma, sugeriu a substituição das expressões **igualdade dos sexos** por **equivalência de sexos e direitos da mulher** por **novas responsabilidades da mulher**, um abrandamento com a clara intenção de diminuir antagonismos e resistências, observa Soihet. Durante os anos seguintes

¹²⁰ SCHUMAHER e VITAL BRASIL, (orgs.) Dicionário Mulheres do Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 299-400.

surgiu uma nova possibilidade de discussão do antigo projeto Chermont, ligeiramente modificado, agora sob a relatoria do deputado Juvenal Lamartine do Rio Grande do Norte, o qual, visitado por uma comissão de ilustres¹²¹ da FBPF mostrou-se sensível ao projeto elaborando um parecer favorável. À mesma época Lamartine foi indicado à disputa da presidência do estado e aliando-se ao grupo de mulheres incluiu o voto feminino em sua campanha

Entrou a FBPF com entusiasmo na campanha de Lamartine. Arrojadadas e inovadoras Bertha e suas colaboradoras sobrevoaram a cidade de Natal num monomotor lançando panfletos, concederam entrevistas a emissoras de rádios e à imprensa, participaram de eventos em apoio a campanha. Eleito, Lamartine logo articulou com a sua bancada legislativa, conforme compromisso de campanha, a elaboração de uma nova legislação eleitoral para o Estado do Rio Grande do Norte no qual se incluiu o direito de voto às mulheres nas eleições estaduais e municipais... Esta lei passou a vigorar a partir de 25 de outubro de 1927 e logo as mulheres potiguares começaram a solicitar à justiça do Estado o seu alistamento eleitoral, cabendo à Celina Guimarães Viana, uma professora de Mossoró, a distinção de se tornar a primeira mulher a votar no Brasil. Verdadeira febre do voto

¹²¹ * A própria cúpula da FBPF: Bertha Lutz, Jerônima Mesquita, Ana Amélia Carneiro de Mendonça e Maria Eugênia Celso, Maria Amália Bastos, Carmem Velasco Portinho, Maria de Carvalho Dutra, Maria Éster Corrêa Ramalho, Orminda Bastos, as titulares do conselho e mais duas mil mulheres.

acometeu essas mulheres que em quantidade expressiva alistaram-se como eleitoras na capital e nas cidade médias do interior.¹²²

Tão expressiva conquista levou as entusiasmadas sufragistas brasileiras a buscarem estender a outros estados e ao nível federal o feito do Rio Grande do Norte. Voltando ao Rio de Janeiro repetiram a tão exitosa estratégia de campanha adotada em Natal, sobrevoaram a cidade lançando panfletos e ocuparam os espaços abertos na imprensa. Coletaram cerca de duas mil assinaturas de apoio e endosso ao documento¹²³ que a FBPF elaborou e fez publicar nos jornais como forma de pressionar o Congresso.

Na linha de argumentação do mencionado documento, a FBPF desvela o posicionamento liberal e internacionalista que assinalava a entidade e possivelmente, numa tentativa de cooptação dos positivistas que na virada do século decididamente rejeitaram as pretensões feministas, acentuavam que mais que um direito da mulher cidadã, o voto se apresentava como uma contingência para as mães de família. É o que pode se depreender dos enxertos que se seguem:

“Reclamando esses direitos, não fazemos mais do que fizeram e estão fazendo as mulheres de todos os países civilizados. É princípio do regime democrático, universalmente reconhecido, que, àqueles que obedecem

¹²² Tal vanguardismo levou a que no ano seguinte, 1928, Alzira Soriano fosse eleita prefeita do município de Lages, tornando-se a primeira mulher a exercer tal posição na América Latina.

¹²³ Carmem Portinho, à época primeira secretária da FBPF, é a única signatária desse documento que permanece entre nós, tendo há pouco publicada a sua biografia. Com participação marcante nos movimentos feministas de 20/30 teve também exponencial atuação em seu campo profissional fundando e presidindo a Associação Brasileiras de Engenheiras e Arquitetas e deixando seu nome para sempre ligado a projetos arquitetônicos pioneiros como os conjuntos habitacionais da década de 50 e o Museu de Arte Moderna.

às leis e pagam impostos, assiste o direito de colaborar, direta ou indiretamente, na elaboração dessas mesmas leis e votação desses mesmos impostos”

Ambíguo em relação a outros documentos da própria Federação que aparentemente favoráveis ao trabalho extra doméstico, mesmo para as casadas, argumenta como se fosse ideal as mulheres não trabalhem fora de casa.

(...) Votar não é um privilégio, uma recompensa que se dê aos cidadãos altamente especializados para exercerem esta função. É uma obrigação de todos. (...) É bem possível que a interferência da mulher na vida pública, armada do poder de legislar e influir sobre a economia política, seja o meio mais eficaz de assegurar às mães do futuro a possibilidade, que hoje não existe, senão nas classes privilegiadas, de se dedicarem, inteiramente à sua santa missão”.

Quando em 1928 as norterriograndenses elegeram Alzira Soriano, também fizeram José Augusto Bezerra de Medeiros senador pelo seu estado. Entretanto, como as suas credenciais eleitorais eram decorrentes de uma legislação estadual, depois de longa discussão, a diplomação de José Augusto no Senado deu-se sem que fossem computados os votos das mulheres, o que causou enorme indignação entre as sufragistas locais e de todos o país. O entendimento legal de que os votos femininos não podiam ser considerados porque simplesmente não existiam levou as

mulheres mais uma vez a confrontarem-se com a sua invisibilidade/inexistência.

Novamente a FBPF lançou mão do repúdio escrito e trouxe a público o seu “Manifesto Feminista” (Costa, 1998)¹²⁴, documento em que deixa entrever a forte interferência do feminismo norte-americano de então, tanto na semelhança textual quanto no intertexto da “Proclamação dos Direitos da Mulher” (Friedan, 1965)¹²⁵.

A turbulência de 1930, quando num processo revolucionário a República Oligárquica foi alijada do poder não permitiu o devido trâmite a um projeto de voto feminino aprovado nesse ano. Logo porém as feministas da capital da República pressentiam bons augúrios para o seu movimento numa aproximação com o chefe do governo provisório, Getúlio Vargas. Perseguindo essa estratégia política a FBPF faz acontecer no Automóvel Clube do Rio de Janeiro o II Encontro Internacional Feminista no qual conseguiram que Maria Eugênia Celso, participasse como representante oficial do governo, nomeada por decreto.

O sufragismo enquanto isso ia atuando nos interstício e brechas. As mulheres foram solicitando alistamento eleitoral nos seus estados e a FBPF, adotando a tática que lhe parecia adequada ao contexto, consegue passar da aceitação passiva ao consentimento tácito do feminismo

¹²⁴ Ana Alice COSTA. As donas do poder. Mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/Ufba. Assembléia Legislativa da Bahia, 1998. p. 95.

¹²⁵ A “Proclamação dos Direitos da Mulher” conhecida como Declaração de Seneca Falls foi publicada em Nova Iorque em 1824 quando do início do movimento sufragista americano. Ver reprodução em Friedan, Betty. A mística Feminina. Rio de Janeiro : Vozes. 1971.

que apregoava, a partir do momento em que senhoras e moças de família passam a declarar-se feministas. Um feminismo essencialmente sufragista, bem comportado, católico. Um feminismo **feminino** como se costumava identificá-lo. Quando a Igreja Católica identifica esses traços no movimento sufragista tornou-se também sua defensora, não vendo nenhum perigo para a família no pleito das mulheres quanto ao voto, ao contrário, via mesmo certa similitude entre as suas causas e as obras sociais católicas. Assim, com as bênçãos da Igreja Católica, o aval do Estado e a influência internacional a campanha sufragista brasileira finalmente saiu-se vitoriosa em 1932. O voto feminino, da mesma forma que o voto secreto, foi estabelecido através do Decreto nº 21.176 de 24 de fevereiro de 1932¹²⁶. Assegurando um outro patamar para a igualdade civil tem que ser considerado um ganho pela potencialidade que contém de provocar outras mudanças. Para muitas militantes, inclusive algumas de perfil mais à esquerda como Elena Rocha (Soihet, 2000)¹²⁷ “ devia-se ir por partes, e na época talvez (o voto) fosse a única coisa possível”. Mas que possibilidades foram vislumbradas a partir do voto? Num país conflagrado por duas revoluções sucessivas às quais sucede um período de exceção, quais as brechas para a luta democrática feminina? Se realmente a tática sufragista contava em aprofundar as conquistas após o voto, não foi possível vê-la concretizar-se antes da década de 70.

¹²⁶ Sobre o texto integral do decreto nº 21.176 de 24/2/32 ver: COSTA, Edgard. A Legislação eleitoral Brasileira. Histórico, Comentários e Sugestões. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1964. p. 135-46.

¹²⁷ Rachel SOIHET (2000) Op.cit. p. 28.

Ser o voto fim ou meio é apenas uma das querelas que a questão suscita. A outra gira em torno da tática adotada pelas sufragistas no movimento conduzido pela Federação. Susan Besse (1996)¹²⁸ e Branca Moreira Alves (1980)¹²⁹ quase induzem, com suas argumentações, que o sufragismo tenha sido ao fim um atraso para o movimento de mulheres, uma vez que esgotaram seus esforços em discussões que não permitiram, quiçá propiciaram, uma análise profunda da conexão existente entre a mística da “missão natural da mulher” e sua inferiorização, impossibilitando pois a tomada de consciência de gênero. Sempre trilhando a linha da contemporização evitando assumir posições radicais de contestação, abrandando discursos e reiteradamente assumindo compromissos que tinham na origem a manutenção da mulher em seus papéis tradicionais, acabaram legitimando a ordem burguesa, em que pese a conquista de alguns direitos (Hahner, 1981).¹³⁰ Soihet (2000)¹³¹ desmonta em parte essa crítica quando, escudando-se em E.P. Thompson (1998)¹³² com ele questiona o poder mobilizador da vanguarda. Mesmo sendo discutível, às vezes indefensável, essa conscientização de “fora para dentro” pode-se interpor aí a perspectiva gramsciana do intelectual orgânico e pode-se, mais do que isso, perguntar o quanto uma vanguarda de

¹²⁸ Susan K. BESSE. *Restructuring Patriarchy. The Modernization of gender inequality in Brazil – 1914-1940*. USA: The University of North Caroline Press, 1996. p.

¹²⁹ Branca MOREIRA ALVES. *Ideologia e Feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes (1980) p. 155 e passim.

¹³⁰ June HAHNER. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense. Tradução de Maria Thereza Almeida e Heitor Ferreira Costa. p. 114.

¹³¹ Rachel SOIHET (2000) Op. cit. 15 e seguintes.

¹³² E.P. THOMPSON. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras. Tradução de Rosaura Eichenberg.

mulheres pode ser tida como “de fora” do movimento de mulheres. Não haverá mesmo nada em comum entre uma operária e uma mulher de classe média? E.P. Thompson será mais decisivo quando destaca o valor do contexto. Por todo um extenso arrazoado Soihet vai desvelando o conjunto de forças em jogo, o potencial dessas forças e o objetivo visado, para por fim validar a tática escolhida como a possível ou adequada ao contexto. Como no mercado financeiro, riscos moderados levam a ganhos moderados. Não se arrisca muito, não se perde, ou se ganha muito. Nesse *métier* essa é a lógica. Riscos moderados. Ganhos parciais, ainda que fundamentais. Para Hahner (1981)¹³³, numa sociedade autoritária patriarcal e capitalista as feministas contribuíram no máximo para a modernização das relações de gênero. É possível que a crença na potencialidade do voto como transformador da realidade tenha sustentado a escolha dessa tática: é tão importante essa “abertura” que não se pode correr o risco de perdê-la. Mais em voga na época do que agora, os ditados populares sintetizam o dilema nessa escolha: “ mais vale um pássaro na mão do que dois voando” ? ou “ abater dois coelhos com uma cajadada só”?

A certeza de que a participação da mulher no panorama político/partidário só faria por enriquecê-lo é o que aqui se argumenta. Soihet (2000)¹³⁴ lucidamente expõe seu raciocínio e ainda vale-se de Arendt (1981)¹³⁵ para quem “penetrar na esfera pública era um velho anseio vedado por longo tempo às mulheres, sendo o direito do voto portanto uma

¹³³ June HAHNER. A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850 – 1937. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 114.

¹³⁴ Rachel SOIHET (2000). Op. cit. p 15-27.

¹³⁵ Hanna ARENDT. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária/EDUSP. Tradução de Roberto Raposo, 1981.

conquista significativa que lhes possibilita assumir sua plena condição humana através da ação política". Por isso o debate quanto à validade do voto é improcedente. O que se percebe, velada ou explicitamente, quando o voto é posto em questão, é o verdadeiro limite do seu alcance. Portanto não se trata de ser ou não a favor do voto mas de se discutir com transparência e lucidez até onde vão suas possibilidades. Por trás de todo questionamento sobre sua importância, há uma pergunta velada não formulada: em que medida ele poderia mudar significativamente a vida daquelas mulheres? Na verdade as críticas à luta são críticas à tática escolhida para a luta e as limitações decorrentes dessa escolha. Pode-se argumentar com Certeau (1994)¹³⁶ que era a tática possível no campo do adversário porém, como não foram experimentadas outras alternativas, há que se ficar perguntando eternamente: e se outra (s) fosse (m) tentada (s)?

As inglesas caminharam sobre os estilhaços das vidraças da avenida para depositarem seus votos 14 anos antes das brasileiras. As francesas, 12 anos depois. Thompson mais uma vez adverte: o contexto! É ... há um contexto....

O feminismo justo e elegante de Bertha Lutz não conseguiu ir muito além do voto, que por concepção, deveria ser apenas um primeiro passo. Duas revoluções e um período de exceção conturbaram o cenário político brasileiro após a sua conquista . Bertha Lutz, que conseguira uma suplência nas eleições, em 1936 assume o mandato de Deputada Federal na vaga decorrente do falecimento do seu titular. Durante o Estado Novo a

¹³⁶ Michel de CERTEAU. Artes de fazer. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes. 1994. p. 41.

FBPF perde sensivelmente o ímpeto de mobilização que impulsionara o feminismo em todo o país em consequência do seu gradual afastamento. Os movimentos que recrudesceram nos anos de redemocratização, colocaram os interesses de classe, acima dos interesses específicos. As causas femininas fundiram-se, quando foi possível, nas lutas por uma outra ordem social. As mulheres dos movimentos a partir de 1945 foram às ruas com um outro estatuto político. Mas tinham uma promissória a resgatar: todo o intenso esforço do movimento sufragista esbarrava constantemente na preocupação da sociedade burguesa de que a mulher não se descuidasse do seu papel doméstico, da sua “missão como anjo tutelar da família”. Este tipo de argumentação, (Moreira Alves, 1980) ¹³⁷ repetida por anos a fio, obrigou as sufragistas a reiterarem, a todo o momento, a intenção em garantir o desempenho adequado dos papéis familiares pelas mulheres, convalidando práticas e representações sociais referentes ao feminino já profundamente fincadas no seu imaginário. É esse comando internalizado que decreta para as ativistas dos 40 e 50: Ordem na casa, e vamos à luta!

¹³⁷ Branca MOREIRA ALVES (1980). Op. cit. 138 e seguintes.

ORDEM NA CASA...

Emília

Wilson Batista - Haroldo Lobo

Quero uma mulher

Que saiba lavar e cozinhar

E de manhã cedo

Me acorde na hora de trabalhar

Só existe uma

Sem ela eu não vivo em paz

.....

III. ORDEM NA CASA...

1 - Os anos dourados e o imaginário feminino

“Eu era feliz e não sabia” verso da canção popular nostálgica talvez sintetize aquele estado de alma em que, parece, está sempre no que já passou e provavelmente não desfrutamos plenamente, o mote de nossa felicidade. Na sabedoria de seus versos, Ataulfo Alves encerra um atávico saudosismo pelo que não se é ou não se tem mais, pelo que já vivido ou perdido, nos sinaliza apenas o que já foi melhor, claro que disto não tínhamos consciência no tempo real em que essa vivência se dava. No entanto muitas vezes isto não passa de um chiste irônico, como presumo ser o adesivo de carros que atesta uma insólita “saudade de Sarney”. É claro também que avaliações mais profundas, de passado e presente, podem apontar outras conclusões. Meu avô, nascido em 1903, nos anos cinquenta registra em seus escritos, sem saudade alguma, o que foi sua vivência de operário nos anos 20.

Em 1988 um querido amigo completou 50 anos. Comemorou-o com pompa e circunstância numa festa temática – anos dourados – em que foram revividas músicas, decorações, vestuário dos anos cinquenta. Suas convidadas exibiam modelos de três décadas atrás: saias com anáguas, cinturas marcadas, mangas bufantes.

Escolhera esse tema, explicava-se, porque os anos cinquenta teriam sido os melhores de sua vida, os de que mais sentia saudades, os que desejava viver de novo. Não estava sozinho em sua saudade. Conversas informais e estudos razoavelmente sérios dão conta desse período como o que mais saudade desperta entre os que o viveram: os anos cinquenta, os chamados anos dourados, o período JK, as manifestações artísticas e culturais das décadas de 50 e 60, franjas talvez do grande manto de benesses e desenvolvimento que se estendeu sobre a Europa e Estados Unidos durante a Era de Ouro (Holsbawn, 1994)¹³⁸.

O Brasil acompanhou à sua maneira e sempre um tanto a reboque, as tendências internacionais de modernização, originadas na Revolução Industrial, no crescimento urbano, na expansão acelerada dos mercados e do consumo. O encurtamento das distâncias com a multiplicação e a diversificação dos meios de transporte e comunicação propiciou aos brasileiros novas possibilidades de acesso à informação, ao lazer, a novas formas de organização da vida cotidiana.

Os padrões reguladores da sociabilidade homem/mulher, à medida que se tornavam mais flexíveis, diminuían consideravelmente as distâncias entre os sexos propiciando a adoção de novas práticas sociais, entretanto, as distinções entre papéis masculinos e femininos continuavam nítidas e a moral sexual diferenciada permanecia forte. O trabalho da mulher de classe média ou menos favorecida, conquanto em expansão,

¹³⁸ Eric HOBBSAWN. A era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo, Cia das Letras. 1994. p. 253-282. Período em que os economistas identificam como de grande prosperidade, especialmente se comparados ao período de crise que o sucedeu: para a França, os 50, 60 e 70 (les trente glorieuses) para os anglo-americanos, o quarto de século entre 50-75.

embora extremamente valorizado enquanto esforço de guerra, nunca deixou de ser balizado por estereótipos e crivado de preconceitos. Finda a guerra e com o contingente de trabalhadores homens voltando a ocupar prioritariamente os postos de trabalho, as trabalhadoras foram sutilmente convocadas a retornarem a seus lares e a restabelecerem prontamente a tradicional organização familiar. Passado o caos há uma urgência na retomada da ordem e esta consistia em devolver à mulher seu “status” de rainha do lar, fazendo-a a ele recolher-se o mais rapidamente possível. Era necessário que a mulher não tivesse possibilidade de vivenciar os aspectos positivos de sua saída do espaço doméstico, em muitos casos compulsória em decorrência da guerra, em um mundo livre do pesadelo conflagratório. O pós-guerra e os sentimentos de liberdade, de positividade, de reconstrução, de desenvolvimento que os albores dos anos dourados já propiciavam podiam combinar perigosamente com padrões de comportamento feminino recentemente admitidos. Era preciso pois reafirmar que as mulheres nascem para serem donas de casa, esposas e mães e que a boa família, esteio da sociedade, delas dependia para cumprir seu papel.

Ao se generalizarem, os comportamentos do tipo “papel” modificam a função do dever ser na vida cotidiana, reveladora da relação do indivíduo com seus “deveres”, com suas vinculações, sejam essas econômicas, políticas, morais ou de outro tipo. O *pathos* da vida da mulher, ser esposa e ser mãe apoia-se no fato de que deve ser boa esposa e boa mãe. Quando os complexos de comportamento se cristalizam em papéis e quando

estes se estereotipam, mais detalhadamente descrevem como deve comportar-se, nesse caso, uma boa esposa e mãe. Os ideais de um papel podem levar simplesmente a uma direção manipulada, mecanizada e irrefletida do comportamento (Heller, 1970)¹³⁹

Na ideologia dos anos dourados, maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina (Friedan, 1963),¹⁴⁰ sem história, sem possibilidade de contestação. A mulher que não seguisse esse caminho estaria indo contra a natureza e não poderia ser feliz ou fazer a felicidade de outras pessoas, considerada também sua vocação e responsabilidade. Para a difusão dessa mística em torno dos papéis femininos há a contribuição decisiva da imprensa da época. Com a televisão ainda incipiente, rádios, jornais e revistas desempenharam importante papel na veiculação desses valores.

Carla Bassanezi (2000)¹⁴¹, analisando o conteúdo de conhecidas publicações da década de 50 – *Jornal das Moças (JM)*, *Querida Vida Doméstica*, *Você*, *Sessão De mulher para mulher* de *O Cruzeiro* e, um pouco mais tarde, *Cláudia*, consegue delas extrair idéias sobre diferenças sexuais então predominantes. Como conselheiras, fonte de informações ou companheiras de lazer, essas revistas influenciaram a realidade das mulheres e jovens de classe média de seu tempo, inculcando-lhes ou

¹³⁹ Agnes HELLER. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1970, p.87-110 *passim*.

¹⁴⁰ Betty FRIEDAN. *A mística feminina*.

¹⁴¹ Carla BASSANEZI. *Mulheres dos anos Dourados*. In: DEL PRIORI, Mary (org.) e BASSANEZI, Carla (coord. de textos), *História das mulheres do Brasil*. SP : Contexto. 2000, p. 608-609.

reforçando um modelo dominante de organização familiar em que aos homens são atribuídos poder e autoridade sobre as mulheres, as quais por sua vez são definidas a partir dos papéis femininos tradicionais: esposas, mães, donas de casa.

“Aos pais de família cabe sustentá-la com seu trabalho, enquanto que as esposas devem se ocupar das tarefas domésticas, dos cuidados com os filhos e da atenção ao marido”.

Estas relações, conclui Bassanezi (1993)¹⁴², são defendidas por um conjunto de normas sociais, mas aparecem em termos de representações como naturais, desistoricizadas e válidas para todas as classes. O casamento define direitos e atribuições distintas com relação aos gêneros traduzidos, freqüentemente, em desigualdade e dominação do feminino pelo masculino.

Construído a partir do ponto de vista masculino, o imaginário feminino dos anos dourados reitera com veemência o duplo padrão ético como regulador das relações homem/mulher. Essa dupla moral decorre da destinação ao homem, exclusiva ou prioritariamente, do papel de provedor da família, retirando da mulher qualquer possibilidade de autonomia. Um outro suporte de dualidade ética é a concepção de que a família é uma unidade social em atuação que atende a um propósito econômico: assegurar ao homem hereditariedade legítima. Assim, não se trata (apenas) de

¹⁴² . Revistas Femininas e o ideal de felicidade conjugal. Cadernos Pagu., nº 1. De trajetórias e sentimentos. Campinas: Unicamp, 1993. p. 118-120.

moralidade ou virtude superior das mulheres. Há uma função social para a fidelidade feminina.

Por este duplo padrão ético homens e mulheres vêm o sexo de maneira diferente e a felicidade conjugal depende primordialmente dos esforços da mulher para manter a família unida e o marido satisfeito, pressupostos que passam de mãe para filhas em forma de conselhos, abrigam-se na literatura e na imprensa dedicada às moças, explicitam-se nos sermões de um padre ou nas opiniões de um juiz.

O “teste do bom senso” publicado no Jornal das Moças de 17 de abril de 1952 é apenas um exemplo de inculcação dessa dupla ética.

“Teste do Bom Senso”

Suponhamos que você venha a saber que seu marido a engana, mas tudo não passa de uma aventura banal, como há tantas na vida dos homens. Que faria você?

Uma violenta cena de ciúmes?

Tentaria ignorar tudo e esmerar-se-ia no cuidado pessoal de atraí-lo.

Deixaria a casa imediatamente.

Resposta:

A 1ª resposta revela um temperamento incontrolado e com isso se arrisca a perder o marido, que após uma dessas pequenas infidelidades, volta carinhoso e com um certo remorso.

A 2ª resposta é a mais acertada. Com isso atrairia novamente seu marido e tudo se solucionaria inteligentemente.

A 3ª é a mais insensata. Qual mulher inteligente que deixa o marido só porque sabe de uma infidelidade? O temperamento poligâmico do homem é uma verdade; portanto é inútil combatê-lo. Trata-se de um fato biológico que para ele não tem importância.

Algumas décadas após Júlia Lopes de Almeida (1986)¹⁴³ sintetizar em seu Livro das Noivas um verdadeiro breviário para a moça de família destinada ao casamento, nos anos dourados, as publicações comerciais dirigidas às mulheres reafirmam os papéis sexuais tradicionais e as condições culturais e educacionais a partir das quais homens e mulheres preparam-se para o seu desempenho.

Posto o casamento como o único horizonte de realização da mulher esta deve durante toda a vida preparar-se para ele e colocar-se continuamente em condições de ser escolhida por um homem. Assim é necessário o domínio de algumas prendas domésticas e o cultivo de traços de personalidade “femininos” tais como docilidade, recato, inocência (ignorância) sexual, que a diferencie das moças levianas e namoradeiras, que os homens não elegerão para esposas e mães de seus filhos. O já elevado padrão de modernidade nos hábitos de sociabilidade nos anos dourados vai cada vez mais trazendo a moça de família para um convívio cotidiano com rapazes, seja nas escolas, faculdades, locais de trabalho ou de lazer. Na modelagem do imaginário feminino de então ganham grande ênfase as atitudes de autocontrole, de autoprevenção contra situações de

¹⁴³ Júlia Lopes de Almeida. O livro das noivas.

risco. Uma forte carga ideológica é direcionada à menina no sentido de "valorizar-se", preservar-se não permitindo intimidades, resguardar-se de situações em que possa ficar vulnerável, mostrar enfim ao seu pretendente todo o seu potencial de recato e castidade. Moças com tais qualidades terão precedência sobre aquelas que não as possuem, serão escolhidas primeiro por um "homem bom" que as "tomará para si como esposas" (Goldman)¹⁴⁴.

Subsidiar constantemente a formação e a consolidação de um conjunto de ideologias e práticas (imaginário) que fundamentasse a adoção de comportamentos e atitudes coerentes com o ideal de felicidade conjugal era o propósito das publicações destinadas às mulheres. Quem deseja assimilar um papel não se coloca diante do conceito abstrato, da totalidade dos direitos, deveres e complexos consuetudinários abstratos correspondente a tal conceito. É mais provável que escolha um ideal, uma certa modelagem desse papel (Heller,1970)¹⁴⁵ e aí essas publicações encontram o nicho próprio. A partir da premissa de que no casamento estava a única possibilidade de realização da mulher como indivíduo, de que para casar-se precisava ser escolhida e uma vez casada precisava manter o vínculo conjugal, as publicações femininas esmeram-se em orientar as mulheres sobre como conseguir e manter um marido. Sendo a felicidade do marido no casamento o ideal da mulher, a sua própria felicidade será decorrência natural do seu êxito em promovê-la. A contrapartida óbvia é que mulheres infelizes o são pela sua própria

¹⁴⁴ Emma GOLDMANN. *Traffic women*. Paris: Syros p. 40.

¹⁴⁵ Agnes Heller. *Op. cit.*p.96.

incapacidade de dar felicidade aos maridos. A felicidade conjugal, ambição de todas as mulheres, está ao alcance das mãos das boas esposas.

Em geral, a imprensa feminina comercial¹⁴⁶ procura sintonizar-se com o consenso social já estatuído e nunca o contestando, pelo contrário, difundindo-o sem críticas, só faz por conservá-lo e reproduzi-lo, reforçando as distinções e desigualdades de gênero. O *Jornal das Moças* durante 15 anos acompanhou, aconselhou, divertiu, ajudou, alienou milhares de mulheres.

Cláudia, que começa a circular em 1960 apresenta-se como uma revista moderna, não deixando claro, porém, o que isso significa. Entretanto, as bases conceituais que atribuem ao homem o papel de provedor e o de dona de casa à mulher, permanecem firmes, embora não de forma tão homogênea quanto no *Jornal das Moças*. Na variedade de autores e seções começam, aqui e ali, a serem relativizados alguns aspectos da moral tradicional, especialmente a partir dos artigos de Carmem da Silva¹⁴⁷, que dão um toque mais ousado e feminista à revista, às vezes tangenciando mesmo a incoerência entre os seus artigos e a linha editorial da mesma.

A importância das prendas domésticas para a felicidade conjugal é reiteradamente colocada, sempre enriquecida por conselhos,

¹⁴⁶ Alternativa à imprensa feminina comercial – jornais e revistas dirigidas às mulheres e editados por homens e mulheres e com sistema de distribuição usual à época. O jornal “O Momento Feminino” pode efetivamente ser considerado o mais significativo contraponto ao suporte ideológico com que se pretendia moldar o imaginário feminino nas décadas de 40 e 50. Por sua importância, será objeto do capítulo IV. (nota da autora).

¹⁴⁷ Carmem da Silva, jornalista e escritora, durante quase 22 anos, a partir de 1963, semanalmente, através de sua coluna *A Arte de Ser Mulher* empenhou-se em ajudar as leitoras a compreender, pensar e repensar os problemas da condição e emancipação feminina. Uma coletânea de seus artigos foi reunida em livro e publicada pela Editora Rosa dos Tempos em 1995 – *O Melhor de Carmem da Silva*.

dicas, sugestões sobre como melhor cozinhar, lavar, passar, costurar. Embora a revista reafirme tacitamente sua importância, Carmem da Silva propõe a discussão de questões como disponibilidade de tempo, habilidades e interesses individuais. Ao levantar a possibilidade de que talvez não seja viável (tempo), proveitoso (habilidade) ou agradável (interesse) que a mulher exerça as prendas domésticas, não discute ainda a participação do marido nesses afazeres, salvo naquelas especiais situações em que deseja fazê-los.

Dizendo-se favoráveis à mulher por ajudá-las a compreender e bem desempenhar o seu papel, as revistas da época revelam um profundo comprometimento com a manutenção das coisas como estão – a reprodução da dominação masculina sem enfrentamentos diretos (a malícia, o jeitinho, a chantagem eram admitidos), conflitos ou questionamentos na assimetria de poder na família.

O que se percebe como pano de fundo é um bem engendrado sistema de violência e dominação simbólica (Chartier, 1995)¹⁴⁸ em que a mulher deve aceitar e mesmo desejar a contenção de sua sexualidade, as pesadas tarefas domésticas pouco valorizadas socialmente, a falta de diálogo entre iguais, a não divisão da responsabilidade pela felicidade conjugal.

¹⁴⁸ Roger CHARTIER. Diferença entre sexos e dominação simbólica (nota crítica). Cadernos Pagu (4) Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, 1995, p. 41. O historiador Roger Chartier identifica a “violência simbólica” como aquela que supõe a adesão pelos dominados das categorias que embasam sua dominação.

Em todas as mensagens dirigidas à mulher sobre a necessidade da boa aparência, há uma relação direta com agradar ao marido (não a si mesma e/ou também a outras pessoas) “que é a pessoa mais importante de sua vida”.¹⁴⁹ Curiosamente não há a menor menção à necessidade do marido cuidar de sua aparência para manter o interesse da mulher.

Mulheres boas companheiras devem acompanhar as opiniões dos maridos, inteirar-se de suas idéias, rir de suas piadas e histórias só para agradá-los. Ser boa ouvinte e nunca discordar, orienta o *Jornal das Moças*, enquanto Carmem da Silva em Cláudia clama pela necessidade de diálogo, lamenta sua falta e denuncia a diferença de “universos” em que vivem homem e mulher como sua causa.

Não reclamar, não se queixar, sufocar desejos, esconder temores, ignorar indiferenças, submeter-se, é a norma (Chartier, 1995)¹⁵⁰, pela qual a dominação, que é uma relação histórica, cultural e lingüisticamente construída é sempre afirmada como natural, radical, irreduzível e universal. Quando não der para segui-la à risca, quando o descontentamento for asfixiante, o JM apresenta dicas e sugestões para que a mulher exerça o “seu poder”: persuasão, jeitinho, representação de um papel. Nada sobre diálogos esclarecedores, caminhos mais tortuosos mas certamente mais eficazes na solução de problemas. Cláudia aconselha as concessões recíprocas a partir de conversas francas. Carmem da Silva é uma voz isolada a denunciar os artifícios para “manobrar” o marido que

¹⁴⁹ *Jornal das Moças*, 29/10/1959.

¹⁵⁰ Roger CHARTIER. Op. cit. p. 41-42

reduzem o casamento a artimanhas e à falsidade, ao silêncio cúmplice e à falta de comunicação.¹⁵¹

Na perspectiva de que a dominação simbólica sobre a mulher só a submete se ela contribuir para a sua eficácia, se ela, predisposta por uma aprendizagem anterior reconhecê-la, Carmem da Silva em seus textos fustiga as mulheres a desejarem, uma outra forma de respeito para além daquele dedicado às “rainhas” do lar. Incita-as a refletirem que a vida à sombra do marido as impede de receber dele o respeito devido a um igual. Conclama-as incessantemente à independência, a assumirem o papel de protagonistas em suas próprias vidas e de serem participantes ativas do coletivo social (Bassanezi, 1993)¹⁵². Isso implica em que a mulher reveja seu processo de crescimento e desenvolva sua personalidade sem inserir-se na ordem dos comportamentos de tipo “papel”. Tal recusa pode ficar no nível da rebeldia, em que se pretende apenas rever os valores que estabeleceram tais padrões, ou no nível revolucionário em que a recusa ao papel implica também em oposição à base econômica e política que o determinou e mais ainda, na abolição da própria sociedade que o produziu. A respeito, Heller(1970)¹⁵³ exemplifica com Lênin que embora fosse um inimigo radical de clichês de comportamento, insistiu na conservação de normas tradicionais elementares. (Como exemplo, as relações homem mulher na família e na sociedade)¹⁵⁴

¹⁵¹ Claudia, 02/1964.

¹⁵² Carla BASSANEZI (1993). Op. cit. p. 140.

¹⁵³ Agnes Heller. Id. Ibid.p.101.

¹⁵⁴ Parênteses da autora.

Em permanente comunicação com suas leitoras e delas recebendo continuamente subsídios para seus artigos, Carmem não raro provocava reações e mesmo revolta em algumas delas. Lembra Caloca:¹⁵⁵

... Uma delas, bem casada, de bem com a vida, mãe de cinco filhos que só lhe davam alegria, exímia cozinheira, realizada dona-de-casa, angustiava-se com os empurrões de Carmem, que não se perturbou e respondeu-lhe: “minha filha, evidentemente não falo com você, que é dona-de-casa e está feliz. Fico preocupada é com as outras que reclamam e não reagem. Como fico preocupada com quem não esteja satisfeita em sua profissão, seja médica, engenheira ou secretária. Aproveite o seu estado de felicidade, respire fundo e me convide para o jantar”.

Esse depoimento realça a necessidade de discussão das tensões e conflitos entre a saída e a permanência das mulheres da esfera doméstica, levando-se em conta os modos de vida e as condições gerais de reprodução da vida.

Já bem pálidos estavam os anos dourados quando Cláudia, mesmo contendo-os dentro dos limites do casamento – conforme permitido e aceito na época – começa a valorizar o interesse sexual da mulher e a sua satisfação como um item a ser integrado no todo da harmonia conjugal. Em 1960, o *Jornal das Moças* calara sua voz, sem sequer ter mencionado a

¹⁵⁵ Carlos Alberto FERNANDES (Caloca) Apresentação. In: O melhor de Carmem da Silva. Coletânea de artigos publicados ao longo de 22 anos na revista *Claudia*. Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos, 1994.

importância das relações sexuais no casamento. Neste sentido, a palavra sexo jamais foi escrita na revista.

A modelagem do imaginário feminino a partir de tais publicações, certamente alcançou grande contingente de mulheres adolescentes, jovens e adultas durante os anos dourados (Meneguello, 1995).¹⁵⁶ Não foi possível identificar com dados precisos o quanto tais mensagens foram ou não apropriadas por Lydia da Cunha. Algumas evidências, porém indicam que o caldo cultural que as produzia era o mesmo em que a jovem cresceu e tornou-se mulher.

¹⁵⁶ Cristina MENEGUELLO. Mulher e mídia nos anos 50. Reflexões sobre a documentação. In: Espaço Feminino, v 1/2 , Ano 2, jan./dez. 1995. Universidade Federal de Uberlândia. NEGUEM, p. 88

2 - Entre o idealizado e o real

Casablanca, o filme, continua sendo uma referência. Lançado em 1942, ano que muito depois seria também transportado para a tela trazendo-nos as cálidas e românticas imagens do seu verão, embaladas pela carícia de sua inesquecível trilha sonora, continua sendo um retrato fiel do clima, do drama, e dos sonhos dos anos 40. Fora das telas, 42 foi nada romântico. O mundo em guerra, o holocausto em marcha. No Brasil, um presidente aturdido entre suas convicções pessoais e os compromissos internacionais (Almeida Jr., 1981)¹⁵⁷ assumidos pelo país vê angustiado o esgotamento do seu tempo. Talvez num diversionismo decreta o fim do mil réis, o que o povo efetivamente só faria alguns anos depois, e inaugura a era do cruzeiro, com o qual, nós brasileiros, passamos a adquirir a enxurrada de produtos americanos que invadem nosso mercado, suprimindo fundamentais necessidades: sabonete Lever, batom Helena Rubinstein, rádio Zenith, escova dental Prophilatic, dentre outros.

Lydia entra na década de 40 com seus dezenove anos. Tornou-se adulta, mulher. O trabalho, além do salário traz também uma certa autonomia na vida em família, entretanto, mesmo assim, no dizer da irmã Jorinda, logo que pôde ela “pulou fora”. Esse pular fora da casa paterna na década de 40, tinha quase sempre o mesmo significado: o casamento. E

¹⁵⁷ Antonio Mendes de ALMEIDA JR. O Brasil Republicano. Tomo III. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Vargas. São Paulo: Difel, 1981.

assim foi. Casamento formal, oficial, só viria a acontecer alguns anos mais tarde, mas, nesse 42, Lydia e José Antônio Cunha passaram a conviver. Solteiros ambos, com aceitação recíproca nas duas famílias, a não formalização do casamento, possibilidade levantada por Jó, apelido de Jorinda em família, foi movida talvez pela mesma razão que movia outros militantes comunistas. Benedito, codinome de Cunha, teria preferido menos visibilidade para a união e a companheira.

Os comunistas tinham com relação ao casamento algumas posições mais recorrentes (Ferreira, 1996)¹⁵⁸. Quando se tratava de uma relação pré-existente entre um homem comunista a uma mulher que não o era, a prática consistia em dar uma certa invisibilidade a essa união como forma de segurança mútua, mas principalmente da mulher e filhos. A prática política quase sempre clandestina indicava a prudência dessa posição. Entretanto, quando um homem mostrava-se desejoso de casar, constituir família, era um tanto incentivado, a buscar sua companheira entre as mulheres solteiras, viúvas ou desquitadas que passaram crescentemente a fazer parte dos quadros do Partido.

Considerando-se que a ética comunista de então assimilou quase integralmente os padrões da moral puritana, em que sentimentos fortes como paixões deveriam ser evitados, os parceiros buscariam mutuamente amor, amizade, devoção, não reduzindo a relação apenas ao desejo sexual, apesar de não renegá-lo, mas afirmando o afeto sincero e a

¹⁵⁸ João Saldanha, viveu na década de 50 a curiosa experiência de ter um casamento “arranjado” pelo Partido. O “núcleo dirigente” decidiu que o jornalista deveria casar-se com uma tecelã paulista. Ao que se sabe, Saldanha ignorando a decisão, sumiu por uns meses até que o assunto fosse esquecido. (Jorge FERREIRA, Prisioneiros do mito. Tese de doutorado, USP, SP), 1996. p. 122 e seguintes.

elevada preocupação com o companheiro (Ferreira, 1996)¹⁵⁹. Assim, a partir do ideal maior que comungavam e ao qual todos os demais interesses e motivações deviam estar subordinados, era comum que dois militantes se escolhessem “naturalmente” (Basbaun, 1978)¹⁶⁰.

Lydia, consoante o costume da época deixou de trabalhar fora do lar e passou “bastante tempo sem outra ocupação que não a casa e as filhas”. Retirado este fragmento de um relato autobiográfico, a invisibilidade do marido em suas referências é, no mínimo, curiosa. Todos os pequenos e esparsos dados sobre Cunha foram fornecidos pelas cunhadas Jó e Auzenda e pelas filhas. Nesse tempo, restrita ao espaço doméstico, fomenta seu insaciável desejo de informação e gosto pela leitura, inteirando-se dos acontecimentos através de livros, jornais e revistas. O marido, contabilista atuante era também uma possibilidade constante de manter-se atualizada.

Como já enunciara Trotsky (1905)¹⁶¹ há grande importância de fatores deflagradores externos em determinados processos políticos e sociais num dado país. Um “mundo” em guerra certamente arrastava no processo convulsional muito mais que os campos de batalha territoriais. O Brasil é instado a participar. Simpatizante do Eixo e de seus governantes, Getúlio Vargas viu-se premido entre essa sua preferência pessoal, já até

¹⁵⁹ Jorge FERREIRA, op. cit. pag 101 e seguintes.

¹⁶⁰ Leôncio BASBAUN quando resolveu se casar, em 1923, afirma: “ pensei naturalmente em Silvia, uma moça da JC (...) . Já havia, aliás, entre nós, alguns laços sentimentais, mas no nosso meio, naquele tempo, palavras como amor e casamento eram consideradas estranhas e tipicamente pequeno-burguesas, concessões à sociedade burguesa. “(Leôncio BASBAUN. Uma vida em seis tempos. Memórias, SP: Alfa-Ômega, 1978, p.96).

¹⁶¹ Leon Trotsky (1905) In: ALMEIDA Jr. (1981) op. cit.

mesmo consubstanciada em acordos comerciais e políticos, dos quais a deportação de Olga Benário (Setembro de 1936) é apenas um exemplo e a necessidade de não deixar de lado os compromissos geopolíticos do país e particularmente as fortes relações econômicas com os aliados, nesse tempo os Estados Unidos em particular. Quase 150 anos de subordinação do Brasil à Inglaterra e aos EUA apontavam claramente seus custos. A entrada dos norte-americanos na guerra apressou e intensificou essas cobranças.

Contra-pressões alemães, acabaram sendo atendidas por outras concessões, mas, continuamos a comerciar com os aliados e a fornecer-lhes alimentos. Vultosos empréstimos, entre os quais os US\$ 20.000.000 que possibilitaram a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) alguns anos depois, constituíram também forte "argumento" a pesar na decisão de Vargas. Campanhas de mobilização popular¹⁶² já desde 40 exigiam a declaração do “estado de guerra” entre o Brasil e o Eixo.

Lydia, grávida pela primeira vez, vê 42 encerrar-se trazendo a sua primogênita. Vó Encarnacion, mãe de Cunha, é quem traz Dora à luz, o que viria acontecer também nos seus outros partos. No ano seguinte, muito discretamente participa do esforço de organização da Força Expedicionária Brasileira (FEB) a qual seu irmão Mário e um primo vieram integrar.

¹⁶² A União Nacional dos Estudantes (UNE), criada em 1937, incentivava os estudantes à mobilização pró-declaração de guerra, tendo participação decisiva em termos da mobilização popular. Maria Felisberta Baptista Trindade, em depoimento para este trabalho, relata entusiasmada sua mobilização e a passeata de julho de 1942, quando então aluna do 1º ano ginasial do Colégio Pedro II, saiu às ruas sob a coordenação do professor de geografia Daniel Aarão Reis, tio do historiador, seu homônimo). Literalmente havia o grito de “GUERRA”!

A declaração e a iminente entrada do Brasil na guerra traz à tona o paradoxo: como encarar de frente a luta contra um regime totalitário, um país que vive internamente também uma situação de ditadura? Com essa questão de fundo, esgotaram-se nesse interregno as tentativas de Vargas de recuperar apoio junto às lideranças políticas e militares que o sustentavam no poder e minimizar os desgastes na base popular de seu governo, já então muito significativos.

Com a justificativa do esforço de guerra e da necessidade de manutenção da união e ordem internas intensificou-se a repressão e com isso o desgaste foi se generalizando. “A hora é de união e para mantê-la não hesitaremos em empregar meios enérgicos”, exorta Vargas. A repressão passa da retórica à prática: estudantes e manifestantes antiditatoriais são presos, passeatas são dissolvidas à bala, com mortos e feridos. A ida da FEB para a Itália desvia um pouco a atenção do clima de contenda que entretanto logo recrudescer quando Góes Monteiro, cuja presença ainda mantinha viva a expectativa de uma certa liberalização no governo Vargas, é substituído e transferido para um cargo decorativo em Montevidéo.

Débil e mesmo ferido de morte o Estado Novo passa a ser cada vez mais refém dos grupos políticos oposicionistas: os liberais reagiam aos seus excessivos acenos aos trabalhadores, as oligarquias regionais ao seu centralismo, e os comunistas às suas estratégias repressivas (Gomes, 1994)¹⁶³. Estes puseram-se às ruas clamando por anistia aos presos políticos

¹⁶³ Angela de Castro GOMES. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 187 e seguintes.

do movimento revolucionário de 35. Nas principais cidades criaram-se comitês democráticos pró-anistia com grande potencial de mobilização.

Lydia então já é mãe pela segunda vez. Nem Lúcia bem pequenina e nem mesmo a nova gravidez impedem sua participação no comitê pró anistia em Duque de Caxias. A família, que até então ocupara um imóvel alugado vai sentindo a necessidade de mais espaço e, quando Lígia, a terceira filha, nasce em outubro de 45, já seria recebida na nova casa construída pelo pai.

Providencial mesmo essa mudança porque Lydia já havia trazido para a sua casa, desde o nascimento da pequena Lúcia, a sua avó Laudelina, mãe de Isaura. Agora trazia, também, a irmã Jorinda, que há oito anos residia com a madrinha. Como operária da GE e trabalhando “de sol a sol”, como costumava dizer, a presença da irmã não significa para Lydia um novo arranjo doméstico, que pudesse atender seu desejo de buscar uma maior liberação para sua vida pública. A família crescia, a casa precisava crescer para manter-se em ordem.

Talvez fosse esse o momento sinalizador de uma militância mais assumida e intensa. Vinte e cinco anos, um casamento feliz, três filhas e uma enorme vontade de participar na construção de um novo mundo, possível a partir do final da guerra. Um verdadeiro marco temporal, 1945 assinala o início de um tempo tido por muitos historiadores como o mais rico da história brasileira (Barros, 1990)¹⁶⁴. O Estado Novo moribundo leva

¹⁶⁴ Edgard Luiz de BARROS. O Brasil de 1945 a 1964. São Paulo: Contexto, 1990. p. 8

Getúlio Vargas a buscar alianças até então impensadas, como com os comunistas que avidamente perseguira. Por outro lado, o PCB percebendo toda a potencialidade do momento negocia e consegue a anistia ampla para seus militantes, podendo então trazer à legalidade a mobilização da sociedade que nunca abandonou, mas que a partir daí pode ganhar vigor e visibilidade. Cunha candidata-se a vereador por Duque de Caxias em 1945 obtendo uma suplência. Lydia intensifica sua participação na UFDC-União Feminina Duque de Caxias, que ajudara a fundar, tornando-se sua primeira secretária.. Em um momento desse período, porém, Lydia percebe uma ameaça nesse universo familiar aparentemente perfeito e Tânia, a quarta filha, quando nasce em 1949, parece que vem para acertar o prumo de uma união que oscilava. Quem sabe, repor a ordem na casa...

Segundo as próprias palavras de Lydia, o casamento trouxe-lhe a possibilidade de adquirir revistas e livros, e assim alimentar o seu gosto pela leitura desde a mais tenra idade manifesto. Não foi possível identificar os livros que a jovem Lydia teve em mãos, mas as revistas dedicadas às mulheres, já anteriormente mencionadas, não questionavam em absoluto, pelo contrário, naturalizavam a dupla moral sexual, consentida e até mesmo estimulada nos anos 40/50.

Querida ou Jornal das Moças, provavelmente há tempos inculca-lhe essa ética e seus corolários – como, por exemplo – liberdade para os homens! outra máxima do casamento versão anos 50.

“Os maridos não devem ser incomodados com suspeitas, interrogatórios ou ciúmes das esposas. Permitir que ele

*saía com os amigos, relevar suas aventuras e deslizes – das farras aos relacionamentos com outras mulheres – e procurar atraí-lo para a vida conjugal com afeição e agrados eram os procedimentos aconselhados às mulheres casadas, para conservarem a estabilidade conjugal”.*¹⁶⁵

Taninha, xodó do pai segundo quase todos os depoimentos pode ter sido esse “agrado”, o que na prática reteve Lydia por mais alguns anos nessa vivência: esposa de Cunha, mãe de Dora, Lúcia, Lígia e Tânia e dona da casa onde o provedor a instalara.

“A rua chamava-se 19 de março.(Lígia , 2000)¹⁶⁶ A Prefeitura ou sabe-se lá que a nomeou, não teve coragem de explicitar rua São José. Para a época e para rua chamava a atenção o número 260, porque a casa era muito boa, sólida. Construída com esmero para abrigar a família que crescia. Sempre limpa e conservada, com seus dois elefantes no telhado a indicarem a boa sorte daquela gente. Calçada na frente possibilitava limpar os pés antes de entrar e, à tardinha, a criançada sentar com os pés apoiados na rua ou a brincar de amarelinha, de Pai Francisco, de roda, de mamãe posso ir?, de passar anel...” “Toda murada, com um portãozinho de ferro no meio, que aberto, após três degraus, levava ao jardim.” “Melhor explicando uma área cimentada, como de resto todo o exterior da casa, com canteiros redondos plantados. Num deles um pé de romã carinhosamente cultivado pela dona da casa. (...) Havia plantas também nas jardineiras que rodeavam

¹⁶⁵ Carla BASSANEZI (2001). Op. cit. p. 632

¹⁶⁶ Descrição minuciosa, feita por Lígia, a 3ª filha, que ao nascer estreou a casa

a varanda, (especialmente samambaias) que com seus móveis de ferro pintados de branco e chão em cerâmica vermelha, era alcançada após a escalada de quatro degraus em pedra”.Lydia elegeu-a seu espaço de realização de mulher. Passadas mais de duas décadas, com os residentes reduzidos a três, ela própria, sua filha Lúcia e “vó” Laudelina, contra todos os argumentos racionais dos familiares e amigos, ainda resistia em deixá-la.¹⁶⁷ A casa ampla espaçosa, trabalhosa, com quintal e jardim era um espaço idealizado pela mulher desse tempo histórico, espaço onde podia abrigar, poderosa, sua prole e agregados.

Nas conversas com Jó e Auzenda uma revelação instigante. “acho que Lydia não teria entrado para o movimento” se não tivesse se separado. Não há dados suficientes a uma avaliação precisa, para além de algumas impressões das filhas e irmãs e de algumas evidências comportamentais observadas. A importância dada pela mulher a casamento, família, marido, filhos, nesse período, aponta para o fato de que o episódio da separação, em todo o seu desdobramento, pode ser a matriz interpretativa de um conjunto de atitudes e modos de agir observados em Lydia no movimento e fora dele durante os anos 50 e até que em 1963 adquirisse a condição de viúva.

Nunca se ter filiado ao Partido não faz de Lydia uma não comunista. Casada com um militante e tendo mais tarde parte de sua família, filhas e genros ingressando em suas fileiras, faltou a ela só mesmo

¹⁶⁷ De fato, só alguns anos após a morte de Cunha, Lygia troca a casa por um apartamento no Centro de Caxias

a “carteirinha”. Aliás, Dora, sua filha já por diversas vezes mencionara este fato: mãe era “mais comunista do que nós”¹⁶⁸

Para entender Dora veja-se o trabalho de Ferreira (1996)¹⁶⁹ especialmente no que se refere à identidade e à moral comunista. Peralva e Giocondo Dias igualmente falam dos diversos caminhos que levam ao comunismo. Mais preciso, Dias fala em caminhos que passam “pelo estômago, pela cabeça, pelo coração”. Creio que este último foi o caminho de Lydia: o do coração. Peralva, por outro lado, descreve seus sentimentos assim que se aproxima dos movimentos de esquerda: “comecei logo a sentir (...) e a sonhar os mais belos sonhos de felicidade humana”.

Em linhas e entrelinhas dos escritos de Lydia há uma constância na preocupação com as injustiças sociais, com a desigualdade das condições de vida e uma crença ilimitada de que tudo isso pode ser modificado, como já vinha acontecendo pelo mundo afora, ela acreditava.

Ao chegar à URSS em 1953, em seu caderno de viagem registra: “... agora sim, poderíamos ver com os nossos próprios olhos o mundo de paz e felicidade em que viviam as mulheres soviéticas”; e “a delegação chorou ao deparar-se com fotos de Stalin e Gotwald ” e ainda, após uma visita à casa de uma professora considerou-a harmoniosa e feliz como “são todos os milhões de lares da União Soviética”. A análise minuciosa desses registros, e inúmeros outros não reproduzidos, não deixa

¹⁶⁸ Dora Henriques da Costa em entrevista a autora.

¹⁶⁹ Jorge FERREIRA. Op. cit. Capítulos 2 e 4 especialmente.

dúvida: Lydia era também, como boa parte dos comunistas brasileiros desse período, uma “prisioneira do mito”¹⁷⁰.

É possível que tão consciente estivesse da responsabilidade atribuída a uma militante, que tenha se recusado a compaginá-la com as atribuições de esposa, dona de casa e mãe, às quais conferia primordial importância, carentes que eram de total responsabilidade e dedicação (Jornal das Moças, 1955)¹⁷¹. Vamos à luta; mas com a casa em ordem, já era, parece, uma questão.

Voltando à separação e ao fato dela ter ou não ter sido impulsionadora da atividade de Lydia no movimento de mulheres, é preciso juntar e tecer fios-indícios (Ginsburg, 1989)¹⁷², fios-evidências. Não basta constatar que a atuação de maior visibilidade, a que começou em 1953, ocorreu quando ainda estava casada. Sabemos que as relações acabam muito, muito antes de seus epílogos formais. No caso de Lydia, Jó, a irmã “unha e carne” dá o período subsequente ao nascimento de Tânia, a quarta filha, em 1949, como um prenúncio do fim. Nos dez anos seguintes, o desgaste acentua-se mas a união permanece e a militância ganha corpo e expressão.

Muito para além da verbalização, referiu-se por toda a vida a Cunha como o “meu marido”, padrões conservadores de comportamento e

¹⁷⁰ Termo que Jorge Ferreira designa os comunistas brasileiros das décadas de 30/40 principalmente.

¹⁷¹ A mulher não deve “...descuidar-se dos afazeres domésticos que, além do marido e dos filhos, são a razão de sua existência”. (Jornal das Moças, 27/10/55).

¹⁷² Carlos GINSBURG. A microhistória e outros ensaios. Tradução de Antônio Marinho. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A.

reiteradamente presentes nas publicações dedicadas às mulheres à época e padrões da ética comunista, que impregnavam fortemente o movimento, podem ser apropriados como explicadores dessa posição pessoal diante da separação.

De novo, Ferreira (1996)¹⁷³ ilumina esta questão da ética revolucionária. Em 1995, o Comitê Central divulgou um texto intitulado A Moral Comunista (Silva, 1996)¹⁷⁴ para todas as bases do partido. As idéias centrais do documento refletem as preocupações dessa ordem no interior da organização. Os militantes (...) teriam parâmetros seguros para comportarem-se de acordo com a moralidade revolucionária. Inicialmente afirmavam que:

*“A nossa moral exprime o que há de mais nobre e elevado na Humanidade (...). Prestes encarna o exemplo do militante do mais alto padrão de moral comunista, aperfeiçoou nele determinadas qualidades morais e pauta sua conduta sempre por interesses do proletariado: definidade, firmeza, combatividade, coragem, espírito de sacrifício, fraternidade.”*¹⁷⁵

Mais adiante, declaravam que:

¹⁷³ Jorge FERREIRA. Op. cit.p.101-117.

¹⁷⁴ Josefa Paulino da Silva, líder camponesa no Estado do Rio de Janeiro, casada com José Pureza, também militante, em entrevista sobre sua adesão ao partido falava entusiasmada da “moral elevada” de seus membros e das boas relações que homens e mulheres mantinham dentro do PCB. Casada com José desde 1942 observou que ele se tornou um homem muito mais sério quando “virou comunista” em 1945.

¹⁷⁵ Citado em Edgard Carone. O Marxismo no Brasil. Vol. I. Rio de Janeiro: Dois Pontos,1986.p.250-251.

“... é necessário espírito de abnegação. A revolução não se faz sem sacrifício. (...) Cada um de nós dará a vida pela revolução.”

Finalmente, exigiam do militante:

“... o respeito pela mulher. Quem não domina o impulso sexual dentro do Partido não pode ser um revolucionário. (...) Não somos contra o divórcio mas devemos dar exemplo de fidelidade conjugal.”

Este é o ponto que se quer perscrutar: ideologicamente comunista, Lydia também internalizou a moral comunista e em sua relação conjugal por ela pautava-se. Quando Jó fala de sua enorme mágoa com a separação, é possível que estivesse aí presente a impossibilidade de aceitação da transgressão ética do marido, algo tão “pequeno-burguês” como a infidelidade conjugal com a secretária de seu escritório de contabilidade.

Daí a insistência no episódio da separação como matriz analítica de um certo jeito de posicionar-se no mundo, que adota a partir de então. Separando-se com pouco mais de 30 anos e tendo seu vínculo conjugal interrompido de forma unilateral, Lydia permaneceu “casada” por toda a sua vida, como se rejeitasse o papel não esperado de desquitada/separada.

Dora, sua filha, que entre os traços marcantes de sua personalidade tem o da objetividade aceita a possibilidade, em princípio, como suposto. Apenas simplifica: ela era apaixonada...¹⁷⁶

Esse desvendar do ser, como forma de entender o fazer é um caminho escolhido a partir da perspectiva da história das mentalidades. Isto faz especial sentido quando se considera a natureza do fazer e, no caso de Lydia e das ativistas dos movimentos femininos dessa época, a sua imbricação total com o ser. Na perspectiva da Ordem na casa e vamos à luta, era preciso, para haver luta, que houvesse uma casa... e que estivesse em ordem. “O chão da copa era em pastilhas brancas que mamãe exigia limpíssimo e que Lúcia sabia como ninguém fazer brilhar. Dora cuidava mais da arrumação da sala e quartos. Todo o sábado de ponta a ponta a casa era lavada e encerada; óleo nos móveis, álcool nos vidros e espelhos; kaol nos metais. Um brinco”¹⁷⁷. Ordem aqui tomada muito mais pelo simbólico do que pelo concreto. E há muitos símbolos a considerar na maneira como Lydia organiza sua vida no movimento. Ordem na casa era o cuidado com as filhas, a proteção, a vigilância, a formação, a ida aos bailes como companhia, o clima receptivo criado na casa, para “atrair para si” e não “fugir de si”. “Ao lado da porta dois basculantes verticais ajudavam na circulação do ar e mais tarde, quando as “meninas” já namoravam, permitia uma visão melhor e evitava os arroubos de namorados mais afoitos.”

¹⁷⁶ Fotos do casal nos primeiros anos de vida conjugal mostram-nos como belas pessoas fisionomicamente . Cunha porém era particularmente bem apessoado. “Papai era lindo! É unanimidade entre as filhas. Em várias dessas fotos, ao lado de uma impávida figura masculina, há uma figura feminina aparentemente fascinada.

¹⁷⁶ Descrições da casa e da vida familiar feitas por Lígia da Cunha.

Ordem na casa era o cuidado com o marido, doente dos rins e carente de zelo: a água mineral Prata sempre disponível, o corte específico de carne combinado com o açougueiro. Tal necessidade de cuidados certamente encontrou eco naquela ancestral condição de mulher – conhecer-se e admitir-se como nutriz. E Lydia alimentou seu marido durante o período em que estiveram separados ... até a sua morte. “Na copa havia mesa e cadeiras, buffet, bar e a geladeira, redonda e branca, tão boa que está em atividade até hoje. Nela sorvetes caseiros que mamãe fazia (o de milho era o preferido), pudins, refrigerantes, água mineral para papai, manjar, pavê...”.

“Era na copa que se faziam as refeições. Era o ponto de encontro da família. (...) almoços dos domingos. Dia de nhoque, carne assada, macarronada, arroz de forno, galinha ensopada. (...) Mamãe cozinhava sempre com uma de nós de ajudante, e nós lavávamos a louça”.

Ordem na casa era o cuidado com a “vó” Laudelina, que Lydia trouxera para junto de si, também naturalizando que o cuidado dos doentes e idosos é inerente à mulher. Ordem na casa era por fim valer-se de uma outra mulher que numa simbiose/complementaridade perfeita lhe possibilitasse estender o tempo, para além do seu; a capacidade de prever e prover a materialidade da vida familiar, para além de suas próprias condições físicas e disponibilidade. A contribuição de Jorinda foi certamente decisiva para que Lydia sentisse a necessária liberação para dedicar-se intensamente ao movimento na década de 50, quando as filhas pequenas requeriam ainda muita atenção.

Essa irmã/cunhada agregada funcionando como extensão da mãe de família era um arranjo muito comum por essa época. É possível que em muitas dessas mulheres também estivesse presente um certo conformismo ressentido, como o expresso por D. Brites, em *Lembrança de Velhos*¹⁷⁸.

*A mulher solteira não tem projeção social. (...) Na escala social existe em primeiro lugar a mulher casada, em segundo lugar, a viúva, em terceiro lugar, a desquitada, em quarto lugar ... a solteirona.*¹⁷⁹

Ordem na casa era no imaginário da mulher desse período uma pré-condição para sua saída para o espaço público. Além do mais, a saída dessas mulheres do espaço doméstico tinha como principal razão de ser a elevação da qualidade desse próprio espaço privado, portanto a melhoria das condições de vida familiar. A realização dessas mulheres estaria pois associada à sua condição de filha, esposa, mãe, irmã enquanto suas lutas visavam à família e, suplementarmente, à sua condição de cidadã enquanto suas lutas dirigiam-se à sociedade como um todo.

Com a casa em ordem, Lydia pôde enfim ir à luta. Ainda que fosse uma ordem relativizada, pois o nascimento de Tânia não foi

¹⁷⁸ Ecléa BOSI. *Memória e Sociedade. Lembrança de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979, p.239.

¹⁷⁹ Num caldo cultural em que o casamento era a porta de entrada para a realização feminina em sua essência e o objetivo de vida de todas as mulheres solteiras, o não casamento, o permanecer solteira além da idade prevista acabava estigmatizando a mulher, imputando-lhe mesmo uma impossibilidade de ser mulher, o que não raro traduzia-se numa auto e hetero desqualificação e em abusos dos familiares em relação à sua pessoa. À tia Jó porém, não estava reservado o destino de muitas outras mulheres, que acabavam renunciando à constituição de sua própria família. Em 1956 casou-se deixando a casa de Lydia, retornando por alguns anos após o fim dessa união.

suficientemente eficaz para trazer Cunha de “volta” ao lar. Volta em sentido simbólico, uma vez que a saída concreta só se efetivaria em 1960¹⁸⁰. Os conselhos dirigidos às mulheres sobre como lidar com as infidelidades dos maridos, sempre avaliadas como naturais, mas superficiais e portanto passageiras, nada mencionam sobre a possibilidade de sentimentos mais fortes e duradouros, diante dos quais as receitas comportamentais poderiam não surtir o efeito proclamado.

A questão de Jó e Auzenda retorna agora mais presente, mas sem chances de respostas, apenas de possibilidades explicativas. Mergulhar no movimento intensamente a partir de 1953, inclusive disponibilizando-se para viagens, algumas de longa duração, teve alguma outra motivação para Lydia além do seu já identificado espírito combativo e senso crítico em relação às injustiças? De sua consciência da necessidade de se organizar a sociedade? É certo que o móvel principal está na causa em si, mas não deixa de ser curioso perscrutar possibilidades complementares: viajar por dois meses é abrir perigosamente um espaço? É atrair para si um novo foco de atenção e interesse? É ausentar-se da problemática cotidiana, buscando novas realizações? É tudo isso ou nada disso?

Durante as viagens internacionais dessa década, 1953, 1955, 1958 e 1959, Cunha, que sempre a incentivou a fazê-las, inclusive financeiramente, transbordava sua atenção de pai¹⁸¹ fazendo-se mais

¹⁸⁰ Paixão, ética puritana, cultura feminina da época, o fato é que Lydia embora sofresse com a infidelidade do marido, não desejava a separação. (nota da autora).

¹⁸¹ “Não lembro de muita coisa sobre a chegada de mamãe, lembro da partida, das bonecas enormes que ela nos enviou pelo navio e fomos buscar com papai. Dia em que almoçamos na Sears, com ele. Relato de Dora à autora.

presente ainda junto às meninas, procurando deliberadamente suprir a ausência da mãe, destarte os cuidados da tia Jó e da “vó” Laudelina, ainda em condições de dar alguma ajuda. As lembranças das meninas são muito afetuosas em relação ao pai. Lembram das histórias de terror, que contava, p’ra assustar de mentirinha, das brincadeiras na cama, da orientação nas tarefas escolares, principalmente nas de Matemática. Lembram de sua intermediação para abrandar punições ou conseguir licenças, nem sempre exitosas, mas sempre tentadas com empenho. Era menos exigente que a mãe. Cada uma, a seu modo, privatiza essa relação com o pai. Dora assume-se sem rodeios a preferida. E Tânia também. Lúcia diz-se apaixonada por ele e que aos 14 anos passa a ajudá-lo no escritório sempre que a escola permite. Lígia, segundo Lúcia, fazia com ela a dupla do meio. Até hoje as três primeiras são reféns de Tânia com relação a um jogo misterioso entre ela e o pai. Consistia numa troca de cochichos que a ninguém mais caberia saber. “Só nós dois sabemos”, diziam. Hoje, quase 40 anos passados, Tânia, marotamente reafirma que não pode contar a ninguém...

Curiosamente, entre a primeira e a segunda viagem, a mocinha que aos 20 anos sobrepusera-se aos costumes da época dispensando as núpcias formais, delas veio a fazer questão e, ao organizar em 1954, em sua própria casa, o casamento da cunhada Isaura, irmã de Cunha, oficializou também a sua união. Só então nasceu Lydia da Cunha. Manter a identidade de solteira não agregando o sobrenome do marido, embora tivesse previsão legal sua prática não era difundida. Lydia adotou o sobrenome do marido como era o usual naquela época. No caderno em que registrara, no ano

anterior, sua viagem a URSS orgulhosamente riscou o sobrenome Dias Alves, com dois traços de caneta de cor diferente e acima deles escreveu Cunha.

Que razões práticas, sentimentais ou éticas terá tido Lydia para desejar essa união extemporânea? Com a vida familiar em desordem teria ela mimetizado nos ritos nupciais a própria ordem?

Casaram-se só no civil porque religiosos não eram, e, como a tradição da época, na própria casa, devidamente engalanada para a solenidade. Flores em *corbeilles* vieram dar mais elegância à bonita sala reservada para os grandes acontecimentos da família, aniversários, casamentos ou jantares de visitas muito especiais, entretanto, Lígia, relata, “designada como sala de jantar tinha móveis próprios para a ocasião, embora pouco tenha presenciado jantares. Cristaleira cheia de taças de cristal, bar todo espelhado por dentro, buffet, mesa e cadeiras de madeira de excelente qualidade (...) iluminados por um lustre de cristal enorme, cheio de pingentes, orgulho da dona da casa”. Anos mais tarde, em 1963, a sala serviu também para o casamento de Dora, única e última ocasião em que Cunha lá esteve, desde que em 1960 saíra de casa, uma vez que faleceu meses depois. Foi também ali que Lydia comunicou às filhas Lúcia e Lígia, com visível e profunda dor, a morte do pai¹⁸². Sua solidão fora legalizada. Tornara-se viúva.

¹⁸² Como costume da época, as crianças eram mantidas fora, tanto quanto possível, do mundo adulto e muito particularmente da vida conjugal dos pais. O que se presume dos retalhos da memória reunidos é que Cunha negava a relação extra conjugal, mesmo após um flagrante ocasional. Quando deixa a casa, passa a residir sozinho, nunca admitindo, pois, a relação.

É possível que a vistosa casa e seus aparatos tenham sido motivadores da legalização da união. Muito mais pelo simbólico, provavelmente. A dona de casa Lydia considerava esse o espaço de sua família que nele viveu por mais de vinte anos. Lígia, falando em nome próprio e no das irmãs relembra: “Nossa casa era muito asseada e confortável, apesar das condições locais.¹⁸³ Havia o gosto pela música, pelo estudo, pela política, pela amizade. Ali brincamos, rimos, crescemos, nos divertimos, cultivamos valores, aprendemos, divergimos, sofremos, namoramos. Dali saímos para o mundo, para novas vidas mas, sobretudo, ali amamos e fomos amados.

¹⁸³ “(...) quando chovia a rua enchia, o valão transbordava e isto era um grande problema para os moradores pois a água entrava nas casas de nossos vizinhos. Mas não na nossa. (...) após a chuva a água demorava muito para baixar, às vezes mais de um dia. Meu pai bonito e elegante nos seus ternos de linho, como sair de casa para trabalhar? Ou como voltar para casa? Era um problema. Ele resolveu da seguinte maneira: levava duas cadeiras. Na água colocava uma cadeira e subia nela. Colocava a segunda cadeira na frente, distância de um passo, e passava para esta. Pegava a primeira cadeira que ficava atrás e passava para a frente, para o seu próximo passo. E assim evoluía pela água, sem se molhar ou sujar. Quando ele chegava em lugar seco, nós íamos pegar as cadeiras. Relato de Lúcia da Cunha.

Figura iiv - Família Cunha em 1954

E VAMOS À LUTA

A Internacional Comunista

.....

*À opressão não mais sujeitos!
Somos iguais todos os seres
Não mais deveres sem direitos,
Não mais direitos sem deveres.*

.....

*Bem unidos façamos,
Nesta luta final
Uma terra sem amos
A Internacional*

.....

IV - ... E VAMOS À LUTA

1 - Democracia liberal e movimentos feministas no Rio de Janeiro

Capital da República durante quase todo o período histórico tomado referencialmente, o Rio de Janeiro constituía-se no centro irradiador de cultura para todo o país, onde palpitavam e de onde emergiam toda a sorte de possibilidades de transformações cogitadas então. Na condição de capital federal dispunha do aparato necessário à comunicação com os demais estados e cidades brasileiras, com outros países e organismos nacionais e internacionais. Por esses motivos e por ser o “locus” de atuação de Lydia da Cunha é que o trabalho está delimitado à cidade do Rio de Janeiro. Tal escolha metodológica porém não exclui que se estabeleça, sempre que oportuno, a rede de relações pertinentes em outras regiões.

Em queda livre, a feroz ditadura implantada em 1937 vai esgotando-se à medida que avançam os anos quarenta (Barros, 1990).¹⁸⁴ Vargas vê articularem-se numa frente de oposições todos os que se opuseram à revolução de 1930, os que se sentiram por ela traídos, os que se desentenderam com a cúpula dirigente, os que assinaram o Manifesto dos Mineiros, enfim todos os que a rejeitaram de primeira ou última hora.

¹⁸⁴ Edgard Luiz de BARROS. O Brasil de 1945^a 1961. São Paulo: Contexto, 1990. p. 18-20.

Liberais comunistas e oligarquistas regionais constituíam esse tripé de oposição (Almeida Junior, 1981).¹⁸⁵

Reafirmando Trotsky, o quadro político interno é sempre sobredeterminado pelo externo: a vitória das forças aliadas contra o nazifascismo na Europa bafeja o mundo com uma irresistível onda de otimismo democrático que, entre nós, agudizam as insatisfações com o autoritarismo vigente inflando e fazendo crescer incontrolavelmente os movimentos reivindicatórios: anistia, liberdade partidária, Assembléia Nacional Constituinte.

Reunidos em seu I Congresso, escritores brasileiros tornam público o seu manifesto pela volta da democracia e pela realização de eleições pelo sufrágio universal, direto e secreto. Elaboram o manifesto os escritores Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Sérgio Milliet, Aníbal Machado, Jorge Amado, Caio Prado Júnior... Mais e mais Getúlio vê-se acuado.

Hábil articulador, Vargas, em 1945, embora sentindo o esgotamento do seu tempo, quanto mais vê aumentar a tensão, mais engendra meticulosas e engenhosas manobras de bastidores. Deseja e ainda acredita ser possível manter-se no poder. Começa então a sinalizar com as concessões. Em fevereiro faz promulgar a Lei Constitucional nº 9 fixando eleições gerais com datas a serem marcadas dentro de 90 dias; em 18 de abril concede anistia a todos os presos políticos; em seguida libera o

¹⁸⁵ Antonio Mendes de ALMEIDA JUNIOR (1981) Op.cit. (passim)

funcionamento dos partidos políticos e a rearticulação do movimento operário. Finalmente em maio são marcadas as eleições para o dia 2 de dezembro.

A articulação com os comunistas foi uma importante sacada política de Vargas. Credenciado pela concessão da Anistia que livrou dos cárceres, da clandestinidade e do exílio centenas de militantes (cerca de 600), busca o apoio daquela que sabia ser a única estrutura partidária sólida apesar da ilegalidade. Sabe de sua enorme capacidade de mobilização junto aos sindicatos, ao movimento estudantil e outros. Por outro lado, os comunistas anseiam pela visibilidade e pela possibilidade de finalmente poder apresentar seus candidatos com a própria legenda, não mais utilizando o recurso das siglas de fachada (Barros, 1992).¹⁸⁶ Além do mais, no jogo político que se delineia então, Vargas ainda parecia ser, aos dirigentes do Partido Comunista, a opção menos ruim. Prestes, que negocia pelo PCB, liberto após 10 anos de prisão, não perde de vista a orientação partidária: em nível internacional, aliança contra os setores fascistas e de extrema direita; em nível local, apoio às propostas comprometidas com a democracia e de maior apelo junto às massas urbanas (Ferreira, 1996).¹⁸⁷

¹⁸⁶ Edgard Luiz de BARROS. Op. cit. p. 19-20

¹⁸⁷ Com a liberdade de Prestes tornou-se possível a enormes contingentes de militantes conhecer afinal o seu líder. Conhecê-lo e mostrá-lo. Para aqueles que nos cárceres ou nos pobres e miseráveis esconderijos haviam estado ocultos nos últimos anos, a questão da visibilidade tem particular significado. Prestes exercia um extraordinário fascínio sobre todos, o herói legendário da Coluna, o Cavaleiro da Esperança, o mártir sofrido e destemido da causa comunista. Multidões (aproximadamente 100.000) reuniram-se para aplaudi-lo em delírio no Estádio do CR Vasco da Gama (RJ) e no Pacaembu (SP) imediatamente após a anistia. Jorge FERREIRA, (1996). Op. cit. p. 228-231.

Ainda assim, na primeira reunião plenária do Partido após a anistia fez-se a autocrítica da forma pela qual foi concedido esse apoio.

Com as concessões e as articulações feitas Getúlio Vargas sente-se credenciado a revelar sua verdadeira intenção: desempenhar o recém-adquirido papel de democrata e conduzir o país no processo de redemocratização. E convence o povo a tomar como seu o querer de que continue a frente do governo. O “queremismo” - queremos Getúlio ou Constituinte com Getúlio – ganhou as ruas, graças a enorme capacidade mobilizadora dos comunistas e dos movimentos de trabalhadores. Insuficiente porém para desestruturar as forças oposicionistas¹⁸⁸ aglutinadas em torno das candidaturas presidenciais do brigadeiro Eduardo Gomes (pela recém organizada União Democrática Nacional – UDN) e pelo general Eurico Gaspar Dutra (PSD). Com o Partido Comunista crescendo aceleradamente temia-se um acordo secreto entre Vargas e Prestes porém, em 29 de outubro de 1945, um conturbado enfrentamento de forças políticas culminou com a deposição de Getúlio Vargas. Sem oferecer qualquer resistência, o ex-ditador deixou o governo após 15 anos, não sem antes profetizar: Eu voltarei!

Apesar do arejamento dos tempos iniciais da elaboração e promulgação de uma Carta Magna democrática, caracterizou-se o período 1945-1964 pela construção de uma certa representatividade formal, com

¹⁸⁸ O golpe que depôs Getúlio aglutinou em torno do projeto de retomada do poder do qual foram aliados após a revolução de 30, empresários, banqueiros, latifundiários, militares de alta patente, anti comunistas convictos, liberais quando necessário. Não movia a nenhum desses grupos qualquer interesse por transformação no sentido de participação de massas populares nas decisões políticas. O “Façamos a revolução antes que o povo o faça” não era retórica em 30, nem tampouco em 45. (nota da Autora)

relações relativamente abrangentes e os três poderes aparentemente autônomos. Havia uma certa liberdade, porém frágil demais para desencadear dinamismos eficazes de democratização. Ainda assim até há alguns anos atrás, foi o que de melhor existiu no Brasil e deveria ter sido preservado(Barros, 1996) ¹⁸⁹

Os anos de 45 e 46 foram aqueles “em que as ruas abriram suas bocas e os muros passaram a escrever”.¹⁹⁰ Conquanto os comunistas nunca tivessem abandonado a prática do discurso e a pichação de muros, ainda assim a afirmação de Montenegro parece procedente. Balizados pelo sopro de alívio que o final da segunda grande guerra ensejou, homens e mulheres (re) organizaram-se em movimentos reivindicatórios os mais diversos: há um mundo a reconstruir. Aqui no Brasil há um país a se fazer, um anseio por uma democracia ainda não verdadeiramente vivida.

Desde os anos 30 e mesmo antes, o projeto de mobilização popular das mulheres aparece atrelado ao projeto político partidário do PCB. Reprimido violentamente no período de exceção reaparece em meados dos quarenta com novo vigor na mobilização pela anistia aos presos políticos, em sua maior parte comunistas. Com formulações variadas nos Congressos do Partido a tese “Acelerar a organização de um poderoso movimento feminino de massas” é reafirmada e viabilizada. São criados os Comitês de Mulheres pela Anistia. Vitoriosos em seu pleito, não só pelo seu poder de pressão mas porque Getúlio precisava do apoio do PCB,

¹⁸⁹ Edgard Luiz de BARROS. Op.cit. p. 8

¹⁹⁰ Ana MONTENEGRO. Op. cit. (s/d) p. 63 e seguintes.

transformaram-se em Comitês de Mulheres para Democracia pois, era preciso que não se deixasse dispersar o potencial de mobilização já atingido. A posição comunista era muito clara – “nenhuma questão diz respeito exclusivamente às mulheres trabalhadoras”, porém, dada a conjuntura, indicava como estratégia de ação: “em toda a parte onde a conquista de poder se coloca claramente, os partidos comunistas devem saber apreciar o grande perigo que representam para a revolução massas inertes de operárias, donas de casa, empregadas e camponesas não liberadas das concepções burguesas e não vinculadas de alguma forma ao grande movimento de libertação que é o comunismo (Manifestes... apud Lobo, 1991).¹⁹¹ Como se vê, a tese da Internacional Comunista formulada há mais de duas décadas mostra-se perfeitamente atual.

Crescentemente ocupando espaços públicos nas escolas e universidades e engrossando os contingentes da população economicamente ativa¹⁹², as mulheres caminhavam céleres em direção ao que consideravam, então, o horizonte desejável para o seu posicionamento no mundo – a igualdade como utopia. Por outro lado, uma outra utopia assentada na perspectiva de construção de uma nova sociedade regida por um outro modo produtivo percebe a importância de captar, (cooptar?) todo esse contingente que começa a se mover. Daí que o “Ordem na casa e vamos à luta” faz cada vez mais sentido e por essa “trilha” se vai buscando

¹⁹¹ Manifestes, Théses et résolutions des 4 premiers Congrès Mondiaux de l'Internationale Communiste (1919-1923), ed. Fac-simile, Paris: Maspero, 1970. In: Elizabeth de Souza LOBO. A classe operária tem dois sexos Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 210.

¹⁹² Em 1998 as mulheres correspondiam a 41% da população economicamente ativa (PEA) Fonte: IBGE. PNAD/98 – Elaboração: DIEESE.

desvendar as tensões entre as solicitações da esfera pública (a necessidade de sair) e os estatutos da esfera privada secularmente sedimentados (a contingência de ficar), e quem sabe tudo isso “entretido” com insondáveis motivações do íntimo¹⁹³ o ambíguo desejo de sair e ficar.

Ao transportar para as ruas as preocupações com os lares, essas mulheres buscavam para si, e em si mesmas, a legitimação de suas saídas. Por outro lado, a orientação ideológica e metodológica de organizar esse contingente populacional que começa a conquistar o espaço público reitera e ratifica essa tensão entre a rua e a casa, opera nessa obscura área do imaginário feminino, buscando talvez o melhor “dos dois mundos”.

Não questionada pela ética comunista¹⁹⁴ ou pela moral conservadora liberal, a família burguesa tradicional está fortalecida no contexto histórico aqui considerado. Papéis do homem e da mulher estão pois bastante definidos e (re)valorizados: a centralidade/autoridade do homem (pai/marido); a importância e a nobreza do papel coadjuvante da mulher nessa organização familiar (a mãe extremosa, a esposa devotada, a filha obediente) ou seja, a aceitação, validação e reprodução dos papéis culturalmente atribuídos aos homens e às mulheres. Não revista pela base a estrutura familiar mantém-se inalterada, perpetuando relações e papéis. A

¹⁹³ No século XVIII, principalmente após a segunda metade, as mulheres foram conseguindo um espaço público cada vez maior, que os homens do século XIX obstinadamente decidem refrear. Tal freio concretiza-se pela reclusão ao espaço físico doméstico propriamente dito e pela exclusão da participação em atividades como artes, literatura, comércio, política... As mulheres entretanto conseguem ir penetrando por todas as frestas possíveis buscando sair do círculo restrito a elas destinado: sair fisicamente para os espaços públicos (ruas, praças) e para os espaços reservados proibidos (cafés, mitin,...), sair também moralmente das regras que as limitavam. A luta por direitos civis e políticos é em resumo a luta pelo reconhecimento da individualidade. Michelle PERROT. Sair. In: PERROT e DUBY (orgs.) Histórias das Mulheres no Ocidente. P. 461 a 492.

¹⁹⁴ Refere-se aqui à ética comunista prevalecente uma vez que, no momento pós revolucionário, Alexandra Kollontai, por exemplo, propunha uma revisão radical nos padrões constitutivos da sociabilidade humana virando de “ponta cabeça” a concepção de família então vigente. Percebe-se pois que seus dolorosos embates com Lênin de pouco adiantaram. (nota da autora)

maternidade, como destinação primordial da mulher é naturalizada e exaltada. Bem reveladora é a fala de Maurer (1946):¹⁹⁵, “a mulher soviética merece nossa gratidão (...) por ter demonstrado que o trabalho pode perfeitamente ser combinado com a felicidade do lar; que os filhos podem ficar satisfeitos e em segurança quando as mães têm encargos fora do lar. Veiculada em publicação de 1946 a inequívoca mensagem passada às brasileiras é a de que o trabalho feminino numa sociedade socialista não deve ameaçar a organização familiar. O preço que os comunistas esperavam que as mulheres pagassem por sua liberação era bastante elevado: o trabalho doméstico continuava indiscutivelmente “coisa de mulher”; o trabalho fora do lar era, ao mesmo tempo, apresentado como condição de respeitabilidade diante do homem e da família. A liberdade desejada consistia pois em acomodar duas jornadas de trabalho: para o homem (família) e para o capital (Pena, 1981)¹⁹⁶. Ou para o lar e para as causas públicas. Ordem na casa, e vamos à luta!

Analisando o discurso dessas mulheres sobre si mesmas e umas sobre as outras observa-se que, às vezes de forma velada, às vezes explicitamente, permitiam-se essa saída para o espaço público como forma de melhor desempenhar seu papel no espaço doméstico, ou pelo menos, com a intenção de compaginar seus papéis nos dois espaços o mais

¹⁹⁵ Rose MAURER. “As mulheres soviéticas”. In: *Divulgação Marxista*, nº 10, 15/11/46. p.80

¹⁹⁶ Maria Valéria Junho PENA. *Mulheres e trabalhadoras. Presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 215

harmoniosamente possível, de maneira que a um atendendo, ao outro nada deixe por atender, como por exemplo, sugerem algumas palavras de Lydia da Cunha sobre Arcelina Mochel Goto, por ocasião de seu falecimento:

“... enfrentando às vezes situações extremamente delicadas e violentas com rara coragem para uma mulher. Mas, que ao lado dessas qualidades cultivava com extremo carinho a de ser dedicada mãe e companheira, esposa e amiga de sua prole, seu esposo e sua família. Com seis filhos pequenos procurava com grande despreendimento conciliar a vida do lar e a causa feminista no Brasil”. (Lydia da Cunha, 1974).¹⁹⁷

Não questionando as relações sociais e domésticas que oprimem a mulher e a condenam continuamente à subalternidade, perpetuando relações e papéis que mantêm inalterada a monolítica estrutura familiar existente, o feminismo marxista desloca a causa das mulheres para a da revolução da sociedade, sustentado na tese de que a sua opressão é resultante dos padrões relacionais da sociedade capitalista. O suporte ideológico fornecido pelo PCB aos movimentos de mulheres também desloca o eixo de lutas: em lugar da construção de uma nova relação em família, busca-se uma melhor condição desta na sociedade.

Assim encomendado, esse projeto de mobilização adota novas estratégias, mantendo, porém a orientação básica característica desse período: objetivos diversificados e abrangentes em que as causas sociais

¹⁹⁷ Trecho do necrológio proferido por Lydia nos funerais da feminista Arcelina Mochel Goto, em agosto de 1974.

preponderam sobre as causas especificamente femininas. Podia-se dessa forma lutar contra a demolição de uma favela, pela instalação de creches ou bibliotecas infantis, pela independência econômica nacional, contra a carestia, pela paz....

Para conseguir unir e esclarecer as mulheres lançava-se mão dos mais diversos recursos e estratégias: criação de cursos de alfabetização de adultos (para mulheres), cursos de corte e costura, trabalhos manuais, confecção de bolos decorados (Trindade, 2000)¹⁹⁸, comemoração festiva de datas significativas como o Dia Internacional da Mulher, Dia das mães, 1º de maio, Dia Internacional da Infância, Natal, etc... Essas iniciativas, com forte viés assistencialista constituíam-se apenas em atividades dinamizadoras que deveriam deslanchar processos de mobilização mais amplos e orgânicos. Muitas vezes os núcleos surgiam em torno de uma necessidade premente para a população local como uma bica d'água, uma escola para o bairro, o calçamento de uma rua, a limpeza de uma vala...

Extremamente mobilizadora era a alta do custo de vida que penalizava toda a sociedade e sobremaneira as donas de casa mais pobres, sobre quem repercutiam diretamente suas conseqüências. Foi principalmente em torno dessa questão que os núcleos rapidamente se expandiram por várias cidades em vários estados do Brasil, com denominações diversas: comitês femininos, comitês democráticos, ligas

¹⁹⁸ Maria Felisberta B. Trindade (depoimento oral): As estratégias utilizadas para atrair mulheres às associações, nem sempre eram "bem vistas" por alguns membros do Partido. Por exemplo, o sobradinho da Venda da Cruz (São Gonçalo, RJ) cedido por Armando Ferreira, médico e militante, para sede da associação local, não raro era objeto de críticas por ali se reunirem mulheres para aprender a costurar e fazer bolos. Os críticos acabaram vitoriosos e o prédio foi cedido para outros fins.

femininas, união feminina e várias outras, de estado a estado, de cidade a cidade e mesmo de bairro a bairro como no caso do Distrito Federal.

No município de Duque de Caxias, onde passou a residir após o casamento, Lydia da Cunha participa do Comitê Pró-Anistia e, após a conquista desse pleito, de sua transmutação em União Feminina Duque de Caxias (UFDC), passando a ser sua secretária. Nessa época, com Dora, Lúcia e Lígia bem pequenas, Lydia prefere contribuir sem alargar demais seu raio de ação.

Quando se menciona na apresentação o possível desejo de Lydia ter seu arquivo pessoal tornado público, não fica explícito o que se vai percebendo ao longo do seu estudo. Lydia revela os fatos ocultando-se neles. Por exemplo, é imprecisa e mesmo conflitante em diferentes fontes o tempo do seu ingresso na Federação de Mulheres do Brasil. Seu relato autobiográfico o situa em torno em 1953, quando é indicada como delegada ao Congresso de Copenhague, entretanto, sua convivência com Alice Tibiriçá, fundadora e primeira presidenta da FMB, que faleceu em 1950, credenciam como verdadeiras as informações de que tal ingresso tenha ocorrido em momento anterior (Tibiriçá Miranda, 1980).¹⁹⁹ Quanto mais não seja pelo fato das ligas e uniões locais serem embrionárias da Federação que só ganharia estatuto jurídico em 1949.

¹⁹⁹ Maria Augusta TIBIRIÇÁ DE MIRANDA em seu livro *Alice Tibiriçá lutas e ideais*. RJ: PLG, 1980 menciona às páginas 102/103: Alice exerceu o cargo (...) até a sua morte, (...) ao lado de proficientes mulheres brasileiras como fundamentalmente, Nuta Bartlet James, Arcelina Mochel Goto, Lydia da Cunha, Ana Montenegro (...)

Pela natural condição de capital federal o Rio de Janeiro constitui-se no centro irradiador de cultura para todo o país, onde palpitam e de onde emergem toda a sorte de possibilidades de transformações cogitadas então. Em 1946 está efervescente. Em julho o jornal “Folha do Dia” organizou um encontro – Mesa Redonda Bárbara Heliodora – para a discussão de temas de interesse da mulher: saúde, criança, reforma agrária, arte. O evento, que durou vários dias, contou com a participação de mulheres já com certa visibilidade no movimento²⁰⁰ e teve a presidi-lo a destacada figura de Alice Tibiriçá.

Com os núcleos, ligas e uniões locais multiplicando-se, rapidamente vai-se impondo a necessidade de congregar e dar corpo a esses diferentes espaços de luta. O Instituto Feminino para o Serviço Construtivo²⁰¹ (IFSC), criado em 28 de outubro de 1946, constituiu-se nesse indispensável espaço de aproximação e troca possibilitando a realização de trabalhos unificados e de caráter mais amplo. Possibilitou também a articulação com entidades similares de outros estados gerando e gestando o embrião da Federação de Mulheres do Brasil.

Logo após a sua constituição, em 1946, foi o IFSC formalmente convidado a participar da reunião do Conselho da Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM) a realizar-se em fevereiro do ano seguinte em Praga. Em reunião especialmente convocada para discutir a

²⁰⁰ Branca Fialho, Otávia Konder, Nuta Bartlet James, Rosa Bittencourt, Maura de Sena Pereira, Maria Diana de Brito (que então presidia o comitê de Mulheres Pró-democracia), Hermínia Fernandes Lima, Alina de Paula Machado, Anita Carrijo, Arcelina Mochel Goto, Eline Mochel, entre outras.

²⁰¹ Terá sido a escolha desse nome também pautada pelo Ordem na casa e vamos à luta? Terá o lema Serviço Construtivo alguma relação com aquelas atividades (caritativas, filantrópicas) para as quais as mulheres obtinham licença para sair, como enuncia Michelle Perrot em texto já mencionado (nota da autora).

aceitação do convite, o Instituto convidou representantes de outras associações femininas em funcionamento como a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF)²⁰²; Associação das Funcionárias Municipais; Comitê de mulheres Pró-democracia e diversas uniões femininas. Por unanimidade foi decidido que seria enviada uma delegada e que esta seria Alice Tibiriçá. Imediatamente as associações iniciaram campanha financeira visando arrecadar de recursos para a viagem de sua representante. Todas colaboravam na medida de suas possibilidades. Maria Augusta, em seu livro sobre Alice, sua mãe, narra comovida o dia em que chegou a contribuição da União Feminina da Favela – um volumoso pacote. Ao ser aberto rolaram pela mesa moedinhas de todos os valores. Estava ali a contribuição de associadas muito pobres para o envio de uma representante brasileira ao Congresso de Mulheres (Tibiriçá Miranda, 1980)!²⁰³ E Alice compareceu com toda a sua garra, e ao retornar, foi incansável na prestação de contas da incumbência recebida; entrevista coletiva a imprensa, conferência no auditório da ABI e palestras e mais palestras nas associações dos diversos bairros do Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em São Paulo.

Ligas, uniões, comitês, os esforços de agregação de mulheres nos finais dos 40 e na década seguinte podem ser considerados pontos de confluência de um coletivo feminino que muitas das vezes já se encontrava

²⁰² Fundada por Bertha Lutz em 1922 e ainda por ela presidida, a FBPF congregava remanescentes da luta pelo voto, possuindo claramente um perfil feminista liberal. É possível que isto explique, porque, embora decana, tenha sido preterida pelo recém criado IFSC.

²⁰³ Maria Augusta TIBIRIÇÁ MIRANDA. Op. cit. p. 181, denomina Congresso a reunião anual do Conselho da FDM. Os Congressos, estatutariamente ocorrem a cada três anos (depois cinco) com uma delegação muito mais numerosa.

aglutinado e direcionado em torno de outros temas e questões. Exemplar nesse caso é a programação da Semana da Solidariedade Humana realizada em maio de 1947 por iniciativa do IFSC e que, dependendo da atividade contava com o concurso de uma ou outra entidade.

- Domingo, 11* – *Dia das Mães*
- Segunda, 12* – *Dia da Imprensa*
– *Dia da criança – visitas às creches e*
- Terça, 13* *maternidades pelas uniões femininas e*
comitês de mulheres pró-democracia;
– *Dia dos enfermos e encarcerados.*
- Quarta, 14* *Criação da Sociedade de Amparo aos*
psicopatas.
– *Visita ao Hospital de Curupaiti com a*
comissão de solidariedade aos leprosos
e visita aos sanatórios para
tuberculosos com a União das
- Quinta, 15* *Operárias de Jesus e da Federação das*
Associações de Combate à tuberculose
Festa em favor dos mutilados de guerra
por iniciativa da Associação das
Funcionárias Municipais.
- Sábado, 17* – *Visitas com shows à Detenção e*
Penitenciária (de homens e mulheres)
– *Encerramento – Dia da Paz – com a*
- Quarta, 21* *colaboração das Associações de*
Mulheres do Rio de Janeiro.

Alice Tibiriçá, em seu discurso de encerramento, “renovou seu apelo às mulheres e homens de nossa terra no sentido de se unirem, acima

de partidarismos, ou crenças religiosas, na preservação da paz”.(Tibiriçá Miranda, 1980)²⁰⁴ É possível que essa advertência tenha em sua origem o fato de que, crescendo significativamente como força política no início da República Liberal, o Partido Comunista do Brasil consolidava o seu projeto de organização dos movimentos sociais, instrumentalizando a luta política a partir de sua lógica partidária. No caso das mulheres, conquanto nem todas as militantes fossem comunistas, o movimento abrigava várias tendências de esquerda com forte influência do PCB. Como estratégia de cooptação, o chamamento comum a adesão às causas nacionalistas (a defesa da soberania, a preservação da paz mundial) e às causas sociais amplas (luta contra o alto custo de vida, proteção à infância e à família, por exemplo), acabavam repercutindo em todas. Ombreavam nessa ação militantes filiadas, simpatizantes do ideário de esquerda, remanescentes do feminismo liberal que na década anterior tão bem se havia saído na conquista do voto, e crédulas convictas da possibilidade de uma ação politicamente neutra, orientada apenas pelo solidarismo.

Tal confluência levava a que genericamente todas fossem percebidas como comunistas o que, além de uma forma de preconceito e discriminação, era certamente uma legitimação e justificação para o arbítrio e a violência. Rotular genericamente toda a dissidência ao pensamento hegemônico como comunista era mesmo uma formulação muito

²⁰⁴ Maria Augusta TIBIRIÇÁ MIRANDA. Op. cit. p. 185-187.

simplista por parte de uns, porém muito recorrente e nada ingênua por parte de outros.²⁰⁵

Terminada a Guerra, a aliança que se constituíra apenas em estratégia bélica rapidamente se desfaz revelando uma nova composição de forças políticas com os Estados Unidos liderando as democracias liberais e a União Soviética à frente dos países socialistas. A posição dos dois blocos efetiva-se em ações militares, econômicas e principalmente na propaganda ideológica. Mais próximo, irmão de continente, um idioma não tão estranho, além do mais produtor de coisas absolutamente encantadoras que aqui começavam a chegar, não foi difícil para os Estados Unidos construir a imagem positiva do modo de vida americano como ideal a ser atingido em cada país aliado. Era só uma questão de tempo. Todos acabariam chegando lá, mais rápido, se o inimigo não se interpusesse. Em oposição, o comunismo e o modo de vida nos países socialistas, escondidos atrás da “Cortina de Ferro” era mesmo assustador e assim, todos os que desejassem uma vida boa para o Brasil e os brasileiros deveriam pugnar pela defesa (Rodrigues, 1992)²⁰⁶ incondicional daquilo que se propagava como seu fundamento: a democracia, constantemente ameaçada pelo fantasma do comunismo.²⁰⁷ Ser ou não ser comunista era então uma questão.

²⁰⁵ O jornal “O Globo” de 2 de março de 1948, ao publicar pequena nota sobre uma passeata de mulheres a ser realizada a 8 de março, identifica suas participantes genericamente como comunistas ao que Alice Tibiriçá reage energicamente em carta-resposta ao jornal. (nota da autora).

²⁰⁶ Marly RODRIGUES. A década de 50. Populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil. São Paulo: Ática, 1992, p.11.

²⁰⁷ O “fantasma” do comunismo rondou minha infância e adolescência percebido principalmente pelas angústias e temores dos meus avós maternos, fervorosamente católicos e anticomunistas. Meu avô, um apaixonado marido, quase perdeu a esposa querida quando do nascimento do segundo filho, Armando. Abaixo de Deus, dizia, quem salvou a minha avó foi um médico a quem passou a dedicar por toda a vida devotada amizade e respeito. Em criança, ao ouvir essa história percebia uma zona de penumbra, para além da qual a conversa não prosseguia. Nem sei se me intrigava, sentia apenas que havia um “não dito”. Só

No caso das mulheres, ser ou não ser feminista também era uma questão. Apontando como horizonte de conquistas uma mulher visível no mundo político, atuante no espaço público, saindo progressivamente da penumbra do lar para dividir com o homem o palco da vida social, o feminismo é visto então como “luta contra os homens”, reversão dos papéis sociais tradicionais, revolução na ordem natural.

Ainda que ao final dos quarenta alguns desses papéis já estivessem sendo questionados (Souza, 1948)²⁰⁸, uma remissão ao capítulo anterior, ao imaginário dos anos dourados, ajuda a compreender o tipo e a intensidade da resistência encontrada pelas mulheres em sua busca emancipatória e, principalmente, porque tal modificação se dava muito mais pela adição (de novos papéis) do que pela revisão (dos papéis tradicionalmente validados). Curioso e ilustrativo é o lema da I Convenção Feminina do Distrito Federal: Não abrimos mão de nossa feminilidade, por isso mesmo queremos nosso lugar na sociedade. Ordem na casa e vamos à luta, parece, emblematiza essa opção preliminar pela adição e o ocultamento do feminismo pelo feminino.

Quando já em 1947 o governo Dutra revelava sua verdadeira face – liberal na forma, autoritário no conteúdo – o crescimento do

muitos anos mais tarde é que fui saber que o Dr. Armando Ferreira, que salvara minha avó e que durante décadas fora a referência médica principal no município de São Gonçalo e arredores, socorrendo gratuitamente ou quase, enormes contingentes dessa população, era comunista convicto e militante. Coitado do meu avô! Como poderia ele, mergulhado em suas crenças juntar na mesma pessoa o médico competente e caridoso, o amigo adorado e o “comedor de criancinhas”? (nota da autora).

²⁰⁸ Em “O Globo” de 05/03/48 o cronista Rivadávia de Sousa glosava, a respeito de uma visita de mulheres à Câmara em protesto contra a carestia: (...) “Como se vê as mulheres não estão dispostas a esconder a boca na marmitta da acomodação vantagista. E se elas resolverem mesmo desatrelar a língua, substituindo as antigas sogras e as ferocíssimas comadres por uma ação de “comandos”, então os exploradores começarão a tremer(...) E se as coisas continuarem nesse tom, voltaremos ao período do matriarcado, com os homens tratando dos cueiros dos bebês, o que será muito nobre de nossa parte. Muito nobre e bem feito, que realmente não estamos merecendo outra coisa”.

movimento sindical e do feminino precisava ser contido e enquadrado de modo que não fosse perdido o controle sobre seus rumos. No caso das mulheres, por exemplo, é notório o episódio de julho, quando as associações femininas do Distrito Federal programaram uma visita coletiva à Câmara Legislativa e à Câmara Federal. Planejado e divulgado antecipadamente para constituir-se num ato significativo, mas pacífico e ordeiro, foi também previamente impedido pela Polícia.

*“O gabinete do chefe de Polícia avisa à população e especialmente às senhoras donas de casa que, tendo em vista a atitude assumida por elementos agitadores, não será realizada a passeata convocada para o dia 21 do corrente”.*²⁰⁹

Tal proibição, pela forma e pelo conteúdo, provocou forte reação no movimento e adoção de uma outra estratégia. Proibida a passeata as mulheres optaram por ocupar todo o plenário da Câmara e distribuir nota de protesto à população e parlamentares.

A Comissão Organizadora da Passeata Feminina contra a carestia vem trazer aos representantes do povo, reunidos nesta Câmara o seu protesto contra a determinação da polícia proibindo a realização do movimento aludido, lícito, permitido pela Constituição Federal e cuja finalidade única consistia em protestar contra a alta crescente do custo de vida.

²⁰⁹ Texto reproduzido do panfleto de protesto distribuído pelas mulheres no ato de 21/07/47 na Câmara Legislativa.

Protesta também, energeticamente, contra os termos em que foi redigida a nota da polícia (...).

Com efeito a Comissão organizadora, composta de senhoras idôneas e responsáveis, repele de um lado, a pecha que embora sob a forma velada de elementos agitadores foi atribuída a cada uma de suas componentes e, de outro lado, repele a insinuação de que não possuem discernimento para evitar que elementos agitadores viessem a desvirtuar as finalidades da passeata.

Como toda a população sabe (...) a passeata (...) visava exclusivamente o combate à carestia e ao câmbio negro, não havia cartazes que contivessem qualquer ataque pessoal e não tinha caráter político partidário, como acontece também com as Associações Femininas que a idealizaram. (...) AS MULHERES UNIDAS CONTRA A CARESTIA seria a única faixa a acompanhar este movimento (...)"

Por fim o panfleto comunica a intenção da Comissão Organizadora em acatar disciplinadamente a proibição, o que efetivamente o faz. Assinam os membros da comissão: Alice Tibiriçá, Sylvia de Barros, Mme. Mário Chermont²¹⁰, Irene Rui Barbosa, Nair Cunha e Mary Emile Huggins.

Com efeito, no dia marcado, as mulheres ocuparam ordeiramente todas as dependências da Câmara Legislativa, não se intimidando com o exagerado aparato policial que a cercava

²¹⁰ A pluralidade cultural, ideológica e partidária na adesão às associações femininas pode ser percebida na insólita forma de identificação utilizada por Madame Mário Chermont. (nota da autora)

ostensivamente. Enquanto persistiam ensurcedoras as sirenes, ouviram e foram ouvidas a respeito do pleito que ali as conduzia. Tão significativo foi o ato que a Câmara resolveu eleger a data, 21 de julho, como o Dia da Mulher Carioca. Com quatro vereadoras eleitas no ano anterior a bancada feminina prestou o mais consistente apoio. Lígia Lessa Bastos, Sagamor de Scuvero, Odila Schmidt e Arcelina Mochel, tinham forte sintonia com o movimento, particularmente as duas últimas, eleitas pelo PCB.

Meses depois, próximo ao Dia Internacional da Mulher, comemorado aqui pela segunda vez, as Uniões Femininas buscam levar para mais um espaço, a Câmara Municipal, sua campanha contra a carestia. Uma série de mal entendidos dá margem a um clima de indignação que se concretiza num embate na imprensa entre Alice Tibiriçá, representando o movimento e o Jornal “O Globo”. Destarte, no dia programado, 8 de março de 1948, as mulheres são recebidas pelo então presidente da Câmara, vereador Tito Lívio, que se solidarizando afirma que, se alguns viam em manifestações dessa ordem “movimentos subversivos, aquela casa, ao contrário, considerava-as indispensáveis a um bom governo, pois somente ao lado do povo, legisladores e administradores podem bem governar”.

Alice Tibiriçá, em artigo comentando o episódio denuncia as condições adversas em que o movimento vai abrindo espaços: ²¹¹

“As mulheres do Distrito Federal, por intermédio das Uniões Femininas, acabam de lançar uma grande ofensiva contra a carestia. Foi o bastante para que lhe

²¹¹ Maria Augusta TIBIRIÇÁ MIRANDA. Op. cit. p. 191/192

deturpassem o propósito, acoimando-o de “movimento agitador”. A própria Polícia, que deveria colaborar com as Uniões na campanha contra o mercado negro foi a primeira a atacá-las.

(...) só temos, entretanto a afirmar que prosseguiremos em nossa tarefa de pugnar para a melhoria das condições de vida do Povo e progresso de nossa terra. Os ataques se renovarão e, (...) muitas pedras teremos de remover de nosso caminho”.

Duplamente estigmatizado – comunista e feminista – o movimento de mulheres brasileiras desse período, comparativamente aos antecedentes e ao que o sucedeu, foi o reprimido com maior violência, não só aquela violência simbólica (Chartier, 1999)²¹² tão já sua conhecida, o deboche, a ironia, o chiste, mas com uma repressão muito mais contundente, manifesta em proibição, prisão, espancamento e mesmo morte.

²¹² Roger CHARTIER. Diferença entre sexos e dominação simbólica. (nota crítica) Cadernos Pagu (4) Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero, UNICAMP, 1995, p. 41.

Uma utopia planetária

Pouco após o término da Segunda Guerra Mundial a humanidade mergulhou no que se convencionou chamar Guerra Fria. Essa guerra, não materializada em enfrentamentos bélicos, sustentava-se no que se supunha ser uma permanente disposição para a luta entre seus contendores, os Estados Unidos e a União Soviética, que emergiram como potências mundiais ao fim da conflagração. “Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento. (...) Em termos objetivos não havia perigo iminente de guerra mundial. (...) apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas super potências aceitaram a distribuição global de forças (...) não contestando sua essência. A URSS controlava uma parte do Globo, ou sobre ela exercia influência²¹³ – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e Forças Armadas Comunistas ao fim da guerra e não tentava ampliá-la. Os Estados Unidos exerciam controle sobre o resto do mundo capitalista (e também) não intervinham na zona aceita de hegemonia soviética.(Hobsbawn, 1991)²¹⁴

Saindo de uma danosa guerra as potências detentoras do poder econômico mundial não desejavam a utilização dos procedimentos bélicos convencionais e nem do poderoso arsenal atômico em crescente sofisticação

²¹³ Polônia, Albânia, Bulgária, Iugoslávia, Romênia e Hungria.

²¹⁴ Eric HOBSEBAWN. A Era dos Extremos. O breve século XX – 1914 – 1991. São Paulo: Cia das Letras, 1994. p.224.

e expansão, com que mutuamente ameaçavam-se e resguardavam-se. Entretanto, por todo o tempo travavam uma disputa maniqueísta que em resumo consistia em apresentarem-se de *per si* como a personificação do Bem, ou a verdadeira possibilidade de organização de um padrão de sociabilidade regido por uma ordem econômica que a todos realizaria. Em contrapartida, apresentavam-se reciprocamente como a personificação do Mal, que estabeleceria um padrão societário regido por uma ordem econômica perversa.

Já mencionada, a posição comunista era bem clara quanto aos esforços de organização das diversas parcelas da sociedade, mostrando que as mulheres deviam ser esclarecidas (conquistadas) para que não se perdesse seu potencial de mobilização. Por outro lado, a polarização do mundo em duas ideologias apresentava sempre o risco de que a clara rotulação de uma ou outra afastasse previamente todo um contingente de adeptos possíveis desses movimentos. Assim sendo, tanto em nível local, nacional ou internacional, costumavam apresentar-se como ecléticos reunindo mulheres de nacionalidades, raças, condições sociais, opiniões políticas e crenças religiosas muito diferentes. (Anais do III Congresso da FDIM).²¹⁵

Em seu ontológico papel de mães da humanidade as mulheres, especialmente aquelas dos territórios que foram palco de guerra, angustiavam-se diante de qualquer ameaça à Paz. Por outro lado, sobravam então o tempo, com que já haviam deixado de contar, devolvidas que

²¹⁵ Anais do III Congresso da Federação Democrática Internacional de Mulheres, Copenhague, junho 1953, p. 3-5 e passim.

foram aos seus lares e fogões, com os homens retomando os seus postos de trabalho no pós-guerra. É preciso vigilância pela manutenção da Paz. É preciso rever a subalternidade e o caráter suplementar de sua participação no espaço político. Organizações femininas começam a multiplicar-se por toda a parte. É certo que anteriormente a esse período as mulheres já vinham se reunindo em entidades filantrópicas, profissionais, assistenciais. O que ganha fôlego nesse tempo é o nível de articulação interna e externa e a crescente visibilidade e importância das mesmas como força a ser considerada.

Em boa parte essas associações surgem ao calor do impulso que vai tomando conta do movimento operário e dos movimentos em favor de reformas sociais; alguns nascem dentro dos sindicatos ou como grupos de partidos políticos; outros têm um caráter particularmente feminista e exigem a igualdade de direitos e a cidadania. De início não contam com adesão significativa de mulheres, mas sem dúvida representaram um papel importante, não só porque alcançaram efetivamente algumas reivindicações, mas também porque iniciaram um processo de conscientização.

É esse tempo que sucede a Segunda Guerra, e revela essa nova correlação de forças na hegemonia mundial que leva a mulher a participar de forma crescente na economia, na política, no Estado e no plano social. O Congresso Internacional de Mulheres, realizado em Paris em novembro de 1945, institui a Federação Democrática Internacional de mulheres com o propósito de reunir, sob políticas e diretrizes comuns, as federações nacionais congêneres, já então existentes em grande número, visando

favorecer a igualdade de direitos entre o homem e a mulher em todos os aspectos da vida e abolir as medidas discriminatórias baseadas na distinção de sexo e conseqüentemente dando-lhes condição de intervir de forma mais eficaz em favor da emancipação de seus países, da melhoria de vida do seu povo, da proteção e segurança de seus lares e seus filhos. Também no movimento internacional a liberação para sair supõe o retorno ao espaço doméstico requalificado pelas conquistas obtidas com essa saída.

Ordem na casa e vamos à luta!

Logo após sua fundação a FDIM passa a integrar o Estatuto Consultivo da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura e também o Estatuto Consultivo ante o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Adquire ainda o Registro Especial da Organização Internacional do Trabalho e assento na Comissão da Condição da Mulher, da ONU (Cunha, s/d)²¹⁶. Ainda que proclamada eclética a FDIM é instrumentalizada pela Internacional Comunista, porém, abre-se à participação de organizações nacionais sem essa definição. Publicações do período indicam que as relações com a ONU reproduziam, ainda que em grau diplomático, a tensão entre os contendores da Guerra Fria.

A FDIM “tem participado das diversas sessões da Comissão da Condição da Mulher da ONU. (...) não obstante, não se pode dizer que a Comissão venha se ocupando da questão dos direitos da mulher, há que se reconhecer que durante seus anos de existência absteve-

²¹⁶ Lydia da Cunha – manuscrito com histórico da formação da FDIM que costumava apresentar em reuniões e partir da década de 70.

se de formular recomendações construtivas sobre os importantes problemas que afetam os interesses vitais da mulher”.

“A sessão da Comissão da Condição da Mulher realizada na primavera de 1953 em Nova Iorque discutiu novamente a igualdade de direitos para a mulher. A representante da FDIM não pôde participar desta sessão devido a terem os governantes americanos negado o visto, manifestando-se assim, mais uma vez, sua ingerência direta nos assuntos da ONU”. (Anais do III Congresso da FDIM)²¹⁷

Com uma estrutura sustentada pelo tripé Congressos, Conselhos, Comitê Executivo, propõe-se a FDIM a conclamar anualmente um grande número de associações, filiadas ou não, para em plenárias de Conselho estabelecerem as bases, o eixo de lutas, as campanhas do movimento, bem como fazer o balanço das realizações e conquistas. A cada evento as participantes voltavam a seus países enriquecidas com o conhecimento da vida da mulher em outros cantos do mundo, com o contato direto com mulheres de países em desenvolvimento ou subjugados que ligam estreitamente a problemática feminina à luta pela libertação de seus países, com o debate sobre a coexistência pacífica e o desarmamento. (Estatutos da FDIM)²¹⁸ De regresso prestavam contas da delegação recebida

²¹⁷ Anais do Congresso Mundial de Mulheres. Copenhague 05-10 de junho de 1953. p. 35.

²¹⁸ Estatutos da Federação Democrático Internacional de Mulheres. In: Anais do III Congresso. Copenhague, 1953, p. 278-280.

multiplicando-se em relatórios, entrevistas, conferências, artigos para a imprensa, visitas a diversas associações.

O primeiro Conselho da FDIM a contar com uma delegada brasileira foi realizado em Praga, em fevereiro de 1947 ao qual compareceu Alice Tibiriçá. Terminado o Congresso²¹⁹ foi juntamente com outras representantes, convidada a ir a Paris para a comemoração do Dia Internacional da Mulher, celebração na qual dirigiu, em francês, uma saudação e um apelo a favor da Paz. Da Europa, Alice recomendava que não se descuidasse também aqui do 8 de março que seria comemorado pela primeira vez, por iniciativa do IFSC. De Paris, Alice enviou às amigas brasileiras uma carta coletiva que traduz um pouco do espírito que impregnava esses conclaves.

Paris, 10 de março de 1947

Carta coletiva – Queridas amigas:

Com o pensamento voltado para o Brasil, venho acompanhando os trabalhos do Conselho da Federação (...)

(...) como verão, há uma frente única contra a reação internacional. É preciso ouvir-se o que dizem as mulheres da Grécia, Palestina, Trieste, Vietnã, Mongólia, China e Espanha, para compreender-se o que significa a ação do imperialismo nesses países. Noutros como Iogoslávia, Tchecoslováquia, Bulgária e França, que puseram para fora de suas fronteiras os alemães nazistas e falsos amigos, a situação é de desafogo e

²¹⁹ Fosse Congresso (realizado a cada 3 anos) ou fosse reunião do Conselho (realizado anualmente), a imprensa costumava mencioná-los genericamente como Congressos. (nota da autora).

reconstrução. Não mais é permitido, nesses países, a vigência, sem contraste, de regimes de exploração. Na Eslováquia visitamos uma importante fábrica de linhas, nacionalizada. As operárias não se julgam humilhadas. São participantes conscientes da economia estatal. Ali não se sentem no ar as partículas de algodão, a poluição. Observam-se limpeza e conforto. Pagas as despesas, o lucro das vendas efetuadas reverte ao fundo social.

(...)

*Um grande abraço. Saudades de
Alice Tibiriçá.*

Significativa essa carta para a compreensão da lógica do movimento a partir da orientação da FDIM. A proposta da *frente única* pretendia esmaecer coloridos ideológicos díspares, tonalizando-os com as cores mais uniformes do ideário nacionalista – todas queremos nações independentes, autônomas e desenvolvidas e, do ideário feminista – as operárias não se julgam humilhadas, (...) são participantes conscientes da economia estatal, (...) o lucro das vendas reverte para o fundo social. Mobilizar mulheres em torno desse eixo não parece muito difícil. Alice e seu nacionalismo à flor da pele, muito menos. (Sua ida no ano seguinte já era esperada para a reunião do Conselho da FDIM a realizar-se em Paris. Teve porém a sua saída do país negada.) Em 1949 foi igualmente negado o visto para ir ao México, só concedido após recurso, o que inviabilizou a viagem por falta de tempo.

Previsto estatutariamente, em dezembro de 48 realizou-se na Hungria o II Congresso Internacional de Mulheres. Precedido aqui por intensiva divulgação no “Momento Feminino”, conseguiu sensibilizar muitas mulheres quanto à sua importância. O Brasil não estivera presente ao primeiro, o fundador, por isso a grande repercussão deste. Quatro delegadas foram indicadas e as Câmaras Federal e Legislativa compareceram com uma ajuda de custo para cobrir parte das despesas da delegação, entretanto, o Congresso aconteceu sem que as brasileiras conseguissem chegar. O problema decorreu da impossibilidade de chegar a Budapeste por via aérea devido o mau tempo e por via férrea, devido a interdição dos Estados Unidos em uma zona de ocupação. Entretanto tamanho era o empenho da FIDM em fazer desses Congressos eventos de grande significação política, que logo foi providenciado um longo programa de emergência (havia outras delegações atrasadas) como se os trabalhos não tivessem terminado. É Arcelina quem relata:

“Na mesma noite, no salão do Hotel Bristol foi organizada uma entrevista coletiva com Mademoiselle Cotton a fim de por as delegadas atrasadas a par de todos os trabalhos do Congresso. Tivemos a visão perfeita de tudo. (...) seguiam-se o programa de visitas, recepções, reuniões especiais, etc... (...) assistimos ao filme do Congresso e ficamos verdadeiramente contagiadas com todo o entusiasmo das 500 delegadas

participantes. Podemos mesmo dizer que vivemos aquele trabalho, pois as cenas eram tão vivas e tão fiéis que nos sentimos presentes às sessões”.²²⁰

A mesma divulgação que o Momento Feminino dera anteriormente ao Congresso repetiu-se no período que o sucedeu. Vários números, alguns com múltiplos artigos repercutiram o evento. O número 54, de janeiro de 1949, fechou no tema: o editorial – *Regressam ao Brasil as mensageiras da Paz*, quatro artigos, notícias, informes e o Manifesto em defesa da Paz, documento síntese do encontro do qual se destaca: “(...) a FDIM travou uma incansável luta pela paz e pela democracia. (...) ganhou por sua luta a confiança dessas mulheres e tornou-se a organização internacional de mulheres que maior autoridade desfruta. Em nome de 80 milhões de mulheres de 56 países as delegadas do II Congresso Internacional de Mulheres declaram: Combateremos cada vez com mais coragem, mais intensidade pela paz, pela democracia, pela segurança e independência dos povos, pela felicidade dos nossos filhos, dos nossos lares”.²²¹

É nesse clima pós Budapeste que se inicia 1949. Dentro e fora do Brasil foi um ano referencial para a expansão do movimento de mulheres e do socialismo comunista. Chega ao fim a longa Revolução Nacionalista e nasce a República Popular da China, agregando a essa utopia o maior contingente populacional do mundo. Seu líder, Mao Tse Tung promete liberdade de pensamento, discurso e religião para todos, além de

²²⁰ Depoimento de Arcelina Mochel Goto ao jornal “O Momento Feminino” (54), 07/01/49.

²²¹ Trecho do Manifesto em defesa da Paz do II Congresso Internacional de Mulheres. Budapeste, 1948, publicado n’O Momento Feminino (54).

direitos iguais para as mulheres. O Ocidente assustado reage. No campo militar, se une contra os soviéticos criando um escudo de proteção mútua que envolve os Estados Unidos, o Canadá e a Europa – a Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN. No nível ideológico consegue que o Vaticano ameace com excomunhão a quem aderir voluntariamente ao comunismo.

Quanto ao feminismo, a FDIM cresce ampliando cada vez mais o número de federações nacionais. Este seria o ano do Brasil. Em Paris, Simone de Beauvoir (1980)²²² revela que não nasceu mulher. Que não se nasce mulher. Publicado o primeiro grosso volume, o segundo sairia no ano seguinte, Beauvoir estremeceu o mundo com uma visão por demais clarividente do papel vivido pelas mulheres através da História, das práticas sexuais, do hábito sexual e amoroso, da divisão do trabalho, da democracia nas relações homem-mulher. Em torno da idéia-força do livro *O Segundo Sexo – “Ninguém nasce mulher: torna-se”* – um novo horizonte ideológico é colocado ao feminismo. Com suas reflexões teóricas e suas atitudes públicas, assumidas até o fim da vida em 1986, a ex-mocinha modelo de boa família atesta um exemplo da coragem sem a qual nenhum oprimido consegue libertar-se. Entretanto, mais de uma década transcorreria até que esse novo referencial viesse dar suporte aos movimentos de mulheres na Europa Ocidental e, mais tempo ainda, aos movimentos no Brasil. Por aqui, ainda por quase toda a década que vem inaugurar o lustro seguinte, as mulheres irão às ruas não pela posse de si

²²² Simone de Beauvoir. *O segundo Sexo. Fatos e Mitos*. Trad. De Sérgio Milliet, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980 passim.

mesmas, por sua autonomia, pela vivência de uma sexualidade desreprimida ou para assinalar uma diferença não desqualificante. Beauvoir vai empoeirar nas prateleiras por alguns anos enquanto por aqui as mulheres se batem (e apanham) por panelas vazias. Vão à guerra e mesmo morrem... pela Paz.

Ordem na casa e vamos à luta!

Só nas décadas seguintes a teorização beauvoiriana vai lançar outras luzes sobre os movimentos o que não restringe aqui toda a efervescência que resultará na criação da FMB. No significativo 8 de março realizou-se a 1ª Convenção Feminina do Distrito Federal reunindo as uniões locais que já beiravam a meia centena. Só como exemplo, as Uniões Femininas de Copacabana, Gávea, Botafogo, Catete, Glória, Praia Vermelha, São Cristóvão, Flamengo, Favela.

O tema escolhido, “*Não abrimos mão de nossa feminilidade por isso mesmo queremos nosso lugar dentro da sociedade*”, (MF, 49)²²³ esquisito na forma é no entanto claro no conteúdo. Queremos ser femininas como devem ser as mulheres (no imaginário da época, do lar) e nessa condição queremos nos inserir na sociedade (estudar, trabalhar, participar da vida pública). Ordem na casa e vamos à luta! A convenção resulta na criação da Associação Feminina do Distrito Federal (AFDF).²²⁴ Nas resoluções, um verdadeiro libelo pela defesa do lar, da economia doméstica

²²³ O Momento Feminino, (55), fev. 1949.

²²⁴ Marie Emilie Tuminelli e Nieta Campos da Paz foram respectivamente as primeiras presidenta e secretária geral da AFDF. (nota da autora)

e pelos direitos da criança. E sobretudo, pela causa maior, sem a qual as demais perdem o sentido: a Paz.

Logo dois meses depois, em maio, acontece a I Conferência Nacional Feminina reunindo as associações estaduais já existentes em torno do temário - Pelo conforto e tranqüilidade do lar brasileiro. A Federação de Mulheres do Brasil (FMB) então criada, (Cunha, s/d)²²⁵ completou a estruturação formal do movimento de mulheres no Brasil sob a orientação política do pensamento de esquerda e do PCB em especial. Já há alguns anos as uniões locais estavam atuantes. Em nível internacional a FIM desde 1945 sinalizava a direção. Em nível nacional era premente aglutinar as entidades estaduais já constituídas (11 então, sendo já muito operativas as de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Rio Grande do Sul), em torno do programa: “coordenar e unificar a ação das mulheres brasileiras na defesa dos seus direitos, dos das crianças e da juventude, por um futuro melhor para os nossos filhos”,²²⁶ cuja sustentação estava no corte ideológico – a luta da mulher é a luta por uma nova sociedade em que, abolida a dominação de classe social, todas as outras formas de opressão se desvanecerão. Com associações locais organizadas e ativas a importância de uma entidade nacional estava em agilizar, fomentar e ampliar a articulação daquelas com a organização internacional que ambicionava unificar o movimento, quiçá em nível planetário. *Una sola voluntad de*

²²⁵ Por unanimidade Alice Tibiriçá foi eleita primeira presidenta e Arcelina Mochel Goto secretária geral. Um ano mais tarde, com o falecimento de Alice, Branca Fialho sucedeu-a. (manuscrito de Lydia da Cunha sobre histórico da FMB).

²²⁶ Do Estatuto da Federação de Mulheres do Brasil. (nota da autora)

progress, de bienestar, de paz era a mensagem que a FIDM fazia ecoar pelo mundo.

Repetir que esse período do feminismo no Brasil conheceu a repressão mais violenta não se trata de retórica. Mulheres foram presas, espancadas, torturadas e mortas. Mobilizadas à luta pelo PCB que reproduzia o ideário da Internacional Comunista, as mulheres atraíam para si, fossem ou não comunistas, a ira dirigida ao pensamento político contra-hegemônico e por extensão, ainda que se escudassem na defesa do lar e dos filhos, a ira dirigida aos comportamentos desviantes dos padrões de organização doméstica tidos e afirmados como desejáveis. A democracia liberal concebida pelos que levaram Dutra ao poder começa a revelar sua verdadeira face já desde 1947,(Barros, 1990)²²⁷ sendo a Lei de Segurança Nacional seu aparato mais vistoso. As massas começam a ser atreladas e sufocadas ostensivamente.

Tal repressão, entretanto não resultará em arrefecimento da luta. Alternativas de resistência são formuladas. . Uma dessas consiste no esclarecimento quanto às lutas e seus motivos e no convencimento da necessidade e justiça dos mesmos. Na denúncia do arbítrio e da violência cotidianamente enfrentados, no anúncio da possibilidade de construção de novos paradigmas de convivência humana. *Una sola voluntad de Progreso, de Bienestar, de Paz*. Busca-se assim um canal de comunicação com todas as mulheres, com a sociedade toda, meios para esclarecer, convencer, denunciar, anunciar...

²²⁷ Edgard Luiz de BARROS. Op. cit. p. 18 e seguintes.

Figura v - Painel da Federação Democrática Internacional de Mulheres
- FDIM

O Momento Feminino

um jornal a serviço do seu lar ²²⁸

Por quase nove anos (1947-1956) o jornal “O Momento Feminino” buscou preencher um espaço na imprensa dedicada às mulheres, constituindo-se em uma fonte de informação e lazer, alternativa à chorumela característica das publicações congêneres de então. Pretendia e realmente conseguiu ser um salto qualitativo na imprensa feminina.

Fundado²²⁹ e sustentado basicamente por comunistas estava voltado para a defesa da cidadania feminina e para a luta política das mulheres municiando-as com a produção e difusão de informações concernentes, com a troca de experiências, com a exortação e o estímulo, com o relato das conquistas amealhadas aqui, ali e pelo mundo afora. Ciente de que sua qualidade e seriedade devem atingir o maior número possível de leitoras (o jornal possui uma boa apresentação com 8 páginas em tamanho tablóide, um bom esquema de distribuição nas bancas e desde os primeiros números abre-se para assinaturas em todo o país), as clássicas sessões da imprensa feminina estão também nele presentes: cuidados com as crianças, moda, beleza, culinária, cuidados com a casa, saúde. Ao lado

²²⁸ O nome escolhido para o jornal alude a “O Momento”, primeiro órgão comunista a circular legalmente no país. Editado em Salvador teve à frente João Falcão (diretor), João Batista de Lima e Silva (Secretário) e Mário Alves (redator-chefe).

²²⁹ Fundadoras do jornal “O Momento Feminino”: Arcelina Mochel Goto, Diana de Brito, Edina Carneiro, Eneida, Hilda Campofiorito, Lia Correa Dutra, Lígia Maria Lessa Bastos, Gilda Braga Linhares, Maria Luiza, Marieta Jaques, Maura de Sena Pereira, Sagamor de Scuvero, Yvonne Jean e Silvia. O jornal solicita insistentemente a participação de colaboradores masculinos, o que poucas vezes acontece. (MF. (1) jul. 1947.)

dessas, outras mais politizadas – A Semana Parlamentar – dedicada ao detalhamento do trabalho das vereadoras na Câmara Legislativa do Município; Nossos Problemas, colocando dificuldades enfrentadas pelas mulheres em suas lutas; Atividades Femininas, noticiando as iniciativas e realizações das associações. Nos diversos números, ao lado de concessões aqui e ali, como a publicação de romances em capítulos, a centralidade do jornal está no movimento de mulheres, suas lutas, vitórias, dificuldades, retrocessos e avanços, em nível local, nacional e internacional. A Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM) tem n’ “O Momento Feminino” seu canal de comunicação com as brasileiras: convites, exortações, chamadas para congressos, articulação de campanhas internacionais. A movimentação de sua presidenta, Madame Cotton, reuniões do Conselho Consultivo com delegadas de diversos países e análises críticas sobre a situação da mulher em várias partes do mundo, com destaque sempre para as condições superiores em que se encontravam, comparativamente, as dos países do bloco soviético, tinham presença assegurada em suas páginas continuamente. Pode-se mesmo sugerir que o jornal fora “encomendado” pela organização internacional.

Muitas foram as colaboradoras do jornal (por alguns designado Revista) “O Momento Feminino” porém, pela constância e densidade da colaboração há que se destacar as contribuições de Nice Figueiredo, Eneida, Ana Montenegro e Arcelina Mochel Goto.

Nice, com sua sessão quase permanente, tenta incansavelmente mostrar às mulheres que sua cidadania passa também por sua independência

econômica. Artigos como *O trabalho da Mulher*, *A Sociedade precisa do seu trabalho*, *Você não trabalha porque não quer*, apontam sucessivamente a necessidade de inserção no mundo do trabalho produtivo. Por outro lado textos como *Igualdade de Direitos*, *Os direitos da Mulher* (questionando o Código Civil), *Os deveres da mulher casada* (ironizando-os), *A realidade modifica as leis*, procuram mostrar saídas ao aprisionamento legal da mulher, em especial o que se dá pelos “laços” conjugais. A tônica dos seus textos e o martelar contínuo na mesma tecla acabam por rotulá-la como contrária ao casamento, o que ela nega.

Enquanto Nice Figueiredo orienta as mulheres quanto à (re) construção do espaço doméstico (Ordem na casa...) Eneida abre para elas as janelas dos seus lares para que possam vislumbrar o que há para além deles. Na seção *O mundo hoje*, que posteriormente denominou *A mulher nos cinco continentes*, denuncia (perseguição a Neruda), crítica (o expansionismo americano expresso no Plano Marshall), noticia (o próximo Congresso Internacional), divulga (iniciativas das federações de mulheres russas, francesas, italianas, ...). Jornalista e escritora Eneida, simplesmente Eneida, transborda em seus textos a paixão militante.

Ana Montenegro assinala vivamente sua posição de feminista (*Por que lutam as mulheres?* é um contundente exemplo) à de comunista militante quando protesta energicamente contra a miséria e a opressão (*Nossos lares estão ameaçados*), quando esbraveja denunciando as novas mártires presas ou assassinadas, quando entenece as leitoras romaneando a relação de Olga Benário e Luiz Carlos Prestes ou tocando-lhes a

sensibilidade, com os sucessivos artigos dedicados às mães (*Os lares estão ameaçados, O caminho das mães, Em defesa dos nossos filhos, ...*).

Tantas viveram o dia a dia dessa luta constante que era manter o periódico em circulação, que a enumeração é risco certo de injustiça. Produzir textos, coletar informações, realizar entrevistas, ler os jornais diários e selecionar notícias, diagramar, paginar, dobrar, distribuir. É possível vislumbrar a azáfama na sede/redação da Rua Erasmo Braga. Arcelina porém... Arcelina era especial. Era a diretora, a consultora, a representante, a presença infatigável que ajudava em todos os setores, que velava até tarde nas oficinas, sem nunca demonstrar cansaço ou impaciência. Não saía um número sem a sua palavra, ora em vibrantes editoriais (poucos não foram de sua lavra), ora na seção *Nossos Problemas*, comumente nos dois espaços que às vezes reuniam-se em um só. Aqui, analisa a exploração financeira da mão de obra feminina, ali critica a política frouxa que favorece o câmbio negro de mercadorias de primeira necessidade. Nada fica fora do alcance de sua denúncia: a retirada violenta dos moradores de uma favela ou a brutalidade dos “rapas” na repressão aos ambulantes e, mais que isso, do seu anúncio de que uma outra sociedade é possível de ser construída e ainda mais, do seu convite às mulheres para que se engajem na luta (pela legalização do comércio de rua, ou pela construção de casas populares para abrigarem os favelados desalojados, por exemplo).

Ordem na casa e vamos à luta era a síntese do conteúdo do jornal. Os cuidados com os bebês, dicas e receitas culinárias, noções de

corde e costura, sugestões para fantasias de Carnaval, para arrumação da casa ou para festas infantis, dão conta do doméstico. Com a casa em ordem as mulheres podem lançar-se ao político e aprendem como se organiza uma Assembléia ou os Estatutos de uma associação, “ouvem”, os apelos das mulheres polonesas, das coreanas e tantas outras, “conversam” com operárias em greve, organizam passeatas e caravanas e, principalmente revêem seu espaço e papel na sociedade. Esticam suas pernas e põem o pé na rua alcançando do mundo.

Apresentando-se às leitoras como um jornal a “serviço do seu lar”, de fato preenche um vazio na imprensa feminina. Ao lado de informações e entretenimento tem a clara intenção de conscientizar politicamente a mulher ou, se não tanto, afastá-la o mais possível da alienação. Por exemplo, ao noticiar como “tragédia” a cassação das vereadoras Odila Schmidt e Arcelina Mochel antes de tudo denuncia o arbítrio e a violência do processo, visando num primeiro momento a solidariedade da leitora com as injustiçadas, ficando a percepção de que as duas vozes caladas na Câmara Municipal falavam pelo PCB, para a leitora com outro nível de análise crítica.²³⁰

Assumindo-se “a serviço da mulher”, o jornal dota-a de informações necessárias à luta no espaço público e “a serviço do seu lar” reforça aspectos do imaginário feminino que indicam ser esse o ponto de chegada dessa luta. Essa linha editorial foi reafirmada na I Conferência

²³⁰ Em tempos de Guerra Fria, com a imprensa feminina comercial passando ao largo ou colaborando ingênua ou intencionalmente para o maniqueísmo dela resultante, pretende ser uma opção honesta ao definir-se (sem se rotular) por um lado, fundamentando com fatos e exemplos o porquê dessa definição. (nota da autora)

Internacional para a Imprensa Feminina realizada em Berlim em maio de 1954, quando sob o dístico “Para o coração sim, mas também para o espírito” reafirma-se que jornais e revistas femininas têm o dever de conscientizar a mulher de seus direitos e não apenas recrear-lhe o espírito. Foram condenadas as publicações consideradas “de evasão”, as quais sob o pretexto de tocar a refinada sensibilidade feminina, afastam a mulher de seus elevados objetivos (MF, 1954).²³¹ Ao encaixar-se nessa perspectiva podia e efetivamente se colocava também em colaboração com outras instituições democrático-femininas, identificando nelas um ou outro ponto em comum, como no caso da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e do Instituto Feminino para o Serviço Construtivo.

Cuidando de ser concomitantemente meio de conscientização e instrumentalizador da luta política feminista, acompanhando *pari passu* a movimentação das mulheres no Brasil e no mundo por quase uma década, “O Momento Feminino” tece a história²³² desse movimento durante a República Liberal, ou no que se pode considerar talvez a parte mais interessante desse período – do final dos 40 ao (quase) final dos 50. Em suas páginas pode-se identificar diuturnamente os eixos geradores dessa luta que a FMB buscava operacionalizar em nível nacional. 1. A questão dos *direitos da mulher* envolve principalmente a conscientização das mulheres trabalhadoras assalariadas em relação às suas condições de trabalho: Como vivem as tecelãs brasileiras (nº 107), As comerciárias mais

²³¹ O Momento Feminino (106) maio de 1954.

²³² Ao final deste trabalho, no detalhamento das fontes encontra-se a relação de todos os números do jornal com as respectivas datas de publicação. A coleção completa composta de 118 exemplares encontra-se microfilmada na Biblioteca Nacional (nota da autora).

exploradas do Rio de Janeiro (nº41), A luta por creches (nº 26), o pleito por salários dignos e sem disparidades (nº 31) a participação igualitária nos sindicatos. Também a participação política e a reforma do Código Civil no sentido de dotar a mulher casada do estatuto jurídico do adulto. 2. **A proteção à infância e à juventude** em seus vários desdobramentos é um outro eixo. *A morte tocaia nossas crianças* (nº 53); Em defesa dos nossos filhos (nº 74). A proteção dos lares e das famílias direciona-se para a luta contra a carestia, o aumento dos aluguéis e das mensalidades escolares através de dezenas de artigos e relatos de participação de mulheres de trabalhadores reivindicando salários e condições de trabalho em nome de seus maridos. Esse procedimento foi repetidas vezes adotado por mulheres de ferroviários²³³ e mineradores de carvão. 3. **A luta pela soberania nacional** revela-se na crítica ao expansionismo americano contido no Plano Marshall (nº 26), na defesa das riquezas do país, na campanha “O Petróleo é nosso”. *A resistência brasileira e o petróleo* (nº 51) é apenas um exemplo. 4. **A vigilância pela Paz mundial** sendo esta considerada o maior de todos os bens, está contemplada em todos os números através de artigos, campanhas, convocações para atos. Ao denunciar a política de expansão norte americana como uma permanente ameaça à Paz – *O imperialismo não tem pátria e não tem entranhas* (...) e insistir em que não se pode permitir a ida de soldados brasileiros para guerras estrangeiras – *As mães brasileiras não permitirão* (nº 73) sinaliza um particular sentido para a defesa da Paz. Em decorrência lança constantes libelos contra a violência e a opressão

²³³ Como exemplo a paralisação dos trens da Rede Mineira de Viação em 1949. Com os maridos sem receber há 3 meses e a cooperativa totalmente desabastecida, mulheres deitaram-se nos trilhos com seus filhos, parализando os trens e chamando a atenção para a situação em que se encontravam. Essa manifestação foi violentamente, contida pela polícia sendo as mulheres violentamente espancadas, com a líder, Rita de Cássia chegando a ficar em coma ... MF (2) 30/10/1949.

exercidas em nome de uma outra perspectiva. *Por que foi presa Adalgiza Cavalcanti?* (nº ...), *Prisão de Alice Tibiriçá* (62), *Mulheres repelem a Lei de segurança Nacional* (nº68) ou ainda uma campanha que se estende, por muitos meses, pela libertação de Elisa Branco e pontualmente, pela libertação de outras mulheres, vítimas da mesma violência.

Dificuldades para colocar o jornal na rua na periodicidade desejada sempre existiram. Talvez por isso os aniversários foram sempre muito comemorados. Festas, bolos, fotos serviam para reafirmar as vitórias periódicas – mais um ano. O último, 8 anos foi comemorado em Niterói em julho de 1955. Campanhas para arrecadação de fundos eram recorrentes²³⁴ mas, mesmo assim, a periodicidade do hebdomadário só foi garantida por pouco mais de um ano. A partir daí, o jornal que circulou por quase nove anos em 118 edições, tentou manter uma periodicidade mensal admitindo vez ou outra uma esticada nessa mensalidade, a bi e mesmo a trimestralidade. Sua última edição não contém em nenhum momento traços de despedida,²³⁵ falas amarguradas sobre falta de cooperação, queixumes de perseguições ou boicotes. Quem virou sua última página em fevereiro de 1956 ficou esperando o próximo número...

²³⁴ O clube Maria Francisca é uma criação publicitária com que o jornal “O Momento Feminino” tenta resolver a questão do seu financiamento com a campanha 3-3-30 (3 amigas que indicam mais 3 amigas que somadas à sua assinatura totalizam Cr\$ 30,00).

²³⁵ Premonição ou simples coincidência o poema Eterna Mensagem de Haidé Nicolussi no editorial do nº 118?

A Eterna Mensagem

(...) povoa nossos sonhos com teu ramo de amoras, e o teu apego ao ninho foi ao cedro do Líbano, o teu primeiro lar

Hoje a tua tribuna são as peças e as ruínas,

Teu corpo de nenúfar ao próprio Deus emprestaste,

dando ao mito a poesia e ao amor candura.

Teu vôo nos adverte que só o senso mundo

justifica as distâncias e a vertigem da altura.

Tu que és mansa e prolífica, madona dos pombais,

o (...) te persegue e o egoísta te abomina

mas os puros pressentem que és a estrela do mundo

e a aurora que renasce entre os dedos da infância.

Enquanto isso na província ...

Era uma bela tarde em Niterói, como muito belas podem ser algumas tardes em Niterói. A jovem morena de traços delicados e cabelos escuros lisos caminhava como sempre decidida (Trindade, 2000)²³⁶. Apesar de um tanto contrariada localizou o número indicado na rua Marques do Paraná. Para atravessar a estreita rua, deixou passar o bonde da água. Bateu e entrou. Na sala da casa um grupo de senhoras, por que senhoras eram em 1948 todas as mulheres casadas, mesmo as muito jovens. Sempre desenvolta resolveu que iria cumprir bem a sua missão: integrar-se ao grupo que vinha se reunindo com a perspectiva de fundar a Associação Feminina Fluminense. Inteligência arguta e vivacidade na observação, logo definiu seu perfil – a líder, uma senhora espírita com idéias socialistas, algumas outras simpatizantes desse ideário, todas francamente adeptas da ação solidária em resposta a diferentes estágios de conscientização da realidade do país e da cidade e da condição da mulher na sociedade. Maria Felisberta Baptista Trindade deixou assim o movimento estudantil, no qual estivera apaixonadamente mergulhada desde os 12 anos para ingressar no movimento de mulheres por determinação do PCB, (Kasahévic (1936) apud Ferreira (1996))²³⁷ de novo na clandestinidade mas pujante como nunca. Claro que sendo mulher, mesmo na militância juvenil já vinha discutindo a

²³⁶ Maria Felisberta Baptista Trindade. Depoimento oral à autora em abril de 2000 e oportunidades subseqüentes.

²³⁷ Kasahévic (1936) apud FERRIERA, Jorge. Op. cit. p. 117: “A vida (...) de um comunista não é um negócio privado.

discriminação por sexo. Segundo seu relato, passara um tanto ao largo dela até aos 12 anos porque ainda não a percebera nos espaços – ruas e quintais – de sua infância.

O ingresso no Colégio Pedro II com pátios separados e brinquedos interditados (o escorregador era o sonho de diversão só possível às meninas, furtivamente, quando os meninos não estavam na escola) foi seu batismo com a diferenciação discriminadora que atingia até os espaços da intimidade. A “guerra das meias”²³⁸ é um exemplo: As meninas enrolavam para descê-las. Os inspetores exigiam que elas se estendessem, até que as longas saias as encobrissem. A libertária Felis²³⁹ talvez até seja injusta com o Pedro II. Nesses mesmos idos, meninas de internatos confessionais tomavam banho de camisolas, não raro sob um indefectível quadrinho em que um olhão enorme e a legenda “Deus a vê” advertiam-nas da vigilância constante.

Ingressar no PCB aos 16 anos foi uma opção pessoal (escolheu inclusive a data – 16 de novembro de 1946), como que a culminância de uma preparação que começara desde o início do Ginásio: a participação ativa no Grêmio, a resposta entusiasmada aos professores que lideravam manifestações (a primeira passeata aos 12 anos, convocada pela UNE pedindo a entrada do Brasil na Guerra), as conversas na barca todas as

²³⁸ A “guerra das saias” foi resolvida por ela de maneira criativa. Como também era proibido enrolá-las na cintura para que ficassem mais curtas, freqüentemente vestia “por engano” a saia da irmã mais nova, bem mais baixa. (nota da autora a partir do depoimento oral de Maria Felisberta).

²³⁹ Apelido com que seus amigos a tratam carinhosamente hoje. (nota da autora)

manhãs.²⁴⁰ Forjava-se assim a ativista política. Muitas vezes saía apressada do Colégio para que houvesse tempo de dar uma passadinha na Câmara Federal e assim pudesse acompanhar os debates travados na Constituinte de 1946. Seus olhos ainda hoje brilham quando descreve os oradores: Luiz Carlos Prestes, Marighela, Maurício Grabois, João Amazonas. Eram verdadeiras aulas de Política, avalia. Acompanhava também o debate do “outro lado” e percebia as contradições. Tinha apenas 15 anos! No mês seguinte à filiação candidata-se ao Grêmio e vence. Gildásio Amado, então diretor do Colégio Pedro II não permite que assuma por ser “jovem e socialista”. Essa “cassação” aos 16 anos será por ela sempre evocada.

Foi talvez o Jornal da Juventude, de cuja elaboração participava, que concretizou em Felisberta a fusão comunista feminista, nessa ordem mesmo. O jornal vinha trazendo para o debate entre os jovens estudantes algumas questões candentes aos movimentos de mulheres por esse tempo. Sua indicação como representante de Niterói ao título de Rainha do Petróleo, simultaneamente pela Comissão Juvenil e pela Comissão Feminina, assinala e exemplifica bem a transição de um para o outro movimento.

Inicialmente funcionando na rua General Osório, 25, residência de Guiomar Damasceno, que veio a ser sua primeira presidenta, a Associação Feminina Fluminense constitui-se formalmente. Felisberta foi

²⁴⁰ Todos os dias, ao atravessar a baía de Guanabara para ir ao Colégio Pedro II, procurava, mesmo escolhia, sentar-se ao lado de um senhor bem mais velho, que ela sabia ser da célula Luiz Carlos Prestes, a mais prestigiosa do país. Recebia assim doutrinação diária, sempre acompanhada de um ou outro galanteio. (nota da autora).

sua primeira secretária. Algum tempo depois passa a funcionar no sobrado da Venda da Cruz²⁴¹ cedido pelo Dr. Armando Ferreira.

No PCB havia a Seção Feminina, ligada ao Secretariado de Massas porém, a atuação nas associações femininas era de outra natureza e dela o Partido fazia questão. Ali imensos contingentes de mulheres, se for considerada a dimensão internacional, poderiam ser mobilizados e envolvidos direta ou indiretamente²⁴² na expansão crescente do socialismo que, acreditava-se, estava em marcha. Estatutariamente apartidárias, no concreto também eram assim consideradas pelas ativistas não alinhadas ao Partido. Lydia da Cunha quando já na década de 70 redige um esboço histórico do movimento e da Federação de Mulheres do Brasil (FMB), novamente o identifica como apartidário.²⁴³

No grupo que deu origem à Associação Feminina Fluminense a maioria não era militante do Partido. Algumas até simpatizavam com os comunistas mas, conta Felisberta, não dava para dizer que ali chegavam com uma tarefa partidária. Passara a se interessar pela questão, justificava. Sediada em Niterói, então capital do Estado, a Associação passou a coordenar e dar suporte à implantação de novos núcleos locais bem como a incentivar os já existentes em suas campanhas e realizações: Duque de

²⁴¹ Como nas demais sedes de associações ali eram oferecidos cursos de interesse feminino: Corte e costura, decoração de bolos, etc. Morando muito próximo, em criança, só recentemente relatei a “Associação” onde iam as mães das minhas amigas com o meu atual objeto de estudo. (nota da autora).

²⁴² Sentindo-se diretamente comprometidas e envolvidas com questões muito pertinentes à sua realidade, muitas mulheres não percebiam o que efetivamente estava no horizonte de suas lutas/conquistas cotidianas. Ou se percebia, consideravam-no justo, não chegando contudo a admitirem-se comunistas. (nota da autora).

²⁴³ Na década de 70, quando o movimento feminista ressurgiu, uma amiga, conceituada na Academia por seus estudos sobre mulher, começa a participar da organização do que viria a ser o Centro da Mulher Fluminense. Retira-se contudo ao fim de algum tempo ao perceber que as “comunistas chegaram” e começaram a fazer preponderar a sua ótica do mesmo. Lydia não percebia essa partidarização. (nota da autora).

Caxias, Magé, Xerém, Campos²⁴⁴. A sede na Venda da Cruz, localidade próxima ao Barreto, bairro tipicamente operário nessa época, aproxima o trabalho da AFF dos Departamentos Femininos dos Sindicatos,²⁴⁵ já que o conjunto dos trabalhadores nas indústrias têxteis, de conservas de pescado e de fósforos, era prioritariamente constituído por mulheres. A memorável greve de 1949 que paralisou a Manufatura Fluminense por 20 dias contou com a participação de integrantes da Associação em seus comícios, ajudando muito em sua realização. “O Momento Feminino” em sua edição nº 61, de 30 de agosto de 1949 publica entrevistas com essas tecelãs que reivindicavam aumento salarial de 60% e a derrubada dos 100% de assiduidade. Reprimido com muita violência, 16 empregados foram demitidos sem indenização (um deles com 24 anos de serviço) e os demais foram obrigados a trabalhar “*debaixo de pancada da polícia*”. Em consequência da greve foram formadas duas turmas que durante vários dias mantiveram as máquinas funcionando de 5 às 21 horas.

²⁴⁴ A atuação nos núcleos locais a envolvia tão intensamente como se pertencesse a cada um deles, tanto que, certa vez, num ato da Campanha do Petróleo no município de Campos, Felisberta, ao discursar de improviso sobre um carro uma vez que o mesmo fora proibido, teve em meio à confusão sua blusa rasgada (de tecido ordinário, ela diz) passando ao noticiário dos jornais da época como a “*rasgadinha de Queimados*”, identificando-a com a Associação do Município de Duque de Caxias. (nota da autora a partir do depoimento de Maria Felisberta).

²⁴⁵ Armênio Guedes em entrevista a Pedro Del Pichia em 1979 faz uma auto-crítica da relação PCB – sindicatos em fins dos anos 40, começo dos 50: “Achávamos que os sindicatos que existiam no Brasil eram órgãos do Governo, (...) da burguesia, dos latifundiários (...) Então, o que nós comunistas deveríamos fazer era criar sindicatos ou associações livres, puras, (...) nos lançamos indo organizar adoidamente associações com comunistas, simpatizantes, amigos, familiares de comunistas. (...) os anos mostraram a ineficiência dessas associações, pois pretendíamos criar um movimento desvinculado do avanço normal da classe trabalhadora.

No esboço histórico que Lydia faz do movimento e das atividades da Federação encontra-se um pequeno balanço sobre o trabalho “do lado de cá”.²⁴⁶

“O então Estado do Rio, através da Associação de Mulheres Fluminenses, que no Estado centralizava o trabalho, foi dos núcleos mais ativos da FMB. Desenvolvia mais intimamente, devido à nossa proximidade, as campanhas²⁴⁷ que empreendíamos, sendo que tinham ação completamente independente. Foi dos nossos núcleos o que desenvolveu algum trabalho entre camponeses, e aqui temos a presença de uma amiga daquele tempo, que se dedicou a aplicar a linha de trabalho da Associação Feminina Fluminense o que quer dizer da FMB, entre as mulheres da Zona Rural do Estado do Rio, notadamente na Baixada Fluminense. É a amiga Josefa Paulino da Silva²⁴⁸ que durante vários anos viveu entre camponeses, e ali procurava organizar as mulheres em torno de seus problemas e reivindicações.²⁴⁹

Lydia da Cunha acompanhou de perto o trabalho de Josefa disponibilizando-se, sempre que necessário, a participar das reuniões de

²⁴⁶ Consciente de toda a relatividade do sentido da expressão – Do lado de cá – esclareço que a utilizo em referência a Niterói, capital à época do Estado do Rio de Janeiro era propositadamente omitido para assinalar desqualificando, a diferença em relação à cidade do Rio de Janeiro. Separadas as duas cidades pela “pocinha” (a baía de Guanabara) normalmente Niterói era referenciada como o lado de lá. Sede da Universidade Federal Fluminense onde esse trabalho foi gestado, escolho designá-la como o lado de cá.

²⁴⁷ Foi a Associação Feminina Fluminense que mais assinaturas conseguiu em resposta ao Apelo de Estocolmo pela Paz. Ruth de Freitas (de Niterói) a campeã individual, conseguiu o maior número de assinaturas.

²⁴⁸ A vida e o trabalho de Josefa Paulino da Silva estão registrados no livro Josefa – a resistência de uma camponesa brasileira organizado a partir de seus depoimentos à Elza Maria Gheller. Foi editado pelas Edições Paulinas, em 1996, como parte da Coleção Testemunhas – Série Heróis.

²⁴⁹ Trecho do texto produzido e apresentado por Lydia em 1979 em reunião do Centro da Mulher Brasileira em Niterói, no qual procurou resgatar a história do movimento em 40/50.

esclarecimento²⁵⁰ às mulheres camponesas, organizadas nas associações e comissões que ia criando. Nutria grande admiração por Josefa a quem homenageou com uma festa em sua própria casa em Duque de Caxias em 1955.

²⁵⁰ Elza Maria GHELLER no livro acima mencionado relaciona alguns dos temas mais recorrentes nessas reuniões e as pessoas com quem contava para desenvolvê-los:

- União Soviética com Felisberta Jardim integrante do PCB que lá estivera;
- Paz;
- Campanha: “Nossos filhos não irão para a Coréia”;
- Plebiscito e participação;
- Discussão para libertar os maridos quando de suas prisões;
- Organização de novos grupos, comissões e associações de mulheres;
- Dia Internacional da Mulher, sempre com Lydia da Cunha;
- Direito à terra.
- Despejos com Vita Campos, assessora do PCB;
- Parto sem dor.

Guerra em nome da Paz

Chega ao fim o governo Dutra. O primeiro período da democracia liberal iniciada em 1945 não acaba bem. Liberal na aparência,²⁵¹ herdeiro do autoritarismo dos anos trinta na essência. Dutra, para uns altamente “político”, apolítico para outros, ao compor seu ministério com forças políticas de partidos diferentes poderia dar essa impressão, entretanto, essa pluralidade assentava-se num núcleo ideológico conservador. Assim, os movimentos de massas, destacando aí o de mulheres e o sindical operário, fortemente assinalados pelas comunistas, têm a contrapartida da repressão governamental.

Com a Guerra Fria ganhando contornos definidos e a União Soviética passando de aliada a inimigo figadal do mundo ocidental, o partido comunista passa a ser o alvo principal de um embate que tinha por objetivo conter essas massas que crescentemente organizavam-se sob sua orientação ideológica. O esmagamento formal do partido, coroamento de uma manobra política urdida pelo PTB, PSD e UDN culmina com a cassação do registro em 07 de maio de 1947, (o PCB tinha então cerca de 150.000 militantes) e com a cassação, em janeiro de 1948, dos mandatos dos eleitos.²⁵² Num primeiro momento, logo reverberou nos movimentos as

²⁵¹ Antonio Mendes de ALMEIDA JR Op. cit. p.

²⁵² As manobras do Governo Dutra junto aos juizes do TSE risca do mapa político um partido com uma bancada com 17 deputados federais, 64 deputados estaduais, centenas de vereadores e 10% dos votos para o candidato à presidência.

conseqüências dessa arbitrariedade: quase 400 sindicatos foram colocados sob intervenção e foi fechada a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB. As mulheres com suas uniões de bairro protestando contra a carestia não estavam suficientemente expostas para serem atingidas. Formalmente esse era um movimento apartidário. O jornal “O Momento Feminino”; intercalando palavras de ordem do Partido com receitas de bolo e modelos de lingerie, também não tinha como ser empastelado, como o seu homônimo, entre outros tantos, o fora. Na clandestinidade, aliás, era essa a sua experiência, o PCB continua entretanto presente como principal força política na organização da sociedade.

O Brasil precisa mover-se em direção ao seu venturoso futuro. Com desenvolvimento e modernização como horizonte, dois projetos se põem na disputa pela primazia da condução do Brasil ao seu grande destino, muito profetizado então.(Chauí, 2000)²⁵³ Um concebido a partir de ideais nacionalistas, preservador de riquezas e autonomia nacionais; outro que advogava um desenvolvimento associado ao capital externo, mesmo no caso de recurso estratégico como o petróleo. O bloco no poder faz a sua opção, ainda que não declarada. É necessário manter alguma aparência.

Linearmente identificado como comunista o movimento de mulheres desse período atrai para si a repressão dirigida a todos os setores da sociedade que contestassem a ordem que se pretendia hegemônica. Passeatas, comícios, reuniões, panfletagem sinalizavam essa rejeição e a disposição de reversão, ao que correspondiam repressão, espancamento,

²⁵³ Marilena CHAUÍ. Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 5-10.

prisão, tortura e morte. Tudo isso em nome da garantia da ordem e da segurança, tudo sob os angúrios de Paz para o mundo. Por que reprimir, bater, prender, torturar e até matar em nome da Paz? Quem não a quereria? A Guerra Fria em seu maniqueísmo, o embate entre os dois projetos de país, estão a exigir permanentemente a opção por um lado e a eliminação do outro. O clamor pela Paz precisa de complementos: Paz com quem? Paz de que lado? E até o insólito, Paz contra quem? Lutou-se pela paz exigindo a guerra (contra o nazifascismo), lutou-se pela Paz rejeitando a guerra (contra a Coréia). Escolher o “lado errado” da paz custou a Elisa Branco mais de 1 ano de prisão. Escolher a “outra democracia” custou a vida a Zélia Magalhães. Proclamar que “O Petróleo é nosso” calou para sempre a operária Angelina Gonçalves.

Num movimento de mulheres, barrigas estão sempre presentes. Maternidade exaltada, barrigas são uma elegia. Quem sabe um escudo? Assim pensou Zélia Magalhães quando na tarde de 16 de novembro de 1949 saiu pressurosa de casa.(Trindade, 2000)²⁵⁴ Simplesmente andar na rua pelo braço do marido era uma alegria, pois que até há pouco, como criminoso político, Aristeu amargara a dura realidade da prisão, inclusive no dia do casamento, em que foi autorizado apenas a comparecer à cerimônia e voltar. Zélia havia participado da campanha pela anistia aos presos políticos e dos movimentos em defesa da liberdade de expressão. Foram ela e o marido, a um comício organizado pelos comunistas e pela Liga de Defesa das Liberdades Democráticas (que abrigava diferentes tendências

²⁵⁴ Maria Felisberta Baptista Trindade, depoimento oral.

políticas) contra a Lei de Segurança Nacional, herança bastarda do Estado Novo com a qual o governo Dutra esperava barrar as manifestações populares. Maria Felisberta também planejava ir ao Comício com o marido. Era sua rotina estar onde fosse necessária a luta pela Democracia. O barrigão enorme avisava que Olga Quitéria (não se tratava de ultrassonografia, era só intuição mesmo, formato da barriga, essas coisas) chegaria a qualquer momento. Acatou as ponderações do marido, que foi sem ela. Quando o Comício foi dissolvido à bala pela polícia Zélia e Aristeu conseguiram alcançar um bonde e já se afastavam quando Procopinho, um policial conhecido por sua truculência, arrancou-o de lá. Zélia, num recurso desesperado para salvar o marido, acreditando talvez em sua barriga-escudo, se interpôs entre os dois e levou o tiro fatal. Foi assim que, nascendo 10 dias depois, Olga Quitéria, a primogênita de Felisberta e Jardim virou Zélia Leocádia.

Angelina Gonçalves arrumou-se cedo. O feriado não ia ser aproveitado para descansar ou passear. Programara com alguns companheiros, operários têxteis como ela, a participação em uma passeata comemorativa ao Dia do Trabalhador – 1º de maio de 1950. Preparou um cartaz simplório, “O Petróleo é nosso”, como se pretendesse comunicar, do Rio Grande (RS) para o mundo, que os brasileiros tinham orgulho de sua terra e suas riquezas e que saberiam aproveitá-las devidamente em benefício do país e de seu povo. A bandeira brasileira completava o aparato da paixão nacionalista. Em todo o país trabalhadores e mulheres organizaram protestos semelhantes contra a exploração do petróleo

brasileiro por empresas estrangeiras. Quando a polícia chegou atirando, Angelina e três companheiros tombaram, ela enrolada à bandeira do sindicato. Sua morte assinalou vivamente esse momento histórico tendo certamente reflexo nos desdobramentos posteriores da campanha. Vários números do periódico “O Momento Feminino” deram destaque ao episódio em artigos denunciantes e epitáfios lamentosos, como o poema de Edith Herve na edição nº 69 de 18 de maio de 1950:

*“Teu grito não cala
Nem de noite, nem de dia
E só calara na madrugada
de nosso dia.*

*Nem tu, nem Zélia,
nos querem
chorando aflitas
no epílogo branco do cemitério.*

*Na nossa luta não há mistério:
Pão, terra e liberdade
Por esse céu azul de fraternidade
bala assassina
matou mais uma mulher.”*

2 – FMB – por um outro pacto social

Ordem na casa e vamos à luta, não sendo propriamente um bordão uma vez que nunca chegou a ser verbalizado, presidia o encaminhamento que predominantemente assinalou o movimento de mulheres no período em análise. Nomeá-los no plural, como se propõe no título desse estudo parece ser uma forma de protegê-lo de armadilhas lingüísticas, metodológicas, semióticas, políticas... Entretanto, quer se utilize ou não a variação de número, o objeto do estudo é a forma singular como foram mobilizadas as mulheres brasileiras, mais precisamente do Rio de Janeiro no interstício dos períodos de exceção, 1945 – 1964. A visibilidade, a extensão quantitativa e a repercussão das ações desenvolvidas possibilitam que se designe o movimento que então aglutinou as mulheres em torno de causas sociais de cunho nacionalista, coordenando atividades em nível nacional e internacional, como aquele organizado sob a instrumentalização política de esquerda, com destaque para o Partido Comunista sob a égide da Federação Democrática Internacional de Mulheres e da Federação de Mulheres do Brasil, com sua miríade de ramificações. Nesse espaço militou Lydia da Cunha. Era um espaço da mulher dona de casa urbana. Pesa naturalmente essa afirmativa. Por dona de casa define-se a dona da casa, portanto uma mulher casada. Solteiras, viúvas e desquitadas, certamente as havia mas, em minoria e unificadas em torno de uma condição preliminar que as impelia à luta –

zelar e administrar uma casa, versão hodierna do atávico ninho, onde a família humana vive e se reproduz. Defini-lo como urbano pode ser injusto com as Josefas²⁵⁵ que por esse Brasil afora procuraram organizar, conscientizar e dar meios de resistência cotidiana às camponesas, mas esse era um movimento marcadamente urbano. Era também um movimento de mulheres trabalhadoras,²⁵⁶ mas não predominantemente. Lydia, no histórico que elaborou sobre a Federação e através do qual procurava mostrar o seu trabalho, afirma que, “carestia de vida era a preocupação mais imediata já que a maioria das associadas eram donas de casa, sobre quem refletiam suas conseqüências”, e ainda, “apesar de ter sido estruturada com o apoio das donas de casa não podia deixar de voltar sua atenção para a mulher trabalhadora, que (além de trabalhadora) era também dona de casa.”

Muitas outras instâncias associativas estavam ativas no período, aglutinando as mulheres em torno de outras especificidades, para além da “condição feminina”. É o caso Federação de Mulheres Universitárias, da Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas, da Frente Única de Mulheres, da Frente Nacionalista Feminista entre outras, que às vezes corriam por fora, às vezes faziam articulações pontuais, às vezes ainda trabalhavam com uma pauta específica.

É o caso também do movimento negro, que nessa década ganhou maior organicidade e espaços na imprensa. As mulheres que no Primeiro Congresso Negro Brasileiro, realizado em 1950 no Rio de Janeiro

²⁵⁵ Referência a Josefa Paulino da Silva, militante camponesa. (nota da autora)

²⁵⁶ Junto às mulheres trabalhadoras o PCB tinha uma ação mais incisiva através dos sindicatos, no caso, os departamentos femininos dos mesmos.

criaram o Conselho Nacional das Mulheres Negras, certamente não conseguiram abrigar sob a bandeira da FMB suas inquietações e necessidades específicas. Para elas a luta era a discussão das dificuldades encontradas pelos negros num país que tinha de si mesmo a imagem de uma democracia racial.²⁵⁷

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que tivera forte atuação nas décadas precedentes e participação decisiva na campanha pelo voto, tendo conhecido o refluxo comum dos movimentos no período do Estado Novo, a partir de 1945, mesmo mantendo existência formal, reduz significativamente sua força reivindicatória. Pautando-se pelos limites do feminismo liberal, mantém a perspectiva de luta pela igualdade de direitos individuais, partilhando com a FMB algumas filiações comuns.

A partir dos três pontos básicos do seu programa: defesa dos direitos civis, econômicos e políticos da mulher, defesa da infância e da juventude (dos filhos e dependentes) e defesa da Paz, a Federação operacionaliza um conjunto de ações que em seu desdobramento e imbricadas entre si, pretendem cobrir esse programa. As estratégias são diversificadas: a utilização do jornal “O Momento Feminino” e espaços em outros jornais nos quais suas associadas escreviam, reuniões nas associações locais, dos municípios e dos estados para palestras, debates, troca de informações e experiências, organização de eventos, participação em atos públicos, passeatas, comícios, panfletagem, Conselhos, Assembléias, Conferências e Congressos das entidades, elaboração de

²⁵⁷ Marly RODRIGUES. A década de 50. Populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil. São Paulo: Ática, 1992. p. 33-34

estudos, relatórios e documentos propositivos. Em torno dos diretos da mulher há a necessidade de esclarecer sobre quais são, tanto na perspectiva da cidadania (reformulação do Código Civil, participação política) quanto ao que diz respeito às especificidades do trabalho feminino (luta pelo direito e pelas condições de trabalho, livre associação, greves, creches, salários dignos e sem disparidade em relação aos salários que remuneram os trabalhadores em atividades idênticas).

A defesa das crianças e jovens (filhos, dependentes ou outros) passa por um específico – a reivindicação por creches²⁵⁸ e jardins de infância, pela criação de bibliotecas infantis, pela necessidade de contenção das mensalidades escolares²⁵⁹ - e por um genérico “futuro melhor para nossos filhos”, no qual cabiam todas as lutas nacionalistas com destaque para a carestia de vida e pela defesa das riquezas nacionais como possibilidade de uma autonomia do país em relação aos demais, pré-condição para a democracia interna. A belíssima “Mensagem às Mulheres Brasileiras” da lavra de Alice Tibiriçá já em seus últimos dias de vida

²⁵⁸ A referência às creches e jardins de infância como direito da mulher e direito da criança reflete uma ambigüidade até hoje presente quando se trata da educação infantil. O caráter suplementar e uma notória imprecisão nos padrões de qualidade, historicamente afrouxaram os requisitos para o atendimento a esse pleito das mulheres, fazendo crer que apenas a existência de locais onde as crianças pudessem ser deixadas em segurança seria suficiente, garantida que estava a possibilidade das mães se desobrigarem de seus cuidados por algum tempo, para poderem participar de outras atividades, o trabalho fora de casa, principalmente. O direito dos pequeninos a uma vivência pedagógica qualificada, considerando-se o espaço físico, os equipamentos e principalmente a formação específica para o magistério nesse nível, sempre foi contingenciado pelas demandas da oferta. A esse respeito consultar a Lei 9394/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o seu aplicativo o Plano Nacional de Educação do MEC, (Educação Infantil – diretrizes), elaborado em 1997 e sancionado com vetos em 2000.

²⁵⁹ Com uma rede pública insuficiente para o atendimento à demanda, especialmente no ensino secundário, estranhamente as mulheres organizadas não reivindicavam a expansão da oferta de ensino público (pequena exceção para berçários e creches). Com relação a estes é notório o sentido do pleito: que existissem e que fossem gratuitos, não necessariamente públicos (por locais de trabalho, por exemplo). Registre-se em dissonância o trabalho da União Nacional dos Servidores Públicos nesse sentido.

transmite²⁶⁰ claramente o que se espera da luta feminina com relação a este ponto.

“Nesta época de desmedidas ambições, de forças organizadas dos trustes e monopólios para a exploração dos recursos das nações economicamente fracas, um país como o nosso (...) deve zelar pelos tesouros de seu subsolo, sobretudo no que diz respeito às fontes de energia. O potencial hidráulico, carvão, petróleo e minérios radioativos para a energia atômica são alavancas do progresso dos povos que a possuem”.

As condições de nossa formação, como o povo do maior país da América Latina (...) já propiciaram a extorsão de nossas riquezas (...) Querem agora que vá nosso petróleo para a voracidade das grandes empresas, como já têm ido nossos minérios preciosos. (...) Os países que exploram eles próprios, o seu petróleo para benefício do seu povo, são senhores de seu destino. Ai dos que fraquejam, submetendo-se aos trustes imperialistas, especialmente a Standard Oil! (...)

Outro perigo está ameaçando, também o futuro do Brasil: a drenagem para o estrangeiro, de minérios preciosos para a produção da energia atômica: o país que possui urano e tório tem o futuro nas mãos. (...) O Brasil que os possui não pode permitir que tão raros minérios passem às mãos da América do Norte, indo aumentar o poderio daquela nação, em detrimento da nossa (...)

Assim também o ferro e o manganês. Cedem tudo, e por preços ínfimos. Contratos absurdos são firmados e, como

²⁶⁰ Publicado integralmente pelo Seminário “Emancipação” em 23/08/50. Reproduzido em Maria Augusta TIBIRIÇÁ MIRANDA. Op.cit. p. 214,215.

decorrência, ocupamos a triste posição de país subjugado. (...) Mas (...) de consegui-la, desvencilhando-se do grupo de entreguistas que compõem o Governo, e assumindo efetivamente a direção dos destinos da Pátria.”

No seu esforço para atingir o maior número de mulheres e identificando a questão que de imediato fala a todas – o alto custo de vida, o movimento vai se estruturando, a partir das bases, em torno desse ponto nuclear. Às vezes, como já mencionado, uma necessidade peculiar identificada em um ou outro grupo servia também como elemento aglutinador mas, o alto preço dos bens de consumo mais imediatos era sem dúvida o que mais mobilizava as mulheres, todas em comum donas de casa.²⁶¹ Essa luta dava-se em várias frentes, manifestos na imprensa em geral e n’ “O Momento Feminino”, reuniões para troca de experiências, visitas da diretoria às associações locais e estaduais para ouvir as mulheres em suas dificuldades e conhecer suas estratégias de resistência (a greve branca – fev. 52, em que as mulheres deixaram de comprar carne até baixarem os preços) atos de protesto junto aos órgãos legislativos, câmaras municipais, assembleias legislativas, Câmaras Federal e passeatas, muitas e ruidosas como a histórica “Passeata das Panelas Vazias”, em São Paulo em 1953, que levou às ruas milhares de mulheres, e suas panelas,

²⁶¹ Ainda que muitas fossem jovens em idade, esse movimento via uniões e Federação abrangia donas de casa e mães de família, quer trabalhassem fora ou não, casadas, separadas ou viúvas, quase com exclusividade. Mulheres estudantes, geralmente ainda solteiras, participavam dos movimentos estudantis; grêmios, associações de estudantes (a UNE foi criada em 1937), seções juvenis dos partidos, etc...

naturalmente.²⁶² Ao longo do tempo essa luta foi obtendo ganhos, às vezes pontuais e locais como o lactário de Fortaleza, às vezes mais amplos, como quando a Coordenação Econômica do Governo expropriava produtos sonegados pelo comércio (alimentos, tecidos populares) e os forneciam à Federação que os revendia às associadas pelo mesmo preço adquirido. Às vezes ainda, institucionais, como foi o caso da Lei Delegada nº 4 enviada pelo presidente Vargas ao Congresso que a aprovou (até hoje não foi revogada) conferindo amplos poderes às autoridades públicas na defesa da economia popular, tendo sido inclusive criado um órgão próprio para aplicá-la - a Superintendência Nacional de Abastecimento – Sunab.

Quando em 1950 a advogada Romy Medeiros, (Dicionário, 2000)²⁶³ em parceria com a jornalista Ormind Bastos, elaborou um anteprojeto de Código Civil e, convidada a apresentá-lo à Comissão Interamericana de Mulheres, reunida em Santiago do Chile, necessitou da autorização do marido para essa viagem, experimentou, na própria pele, o constrangimento de saber-se um ser juridicamente inferior e por isso necessitado de tutela. O jurista Arnaldo Medeiros da Fonseca não só resistiu em conceder essa licença, como ainda condicionou-a ao acompanhamento da esposa pelo irmão, atitude que apenas exemplifica o conjunto de restrições impostas à mulher pelo Código Civil de 1916, elaborado pelo jurista Clóvis Bevilacqua que, refletindo o contexto social da época, considerava-a juridicamente inferior ao homem, incapaz

²⁶² A despeito da lei sobre Crimes contra o Estado e a ordem política-social, sancionada por Vargas em janeiro de 1953, cerca de 500.000 pessoas participaram dessas passeatas na maioria das capitais contra o aumento abusivo do custo de vida, que no ano crescera 43%, segundo o jornal O Estado de São Paulo de 2/4/1953.

²⁶³ Dicionário de Mulheres do Brasil. Op. cit. p. 482-484.

relativamente de assumir responsabilidades, equiparando-a, quando casada, aos silvícolas e menores de 16 anos. Em virtude dessa “imaturidade” ficava ela proibida de exercer profissão, de comerciar, de aceitar tutela ou curatela e de aceitar mandato sem autorização do marido que, coerente com a perspectiva patrimonialista que regia a sociedade conjugal, tudo isso podia fazer sem consultá-la. Até mesmo os direitos políticos assegurados pelo novo Código Eleitoral de 1932 tornavam-se letra morta no tocante à mulher casada, uma vez que para tomar posse de um mandato necessitava também de autorização do marido que, aliás, podia revogá-la a qualquer momento.

Já na definição de seu programa, a FMB destaca a defesa dos direitos civis, econômicos e políticos da mulher, assim a partir de sua criação traz para si a responsabilidade de promover, junto às associadas, debates esclarecedores e palestras, contando para isso com a colaboração de personalidades conhecedoras da questão, como os desembargadores Vicente Faria Coelho e Osni Duarte, o senador Mozart Lago, as advogadas Zélia Pinho de Rezende que então presidia a União Universitária Feminina e a própria Romy Medeiros. Esta, incansável²⁶⁴, aproveitando-se da realização no Rio de Janeiro de nova Assembléia da Comissão Interamericana de Mulheres, volta com sua proposta que obtém apoio unânime das delegadas presentes. Diante da repercussão do assunto na sociedade, o senador Mozart Lago apresenta ao Congresso Nacional um

²⁶⁴ Em recente evento feminista, em conversa informal, a Dra. Romy Medeiros narra, pesarosa, que embora o marido “apoiasse seu interesse”, após o seu falecimento encontrou entre seus papéis um bilhete, recomendando a um amigo congressista, “que podasse um pouco o projeto da Romy”. (nota da autora).

novo projeto de Estatuto Jurídico que permaneceu em lenta tramitação por uma década. O trabalho persistente das associações femininas e o empenho de alguns políticos, com destaque para o senador Mozart Lago possibilitaram finalmente que a 27 de agosto de 1962 o Congresso Nacional aprovasse o texto, logo sancionado pelo presidente João Goulart como Lei nº 4121/62 – Estatuto Civil da Mulher Casada, que suprimindo os artigos restritivos do Código Civil de 1916, melhora sensivelmente a situação jurídica da mulher casada, como exemplo, a concessão do pátrio poder à mulher viúva sobre seus filhos quando em um segundo casamento. O pátrio poder do cônjuge sobre os enteados era mesmo um absurdo!

As mulheres consideram porém essa vitória parcial, porque apenas elimina restrições, não promovendo uma radical revisão dos direitos civis da mulher. Vitórias parciais são boas para evitar o esmorecimento, mas também para catapultar novas conquistas. Lydia expressa essa expectativa quando fala sobre essa luta nas reuniões a que comparece;

“Apesar deste primeiro passo na lenta caminhada pela conquista de direitos integrais de cidadã, muito ainda têm as mulheres a conquistar.(Cunha, 84)²⁶⁵ A lei civil não é a única a conter dispositivos discriminatórios contra a mulher, pois eles existem em várias outras esferas (trabalhista, penal, etc) que precisam urgentemente de reformulação. (...) o

²⁶⁵ Manuscritos de Lydia da Cunha em 1984, “atualizam” as informações sobre o Código Civil. A Dra. Zeia Pinho de Resende apresentou em junho de 1982 “uma contribuição para o estudo e o debate do Futuro Código Civil”, de grande aceitação entre mulheres e juristas e que se propunha a ser mais um subsídio ao esboço do Novo Estatuto Civil da mulher que coordenado pelas advogadas Sílvia Pimentel e Florisa Verucci, reunia as propostas e concepções de meia centena de movimentos femininos organizados. O relator da Comissão da Câmara que elaborou o novo código, deputado Ernani Sátiro, incorporou-o sob a forma de sub-emendas ao projeto inicial do jurista Miguel Reale. (nota da autora).

Direito Civil recebeu tratamento prioritário por ser o que mais atinge a vida cotidiana das mulheres. A lei por si só não garante que numerosas discriminações deixem de ser cometidas todos os dias. Mas constitui uma base sólida para que elas, um dia, venham a desaparecer inteiramente.”

Na perspectiva da igualdade como utopia mergulhar numa luta pela conquista de direitos individuais universalistas, a igualdade civil para as mulheres, significa no concreto aceitar os pilares nos quais a cidadania liberal se sustenta: a possibilidade de exercício do direito de votar e ser votado e por essa via ir revertendo, paulatinamente, sua fragilizada posição no pacto social. Por outro lado, no horizonte da cidadania socialista, o que está em jogo é a libertação política da mulher, numa perspectiva de transformação que promovendo a igualdade entre todos, eliminaria as diferenças de riqueza e poder que tornaria superficial a libertação da mulher sob a ótica liberal. Reforça-se assim a tese da pouca validade de se buscar, entre as estruturas de opressão, leis que possam defender os direitos das mulheres. Deve-se, pelo contrário, buscar a eliminação dessas estruturas, sem o que as reformas liberais acabam deixando inalterada a posição da mulher na família. Ainda que tenham direito de voto e participação política, as mulheres resistirão em exercê-lo sempre que o veja em confronto com seus “deveres”. (Zetkin apud Soliz, 1998)²⁶⁶ alerta para a premissa infundada de que a ampliação dos direitos da mulher teriam o mesmo efeito libertador sobre todas elas. Em sua análise, não se tratava de obter certos direitos e sim conseguir a igualdade de todos. A luta pelo voto

²⁶⁶ Neuza SOLIZ. Op.cit. p. 119-120.

é emblemática do que se afirma. Emma Goldman²⁶⁷ a respeito do movimento sufragista alertava: as feministas liberais fetichizaram o voto, atribuindo-lhe poderes que ele absolutamente não tinha. O voto, esperado como alternativa para os problemas de sua vida acabaria por piorá-las. Segundo ela, quer as mulheres votem ou não, aceitam o que as escraviza: a religião, o lar, a guerra, o casamento. Goldman conclui que a possibilidade de interferência política a partir do voto foi sub aproveitada.²⁶⁸

Desse modo é coerente que o movimento que se rearticulou no Brasil a partir de 1944, 1945 e expandiu-se significativamente na década seguinte tenha, no campo dos direitos individuais, distinguido apenas a necessidade de atualização/revisão no Estatuto Civil da Mulher. Todas as suas demais bandeiras têm a perspectiva da libertação da mulher pela vigência de um outro pacto social, em que a questão feminina seja considerada num contexto mais amplo, social e histórico, e não apenas como problema de um sexo.

Da mescla do nacionalismo, que expandindo-se crescentemente na América Latina constitui no Brasil a corrente de maior apelo à mobilização de massas, com o socialismo enquanto utopia libertária, forja-se o suporte ideológico do qual fluem as estratégias de ação da esquerda brasileira na instrumentalização da luta política em direção a esse novo

²⁶⁷ Emma GOLDMAN. *La tragedie de l'emancipation feminine*. Paris: Syros, sem data, p. 54-58.

²⁶⁸ Com o direito ao voto conquistado em 1932, as mulheres “conseguiram” apenas uma suplência para Bertha Lutz, identificada com o movimento, à Câmara Constituinte de 1934. Carlota Pereira Queiroz, eleita por São Paulo, até então atuava em outras frentes e não tinha a questão feminina como referência. O que se conseguiu na Constituição de 1934 foi resultado da ação das mulheres organizadas sobre os parlamentares (nota da autora).

pacto social. O nacionalismo (Rodrigues, 1992)²⁶⁹ sustenta a tese do desenvolvimento independente do país através da industrialização, a ser liderado por uma burguesia nacional sintonizada com os interesses do povo brasileiro e financiado por capitais nacionais ou mesmo por capitais estrangeiros, desde que submetidos ao controle nacional.

À imagem simplória do “cobertor de pobre” a bandeira nacionalista deveria abrigar a todos os interessados na ultrapassagem do subdesenvolvimento para o alcance do desenvolvimento autônomo. A Comissão Econômica criada pela ONU em 1948, sustentava que a dependência dos países periféricos em relação ao centro capitalista gerava e fomentava continuamente esse subdesenvolvimento que, por sua vez, assentava-se no plano das economias nacionais, no dualismo e na contenda constante entre o setor rural, estagnado e atrasado e o setor urbano, industrializado, moderno e dinâmico. Superar a dependência consistia em acelerar o processo de industrialização e promover profundas alterações na estrutura econômica rural (reforma agrária). Para tão relevante desígnio estavam convocados o proletariado, a burguesia nacional, grupos técnicos da administração, intelectuais e todas as forças políticas capazes de um enfrentamento aos opositores dessa utopia: a burguesia latifundiária e o imperialismo. Como um “projeto que daria à burguesia, que acreditava-se, não estava comprometida com o capital estrangeiro, possibilidades de tornar-se o grupo dirigente do Estado (...) que se responsabilizaria pelo desenvolvimento do capitalismo brasileiro,” o nacionalismo interessava

²⁶⁹ Marly RODRIGUES, Op.cit. p. 20 e seguintes.

primordialmente à essa burguesia, entretanto, conforme a estratégia política o exigisse, em decorrência de ações conjuntas, acabava sendo apresentado como projeto de interesse dos brasileiros em geral.

A doutrina cepalina (referente a CEPAL) legítima para os comunistas a luta antiimperialista e para os nacionalistas o acerto da perspectiva da industrialização acelerada e intervenção do Estado na economia. Pontos comuns entre as propostas dos nacionalistas e dos comunistas favorece a aproximação entre esses dois grupos unificando-os em frentes estratégicas que desconsideravam as profundas diferenças entre os mesmos e na sociedade brasileira como totalidade.

Dois projetos de país estão em disputa balizados pelo nível de interferência do capital estrangeiro no desenvolvimento da economia brasileira e a posição do país com relação à Guerra Fria. A perspectiva de desenvolvimento autônomo claramente se opõe ao predomínio econômico americano, carregado de intervencionismo. Divergências entre os graus de estatização dos setores básicos da economia e sobre o volume e o controle de capital estrangeiro admissível nuançavam posicionamentos intermediários entre esses dois projetos. Já a oposição entre os blocos socialistas e capitalista, definidor da conjuntura política dos anos cinquenta no Brasil e no mundo, constantemente solicita um posicionamento mais definido – “quem não está comigo, está contra mim”,

o que imprime a marca da repressão violenta aos movimentos sociais desse período (Rodrigues, 1992).²⁷⁰

Nacionalistas (radicais e moderados) e os comunistas defendiam a neutralidade do Brasil em relação à guerra da Coréia e a defesa e vigilância rigorosa da exploração dos recursos naturais do país. “Entreguistas”, pejorativo com que se designava o outro grupo, defendiam a aceitação do capital estrangeiro (alguns preservam o monopólio do petróleo) e a liderança americana na Guerra Fria, incluindo a participação no conflito. As múltiplas possibilidades de confluência de interesses individuais e coletivos que motivavam à mobilização social explica porque embora com um perfil ideológico claro os diversos movimentos definiam-se apartidários. Movimento e partido político são espaços de luta muito diferentes. No caso do PCB essa distinção foi bastante oportuna no início da década quando, ilegal e isolado politicamente, pelo governo, a quem não apoiava, pelas massas que, ignorando-o, votaram em Vargas, vê decrescer sua influência e seus efetivos diminuírem. O Partido centraliza-se e fecha-se. Essa *ghetização*²⁷¹ poderia tê-lo levado ao desaparecimento como força política efetiva, entretanto, os movimentos organizados e direcionados pelos comunistas mostravam-se vigorosos e atuantes. Provavelmente, sugere Vinhas²⁷², foram eles em suas “campanhas pela paz,

²⁷⁰ Marly RODRIGUES. Op. cit. 23 e seguintes.

²⁷¹ Moisés VINHAS. O Partidão. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 94. Em consonância com a nova política, os comunistas adotam uma concepção militarista de Partido, tomada como organização preparada para o assalto ao poder. Preservam os dirigentes na clandestinidade extremada, retornam a uma política obreirista de quadros, centralizam excessivamente a organização, cerceiam a democracia e instauram o reino de irresponsabilidade permanente, à base de métodos mandonistas de direção. Esse estreitamento aumenta sua desvinculação com a realidade.

²⁷² Id. Ibid. p.95 - 96.

contra a bomba atômica, nos quais conseguem reunir milhares de assinaturas e principalmente a atividade desenvolvida em defesa do monopólio estatal do petróleo e da construção da Petrobrás, que impediram o desaparecimento do partido, como força política efetiva; essas campanhas mantinham algumas franjas de sua política ligadas à realidade do país.”

A Federação de Mulheres do Brasil que a partir da orientação ideológica do PCB busca o estabelecimento de um outro pacto social iluminado por um diagnóstico socialista da condição da mulher na sociedade, na prática atua com as condições concretas que a realidade impõe/oferece e realiza um trabalho de grande repercussão, nesse mesmo período. Uma fala de Lydia da Cunha pode ser ilustrativa desse ponto. Quando em junho morre Alice Tibiriçá, testemunha: “(...foi difícil substituir tão ilustre figura para presidir a FMB. Na Diretoria havia nomes de grande valor e prestígio como por exemplo, além de outros, Nuta Bartlet James, Branca Fialho, Edi Duarte Pereira, que eram vice-presidentes e Arcelina Mochel Goto, a secretária geral que dotada de grande capacidade e inteligência imprimia com sua personalidade uma grande confiança na organização de todas as atividades. (...) A escolha recaiu em Branca Fialho, outra valorosa brasileira, educadora (...) membro da Associação Brasileira de Educação, (...) muito inteligente e de formação democrática e progressista”.²⁷³ Em tempos de Guerra Fria, a composição da diretoria da FMB é no mínimo instigante: Alice é nacionalista, Arcelina é comunista,

²⁷³ Lydia da CUNHA. Manuscrito sobre o histórico da FMB elaborado para participação em eventos diversos.

Nuta é da UDN, Branca, diz Lydia, é progressista (a ABE tradicionalmente identifica-se com a direita). Tinham em comum as causas nacionais.

Foi talvez a campanha “O petróleo é nosso” o momento de maior visibilidade do confronto entre os dois projetos de país. Os nacionalistas acreditavam que a soberania do país ligava-se diretamente à garantia de que as riquezas do país deviam ser protegidas da ganância imperialista (aí já está o viés comunista) e que o fato de geri-las seria pré-condição para a subtração do Brasil à realidade de dependente. Alice Tibiriçá, talvez a figura mais emblemática dessa campanha costumava afirmar: “Sinto que perdi mais de 20 anos em lutas parciais²⁷⁴. Enquanto nosso país não se emancipar economicamente, não poderá solucionar seus problemas médico-sociais. É preciso elevar o nível de vida do povo. (...) Haverá mais fome e mais miséria se o mesmo cair em mãos de *trustes* estrangeiros. Petróleo é emancipação, é segurança nacional, se explorado pelo Estado, pelo Brasil, em termos de monopólio para a conquista da auto-suficiência (Tibiriçá Miranda, 1980)²⁷⁵. Foi esta campanha um dos mais fortes pontos de confluência nacionalistas-comunistas. O fato é que seja por uns, seja por outros, ganhou as ruas desdobrando-se em variadas estratégias de ação, dos comícios aos editoriais pela imprensa, aos concursos de rainha para angariar recursos. As associações locais e regionais da Federação realizam seguidamente palestras e conferências sobre a questão. Alice Tibiriçá e mais tarde Branca Fialho, bem como

²⁷⁴ Alice Tibiriçá dedicou boa parte de sua vida a organizar associações filantrópicas para assistência aos hansenianos, aos cegos, aos tuberculosos, aos psicopatas.

²⁷⁵ Maria Augusta TIBIRIÇÁ MIRANDA. Op. cit. p. 204 e seguintes.

outras representantes da Diretoria, Lydia da Cunha, inclusive, viajam por todo o Brasil para levar informações e articular a realização de atividades de protesto. No final do governo Dutra, os trustes do petróleo dentre eles sobressaindo a Standard Oil, não se conformavam em perder o que zelosamente prepararam para si e amparados por um governo que já revelara sua posição “entreguista”, dele exigem seguidamente reações violentas, que desencorajem outras. Muitas vezes os comícios e passeatas foram dissolvidos à bala, como aquele em que tombou Angelina Gonçalves. O PCB mobilizava seus quadros para manter elevado o número de participantes dessas manifestações.

Quando em 1951 Vargas enviou ao Congresso o projeto de criação da Petróleo Brasileira Sociedade Anônima (Rodrigues, 1992)²⁷⁶ como uma empresa de economia mista com 10% das ações abertas ao capital estrangeiro, a campanha recrudesciu: militares, estudantes, nacionalistas, comunistas, operários uniram-se num esforço concentrado para barrá-lo. Por dois anos prolongaram-se as discussões, tendo o projeto inicial recebido várias emendas. Todas as que permitiam o controle (mesmo parcial) da empresa por capitais privados foram rejeitadas na redação final de Lei nº 2004 de 03 de outubro de 1953 que criou a Petrobrás (Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima) como uma empresa de propriedade e controle totalmente nacionais, com participação majoritária da União e o monopólio de todas as fases do processo, exceto a distribuição. Foi o coroamento de uma luta de pelo menos cinco anos.

²⁷⁶ Marly RODRIGUES. Op. cit. P. 49-50.

No período compreendido entre o pós-guerra e a metade da década de 50, com a FIM dando o tom, o movimento internacional pela Paz assinalou as principais lutas da FIM, elevando-a à prioridade maior sem a qual todas as outras perderiam o sentido. Os congressos internacionais eram os espaços ao mesmo tempo de sua reafirmação, de denúncia de suas ameaças e da repressão perpetrada em seu nome. Quer fossem denominados Congresso da Paz (Estocolmo, 1950), Congresso dos Povos pela Paz (Viena, 1952 e 1954), Congresso Mundial de Mulheres (Copenhague, 1953) ou Congresso Mundial de Mães (Lausanne, 1955) o chamamento recorrente era o da Paz, que como um gigantesco guarda-chuva protetor, a tudo e todos podia abrigar “desse lado da Guerra Fria”. Por essa ótica, incentivar mulheres operárias à greve por relações de trabalho menos injustas e, mulheres donas de casa a reivindicar o acesso de todos aos bens de consumo essenciais ou a defesa das riquezas do país, enquanto potencializadora de uma sociedade mais justa, significa, no limite, lutar pela paz mundial, uma vez que aquelas são condições para esta, perspectiva essa altamente ameaçadora ao pacto social vigente e hegemônico do ponto de vista dos “donos do poder” em que a paz (ordem) é assegurada pelo silenciamento dos desejos e pela manipulação das contradições. Por isso, defender essa paz é comprar uma briga e entrar numa luta, às vezes muito cruel. Simplesmente declarar que “O Petróleo é nosso” ou “nossos filhos não irão para a Coreia” significa por-se do outro lado da barricada e por isso expor-se a todos os “tiroteios”.

Com a FMB recém criada e tendo na Conferência de criação a postulação de que nenhuma causa é maior que a da paz, a primeira de suas campanhas consiste na coleta de assinaturas e na realização de enquête popular como resposta ao Apelo de Estocolmo. A Associação Feminina do Distrito Federal logo colocou-se em ação para o preenchimento do questionário em favor da Paz. Como estratégia para essa enquête,²⁷⁷ 5000 questionários foram distribuídos a representantes das diversas associações de bairro que percorriam as casas informando sobre a campanha, levantando opiniões sobre a paz e colhendo assinaturas de adesão. Foi inclusive estabelecida uma premiação para a que conseguisse melhor resultado (maior número de assinaturas). Em termos nacionais, a campeã foi a Associação Feminina Fluminense. O objetivo, 1.000.000 de assinaturas foi facilmente atingido e mesmo duplicado.²⁷⁸ Esse clamor pela paz tinha um alvo específico – a supressão das pesquisas nucleares para fins bélicos. Essa era a palavra de ordem em Estocolmo: “Exigimos a proibição da bomba atômica”. O êxito dos números talvez obliteram a violência enfrentada pelos ativistas. Reuniões para definição de estratégias de ação, passeatas e comícios eram abortados ainda na organização.²⁷⁹

Notória na luta pela Paz, que no início dos cinquenta concretizava-se no alerta/apelo “nossos filhos não irão para a Coréia”, foi

²⁷⁷ O Momento Feminino, nº 66, março de 1950.

²⁷⁸ Idem, nº 76, outubro de 1950.

²⁷⁹ Em várias ocasiões o MF denuncia essas violências. Nos nºs 65 e 66 (fev. e março de 1950) noticia o espancamento e prisão de mulheres pela polícia do governador Adhemar de Barros e nos números seguintes acompanha as vicissitudes da jovem Maria Aparecida na prisão por seis meses. No número 78 (novembro de 1950) o artigo “contra a paz o governo de Pernambuco” denuncia a prisão e espancamento de mulheres que se preparavam para sair às ruas em passeata (tiveram os cabelos cortados à peixeira e uma delas, grávida, abortou).

Elisa Branco que, corajosamente, a lançou no país quando postou-se à frente de um desfile militar comemorativo ao 7 de setembro, no vale do Anhangabaú em São Paulo. Sempre ligada a correntes de esquerda, Elisa já integrara a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Tendo mudado-se do interior para a capital ingressou na Federação de Mulheres de São Paulo (FMSP) e participou²⁸⁰ já das campanhas contra a carestia e da revolta organizada das mulheres paulistas quando da prisão de Alice Tibiriçá no ano anterior. Com ostensiva violência (foi arrancada à força de um ônibus quando já se retirava), a prisão de Elisa resultou numa condenação a quatro anos e oito meses de reclusão, o que originou intensa campanha por parte da FMB (no I Congresso foi criada a Comissão Nacional pró-anistia de Elisa Branco) e de várias associações femininas no Brasil e no exterior (a FDIM e suas filiadas). Todo esse clamor, o jornal “O Momento Feminino” por exemplo, durante todo o período da prisão mobilizou enormemente a opinião pública – eram cartas de apoio, pedidos de anistia, apelo aos juízes – resultaram em sua absolvição pelo Supremo Tribunal Federal (STF) pouco mais de um ano depois. Em 1952 no Congresso dos Povos pela Paz realizado em Viena Elisa Branco recebe o Prêmio Internacional Stalin pela Paz e passa a integrar o Comitê Executivo da FDIM. No ano seguinte torna-se vice-presidente da Federação e juntamente com Lydia da Cunha e outras, incorpora a delegação brasileira ao Congresso Mundial de Mulheres em Copenhague.

²⁸⁰ Uma forma de dizer sim? Há poucos dias do Manifesto de Prestes, tomado público em 1º de agosto de 1950, a exortação às mulheres do Brasil, nele contido, cala fundo em Elisa Branco: (...) sois as primeiras vítimas da guerra e do terror fascista. Operárias, camponesas, donas de casa, mães e esposas! (...) A libertação nacional do jugo imperialista exige vossa participação ativa (...) e a bandeira por que já tombaram Zélia e Angelina continua em vossas mãos. (MF, nº 75 – 1º /10/50).

Em 1951 a FMB consolidou-se como representativa do movimento de mulheres brasileiras realizando atividades de âmbito nacional, como o I Congresso, em São Paulo e as Assembléias Nacionais do Rio de Janeiro e Porto Alegre. A estratégia de mobilização pela paz produzia aqui os mesmos resultados que em outras partes do mundo; aglutinava mulheres das mais variadas opções políticas e alcançava, pela amplitude do seu lema, todas as outras causas de caráter social. Não são raros, nesses eventos, depoimentos com os das Dra. Odília Lavigne, insigne educadora baiana ou da Sra. Florinda Sampaio, professora de História em Porto Alegre. Ambas revelam em suas falas um perfil bastante tradicional, conservador mesmo, e “ explicam” quase que desculpando-se, porque consideram importante estar ali. “ Sou partidária da paz seja com quem for (...) Como mãe e educadora quero a paz. Não tenho Partidos”.

Ernestina Cavaleiro, uma militante de Santa Maria (RS) ao explicar como vinha fundando em várias cidades do interior comitês contra a carestia, detalha a estratégia: “As mulheres lutaram ao lado dos maridos nos dias de greve (da carne) que tinha subido de Cr\$ 8,50 para Cr\$ 10,00, com o nosso movimento conseguimos que baixasse para Cr\$ 5,50. Ficamos durante 10 horas em cima dos trens, impedindo sua passagem. Foram 3 dias de luta intensa, as ruas estavam sempre escuras de tantas pessoas que participavam das passeatas. Contamos com a solidariedade de toda a população, inclusive do comércio que fechou suas portas”. E conclui: “

Sou fundadora de três comitês pela paz mas compreendo que a luta contra a carestia é também uma luta pela paz”. (Momento Feminino 1952).²⁸¹

Em político editorial, o nº 95 do MF dirige-se à jovem mãe e à mãe de cabelos brancos; a operária, à camponesa, à professora e à escritora, à médica e à enfermeira; à todas às mulheres, “ qualquer que seja a cor do teu rosto”, tua religião e convicções políticas”. A força do apelo da paz deveria ser suficiente, acreditava-se, para superar às arraigadas estruturas de preconceitos de classe, etnia, faixa etária, nível intelectual, e tantos outros.

Na perspectiva de consolidação do novo pacto social desejado, a Federação de Mulheres do Brasil apontou a luta feminina na direção da conquista de uma sociedade mais justa onde a igualdade se assentava na manutenção das diferenças entre os sexos e no amalgamento das questões próprias das mulheres em questões sociais amplas. À precisarem de um refrão para cadenciar suas marchas, ao invés de se autoreferirem, como seria natural, as mulheres mais apropriadamente deveriam entoar:

“O povo, unido, jamais será vencido!”

²⁸¹ O Momento Feminino (95) ago-set. 1952.

Figura vi - Coleção de fotos de viagem à Rússia e China, 1953 - 1958

3 – Lydia da Cunha – cotidiano e militância

Para Dosse, “por um lado, o historiador tem um pacto com a verdade, que faz com que procure fontes, separe o falso do verdadeiro. Por outro, há o pacto da escrita que o leva à narração, à construção, aos enunciados coisas que o levam à ficção (Dosse, 2001)²⁸²

Caminhar nessa estreita faixa entre o compromisso com a verdade e a narrativa requer uma constante vigilância, que se torna mais premente quando as próprias fontes, ou parte delas, pela sua natureza – depoimentos orais ou escritos – vêm carregadas de subjetividade, o que traz o risco de se estar freqüentemente tangenciando o território da ficção. Separar nas informações obtidas de pessoas-fonte (Camargo, 1987)²⁸³ o que é falso ou verdadeiro envolve um delicado desvelar do fato em si, buscando despi-lo ao máximo das interferências de que são passíveis: o nível de conhecimento que o indivíduo tem do fato e as condições subjetivas com que o registrou na memória, o analisa e o reproduz.

Um desencontro entre fontes com relação ao ingresso de Lydia na FMB, já enunciado, remete de imediato ao que se acaba de expor. A fonte que localiza o seu ingresso no período de criação da Federação (1949) certamente considera a inerência da filiação à mesma, de todas as

²⁸² François DOSSE em entrevista ao jornal Folha de São Paulo em 25/04/01.

²⁸³ Aspásia CAMARGO. Os usos da história oral e da história de vida. Revista Dados, vol. 27, nº 1. Rio de Janeiro; Iuperj, 1987.

filiadas das associações que a instituíram. A própria Lydia, porém só considera o seu ingresso quando suas ações deslocam-se do espaço real da União Feminina Duque de Caxias, portanto espaço simbólico da Federação, para o seu próprio espaço real e simbólico, o que teria apenas ocorrido em 1953.

Onde estava Lydia em 1949? Lydia estava em Caxias, dona de casa, às voltas com três crianças pequenas, os cristais quase intocados da cristaleira, o quaradouro onde nos dias de sol praticava o ritual da lavagem de roupa, os cuidados com o pequeno jardim, o trabalho de manter imaculadamente brancos os azulejos e as pastilhas da copa, da cozinha e do banheiro. Em 49 Lydia paria Tânia, a bonequinha loura que viria a ter os dengos de caçulinha do pai e simultaneamente cercava ela mesma, de cuidados e atenção o marido que se submetera a uma delicada cirurgia de extração de um rim. É possível assim que não tenha comparecido com sua barriga de sete meses à Conferência de fundação da FMB. Certamente porém, como secretária da UFDC acompanhava atentamente toda a movimentação que a precedeu e todos os desdobramentos daí decorrentes. Extremamente exigente consigo mesma, muito íntegra e comprometida com a verdade, Lydia não considera que atuando “apenas” em Caxias estivesse atuando na própria Federação. Em 1953, quando pela Associação de Caxias, engaja-se nas atividades preparatórias do Congresso da FDIM saindo uma de suas delegadas, o que já de antemão supunha um conjunto de responsabilidades posteriores ao mesmo, passa a freqüentar com assiduidade a sede da Rua do Lavradio e envolve-se com todas as

atividades por ela desenvolvida. Só então considera que “entrou” para a FMB. Dessa posição de Lydia resulta a opção metodológica de sincronizar, neste item, as suas atividades e as da Federação a partir desse marco temporal.

Casa, Coisas e Casos

Tirada em 1952 a foto clássica, pai, mãe, filhas é muito bonita, porque bonitos todos eram, ademais, como o costume da época, essa fotografia requeria uma produção esmerada: combinação antecipada com o fotógrafo, cuidadosa seleção da indumentária de cada um, escolha do cenário e seus aparatos. Consciente ou intuitivamente percebia-se o seu valor iconográfico. Num bonito porta-retrato ganhou um lugar especial na sala de jantar, o ponto mais nobre da casa da 19 de março, como também as fotos emolduradas de Lydia e José Antonio, lado a lado, penduradas na parede, como que a presidi-la e aos seus moradores. Eclética, a sala era iluminada por um lustre de cristal cheio de pingentes, que a dona da casa mantinha invariavelmente polidos, e uns prosaicos pingentes de barbante que sinalizavam às moscas, abundantes na região, qual era o seu lugar. O piano, utilizado por Dora, Tânia e um pouquinho por Lígia e o mobiliário adequado e elegante, davam-lhe um quê aristocrático. A TV, que chegou mais tarde, foi para cima da cristaleira roubando-lhe o brilho mas, por sua posição altaneira e pelas janelas sempre abertas, socializava com a vizinhança as emoções dos jogos de futebol nas tardes de domingo. Havia ainda a rádio vitrola Telefunken em madeira clara que desligada destoava muito do ambiente. Funcionando, combinava sim com aquela casa e seus moradores, com a sua dona e seu romantismo sob controle cedendo ao

deleite dos seus discos em 78 RPM's: Debussy, Tchaicovsky, Chopin, Piaff, Charles Trenet, Francisco Alves.

Democrática mesmo era a copa. “(...) era ali que se faziam as refeições. Era ali também que se discutiam os assuntos políticos. O ponto de encontro da família. (...) era na copa que as conversas fluíam, que se recebiam os familiares e os amigos. Tia Jó, Tia Auzenda, Tia Corina, Sr. Salles, Sr. Custódio, alternadamente ou não, estavam por ali”.²⁸⁴ Também era ali que os vizinhos e parentes vinham ouvir Lydia narrar suas viagens e seu trabalho na delegação da FMB. Às vezes conseguia uma loja ou sala vazia, mas a própria casa era sempre disponibilizada. Tudo era preparado com esmero. Todos eram convidados com dia e hora acertados. Lydia reunia fotos, preparava cartazes, selecionava objetos e falava, falava e tentava passar para cada um daqueles que lhe acorriam ao chamado, um pouco do que vira e ouvira em terras tão longínquas. Às vezes fazia mesmo uma pequena exposição para que de forma mais didática tudo pudesse ser compreendido pelo seu público. Era quase uma compulsão esse cuidado em abrir para os outros a experiência que vivera. Extremamente simples, sem ao menos um breve toque de exibicionismo, sua disposição para falar vinha do que considerava ser uma responsabilidade social, quer porque viajara como delegada a um congresso, quer porque considerava que era necessário estar permanentemente intervindo e esclarecendo as pessoas.

Sua filha Dora lembra que nas diversas situações em que a possibilidade se apresentava, lá vinha Lydia com seus “discursos”. Nas

²⁸⁴ Relato de Ligia da Cunha sobre a casa e seus hábitos.

solenidades, naquele clássico momento em que o apresentador pergunta, quase presumindo uma negativa, “alguém deseja fazer uso da palavra”? ela e suas irmãs entreolhavam-se: lá vai mamãe! Não dá pra deixar p’ra outro? Sim, Lydia sempre desejava. Deixar p’ra outro, podia sim, mas deveria? Ainda segundo Dora, suas palavras caíam fundo. Eram aplausos de pé, gente chorando, emoção. Tinha o dom do senso de propriedade: o que devia ser dito, em que hora, para quem.

Um episódio quase banal ilustra esse ponto. Em Caxias, um conhecido estabelecimento de ensino pertencia a um casal que no seu comando dividia as tarefas. Ela dirigia, ensinava, secretariava, fazia os serviços gerais, era a alma, o braço direito, o esquerdo e outros mais. Ele aparecia, borboleteava e... “cantava” as adolescentes ginásianas, num exibicionismo explícito assentado no que considerava o comportamento “natural” dos homens. Numa ocasião, na festa de formatura de Dora, que também era de duas filhas do casal, no momento fatídico, depois de cumprimentos, sorrisos e fotos na entrega dos certificados, protocolarmente o diretor abriu a palavra: alguém deseja?... Para que! Lydia desejava como sempre. E começou enaltecendo a importância da esquecida e humilhada diretora e seu trabalho cotidiano para fazer aquela escola funcionar. Não foi preciso muito esforço para que a platéia fosse percebendo a magnitude da senhora. E cada palavra de enaltecimento a realçar-lhe o brilho chamava a atenção para a pequenez do diretor. Os aplausos cresceram. A platéia ficou de pé, muitas pessoas que acompanhavam aquela situação de descaso e desrespeito, emocionadas, transformaram suas palmas numa louvação

sincera à diretora. E a humilhada D. Dinah ²⁸⁵ naquela noite foi reabilitada por Lydia diante daquela comunidade a que servia com tanto zelo. Nada foi preciso dizer do ou para o diretor.

Por gostar tanto de falar, diligentemente, logo que surgiu a possibilidade, atendeu ao convite da Rádio Jornal do Comércio em Duque de Caxias. Usar esse recurso significava potencializar sua mensagem, falar do que vira e aprendera para muitas pessoas simultaneamente. Não podia desperdiçar. Transformou as conversas sobre lugares que conhecera em viagens imaginárias que pelas ondas do rádio conduziam pessoas que raramente poderiam fazê-las de fato. Metódica e organizada, essas viagens pelo Brasil e pelo mundo estão registradas em cuidadosos e bem elaborados textos. Para além das descrições, sempre procurava enriquecê-las com pesquisas sobre história, cultura, economia e curiosidades sobre o país ou cidade visitados. Na década de 50, com a TV chegando discretamente à periferia do Rio de Janeiro, a voz de Lydia permitia aos seus ouvintes abrir janelas para o mundo.

²⁸⁵ Nome fictício.

Europa, França e Caxias

Coincidência ou não o Congresso Mundial de Mulheres em Copenhague entre 5 e 10 de junho de 1953, foi diferente em relação aos anteriores. A FMB reuniu a maior delegação que já enviara a um congresso internacional: 17 representantes sendo três operárias – uma têxtil, uma gráfica e uma metalúrgica. A delegação era quase toda proveniente do eixo Rio- São Paulo, os pólos mais ativos então tendo porém o Rio Grande do Sul sido representado por Odith Saldanha. Lydia indicada para compor a delegação misturava ansiedade e emoção pela possibilidade da viagem com a apreensão por um afastamento longo, possivelmente demorado.²⁸⁶ Taninha ainda ia fazer 4 anos. Sem Jó, nem pensar, mas mesmo assim... Haveria ordem suficiente na casa para que pudesse deixá-la para ir à luta? Convenceu-se que sim e no dia aprazado, embarcou no Francisco Dodero rumo a Hamburgo e em seguida Copenhague.

Essa numerosa delegação, atípica em relação à participação do Brasil em eventos anteriores, o que foi observado também na representação de vários outros países, resultou de orientação da FDIM no sentido de que fossem intensificados os esforços para assegurar a participação ativa de todas as mulheres nos debates do Congresso. Recomendava “assembléias, pequenas reuniões, visitas de casa em casa, conversas individuais,

²⁸⁶ Havia a perspectiva de que, como nos anos anteriores, fossem convidadas pelo Comitê Antifascista de Mulheres Soviéticas a visitarem a URSS.

palestras, festas e dezenas de outras iniciativas para fazer com que cada mulher, no lugar onde mora, ou onde trabalha, receba o apelo de convocação do Congresso e a ele envie sua sugestão”. (Momento Feminino, 1953)²⁸⁷

“Prepara-se em todo o mundo o Congresso Mundial de Mulheres” é o título da edição 99 do Momento Feminino e os diversos informes procuram dar conta das atividades que operacionalizam a estratégia prevista – que cada mulher possa fazer chegar sua voz a Copenhague. As associações de bairros se reuniam, definiam suas reivindicações, colocavam suas contribuições e escolhiam delegadas às reuniões em instância mais abrangente, as cidades e os estados. Nas reuniões locais os pleitos também contemplavam as necessidades e aspirações mais prementes e imediatas como o aumento de vagas no Grupo Escolar ou a criação de um grupo de teatro infantil no bairro tal, por exemplo.

No Estado do Rio de Janeiro, Guiomar Damasceno presidente da Associação Feminina Fluminense desde sua criação participou de reuniões em vários municípios convidando a que enviassem representantes à reunião em Niterói, da qual saíam as delegadas nacionais pelo estado. As notícias sobre os preparativos em vários países eram igualmente estimulantes. Na Itália a FDI distribuiu 3 milhões de convocatórias para o Congresso. Também a França realizou 80 reuniões preparatórias tendo a concentração no Velódromo de Paris reunido quase 300.000 mulheres. Essa

²⁸⁷ O Momento Feminino, nº 99, mar/abr 1953.

movimentação prévia intensiva e extensiva foi condição para que este fosse o maior e mais significativo evento já realizado pela FDIM, reunindo 1990 representantes de 67 países das quais 613 eram delegadas, 1312 convidadas e 65 observadoras. Sem falar nas delegações que por questões políticas internas não foram autorizadas pelas autoridades de seus países a viajar para a Dinamarca.

O temário foi cumprido a partir de 5 blocos de discussão: direitos econômicos e sociais, direitos políticos e civis, direito à instrução, defesa da infância e paz e amizade entre os povos. Cada um deles analisado sob o duplo enfoque – a luta pela conquista e defesa dos direitos da mulher como mãe, trabalhadora e cidadã e o balanço das perspectivas de ação das mulheres em defesa da paz e dos interesses da mulher e da criança. Dois importantes documentos foram elaborados e aprovados passando a constituírem-se em referenciais para as lutas do movimento: A “Declaração dos Direitos da Mulher” e o “Chamamento às mulheres do mundo inteiro”. Este último reitera a necessidade de cooperação e união como estratégia de ação: “unamos nossos esforços para desenvolver os intercâmbios econômicos e culturais que reforçam a amizade entre os povos” e ainda “unidas, defenderemos os direitos das mulheres e das crianças”, “unidas faremos triunfar a paz!”

É certo que a principal contribuição do Congresso de Copenhague esteja no dimensionamento da questão dos direitos da mulher como pauta de reivindicações. O detalhamento e explicitação do que se considerava um tanto vagamente como direitos da mulher, dá nova ênfase à

mulher cidadã, um ponto pouco contemplado até então. Entre considerandos e diagnósticos, a comissão encarregada da *Declaração dos Direitos da Mulher*, assim os enuncia:²⁸⁸

Direito ao trabalho;

*Direito à livre escolha do ofício e profissão;
possibilidades iguais de ascensão no trabalho;*

Igualdade de salário para trabalho igual;

Igualdade de direito ao seguro social;

*Direito à proteção da mãe e da criança pelo Estado,
licença maternidade pré e pós-natal, creches e jardins de
infância no campo, nas cidades e centros industriais;*

*Concessão às trabalhadoras do campo dos mesmos
direitos concedidos às trabalhadoras urbanas;*

*Direito à instrução em seus diferentes graus e à
formação profissional;*

*Direito a eleger e ser eleita para todas as instâncias do
poder, sem restrições e discriminações;*

*Direitos iguais aos do homem no que concerne à
propriedade, ao matrimônio e aos filhos;*

*Direito de associação e livre atividade em organizações
femininas e de outra natureza.*

À relação dos direitos acrescenta-se que os mesmos devem ser consolidados nas leis dos diversos países e que as organizações femininas

²⁸⁸ Aprovadas por aclamação no Congresso Mundial de Mulheres – Copenhague, 10 de junho de 1953, conforme consta dos Anais do Congresso, p. 254-255.

nacionais devem constantemente lutar pela criação de condições necessárias à sua aplicação.

Três delegadas brasileiras apresentaram em plenário informes sobre o movimento no Brasil.²⁸⁹ Odith Saldanha, da Federação de Mulheres do Rio Grande do Sul traça um panorama da situação das camponesas e das operárias ressaltando o nível de organização dessas últimas na realização de protestos conseqüentes (5 dias pararam as têxteis no RJ) e de grande visibilidade (300.000 operários em greve em São Paulo sendo 30.000 mulheres). Mathilde Garcia Rosa, representante da União Nacional de Funcionários do Estado critica as políticas sociais do governo e detalha as formas de pressão adotadas por esse segmento da população no sentido de conquistar alguns benefícios: creches, vagas nas escolas públicas, salário família, licença maternidade, férias de 30 dias e aposentadoria aos 25 anos. Elisa Branco denuncia o intervencionismo norte-americano mostrando que a Comissão Mista Brasil – Estados Unidos, instalada no Ministério da Guerra dispõe de comissões técnicas em todos os ministérios e assim controlam toda a vida administrativa, política e econômica do país. Fala ainda da campanha contra o envio de tropas à Coréia, da qual é personagem referencial e mostra como exemplo de luta as mulheres dos ferroviários de Cruzeiro, em seu protesto contra o atraso do pagamento de salário dos seus maridos, o qual pela ousadia e coragem impressionou a todas.

²⁸⁹ Anais do II Congresso Mundial de Mulheres – Copenhague, junho, 1952, p. 110-112.

Na estrutura da FIDM²⁹⁰ os congressos são a instância maior de participação e definição de políticas. O Conselho, que reúne-se anualmente é eminentemente consultivo e o Comitê Executivo tem a função que o próprio nome explicita. Os congressos é que são os espaços de deliberação tendo por isso uma significação muito maior. Talvez por isso e por desinformação alguns jornais denominem congressos a todos os eventos de discussão conjunta entre representantes dos diversos países. É nos congressos que se imprime a linha política da Federação. Por isso o de Copenhague teve extraordinária importância. Antecedido por grande divulgação e muitas atividades preparatórias, recebeu um grande número de representantes em condições de discutir de maneira fundamentada e deliberar sobre políticas de ação a serem implementadas. Ademais foi o primeiro a elevar a ponto de pauta prioritário a questão dos direitos da mulher, constituindo-se assim num marco entre os eventos internacionais da década.

Após o Congresso, (Cunha, 1953)²⁹¹ como já suposto, 13 membros da delegação brasileira foram convidados pelo Comitê Antifascista de Mulheres Soviéticas a conhecer a URSS. Compõem um grupo latino-americano do qual fazem parte também cubanas e chilenas. Lydia da Cunha, honrada com o convite e emocionada com a expectativa integra a comitiva. Atenta e disciplinada registra tudo com pormenores, das viagens em diferentes meios de transporte (trem, avião) às inúmeras visitas, em dois cadernos, em um dos quais registra uma singela explicação sobre

²⁹⁰ Idem. p. 36

²⁹¹ Lydia da Cunha (1952) Cadernos (1 e 2) de viagens à Tchecoslováquia e União Soviética.

sua origem: “Este caderno (...) foi ofertado gentilmente pelas Mulheres da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas”. Embora compreendendo que a visita tem um componente de publicidade, não vê nisso nenhum problema uma vez que interpreta essa estratégia como uma forma de levar as pessoas a concluírem que “é tudo verdade”.

Seja por uma predisposição pessoal, seja pelo clima do Congresso de que acabara de participar, seja pelas profundas dificuldades de seu próprio país e de outros países capitalistas cuja descrição há pouco tinha ouvido, Lydia viaja em clima de encantamento. Quando não é possível elogiar um serviço, como o trem que a conduz de Praga a Moscou, justifica: “sabemos que o governo tcheco não teve tempo para resolver todos os problemas e que tem cuidado em primeiro lugar das indústrias básicas e da reforma agrária”. O que seria mais tarde considerado exarcebação do culto à personalidade, foi percebido por Lydia como demonstração de “carinho e veneração do povo russo pelo seu grande líder Stalin”. Nas fotos da viagem que acompanham a descrição, uma observadora atenta registra, pergunta, se convence e se encanta, ora com a beleza dos monumentos históricos, ora com o esplendor do metrô, com a eficiência dos serviços médicos ou com a assistência social aos trabalhadores. Mais que uma prisioneira do mito²⁹², que certamente era, Lydia observa tudo o que a sua personalidade generosa permite ver. Claramente desconfortável numa sociedade em que a injustiça é naturalizada, a constatação de uma outra realidade é como uma bóia para

²⁹² Jorge Ferreira. Op. cit. passim.

um naufrago: é preciso agarrá-la e segurá-la bem firme para que não se perca.

Praga, Moscou, Stalingrado, Kiev, novamente Moscou, Praga, Lydia demonstra durante todo o registro um sentimento ufanista e parece bastante empolgada com tudo que vai conhecendo. Não faz nenhum registro negativo dos lugares visitados, fazendo questão sempre de reiterar os progressos pós-revolução. Ao qualificar suas visitas usa vários adjetivos, quase superlativizando-os. “Maravilhoso” é repetido com insistência. Preparando-se para a viagem de regresso faz uma última visita à Praça Vermelha para despedir-se de Lênin e Stalin (revelando que os via como ídolos) e se diz triste por deixar Moscou. Uma singela caderneta de autógrafos em que cada uma das companheiras de viagem registrou uma pequena mensagem e os endereços (para não serem esquecidas)²⁹³ completa a cobertura da viagem.

Voltar de um Congresso como o de Copenhague e de uma viagem como essa era com certeza voltar diferente. “Nós que representamos uma força imensa”, era o título do editorial sobre o Congresso no MF nº 100 (maio/junho/julho de 1953)²⁹⁴ sentimento que transbordava para além das que lá estiveram. Lydia, ao regressar, sente necessidade de inserir-se intensamente e já nas eleições seguintes, passa a integrar a diretoria na condição de primeira secretária e posteriormente na de secretária geral, não deixando mais a função até a extinção da FMB. Um “expediente” na sede

²⁹³ Numa carta enviada na década de 70 à sua filha Dora, Lydia menciona um encontro com Esmeralda, a operária gráfica de São Paulo, companheira nessa viagem e assinante da caderneta. Não fora esquecida.

²⁹⁴ O Momento Feminino (100) mai/jun/jul. 1953

localizada na Avenida Erasmo Braga a traz de Caxias para o Rio de Janeiro, tornando-a usuária da lotação Caxias-Castelo. Já em outubro (9 a 11) acontece a II Assembléia Nacional de Mulheres em Porto Alegre. Nesse plenário as brasileiras decidiram apoiar integralmente a Declaração dos Direitos da Mulher aprovada no Congresso e realizar uma grande campanha nacional para a sua divulgação, que teria sua culminância na comemoração do 8 de março seguinte. Os dois outros eixos de sustentação do movimento foram também reafirmados: apoiar todas as organizações, congressos ou conferências que venham a contribuir para a consolidação da paz e para a defesa dos interesses das crianças. Foi em torno desse ponto, aliás, que as resoluções da Assembléia apareceram de forma mais objetiva (MF (107))²⁹⁵ cobrindo desde o aumento das verbas para a educação ao estudo dos problemas da infância, desde a proibição/restrição ao trabalho infantil à censura de programas de rádio e TV e às publicações que deturpem a mentalidade das crianças.

Cresciam os movimentos femininos na América Latina com federações nacionais organizadas em quase todos os países. Para a discussão dos problemas das mulheres dessa região convocou-se a I Conferência Latino-Americana de Mulheres (CLAM) a realizar-se em 1954

²⁹⁵ O Momento Feminino (107) de julho de 1954, contempla essas questões: "A constituição Federal preceitua que a educação é obrigatória e gratuita, no entanto, vem no início de cada ano letivo o quadro deprimente nas portas das escolas públicas, filas de pais transtornados e mendigos, implorando o direito adquirido a instrução primária para seus filhos". Em outro ponto do artigo, a Guerra Fria vem esquentar a crítica: "As crianças estão no berço e as maternais cantigas de ninar são tão belas! A criança cresce e pede à mãezinha que lhe conte uma linda história, e as histórias maternais são tão lindas! Mas a criança viu nas mãos de um menino maior a colorida revista cheia de figuras e a impiedosa saúva inicia sua tarefa de corromper nossos filhos. É a vez dos bandidos ianques, dos sábios incumbidos de destruição e morte, dos super-homens e super-criminosos iniciarem seu reinado pernicioso entre as crianças". (...)"

tendo a cidade do Rio de Janeiro como sede.(Cunha, s/d)²⁹⁶ Foi criada uma Comissão de Auspício com nomes representativos da vida nacional e representantes das organizações femininas que assinaram a convocatória da reunião. A FMB, como uma das signatárias, empenhou-se em levar a bom termo a Conferência que, marcada para o final do mês de agosto encontrou o país em grande convulsão devido ao suicídio de Vargas. As delegações estrangeiras começavam a chegar e todo o trabalho preparatório quase vai por água abaixo. A Federação, por sua representatividade no conjunto do movimento no país, é claramente não apenas mais uma das signatárias do chamado para a Conferência, mas a principal articuladora dos meios para a sua realização. As forças oposicionistas a Vargas, embora heterogêneas, tinham como forte traço comum um ferrenho anticomunismo e num primeiro momento acreditaram que chegara a sua hora. Uma associação de “mulheres comunistas” tentava levar a bom termo uma reunião latino-americana, que contaria inclusive com a presença da presidente da Federação Democrática Internacional de Mulheres, Mme. Eugene Cotton. Era preciso impedi-las. Nos relatos de Lydia, a elegância com que trata do assunto, impossibilita a identificação do almirante que à frente de um grupo golpista (Lydia denomina organização anti progressista) faz espalhar sobre a cidade, através do uso de helicópteros, panfletos mentirosos contra as participantes, chamando-as de comunistas e agitadoras, visando com isso boicotar a Conferência.

²⁹⁶ Lydia da Cunha, relato manuscrito sobre atividades da FMB, apresentado comumente em falas retrospectivas na década de 70, às quais era convidada a participar.

A FMB recorreu ao Ministério da Justiça expondo ao ministro os seus propósitos e da Comissão de Auspício com relação à Conferência. Por esse expediente foi então garantido um espaço físico para a realização do evento (sede da ABI) e proteção policial para viabilizá-lo naquele convulsionado momento, o que provavelmente não teria ocorrido se o grupo opositor estivesse fortalecido. Ao contrário, a inesperada reação popular (Ferreira, 94)²⁹⁷ em torno da legenda Vargas (Barros, 1992) contribuiu para o desmanche da estratégia para imediata tomada do poder. Garantida por essas circunstâncias a Conferência acontece como prevista e mulheres do Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai, Cuba, Equador, Venezuela, Colômbia, Costa Rica, São Salvador, Nicarágua e México narraram seus problemas, denunciaram as violências sofridas, defenderam a soberania de seus países e se propuseram a continuar a luta, tendo como referência dois eixos temáticos – os “Direitos da Mulher” e a “Defesa da Infância”. Um elaborado relatório sobre o primeiro ponto do temário foi apresentado por Branca Fialho, então presidente da FMB e nessa condição também presidente do Comitê patrocinador da CLAM. Nele estão expressas as conquistas aspiradas pelas mulheres então: condições dignas de trabalho para todos; assistência social, proteção à maternidade, garantias que assegurem a posição da mulher na família e na sociedade; acesso à instrução e formação profissional; participação da mulher na vida política e direito de associação e livre expressão do pensamento; participação na defesa dos direitos dos povos a regerem seus próprios destinos, defesa dos

²⁹⁷ Jorge FERREIRA. O carnaval da tristeza. In: GOMES, ÂNGELA de Castro (Org). Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 63. “(...) o elemento que determinou o recuo golpista foi a entrada no cenário político de uma multidão amargurada, revoltada e enfurecida que questionou, assustou e ameaçou o grupo opositor que se preparava para tornar o poder”.

direitos civis já garantidos e conquista de outros ainda não concedidos. O relatório sobre o segundo ponto temático apresentado por Margarida Ponce, presidente da Federação Argentina não aponta tão detalhadamente os caminhos a percorrer apenas pleiteia uma defesa efetiva da infância cuja situação é agravada pelas condições de miséria provocadas pela guerra e pelos atuais preparativos para uma nova guerra. Para assegurar saúde e instrução às crianças é necessário que haja paz no mundo. Tais documentos ratificam, para a América Latina, a Declaração dos Direitos da Mulher emanada do Congresso Mundial do ano anterior. O documento final “Carta às Mulheres da América Latina” conclama todas “a forjarem e transformarem os 76 milhões que somam numa força poderosa” e conclui dizendo: “As mulheres querem para seus filhos a paz, a vida farta. Querem para sua pátria o progresso e a felicidade. Querem para si os direitos que sua capacidade lhes deveria assegurar”.(Momento Feminino, 54)²⁹⁸

Em 1955 a FDIM convocou suas filiadas para um Congresso em resposta a um apelo do Papa Pio XII. Tendo a paz como horizonte, nele seriam discutidos os problemas, as iniciativas, o trabalho em defesa da Paz. Foi denominado Congresso de Mães e a escolha do local recaiu em Lausanne, na Suíça, como que a garantir com isso a neutralidade nos encaminhamentos. Teve o apoio de personalidades femininas mundiais como Eleanor Roosevelt, esposa do presidente norte americano e a Rainha Elizabeth da Bélgica. Tendo a FDIM uma longa história de lutas pela paz, empenhou-se em mostrar essa sua trajetória incentivando também o

²⁹⁸ Trechos da Carta às Mulheres Latino Americanas aprovada na I CLAM, realizada em agosto de 1954 no Rio de Janeiro, publicado no jornal “O Momento Feminino nº 108 (1954)

entusiasmo das associações filiadas. Realizaram-se congressos estaduais e o Congresso Nacional de Mães de onde saiu a numerosa delegação (23 representantes) com que a FMB viajou a Lausanne: dirigentes locais, sindicalistas e a própria presidenta, Branca Fialho. Como era de costume a FDIM forneceu algumas passagens, três ou quatro nesse ano. As representantes dos sindicatos tinham as suas fornecidas pelos próprios e a Federação cobria parte dos custos das demais, cabendo uma suplementação por parte das delegadas. A infraestrutura dos Congressos ficava a cargo da entidade nacional do país visitante. Intensa movimentação pela coleta de assinaturas pela paz resultou numa colaboração expressiva do Brasil. Maria Felisberta Trindade (2000)²⁹⁹, da diretoria da Associação Feminina Fluminense descreve o clima do Congresso destacando o planejamento cuidadoso e o alto nível de sofisticação em relação aos padrões da época, destacando-se os aparelhos individuais para tradução simultânea em vários idiomas. As discussões, sendo um Congresso de Mães contemplaram a luta pelas creches e escolas para crianças, bem como detalhados relatórios sobre as condições de vida da infância em várias partes do mundo (MF)³⁰⁰, Felisberta relata como momento de grande emoção o da chegada de Dolores Ibarrury, “La Pasionaria”,³⁰¹ presidenta da Federação de Mulheres Espanholas.

Ao final, como habitualmente acontecia, o Comitê Antifascista de Mulheres Soviéticas ofereceu 15 vagas para membros da delegação

²⁹⁹ Maria Felisberta Baptista Trindade em depoimento oral relata sua participação no Congresso de Mães de Lausanne.

³⁰⁰ A FMB possui uma comissão para estudar os problemas das crianças brasileiras. Entre outros, os números 6 (29/08/47); 26 (16/01/48); 111 (maio/55) apresentam resultados do trabalho dessa comissão.

³⁰¹ Personagem emblemática da resistência ao fascismo espanhol, membro da direção do PCE. (nota da autora).

brasileira visitarem a URSS. Como o número de delegadas superasse o de convites, uma articulação entre Felisberta e Helena Boaventura, ambas do Partido, tirou de Branca Fialho a oportunidade da viagem (Trindade, 2000).³⁰² Como Lydia dois anos antes, também ela ficou encantada com o que viu (as fazendas coletivas e o Instituto Pedagógico de Leningrado), e ao retornar procurou socializar suas impressões participando de inúmeras reuniões para contar a experiência. Com o rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética, essas viagens não ficavam registradas nos passaportes, o que não impediu que ao descer no aeroporto do Galeão, Felisberta tivesse toda a “bagagem cultural” confiscada: livros, revistas, panfletos, boletins, informativos.

Esse clima de arbitrariedade configurava o violento embate entre as forças políticas, que disputavam no momento a presidência da República, personalizadas nos próprios candidatos e na sempre presumida possibilidade de golpe (Barros 1990).³⁰³ Entretanto, Vargas comandava (Jurema, 1955)³⁰⁴ do túmulo os acontecimentos e, como o esperado, Juscelino Kubitschek obteve 36% e seu vice João Goulart, 44% dos votos.

Logo após a eleição presidencial reuniu-se o Conselho da FMB para, como usual, implementar estratégias de ação oriundas da reunião anual do Conselho da FDM e também os resultados das deliberações do órgão nacional. Branca Fialho, Lydia da Cunha, Ana Montenegro, Nieta

³⁰² No depoimento para a autora Felisberta faz a crítica de procedimentos desse tipo utilizadas pelo Partido e a auto-crítica deste em particular.

³⁰³ Edgard Luiz de BARROS (1990). Op. cit. p. 39.

³⁰⁴ Abelardo JUREMA (1955) Apud: BARROS, Edgard Luiz de. Op. cit. p. 38.

Campos da Paz, Odith Saldanha, Arcelina Goto e tantas outras estiveram presentes. A proposição para os dois dias de reunião no auditório da Associação Médica do Distrito Federal à rua Senador Dantas estava contida nos dois pontos da pauta: 1) Balanço das atividades em 1955; 2) Resoluções do *Bureau* da FDIM e programa da FMB para 1956. De início são propostas moções de apoio ao senhor Juscelino Kubitschek, pela sua eleição à presidência, augurando sua atenção aos pontos básicos para a tranqüilidade da família brasileira e, ao senhor Nereu Ramos, em exercício da presidência, ao sr. Gal Henrique Teixeira Lott, ministro da guerra, e aos senhores presidentes da Câmara e do Senado, pela maneira como conduziram o país no conturbado período recente em que a legitimidade do processo democrático esteve em perigo.

Por proposição de Ana Montenegro são elaboradas mensagens à FDIM, pelo seu décimo aniversário e às filiadas da FMB por todo o Brasil, pelo Ano Novo. As deliberações que culminam a reunião reúnem o conjunto de proposições/ações para o ano de 1956. Essas proposições, bem como as mensagens, constam dos anexos a este trabalho. Embora datadas, essas mensagens, na verdade, se não chegam a ser intemporais, pelo menos refletem o espírito do tempo vivido pela Federação.

O ano de 1956 começa com a posse dos eleitos (a 31 de janeiro) e a possibilidade de implantação de um novo nacionalismo (Falcão, 1993)³⁰⁵ em que a perspectiva desenvolvimentista (50 anos em 5) não podia

³⁰⁵ João FALCÃO. Giocondo Dias. A vida de um revolucionário. Rio de Janeiro: Agir, 1993. p. 193: "o 'desenvolvimentarismo juscelinista' promove a internacionalização da economia brasileira e a definitiva incorporação das multinacionais ao nosso processo".

prescindir “soberanamente” do capital estrangeiro. Esse é o contexto em que, a partir de grande mobilização de lideranças sindicais, realizou-se no mês de maio a I Conferência Nacional da Mulher Trabalhadora, em que 261 delegadas representando 71 organizações sindicais reiteraram os históricos pleitos: salário igual para trabalho igual, extensão dos direitos trabalhistas às mulheres do campo, participação nas direções dos sindicatos e eliminação de toda e qualquer discriminação e colocaram em pauta novas reivindicações, como as de mulheres de trabalhadores.³⁰⁶ Josefa, a mulher do campo, cuja atuação Lydia acompanhava solidariamente, é indicada para representar as trabalhadoras rurais brasileiras na delegação à Conferência Internacional de Mulheres Trabalhadoras, chamada pela Federação na Hungria entre 14 e 17 de junho. Sobre essa viagem, relata (Gheller, 1996)³⁰⁷ Josefa não tinha muitas lembranças de memória e conta que o caderno que ganhou e que encheu de anotações perdeu-se em um dos “despejos” que foram a sua rotina. Lembrava porém que, ao sabê-la trabalhadora rural, designavam-na como tratorista, o que lhe dava muito trabalho para explicar que no Brasil a terra era cultivada com a enxada e o uso do trator era feito pelo fazendeiro. Lembrava também da diferença percebida entre as casas dos lavradores e aquelas que tão bem conhecia: “(...) eram em madeira roliça em forma de troncos altos e envernizados com portas e janelas, tendo até vidros (...)” A delegação de onze trabalhadoras foi também convidada para o “tour cultural”³⁰⁸ de praxe, visitando a Romênia e a União Soviética.

³⁰⁶Curiosamente o núcleo da FMB em Criciúma (SC) era formada por mulheres que dele participavam na condição de mulheres de mineiros, e sob essa rubrica abrigavam suas solicitações. (nota da autora).

³⁰⁷ Elza Maria GHELLER (org). Josefa. A resistência de uma camponesa brasileira. São Paulo: Paulinas, 1996. p: 55-59

³⁰⁸ Aspas da autora.

O “Momento Feminino” em seus números 116 (jan. 1956) e 118 (s/d 1956)³⁰⁹ trata entusiasticamente da Conferência, revelando expectativa pela sua realização. A partir daí, tudo é silêncio...

Com a interrupção do jornal, a Federação perde a voz e praticamente a sua visibilidade. Felisberta, no depoimento já mencionado, revela que nessa época já havia deixado a militância na Associação Feminina Fluminense por ter assumido funções na direção estadual do Partido. Não consegue precisar, para o caso específico do movimento de mulheres, um determinante para a sua contração mas, acredita, que o torpor paralisante que tomou conta dos comunistas a partir do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) teve aí também suas conseqüências. Falcão (1993)³¹⁰ e Ferreira (1996)³¹¹, só como exemplos, descrevem a perplexidade e as contradições nos militantes desde as revelações de Khrushchev aos seus desdobramentos.

O também já mencionado histórico da FMB a partir das memórias de Lydia revela esse mesmo silêncio. A partir da Conferência de Trabalhadoras na Hungria o seu relato passa para 1960, quando a FDM solicita grandes comemorações em torno do 50º aniversário de criação do Dia Internacional da Mulher. Nem mesmo o fechamento temporário da Federação durante o ano de 1958 é mencionado. Várias das pessoas entrevistadas citam o episódio sem entretanto desvelar o motivo. Em

³⁰⁹ O número 117 não consta da Coleção microfilmada disponível na Biblioteca Nacional (nota da autora).

³¹⁰ João Falcão (1993). Op. cit. p. 195-198

³¹¹ Jorge Ferreira (1996). Op. cit. p. 264

Rodrigues (1994) ³¹² parece haver uma pista quando analisando o jeito JK de ser, busca entender o jeito JK de governar. Reportando-se à expressão “presidente bossa nova”, cunhada pelo compositor Juca Chaves, conclui: “A verdadeira ‘bossa’ de Juscelino foi, porém, saber ser um renovado antigo político do PSD³¹³ o que cordial, hábil, tolerantemente, manteve a ordem, modificou sem alterar, usou o poder sem violência, capitalizou simpatias com cada um dos seus atos”. Durante seu governo foram inúmeras as situações em que essa habilidade foi posta a prova. Embora não cumprindo com os comunistas o acordo em torno da legalização do Partido tolerava a ilegalidade permitindo que o seu jornal – Novos Rumos – fosse vendido livremente nas bancas. Em outra circunstância, visando extinguir o antigo confronto entre nacionalistas e entreguistas fecha os espaços que aglutinavam representantes das duas facções, a Frente de Novembro e o Clube da Lanterna, respectivamente. A tolerância com a ilegalidade do PCB exigia a contrapartida de condição de não provocar tumultos e sob essa argumentação, fecha o Sindicato dos Estivadores e a Liga de Emancipação Nacional, onde também atuavam os comunistas. Essa parece a explicação convincente para que em 1958, JK feche temporariamente a FMB. Se correta a indução, o que terão “aprontado as nossas patrícias”? E porque essa informação está obnubilada? Talvez por ser uma associação (só) de mulheres?

Esse obscurecimento cerca todo o ano de 1958 inclusive os preparativos para a ida de Lydia ao Congresso da FDIM em Viena. Após o

³¹² Marly Rodrigues (1994) Op. cit. p. 264.

³¹³ Grifos da autora.

Congresso, novamente um convite para viagem, dessa vez à China, que estava para completar 10 anos de vivência revolucionária e também à Tchecoslováquia. Nos detalhados cadernos de viagem, Lydia menciona uma delegação de 10 pessoas de vários países, inclusive 2 norte-americanas. Tratando-se de uma viagem longa e cara, o número de convidados fica restrito a dez e Lydia mostra-se muito feliz por ter sido escolhida, uma vez que conhecer a China era um sonho há muito acalentado. Novamente relata (Cunha, 1958)³¹⁴ cuidadosa e detalhadamente tudo o que vê, coleta um grande número de fotos com a intenção de preparar (como de fato aconteceu), também uma exposição sobre essa viagem quando regressasse. O pormenorizado relato do caderno é em seguida transformado em um artigo solicitado para a revista “Mulheres do Mundo Inteiro” – publicação trimestral internacional da FDIM em espanhol, alemão, inglês, francês e russo. Nesse artigo estabelece comparações entre a situação da saúde, educação e nível de vida, antes e após a revolução à qual sinomiza como libertação. Reproduz quase sem crítica, as explicações recebidas e as palavras de exortação como “nova China”, enfatizando sempre a superioridade da realidade atual qualquer que seja o campo tomado como referência. Ao mencionar os avanços na indústria e na agricultura extrapola essa comparação para outros como “o povo chinês recebeu com grande júbilo a notícia de que havia superado os E.E.U.U. na produção de trigo”. Destaca que os avanços socialistas não deveram-se apenas a modificações econômicas mas também a modificações ideológicas que se tornaram necessárias. Como exemplo, cita a máxima repetida pelo povo “pensar e

³¹⁴ Lydia da Cunha. Cadernos de viagem à China e a Tchecoslováquia. Jun., jul. 1958.

realizar com audácia” ou ainda, o que ela considera a linha geral do Partido Comunista: “mais, mais depressa, melhor e mais econômico”, inspiradora entre outras da obra monumental que foi a construção da represa das 13 tumbas da dinastia Ming. Considera essa a visita mais emocionante de todas quantas realizou na China:

“É um espetáculo inesquecível presenciar as brigadas de operários (homens e mulheres) chegando ao local de trabalho carregando bandeiras de suas organizações, entoando canções e tendo o sorriso de confiança no futuro, a iluminar-lhes o semblante. De cima das colinas que circunda a construção tem-se a impressão de estar vendo um formigueiro em pleno trabalho. (...) todos querem ajudar na construção. (...) as maiores personalidades do país têm dado sua colaboração no trabalho, desde o presidente Mão, até ao mais simples funcionário civil ou militar, estudantes, sacerdotes, monjas, intelectuais, embaixadores estrangeiros, etc...”.

Embora entusiasmada, Lydia não demonstra o mesmo encantamento que na visita à URSS onde parece, até a natureza tornou-se merecedora daquele novo país e, nem de longe dedica a Mao a mesma veneração que a Lênin e Stalin, contudo em “grades” menos rígidas, também na China é uma prisioneira do mito.

Deixando o país a delegação de visitantes se dispersa, a maior parte voltando aos seus próprios países. Lydia entretanto tem ainda um compromisso: é esperada na Tchecoslováquia. Já em 1953 aí estivera mas

enquanto etapa da viagem da Dinamarca à URSS. Agora trata-se de uma visita própria a esse fim. Seu relato no entanto pouco deixa transparecer do encantamento visível nos anteriores. Parece tudo muito burocrático: o convite, a recepção, as visitas programadas. Fora do previsto, só mesmo os cumprimentos pela conquista da Copa do Mundo pelo Brasil. Era início de julho de 1958. Nesse ano Lydia viveu pela única vez a experiência de política partidária – filiou-se ao PTB – e do jogo eleitoral – candidatou-se a vereadora pelo município de Duque de Caxias. Não conseguiu eleger-se embora tenha registrado que considerou essa uma boa experiência porque sua candidatura incentivou outras mulheres a fazer o mesmo e os partidos a abrirem-se a essa perspectiva. Em sua campanha procurou levar às mulheres do seu município o programa da FMB, analisando com elas os seus direitos e como reivindicá-los.

Foi o último compromisso internacional de Lydia pela Federação, a participação na II Conferência Latino Americana de Mulheres no Chile, em 1959, cinco anos após aquela realizada no Rio de Janeiro. Em seu arquivo, tão bem suprido por fotos, relatos, cadernos de viagem, nada foi encontrado sobre a mesma.

Quase ao fim do seu histórico da FMB observa Lydia: “Em 1960 ³¹⁵ o Dia Internacional da Mulher completava 50 anos! A FDM recomendava grandes comemorações a suas filiadas e, no Brasil, no Rio de Janeiro, foi realizada uma grande festa comemorativa no sindicato dos

³¹⁵ Na documentação que compõe o arquivo pessoal de Lydia da Cunha, o período entre a comemoração do Dia Internacional da Mulher em 1960 e o “arrombaram a nossa festa” é como se não tivesse existido.

Bancários, com a presença de amigas de todo o Brasil, da Argentina, do Uruguai e três representantes da Federação Internacional. Foi realmente uma grande comemoração”.

São ainda suas as palavras (Cunha, 78): “Com tal folha de serviços prestados a causa feminina é de se estranhar que a FMB não tenha sobrevivido. Foram várias as razões que a levaram ao declínio. As dificuldades foram sempre muitas e nem sempre conseguiu levar a bom termo suas campanhas. Mas nesta festa, não cabe falar em coisas desagradáveis. Já dizia Álvaro Moreira ... as amargas não. (...)”.

A efervescência dos primeiros anos de 60 passa ao largo do espaço de atuação política de Lydia. Por outro lado, essa fase acumula de solicitações sua vida privada. Agir e reagir a situações novas e inquietantes: a saída do marido de casa, o emprego no serviço público do Estado, a viuvez, o casamento da primogênita. Sua relação com Branca Fialho propicia inferir como as duas, mantendo-se ligadas entre si e ao movimento, procuram dar conta de sua existência formal ao mesmo, uma vez que a real é cada vez mais inconsistente. 1964 tem pelo menos esse mérito: definiu o que foi, o que não será mais, o que passará a ser. Rupturas bruscas. Readaptações. Lydia, que sempre identificou a luta da FMB como apartidária, por um lado considerava-se fora de qualquer suspeita, de outro, sabia que talvez não fosse essa a avaliação do grupo no poder. Um amigo fiel de Cunha recomenda-lhe e, a duas de suas filhas e genros, a possibilidade de uma saída temporária de casa, oferecendo-lhes uma pequena casa em Volta Redonda. Como suposto, é procurada na casa

da 19 de março, onde ficaram apenas as duas filhas solteiras e a avó Laudelina.

“Cria-se” então uma oportunidade de trabalho para o genro, marido de Dora em Curitiba. Lydia está para ser avó e os acompanha, ainda que sempre insistindo em que nada deve, por isso nada teme. Revela inclusive uma disposição para procurar as autoridades e elucidar a natureza do seu trabalho na Federação, o que acaba fazendo alguns meses depois.

Sente que precisa retornar a Caxias e logo que Dora pode prescindir de sua ajuda o faz, buscando com isso repor a “Ordem na casa”, retomando a normalidade cotidiana. O trabalho porém se fora com o AI-1 e Lydia propõe-se a dar continuidade de funcionamento ao escritório de contabilidade de Cunha. Segundo Dora, “mantém o pé” no que resta da Federação até o falecimento de sua amiga Branca, em 1965, ainda na condição de vice-presidente da Federação Internacional.

Figura vii - Cartão de Boas festas para a filha Lígia e família

Meus queridos... Beijos da Velha

Cartas foram durante séculos a maneira pela qual as pessoas se comunicavam, eliminando distâncias reais ou simbólicas. Seus textos e intertextos, analisados e perscrutados, quanto da memória de seus comunicantes revelam, desnudando sentimentos, revelando anseios e preocupações, compartilhando alegrias, recuperando os caminhos cotidianos da vida vivida.

Quando a telefonia e a informática aceleraram e popularizando-se “baratearam” a comunicação entre as pessoas pela Internet, as cartas, como precioso repositório de lembranças foram, na sua grande maioria, transferidas para uma máquina, e assim, inevitavelmente esquecidas. Uma vez lidas, não mais são relidas. Quanto se perdeu pelos fios telefônicos desde então! Do não dito, pelas dificuldades operacionais de sempre, ao dito e captado unicamente pelo destinatário da mensagem, quanto foi perdido, até por ele mesmo. Pelas fibras ópticas da telefonia, as comunicações podem até se efetivar em segundos, cobrir distâncias multiquilométricas mas, uma vez enviadas, se perdem para sempre. Expectativa com a chegada do carteiro, hoje, só mesmo na música popular. O correio eletrônico sonogou essa emoção, substituindo-a por uma rápida e distraída teclada que apaga a mensagem tão logo cumpra sua finalidade comunicativa, protegendo-a da bisbilhotice alheia, às vezes tão esclarecedora e necessária.

Um certo *voyeurisme* é necessário ao se buscar as cartas pessoais como fontes históricas. Não é sem reserva que se abre a correspondência de alguém. Sempre é possível um certo desconforto diante de uma ou outra notícia relatada, de um sentimento revelado. Às vezes, parece profanação. Mas, indiscutivelmente, cartas pessoais são fontes de informação sobre uma pessoa, um fato, um tempo.

O estudo da correspondência pessoal desde há muito é utilizado como subsídio para a elaboração de biografias de personalidades da vida pública. Como possibilidades de reinvenção do passado, pouca importância tem sido dada ‘as cartas trocadas entre as pessoas comuns (Catelli, 1997),³¹⁶ até porque julgava-se, essas pessoas não faziam história. Na nova perspectiva histórica, fragmentos de experiência de vida são recolhidos aqui e ali a partir das mensagens contidas nos escritos pessoais, diários, cartas, anotações em livros ou álbuns, não para reconstituir o passado como “verdadeiramente foi” mas, adverte Santos (1997)³¹⁷, para “reinventar o passado de modo que ele assuma a capacidade de fulguração, irrupção e redenção”.

As cartas de Lydia para a filha Dora³¹⁸, o genro e as netas, que por períodos longos residiram longe da base territorial familiar, cumpriram

³¹⁶ Rosana CATELLI. Práticas femininas da memória paulista. In: Pagu (8/9). Núcleo de Estudos de Gênero / Unicamp. Campinas, 1997. p. 252.

³¹⁷ Boaventura de Souza SANTOS. A queda do angelus novus: fragmentos de uma nova teoria da história. In Novos Estudos CEBRAP (47). São Paulo, 1997. p. 116.

³¹⁸ Embora fosse Dora a filha mais distante, as demais têm também cartas e cartas remetidas em viagens ou para filhas também distantes como Tânia, desde o final dos anos 60 em São Paulo (interior e capital). A mais antiga de todas é um cartão de natal enviado para cada uma das suas senhoritas. Assim mesmo, até Tânia de apenas 4 anos. Enviados da Rússia durante a primeira viagem, o postal tem a figura de um bichinho com jeito matreiro e olhinhos móveis e deve ter feito sucesso com as meninas. O da Lígia é um gato.

o papel de manter integrada à família ampliada essa parte que estava afastada. Como em geral não eram íntimas, podiam ser trocadas entre os familiares acabando por estabelecer uma rede de informações. Não era raro que o conteúdo das mesmas mencionasse outras recebidas e/ou enviadas pelos demais correspondentes, filhas, irmãs e genros de Lydia, em particular Lúcia, Lígia e Tânia. As mensagens dessas cartas referem-se a fatos concretos do cotidiano familiar: saúde, dinheiro, encontros, negócios, estudos, efemérides da parentela e política, formal ou informalmente, as cartas, carregadas de afeto e intimidade, são também bastante politizadas. Exemplar é o cartão de Natal, que remetido para a filha Lígia, genro e netas, ao lado dos costumeiros augúrios de felicidades no Ano Novo e beijos para as meninas, leva também as expectativas de uma mulher que participa dos acontecimentos, quer opinar e intervir no mundo em que vive.

Partilhando com o genro concepções políticas e existenciais, compartilhava também uma outra "coisa séria" - o gosto pelo futebol e a paixão rubro-negra. Nas cartas, em meio às notícias da família e às coisas da política, Ailton era sempre informado sobre o futebol, os absurdos das regras do Campeonato Nacional, o gol "do pretinho Assis que deu a vitória ao ariano Fluminense" e sempre sobre os jogos do Flamengo, as vitórias, as derrotas, o campeonato brasileiro de 1980³¹⁹.

Não tendo como objetivo um hagiológico, a lembrança da correspondência de Lydia mantém a idéia-força- "Ordem na casa e vamos à

³¹⁹ Lydia, pode contar pro Ailton, "nosso" Flamengo foi tricampeão estadual. Enquanto escrevo ouço a festa. Só que vocês não vão entender nada: quem fez o gol da vitória foi um iugoslavo. (nota da autora em 20/05/2001).

luta”!, como nuclear. Com isso se pretende ver nas cartas a presença, permanência ou ausência desse duplo comando, não no movimento como um todo, mas no movimento particular e peculiar de uma de suas militantes. A expectativa de integrar a todos numa família ampliada é o principal traço dessa correspondência. Integrar a família supõe um conceito de família, estabelecida pela consangüinidade, mas também pela afetividade, estendendo-se assim para amigos quase parentes. Para Lydia, as relações familiares tinham valor em si mesmo e precisavam ser cultivadas, mais ou menos na linha de que a família são os “amigos que a vida nos deu”.

A satisfação na convivência aparece quando descreve o aniversário de Jó “estava presente a sobrinhada toda” ou quando descreve os presentes e o cardápio do “Dia da Comilança”, hábito familiar de reunião a cada dois meses , mais ou menos, com um cardápio elaborado, coletivamente (cada um na sua casa), em torno de um “tema”: frango, carne, salada, massa.. Haja criatividade. As festas, casamentos, aniversários, são descritas com detalhes, para simular “para os que estão fora”, a sensação do “estar presente”, às vezes para compartilhar saudades dolorosas, como na comemoração dos 25 anos de casada da cunhada Isaura; “que me abraçou chorando muito, devia estar lembrando do irmão” e “poucas pessoas que estavam lá que assistiram ao casamento. Tantos já se foram...”

Os netos foram sua grande alegria. São assunto de todas as cartas. O nascimento, cinco chegaram quando Dora morava na França, as

peraltices, a beleza, o fato de serem espertos, inteligentes e sempre muito bonzinhos quando ficavam com a ela. Lydia se disponibiliza para as filhas e os netos quando solicitada. Ao dar notícias à filha distante revela o quanto acompanha de perto cada um, conhecendo seus jeitos, gostos e pequenos problemas. Hoje crescidos, têm boas recordações da vovó, que andava “sempre com sacolas e uma porção de coisas para a gente”... Tinha sempre balas, “umas quadradinhas com o papel difícil de tirar” – caramelos de leite. Outro encantamento dos netos era a escrivainha que tinha “um vidro enorme com fotos de todo o mundo” (toda a família).

Ligada aos acontecimentos políticos nacionais e internacionais comenta, em 1968 que “os jovens estão com a macaca, não sei o que está acontecendo mas acredito neles” e participa de uma rede de solidariedade aos presos políticos “recebendo encomendas e as encaminhando”. Comentando o assassinato de Bob Kennedy ironiza: “Caxias agora perde para os ‘states’ ” e, lamentando a morte de Dolores Ibarrury, em 1977, regozija-se porque “ela ainda teve tempo de ver seu país livre.” Lendo, recortando e enviando para Dora e Aílton os assuntos mais interessantes da vida do país, a crítica política está permanentemente atual e revitalizada. Na medida que as posses permitem, acompanha os lançamentos do teatro e do cinema (Gota D’água; Um homem e uma mulher) e protege-se, tanto quanto possível, da nulidade da televisão. No Natal de 1978 a irmandade

toda foi para Nova Iguaçu. “Foi muito agradável mas procuramos voltar cedo para assistir ao programa do Chico. Foi lindo, lindo, lindo!”³²⁰

“Ordem na casa e vamos à luta” ganhou uma conotação diferente no período que, vai do final dos sessenta a meados dos setenta quando reinceta uma certa militância, inserindo-se gradativamente no novo movimento. A casa pluralizou-se em várias casas e a ordem agora era acompanhar solidariamente as filhas em suas lutas, domésticas ou não. Embora valorizasse a educação e o trabalho e incentivasse continuamente as filhas à independência por essa via, permanecia acreditando que essas conquistas não deveriam ser obtidas com a perda de qualidade da vida doméstica e tomava, também como sua, a “luta pela ordem na casa das filhas”.

Meus queridos ..., com pouquíssimas variações, é a abertura das cartas que cruzavam os oceanos dizendo do Marcelo, “que deveria ter sido José Antônio”, da Beatriz, “que vai ganhar um irmãozinho” que depois “se viu”, “era Adriana”, da Ana Luiza que parece “muito esperta para os seus 13 dias de vida”, da Luciana que deixou a “mãe com o mesmo jeito da “vó” Lydia quando grávida”, do Bruno “o neto paulista”, do Fernando, o “caçulinha”; ou perguntando pelas peraltices “das capetas das minhas netas” Cristina e Tânia, que viu nascer, acompanhou a adolescência, “encantada com o desenvolvimento na escola” ou preocupada com “o ingresso precoce na JC”, e viu tornarem-se adultas. As cartas

³²⁰ Durante alguns anos o especial de Chico Buarque de Holanda, naquele ano transmitido pela TV Guanabara, foi um “encontro marcado” entre divergentes de todas as nuances, resistência assumida aos especiais da emissora hegemônica em audiência. Aliás, em algumas cartas escritas à noite, durante o noticiário dessa emissora, Lydia interrompe e menciona “vou desligar a TV. O gato angorá está despejando as bobagens de sempre”.

tenham ao final, fechos pouco variáveis, beijos, um beijão, saudades e essa sim, invariável mesmo, a assinatura - Velha.

UM DIÁLOGO NEM SEMPRE FRATERO

Mel

Caetano Veloso - Wally Salomão

Ó Abelha Rainha

Faz de mim

Um instrumento de teu prazer, sim

E de tua glória

.....

E de tua glória

V - UM DIÁLOGO NEM SEMPRE FRATERNO

1 - Movimentos pós 75

“Nós mulheres” um jornal feminista que circulou por dois anos na década de 70, na edição nº 8 (jun./jul. 1978) em seu memorial proclama: “Pela primeira vez as forças democráticas incluem em seu programa político as reivindicações das mulheres e preocupam-se com sua participação efetiva. Nos sindicatos o mesmo acontece”. Ana Montenegro, ativa militante dos anos 40/50 e, ainda influente no movimento internacional, mal consegue disfarçar sua amargura diante do esquecimento da história já construída e, fraternamente dirige-se por carta às novas feministas. (...) “Eu considero que esta afirmação não corresponde à realidade e, nesse sentido, cito alguns exemplos para mostrar que não é a primeira vez que há essa inclusão e essa preocupação.” Discorre longamente sobre as lutas das mulheres no período precedente, enumerando suas realizações, inclusive estabelecendo correlação entre algumas do passado com as atuais (o Congresso das Metalúrgicas com a Conferência Nacional da Mulher Trabalhadora em 1956) para, num delicado “puxão de orelhas”, insinuar que esse movimento anterior teve o mérito de não esquecer que havia uma história precedente e respeitá-la. E termina, sustentando-se em Hegel, dizendo que o homem é o seu tempo. “Aqueles eram outros tempos. E como a história não se conta quando a estamos fazendo é preciso compreender o tempo que correspondeu àquelas mulheres

viverem e lutarem, que correspondeu àquelas mulheres fazerem um pedaço da história do movimento feminino no Brasil, sem a ilusão de milagres, com a realidade das condições que então eram dadas”. (Montenegro, 1980)³²¹

Nem sempre os embates eram assim fraternos. Bertha Lutz, com todo o peso político adquirido e consolidado na luta sufragista, ao lado de outras participantes da extinta FMB, fazia reiterados protestos às declarações e artigos de Rose Marie Muraro, Carmem da Silva e Heloneida Studart, que traziam a questão da sexualidade para o centro das discussões. Havia por parte do antigo feminismo liberal, o receio de que a sociedade fosse levada a pensar que a reivindicação das mulheres era a de ter o mesmo direito à promiscuidade sexual que fora conferido aos homens. É interessante observar como Lydia da Cunha se coloca, ou aceita ser colocada, como uma “ponte” entre as gerações de feministas e mais, como consegue se inserir no novo movimento, percebendo a diferença que o assinalava como resultado da mudança do eixo de lutas. Segundo sua filha Dora, “mamãe observava com complacência o que considerava um certo exagero, mas era capaz de entender isso”. Poderia ter cultivado o hábito semanal do chá das cinco, com as amigas, para discutir os problemas do feminismo, como fazia até o fim dos 70 um grupo remanescente da FBPF, ou simplesmente, exonerar-se da luta. Escolheu o caminho mais penoso: a participação ativa no novo grupo, as responsabilidades da gestão

³²¹ Ana Montenegro (1980). Op. cit. p. 77, reproduzindo o texto de fevereiro de 1979.

compartilhada no Colegiado do Centro da Mulher Brasileira (CMB), as sessões de estudo, pesquisa e análise, implantadas estatutariamente.

2 - Da FMB ao CMB – outras lutas

Desde a década de 60, na Europa e nos Estados Unidos, as mulheres aprofundavam a crítica, na teoria e na prática, ao modelo tradicional do que é ser mulher. Uma produção teórica ainda escassa vai convencendo-as de que não se nasce mulher e de que podem deixar aflorar o “mal que não tem nome”, a angústia do eterno feminino,³²² para, encarando-o de frente, melhor poder dar-lhe combate. Uma nova concepção da história e a perspectiva da interdisciplinaridade das Ciências Sociais colocam as mulheres sob a lupa da ciência, desvendando-as cada vez mais. Uma nova prática ativista leva as mulheres à rua, muitas vezes de forma desconcertante, de modo que se torna impossível prosseguir sem vê-las. Resgatadas pelo conhecimento científico e/ou “na base do grito”, tornaram-se visíveis e marcaram presença. *Nosso corpo nos pertence! O privado também é político!* São algumas das idéias difundidas pelo mundo inteiro e que sintetizam a crítica radical da *natureza feminina* e dos papéis congelados e a-históricos, atribuídos às mulheres em decorrência dessa tal natureza.

Relembrando Lênin e a "curvatura da vara", os aparentes exageros desses movimentos tinham sentido. Táticas reformistas vinham sendo tentadas já há séculos sem reversões profundas. Diga-se “acabou a

³²² Referência ao livro “Mística feminina” de Betty Friedan, já mencionado. (nota da autora).

paciência”. Arroubos à parte, é certo que quando historiadores, entre eles Hobsbawn (1994)³²³ consideram o movimento de mulheres como dos mais importantes do século XX, fazem-no em referência ao “conjunto da obra”, mas, certamente, dando o devido destaque à revolução conceitual, metodológica e estratégica do segundo lustro. Em conseqüência, a ONU realizou uma grande conferência internacional que contou com a presença de delegações de diversos países, no que designou – Ano Internacional da Mulher – 1975, que por força do próprio evento passou a ser considerado o primeiro de uma década dedicada à mulher, e que se estendeu até 1985 (Montenegro, 1980)³²⁴.

Repercutindo no Brasil, os acontecimentos internacionais tiveram força suficiente para propiciar, que as mulheres pudessem organizar eventos significativos para discutir seus problemas comuns, mesmo num momento em que as liberdades democráticas encontravam-se cerceadas. É possível que discussões sobre assédio, violência e direito ao prazer parecessem pouco ameaçadoras aos governantes de plantão. Seja por esse ou outros motivos o fato é que, ainda em 1972, numa fase de intensa repressão, as mulheres formaram um primeiro grupo de reflexão (Schumacher e Vital Brasil (orgs.), 2000)³²⁵, composto em boa parte de professoras universitárias, que ao levarem o tema para uma mesa na reunião

³²³ Eric HOBBSAWN (1994). Op. cit. p. 304 e passim.

³²⁴ Ana Montenegro (1980) Op. cit. p. 70-77

³²⁵ SHCUMAHHER E VITAL BRASIL (2000) Op. cit. p. 233.

anual da SBPC em 1975 (Belo Horizonte) provocaram sua irrupção na Academia.³²⁶

Também em 1975, na sede da ABI no Rio de Janeiro, aconteceu uma semana de debates em torno do “*Papel e comportamento da mulher na realidade brasileira*”, evento que passou a ser considerado o marco fundador do novo feminismo no Brasil. O seminário gerou desdobramentos, como por exemplo, a fundação do CMB, a primeira organização feminista do país nessa nova fase. “As mulheres sentiram necessidade de se organizar e dar continuidade aos trabalhos apenas iniciados (...) constatou-se que a inferioridade da mulher não se explica apenas através da infra estrutura econômica, mas resulta também de um condicionamento cultural, que vem sendo transmitido de geração a geração e incorporado tanto pela mulher quanto pelo homem ratifica os estereótipos de “rainha do lar” e da fragilidade feminina (Toscano e Goldemberg, 1992).³²⁷

Diferentemente da FMB, definida estatutariamente como apartidária, o CMB define-se como entidade de “fins culturais e educativos, fundada em 6 de julho de 1975, sem preconceito de raça, cor, nacionalidade, credo religioso ou político partidário (...). A diferença regimental - apartidário e sem preconceito partidário – faz supor mais que a diferença semântica. De fato, o CMB tinha forte vinculação como PCB.

³²⁶ São integrantes desse primeiro grupo: Célia Sampaio, Walnice Nogueira Galvão, Maria Odila S. Dias, Betty Mindlin, Maria Malta Campos e um pouco mais tarde, Martha Suplicy. (nota da autora).

³²⁷ Moema TOSCANO e Miriam GOLDEMBERG. A revolução das mulheres. Rio de Janeiro: Revan, 1992. p. 37.

Ainda em 1975, ganhou corpo o Movimento Feminino pela Anistia, cujo embrião já estava sendo gestado desde o final da década antecedente, quando mães foram às ruas para proteger seus filhos nas passeatas e para reivindicar a libertação de estudantes presos durante manifestações. O Manifesto da Mulher Brasileira em favor da anistia, acompanhado de um abaixo-assinado que correu todo país colhendo assinaturas, foi apresentado no Congresso Internacional do México, recebendo moções de aprovação, que muito repercutiram internamente. Os diversos movimentos unificaram-se no Comitê Brasileiro pela Anistia, que nos anos seguintes teve grande significação no processo de redemocratização do país.

A efervescência feminista da segunda parte da década refletiu-se na imprensa da época. Dois jornais, surgidos em 1975, tiveram grande repercussão no movimento. O “Brasil Mulher” iniciou sua circulação em outubro, com uma linha editorial que privilegiava o processo de redemocratização, a causa da anistia e as “questões específicas da mulher”. Foi editado com periodicidade oscilante até 1979.

“Nós mulheres” também iniciou sua publicação em 1975. Sua linha editorial proclamava a “questão da mulher, no específico”, e as questões das camadas populares, proporcionando discussões sobre a necessidade de transformação econômica e social, para que as condições de vida e de trabalho de ambos os sexos, se tornassem mais satisfatórias. Circulou até 1978, também com periodicidade irregular.

No extenso material pesquisado do CMB, no boletim informativo mensal ou bimestral, conforme as circunstâncias permitiam, não há referência alguma a FDIM sendo portanto suposta a desvinculação entre ambos, destarte a instituição internacional permanecer viva.

Outros tempos, outra sigla, outras lutas e estratégias. A estrutura do CMB é por definição mais democrática. Em lugar da direção, um colegiado executivo composto por nove membros eleitos pela Assembléia, que incluindo a totalidade das associadas era a instância deliberativa máxima. Lydia participa seguidas vezes desse colegiado, eleito anualmente. Sua filha Lígia também integra o CMB. As lutas concentram-se nas questões propriamente femininas e as estratégias supõem um outro nível de inserção, dado seu duplo nucleamento em grupos de estudos, reflexão, pesquisa e análise e grupos de atuação comunitária para atividades local em relação aos problemas da mulher.

O Encontro Nacional de Mulheres, realizado em 8,9 e 10 de março de 1979, quando a década da mulher completava o seu primeiro quinquênio, foi o evento de maior visibilidade e repercussão nos anos 70. Nele o CMB apresentou um relatório sobre as atividades desde sua criação no qual se percebe a pluralidade de iniciativas que podem dar uma clara idéia da abertura das frentes efetivadas e da complexidade das mesmas, quer nos grupos de reflexão, quer nos de atuação: luta por creches, reformulação do Código Civil, problemas do mercado de trabalho para a mulher, direitos reprodutivos, prostituição, cartilha sobre saúde, legislação sobre o trabalho da mulher e produção de material para suporte aos grupos

de reflexão (seleção e produção de textos de autores nacionais e principalmente estrangeiros sobre pressupostos teóricos do feminismo (Dossiê CMB, 1977).

Uma comparação entre a disponibilidade das mulheres da Federação e do Centro para participarem do movimento indica a retirada, pelo menos aparente, do duplo comando “Ordem na casa e vamos à luta”, sob o ponto de vista institucional. É certo que no nível da decisão pessoal e principalmente em relação às condições concretas de sua materialidade, o “ordem na casa” não pode ser tão facilmente descartado. Um arranjo (parcial) em torno desse ponto é a previsão de atividades de lazer para crianças em alguns dos eventos programados, o que não parece caracterizar o “ir à luta com a casa às costas” do movimento anterior.

Quando de sua fundação o CMB tinha clareza do seu eixo – a mulher, seus direitos, os entraves à sua conquista. Invertendo o raciocínio anterior, o papel de mãe e de esposa, quando fosse o caso, é que se beneficiaria da condição de ser exercido por uma mulher mais realizada e autônoma. A qualidade dos papéis desempenhados estaria pois afeita ao seu próprio e principal papel – ser mulher, íntegra, dona de si mesma, em condição portanto de dar a si e de si, nas condições que sua consciência indicar.

Desde sua fundação o Centro confronta-se com a questão da identidade. A partir de uma profícua produção de textos para reflexão, boletins informativos mensais ou bimestrais e relatórios de Congressos,

pode-se acompanhar o difícil processo de afirmação identitária. Em textos produzidos no período de fundação, vê-se a clara definição por uma luta ainda não experienciada pelas mulheres brasileiras: “Diferentemente da luta pelo direito do voto (na década de 20) e das organizações femininas que lutaram pela paz, democracia e contra a carestia (na década de 40/50), reivindica-se atualmente a transformação da própria relação homem-mulher, além, evidentemente, de igualdade de direitos no plano jurídico-político e das reivindicações econômicas”.

Muito clara, essa linha não deixa de sofrer contestações. Um tanto pela própria ousadia, um tanto pelo “abandono” das questões sociais mais amplas, tão ao gosto de certos grupos políticos e militantes deste e de outros tempos. Observa-se assim idas e vindas, com um ou outro grupo prevalecendo provisoriamente no comando das discussões. A chegada das exiladas aquece o debate. Algumas procediam de uma rica vivência em movimentos feministas europeus. Muitas tinham nítida vinculação partidária. Um depoimento sobre a criação do CMB–Niterói assinala o desconforto de algumas mulheres que vinham participando da sua consolidação quando da “invasão” do Centro por militantes ou filiadas do PCB – “as comunistas chegaram para levar as discussões para longe das mulheres e não era o que eu estava procurando no Centro, então me afastei”.³²⁸

Em março de 1979, no I Encontro da Mulher Paulista, O Centro para o Desenvolvimento da Mulher Brasileira (SP) deixa claro o rumo que

³²⁸ Depoimento de Rachel Soihet à autora, explicitando seu interesse em discutir o específico feminino.

prevalece desde sua criação: “Os últimos acontecimentos nacionais provaram, portanto, que nós mulheres estamos cada vez mais dispostas a usar nosso tempo e coragem na luta pela solução de nossos problemas, que também são os de todo o povo brasileiro”. (Maria Brasileira, 1979).³²⁹

Quase simultaneamente realiza-se no Rio de Janeiro o Encontro Nacional de Mulheres cujo documento final, revendo a destinação inicial apenas de luta específica de mulheres, recomenda: “que se estimule a mobilização e a organização de mulheres para reivindicar não só sobre suas *especificidades*, como também sobre as reivindicações de *todo o povo brasileiro*”. Esse embate não se resolveu chegando mesmo a inviabilizar a votação do documento final, dois anos após, no III Congresso da Mulher Paulista. No Rio de Janeiro, no II Congresso da Mulher Fluminense, também em 1981, a questão da identidade continua dando o tom: “Infelizmente alguns grupos ignoram o novo conteúdo, que é a marca do feminismo mais recente. Estes grupos estão distorcendo o verdadeiro significado dos movimentos feministas. Eles negam a necessidade das mulheres se organizarem enquanto grupo social, com autonomia em relação a partidos políticos e sindicatos”. Ou ainda, “Queremos que as mulheres se unam porque sofremos problemas que nos dizem respeito porque **somos mulheres**” e principalmente: “(...) o movimento de mulheres deve ser o mais unitário possível. Não queremos que em encontros e congressos de mulheres, elas se dividam entre as que são e as que não são a favor de tal ou qual partido de oposição, a tal ou qual posição sindical (...) Se nos

³²⁹ Maria Brasileira – órgão oficial do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira . São Paulo, ano 1, nº 1, 1979.

dividimos nessas questões, perdemos nossa força em relação às nossas reivindicações como mulheres."

A cisão observada no Congresso de 1981 em São Paulo deixou perplexas algumas militantes de outros estados e do exterior. Foi nesse clima, e talvez por ele, que em meados de 1981 surgiu o "Mulherio". Com um nome muito questionado pelas leitoras, o jornal, sediado na Fundação Carlos Chagas e com recursos da Fundação Ford alcançou grande duração. Foi publicado até 1987. Tratava de temas muito candentes do feminismo: extensão da licença-maternidade aos pais, democracia doméstica, situação de mulheres negras, etc... Em suas últimas edições, comentava, com tristeza, o refluxo percebido no movimento, aqui e em outras partes do mundo. (Telles, 1993)³³⁰

Os anos 80 marcaram um retraimento nos movimentos sociais. Peculiar nesse embate é que os feminismos conflitantes não estavam abrigados institucionalmente em espaços diferentes. A disputa dava-se no mesmo espaço comum, no Rio de Janeiro, o próprio CMB. Outra característica desse movimento é que, em qualquer dos grupos em disputa, "Ordem na casa, e vamos à luta", enquanto imperativo, perde significativamente sua força.

Curiosa nesse embate a posição de Lydia da Cunha. Por tudo que foi visto, Lydia parece ter incorporado plenamente o ideário do movimento anterior. Aparentemente as questões específicas das mulheres

³³⁰ Maria Amélia de Almeida TELLES (1993). Op. cit. p. 121.

não a motivavam tanto, porém envolve-se com dedicação nessa luta pelo específico feminino.

Embora continuasse existindo, a FDIM vinha perdendo espaço junto aos movimentos no Brasil, porém, quando a ONU chama à Conferência pelo Ano Internacional da Criança, em 1979, na URSS, cabe à Federação de Mulheres Russas organizá-la. Vinte anos após a viagem ao Chile, Lydia novamente representa o Brasil em um congresso, dessa vez em nome do CMB do Rio de Janeiro e de Niterói. Deve ter sido prazeroso para ela regressar à Moscou, participar de um evento da FDIM e voltar à causa histórica – a paz e a proteção da infância. Elabora e apresenta um extenso relatório sobre a situação das crianças brasileiras e participa de grupos de estudo preparatórios multinacionais. Novamente em 1981 Lydia comparece ao Congresso Mundial de Mulheres pela igualdade, independência nacional e paz, realizado em Praga.

É incrível como quase 30 anos depois, o discurso permanece o mesmo: “(...) a situação internacional nunca foi tão perigosa como hoje. A política aventureirista dos círculos imperialistas ameaça arrastar o mundo para uma catástrofe nuclear”. Também a forma de ler a realidade permanece quase imutável em Lydia: “(...) não desejamos aqui neste momento fazer propaganda deste ou daquele regime político mas, permitam-me registrar as palavras da representante da ONU que em seu discurso disse: 'Em países como a União Soviética as crianças constituem a classe privilegiada. Sou testemunha do grande trabalho desenvolvido para torná-las felizes' ". Trinta

anos depois Lydia mantinha sua fé inabalável no socialismo e, mais do que isso, continuava prisioneira do mito (Ferreira, 1996).³³¹

Não foi possível estabelecer a real conexão entre esses eventos internacionais, ainda realizados sob a orientação da FDIM e o CMB. Não há um único documento ou boletim do Centro, dentre a vasta coleção consultada, que dê repercussão ou sequer os mencione.

Parece que, de tempo em tempo, Lydia é chamada a cumprir um papel formal, representando a entidade em eventos internacionais, o que se tornava factível em função de sua disponibilidade pessoal para essa representação, em termos reais e ideológicos: forte conexão com a entidade internacional, intensos laços de amizade e compromisso com outras filiadas em diversas partes do mundo, responsabilidade pessoal diante das causas de luta. Sua participação no cotidiano do Centro é também muito significativa. Mais de uma vez é eleita para o Colegiado e nessa condição presidiu a reunião comemorativa do Dia Internacional da Mulher em 1979, na sede da ABI, com boa repercussão na imprensa (cobertura da Revista Manchete).

³³¹ Jorge Ferreira, Op. cit. p. 189-190.

3 - Lydia deixa a cena. Um legado

São as cartas mais uma vez que possibilitam essa afirmativa. Cartas da década de 80 falam mais da cidadania internacional do que os documentos das organizações nacionais. Como já enunciado, os documentos do CMB revelam, um profundo silêncio em relação a FDIM, entretanto nas cartas trocadas entre Lydia e militantes de diversos países, percebe-se um movimento que até pode ter perdido o vigor, mais inquestionavelmente está vivo.

Cruzando oceanos ou atravessando bairros em sua cidade mesmo, as cartas para Lydia vêm repletas de mensagens afetuosas, demonstram conhecimento sobre seus familiares e sobre suas condições de saúde, não se trata pois de uma correspondência formal. Que venham de Praga, Leningrado, Viena, Sofia, Salvador ou Florianópolis revelam uma intimidade que explicita a "doença do marido, detalhando o acompanhamento médico, o filho que quase morreu ou o próprio reumatismo." São diferentes mulheres que buscam o ombro amigo e a atenção solidária (há trocas mencionadas de fotos e pequenas lembranças, de remessa de remédios difíceis de serem adquiridos em alguns países).

Amiga dos tempos da FMB, Ana Montenegro diz-lhe da perda do filho e da enorme dor que a fez sumir por uns tempos. Havia estado anteriormente a serviço da FDIM na Europa. Em fins de 1983 Ana

conjectura com Lydia sobre o que fazer a respeito de um relatório fictício enviado ao órgão internacional, sobre a Federação no Rio de Janeiro. Há a insinuação de tentativa de apropriação por parte de algumas mulheres, do patrimônio político acumulado pela FMB junto a FDIM.

A correspondência de Carmita (SP) faz uma breve análise do movimento no estado, destacando a Fundação Carlos Chagas e o jornal "Mulherio". Ressalta a importância de enviar à conferência (não menciona qual) uma delegação expressiva representando o Continente Americano. Pede a Lydia que comente com Prestes sobre a possibilidade de ser incluído na lista de personalidades, juntamente com Niemeyer, Osni Duarte, Nelson Werneck Sodré, João Saldanha, Fernando de Moraes e a própria Lydia, por fazer parte da OMB. Diz ainda que espera encontrá-la no Congresso Internacional de Cientistas Político (1980 - não menciona o local). Em carta posterior, mas no mesmo ano, reitera sua revolta com a apropriação indevida da Federação. Incita Lydia a reunir-se com ela a um outro grupo de mulheres e assim poderão contar com o apoio de pessoas sérias, mas que só estão dispostas a colaborar se houver uma política coerente.

Ainda Carmita, em outra data, acrescenta que só Lydia incentiva as mulheres a assumirem suas lutas e pede que "se cuide, pois ainda precisam fazer juntas muita coisa pela paz". Descreve uma festa badalada, a instalação da Associação Jose Martí, à qual estiveram presentes Florestan Fernandes e Chico Buarque de Holanda, entre os ilustres. Volta a exortar Lydia para o que chama "Nossa Organização" e

propõe como primeira atividade o Apelo pela Paz e pela Soberania Nacional, na mesma linha do anterior (1950) Apelo de Estocolmo.

Em carta de 1983, de Moscou, Lydia é informada da publicação de um artigo seu, com impressões de viagem a Riga (1979) na revista "A Mulher Soviética" (6), de 1980 e ainda, que um outro artigo sobre a Conferência de Praga será publicado no número 6 de 1983.

Esmeralda, que lhe escreve regularmente, relembra que é da "equipe de 53" (1953), fala com saudade do Congresso de Copenhague e diz que "faria tudo outra vez se tivesse que escolher"

Como fontes históricas, a correspondência entre estas militantes de todos os tempos, da quase menina peruana Miak, de 25 anos à Octávia (que lhe escreve de Genebra, com quase 86 anos), mostra como compartilham o ideal de uma sociedade mais fraterna e solidária, como procuram manter-se ligadas entre si e manter o elo com a FDIM, como alimentam-se reciprocamente de informações, afetividade e estímulo à luta. Era assim que Carmita instigava a amiga a que se cuidasse porque muito tinham que trabalhar. Não foi atendida. Em primeiro de julho de 1987, Lydia sai de cena e deixa como legado sua própria história. Virou estrela.

(Necrológio produzido pelo genro Marcos)

Lydia,

Toda a tua vida, na família e fora dela, foi tentar reunir as pessoas. Foi tentar juntá-las na alegria da convivência serena, da amizade, do amor, da lealdade, da esperança de um futuro melhor.

Aqui estamos todos juntos, como gostavas de ver.

Era uma persistência quase obsessiva que tinhas, de juntar a família, de estar junto dela, de procurar conhecer o cotidiano dos problemas. Teus dias sempre foram repletos de atividades, compromissos, trabalho. Mas tua agenda era imensa. Tua agenda era a mais generosa do mundo, jamais esqueceu aniversário, batizado, casamento, missa ou comemoração de nenhum de nós.

Tua vida atribulada, teu corre-corre, nunca to impediu de ser a melhor amiga de todos nós. Sempre achavas um jeitinho de fazer o inventário de nossas aflições e dificuldades, mesmo que se tratasse de probleminha pequeno e transitório, que pouca gente percebe.

(...)

Mas tu percebias tudo. Levavas o problema contigo a não ficavas quieta até perceber um início de solução. Nisso também eras mestra! Quantos ardis!

As vezes aquele vozeirão firme, que fazia todo mundo calar, aquela energia contundente e só tua, nocauteando nossos erros e besteiras. Aquela veia alta que te garantia a vitória nos momentos mais acalorados e difíceis. Vitória coisa nenhuma...! A vitória era nossa, era o nosso problema que caía fora ou ficava mais fácil, mais claro. A veia alta era só o teu melhor disfarce, teu ardil, teu modo de provar nosso engano. Tua veia alta - a gente só lembrava depois que passava - não tinha nada a ver com teus olhos mansos, com a estranha serenidade dos que sabem que a paz nunca é possível sem luta.

Outras vezes eras sutil. Em vez da voz forte e direta, que é a nudez da verdade, em vez da opinião definitiva a clara, preferias o caminho que te era muito mais difícil: então preferias a ajuda de outra pessoa ou a conversinha suave e amena, ou apenas um telefonema, uma visita rápida, um presentinho, um recado de lembranças. Mas, por trás de tudo, o que havia era teu sofrimento com o nosso problema, tua certeza de que a coisa ruim passaria, como passa o gavião.

(...)

Não, não eras artilosa. A vida é que é artilosa; a vida é que faz nossos problemas artilosos, exigindo solução artilosa. E nisto foste mestra. O que te importava era resolver e juntar.

E aqui estamos juntos, como gostavas.

Mas numa hora como esta, bem que tu podias dizer, com aquele jeitão sincero: "Êta reuniãozinha chata, sô!"

É verdade. Não foi pra isto que levaste toda a tua vida nos ensinando a importância de se reunir, de ser solidário, de não aceitar sem protesto a sem lutas as adversidades da vida. A reunião que sempre quiseste não era nada disto que estamos fazendo aqui. Perdoa, fomos maus alunos. Não entendemos quase nada das tuas lições. Tua reunião era a alegria, o crescimento dentro da paz, a unidade dentro do diferente, a paciência sem conformismo dentro do infortúnio, que é a maneira mais eficiente de enfrentar a infelicidade.

(...)

Tua reunião era tudo isso, mas, por quê? Só por nossos lindos olhos? Por nosso merecimento? Ora bolas, pra falar a verdade, será que nós merecemos toda essa tua vida tentando nos unir?

Bobagens - tu dirias. Claro que merecem - tu dirias - mesmo porque todos merecem. E não apenas merecem: todos precisam, porque reunião é muito mais que união. É re-união, é união de novo e mais uma vez, apesar dos pesares, apesar dos que tentam separar. Além disso, dirias, lugar de gente é perto de gente.

Tua reunião, Lydia, era tudo aquilo, porque por traz dela tu vias uma grande festa, onde as pessoas voltam a compreender plenamente as outras pessoas. Uma festa muito esperada onde o ser humano redescobre

o seu grande esquecimento, que é o ser humano. E que só tem sentido quando está junto.

Nós estamos juntos aqui, Lydia, como querias.

Se é triste, se não é como na tua imensa festa, agora tem paciência e nos perdoe, mas a culpa é só tua. Por que saíste tão cedo desta festa que era tua? Por que não nos deste um pouquinho mais de tempo para te compreender inteira, para assimilar melhor tua grandeza a ensiná-la aos que vêm depois? E agora?

Que será dos mais velhos sem a grande irmã, em aquela chefia tão natural, às vezes à distância, mas sempre amiga. Que será destes, que contigo viveram e dividiram os momentos mais intensos das alegrias, das dores, das vitórias, das derrotas, da certeza e da dúvida, da esperança?

Estamos todos juntos, mas que será da outra geração, a das filhas, genros e sobrinhos, que tiveram o ambiente de suas vidas sempre iluminado pela tua luta, teu valor e teu exemplo? Essa geração do meio, Lydia, precisava de um pouquinho mais de tempo para avaliar, captar e transmitir a plenitude da tua experiência, a riqueza da sabedoria que todos os pobres e injustiçados, muito mais que os professores, te ensinaram.

E teus netos e sobrinhos-netos, Lydia? Como vão saber das tuas peraltices, da tua coragem, dos atropelos de todo tipo, das bordoadas nos comícios, nos bondes, no Largo da Carioca, dos cavalos da polícia querendo te pisar só porque tu lutavas pela liberdade? Como essas crianças

vão saber das tuas incríveis histórias, pelo Brasil e pelos continentes, peregrinando no mundo como foste peregrina dentro da família, sempre em busca de justiça, harmonia e paz? Foste embora cedo, Lydia, e nos deixaste missão difícil.

Mas é com essa missão, mesmo difícil, que hoje estamos todos juntos. Apesar de maus alunos, Lydia, vamos tentar manter viva a tua maior vontade. Vamos tentar manter viva a reunião que querias. Uns vão fazer isto em homenagem à tua enorme dedicação, como dever de justiça e gratidão. Outros vão fazê-lo por entender que manter viva a reunião é a melhor maneira de preparar a grande festa que querias.

Nós te prometemos.

Em 10/10/87

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mas dá um nó na cabeça

... A menininha vestida de rendas e fitas abraça a mãe oficial fardada que chega da Guerra do Golfo. O pai observa. Tem nas mãos aqueles badulaques que costumamos carregar para as crianças que cuidamos: casaco, brinquedos, etc... Um abraço apertado, uma cena repetida à exaustão, só que com os papéis trocados.....

... Apavorada com o que chama “lavagem cerebral” feita pelas feministas contra os garotos, Cristina Hoff Sommers, professora de filosofia americana, brada contra o que se ensina hoje aos meninos levando-os a renunciar aos padrões da identidade na masculinidade o que na prática significa habituá-los a brincar com bonecas e acariciar os brinquedos, em vez de arrebutá-los nas lutas simuladas de machos contra machos, etc...

... Outubro, 2000. Em mais de 100 países a Marcha Mundial das Mulheres arrasta o que foi certamente o maior contingente já mobilizado. As reivindicações giram em torno da principal bandeira do movimento – igualdade de direitos e deveres para homens e mulheres., explica o órgão da imprensa que divulga o evento mas, no entanto, agora

abrangem também novos (novos?) aspectos: o combate à pobreza, a corrupção, a luta pelo fortalecimento do terceiro mundo, a preocupação com as crianças....

Irônica, calcada no debique, machista, a questão freudiana – afinal o que querem as mulheres? vai continuar, que bom! em permanente elaboração.

Figura viii - Militar chegando da guerra

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Neuma. (1997) Gênero e Ciências humanas. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos.
- ALAMBERT, Zuleika. (1997) Mulher uma trajetória épica. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S.A . IMESP.
- ALAMBERT, Zuleika. (1982) Os comunistas e a questão da mulher. Igualdade, emancipação, libertação. São Paulo: Cerifa – Novos Rumos.
- ALMEIDA JR., Antonio Mendes. (1981) O Brasil Republicano. Tomo III – Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Vargas. São Paulo: Difel.
- ALVES, Branca Moreira.(1980) Ideologia e Feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes.
- ALVES, Branca Moreira. O que é feminismo. São Paulo, Brasiliense.
- ARENDT, Hannah (1981). A Condição Humana. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense Universitária/ EDUSP. Tradução de Roberto Raposo.
- ARIÉS, Philippe. (1986) O tempo da história. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- BADINTER, Elisabeth. (1986) Um é o outro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BARROS, Edgard Luiz. (1990) O Brasil de 1945 a 1964. São Paulo: Contexto.
- BASSANEZI, Carla. (2000) Mulheres dos anos dourados In: Del Priori, Mary (org e BASSANEZI, Carla (coord. de textos) História das Mulheres do Brasil. São Paulo: Contexto.
- BEAUVIOR, Simone. (1980) O segundo sexo. 5^a ed. RIO DE JANEIRO: Nova Fronteira,
- BEBEL, Auguste (1994) Women and Socialism. New York: Labor New Press, 1904.
- BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla. (1987) Feminismo como crítica da modernidade. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- BERNARDES, Maria Tereza Cayubi. C. (1989). Mulheres de Ontem? Rio de Janeiro-Século XIX. São Paulo: T.A. Queiroz editor.
- BESSE, Susan K. (1996) Reestruturing Patriarchy. The modernization of gender inequality in Brasil: 1914-1940, USA: The University of North Caroline Press.

- BONACCHI, Gabriela e GROPPi, Angela (organizadoras). (1994) O dilema da Cidadania. Direitos e deveres das mulheres. São Paulo. Editora da Universidade do Estado de São Paulo.
- BOSI, Eclea. (1979) Memória e Sociedade. Lembrança de Velhos. São Paulo: T.A. Queiroz.
- BURKE, Peter (org.) A escrita da História – Novas Perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- _____. A escola dos Annales. 1929/1989. S.P. Editora da UNESP, 1990.
- CADERNOS PAGU – (3) 1994. Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, Campinas, S.P.
- _____. (4) 1995. Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, Campinas, S.P.
- CAMARGO, Aspásia. (1987) Os usos da história oral e da história de vida. In: Revista Dados, vol. 27, nº 1, Rio de Janeiro: Iuperj.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. (1981) Uma Introdução à História. São Paulo: Brasiliense.
- CARDOSO, Vicente Licínio (org.). À margem da história da República. Brasília: Editora da UnB.
- CARONE, Edgard.(1986) O marxismo no Brasil (das origens a 1964). Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora Ltda.
- CATELLI, Rosana (1997) Práticas femininas da memória paulista. In: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero. Unicamp/Campinas.
- CERTEAU, Michel de. (1994) Artes de Fazer. A Invenção do Cotidiano. Petrópolis: Vozes. Tradução de Ephraim Ferreira Alves.
- CHARTIER, Roger. (1995). Diferença entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). Cadernos Pagu (4). Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP. Tradução de Sheila Schwartzman.
- CHAUÍ , Marilena. (2000) Brasil mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- CHAUÍ, Marilena. Repressão Sexual. Essa nossa (des)conhecida. São Paulo. Brasiliense.
- C. LANGLOIS e C. SEIGNOBOS. (1987). Introduction aux études historiques. Paris: Hachette.
- CORREA, Marisa (org). (1999) Simone de Beauvoir e os feminismos do século XX. Pagu. Núcleo de Estudos de Gênero. (12) Campinas: Unicamp.

- COSTA, Albertina et alii (1980) Memórias do exílio. Vol. 5 e II. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. (1992) Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. (1998) As donas do poder. Mulher e política na Bahia. NEIM/FFCH/UFBA.
- COSTA, Jurandir Freire. (1979) Ordem Médica e Norma Familiar. Rio de Janeiro. Graal.
- DARCY DE OLIVEIRA, Rosiska.(1993) O elogio da diferença. São Paulo: Brasiliense.
- DE CERTEAU, Michel. (1994) A invenção do cotidiano. Rio de Janeiro: Vozes.
- DEL PICCHIA, Pedro (org.) (1980) O PCB no quadro atual da Política brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- DEL PRIORE, Mary. (org) (1997) História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto/UNESP.
- DOSSE, François. (1992) A história em migalhas. Dos annales à nova história. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora UNICAMP.
- DUBY, Georges. (1993) A história continua. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, Editora UFRJ.
- DUBY, Georges e PERROT, Michele (1990). História das Mulheres no Ocidente Porto: Afrontamento. Vol. V. séc. XX.
- DUBY, Georges e LARDREAU, Guy. (1989) Diálogos sobre a nova história. Lisboa: Publicações Dom Quixote, Ltda.
- ENGELS, Friedrich. (1995) A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A.
- FALCÃO, João. (1993) Giocondo Dias. A vida de um revolucionário. Rio de Janeiro: Agir.
- FENELON, Déa Ribeiro. (199) 50 textos de História do Brasil. São Paulo: Hucitec.
- FERREIRA, Jorge (1996) Prisioneiros do Mito. Tese de doutoramento. USP. Mimeo.
- FRIEDAN, Betty. Mística Feminina, Rio de Janeiro, Vozes, 1971.
- GHELLER, Elza Maria (1996) Josefa, a resistência de uma camponesa brasileira. São Paulo: Edições Paulinas, 1.
- GINSBURG, Carlo. (1989) A micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel; R.J.: Editora Bertrand Brasil, S.A .

- GIRARDET, Raoul (1987) Mitos e Mitologias Políticas. São Paulo. Cia.das Letras.
- GOLDMAN, Emma. La tragedie de l'émancipation feminine. Paris: Syros, s/d.
- _____, Emma (s/d) Traffic in women. Paris: Syros
- _____, Emma (1969) Anarchism and other essays. New York: Dover Publication Inc.
- GOMES, Angela Maria de Castro. (1994) A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro. Relume Dumará.
- GOMES, Angela Maria de Castro (org).(1994) Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- GOMES, João C. Planejamento conceitual: um guia para um planeta melhor, 3ª ed. Lendo, SP: CostaMauro, 1996.
- HAHNER, June E. (1991) A mulher brasileira e suas lutas políticas e sociais, 1850 – 1937. São Paulo: Brasiliense.
- HARDING, Sandra. (1986) The instability of the analytical categories of feminist theory. chicago: signs.
- HELLER, Agnes. (1970) O cotidiano e a História. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOBBSAWN, Eric. (1995) A era dos extremos. O breve século XX. São Paulo: Cia das Letras.
- JÚDICE, Norimar (1994). Texto, Mulher e Discurso na Virada do Século: produção e reprodução. Niterói: UFF, mimeo.
- JUNHO, Maria Valéria Pena. (1981) Mulheres e trabalhadoras. Presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- KRISTEVA, Julia. (1979) Lês temps des femmes. Calners de Recherche in Sciences des Texts et Documents (5). Paris.
- LEITE, Miriam L. Moreira. (1994) A outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática.
- LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (org) (1976). História: novos Objetos. Rio de Janeiro. Francisco Alves.
- LERNER, Gerda. (s/d) Politics and culture in women's history. Feminist studies, vol. 6, nº 1.
- LIMA DUARTE, Constância. (1995) Nísia Floresta – Vida e Obra. Natal: UFRN, Editora Universitária.

- LOBO, Elizabeth Souza. (1991) A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense.
- LOMBROSO, Cesare et FERRERO, Guglielmo. (1986) La femme criminelle et la prostituée (traduction de l'italien).
- LOPES, Eliane Marta Teixeira. (1992) Fontes documentais e categorias de análise para uma história da mulher. Teoria e Educação, n.6. Porto Alegre: Pannonica.
- MACEDO, Elza Dely. (1981) Professora, profissão? Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense. Mimeo.
- MACHEL, Samora e outros. (1979) A libertação da mulher. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda.
- MATOS, Maria Izilda S. de. (1994) Na trama do Cotidiano. Cadernos Ceru, 5 (2).
- MENEGUELO, Cristina. (1995) Mulher e mídia nos anos 50 – reflexão sobre a documentação. In: Caderno Espaço Feminino, Universidade Federal de Uberlândia, Departamento de História, CDHS, NEGUEM, vol 1/2, ano 2.
- MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá.(1980) Alice Tibiriçá, Lutas e ideais. Rio de Janeiro: PLG.
- MONTENEGRO, Ana. (1980) Ser ou não ser feminista. Recife: Guararapes.
- MOREIRA LEITE, Miriam Lifchitz. (1984) A outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática.
- MOTA, Carlos Guilherme. (1977) Ideologia da Cultura Brasileira – 1933 – 1974. São Paulo: Ática.
- MOURA, Maria Lacerda de. (1932) Crescei e não vos multipliqueis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. A mulher é uma degenerada? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1932
- MURARO, Rose Marie. (1992) A mulher no terceiro milênio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- NYE, Andrea. (1995) Teoria Feminista e as Filosofias do homem. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- PAES, Maria Helena Simões. (1992) A década de 60. Rebeldia, contestação e repressão política. São Paulo:Ática.
- PAIVA, Vera. Evas, Marias, Liliths As voltas do feminino. São Paulo: Brasiliense.

- PECAUT, Daniel. (1990) Os intelectuais e a cultura no Brasil. Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática.
- PENA, Maria Valéria Junho. (1981) Mulheres e trabalhadoras. Presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PERROT, Michele. Mulheres. (1998) In: Os excluídos da História. Operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. (1991) Estratégias da ilusão. São Paulo, Companhia das Letras.
- P.J.PROUDHON. (1958) La justice dans la révolution et dans l'église. Paris: Garner Frères.
- REIS, José Carlos. (1994) Nouvelle histoire e tempo histórico. São Paulo: Ática.
- RODRIGUES, Jane Fátima S. (1994) As ciências sociais e a construção de estudos sobre mulheres: apontamentos para uma abordagem historiográfica. In: Caderno Espaço Feminino. Uberlândia: UFU, nº 1.
- RODRIGUES, Jane Fátima S. (1997). Os estudos sobre mulheres e a categoria de gênero: variações sobre um tema. In: NEGUEM/ Boletim Informativo. Ano 5. nº 10. Universidade Federal de Uberlândia.
- RODRIGUES, João Batista Cascudo (1962). A mulher brasileira. Direitos Políticos e Cíveis. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará.
- RODRIGUES, Marly. (1992) A década de 50. Populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil. São Paulo: Ática.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. (1911) Emile. London: Dent.
- ROWBOTHAN, S. (1974) Women, Resistance and Revolution, Pelican Books.
- SAFFIOTI, Heleieth e MUÑOZ VARGAS, Mônica. (1994) Mulher brasileira é assim. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília: UNICEF.
- SAMARA, Eni Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de. (1997) Gênero em Debate. São Paulo: Editora da PUC.
- SANTOS, Boaventura de Souza (1977). A queda do ângelus novus: fragmentos de uma nova teoria da história. In: Novos Estudos CEBRAP (47) São Paulo.
- SANTOS, Carlos. Teoria e arte da estrutura de comunicação. Editora da Univesidade do Estado, 1997.

- SCHUMAHER, Shuma e VITAL BRAZI, Erico (orgs).(2000) Dicionário Mulheres do Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- SCHWARZFISHER, Eva, 1998, apud SOLIZ, Neusa (org.) A mulher no século XXI. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: Instituto Goethe.
- SCOTT, Joan. (1988) Gender and Politic of history. New York: Columbia University.
- SEABRA, Zelita e MUSZKAT, Malvina. (1987) Identidade Feminina. RIO DE JANEIRO : Vozes.
- SILVA, Luisa Ferreira da. (1995) Entre marido e mulher alguém meta a colher. Lisboa: Belina.
- SOIHET, Rachel. (2000) A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres: a militância de Bertha Lutz. Revista Brasileira de Educação (15); set-out.nov.dez 2000. ANPED. Rio de Janeiro: Editoras Autores Associados.
- SOIHET, Rachel. A interdição e o transbordamento do desejo: mulher e carnaval no Rio de Janeiro (1890 a 1945). In: Caderno Espaço Feminino, Universidade Federal de Uberlândia, Departamento de História, CDHIS, NEGUEM, vol. 1/2, ano 2, 1995.
- SOIHET, Rachel. (1974) Bertha Lutz e a ascensão social da mulher. Mestrado em História. Departamento de História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense.
- SOIHET, Rachel. (1989) Condição feminina e formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana 1890 – 1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- SOIHET, Rachel. (1996) Mulheres em busca de novos espaços e relações de gênero. Acervo. Revista do Arquivo Nacional. V.9., nº ½: Arquivo Nacional, p.99-125.
- SOIHET, Rachel (1977^a) História das mulheres: notas sobre o estado atual da questão. In: VAINFAS, Ronaldo e CARDOSO, Ciro F.S. (org) Domínios da História – Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, p. 275-296.
- SOIHET, Rachel (1997b) História, Mulheres, Gênero: Contribuições para um Debate. In: AGUIAR, Neuma (org) Gênero e Ciências Humanas – desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 95-114.

- SOIHET, Rachel (1997c) Violência simbólica saberes masculinos e representações feministas. Vol.5 nº1/97. p. 7-29.
- SOLIZ, Neusa (coordenação e tradução) (1988) A mulher no século XXI. Um estudo de caso: a Alemanha. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: Instituto Goethe.
- TELLES, Maria Amélia de Almeida. (1993) Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense.
- THOMPSON, E.P. (1998) Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras. Tradução de Rosaura Eichemberg.
- THOMPSON, E.P. (1979) Tradicion, revuelta y consciência de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Crítica
- THOMPSON, Paul. (1992). A voz do passado. História oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TOSCANO, Moema e GOLDEMBERG, Mirian (1992) A revolução das mulheres. Um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan.
- VEYNNE, P. (org). (1982) Como se escreve a História. Distrito Federal: Editora da Universidade de Brasília.
- VINHAS, Moisés. (1982) O Partidão. São Paulo: Hucitec.
- VOVELLE, Michel. Ideologia e Mentalidades. S.P. Brasiliense
- WOLLSTONECRAFT, Mary. (1977) Il diritti delle done. Roma: Editora Reuriti.
- WOOLF, Virgínia. (1929) A room of one's own. Nova York: Harcourt Brace.
- ZETKIN, Clara (1976). La cuestion femenina y la lucha contra el reformismo. Barcelona. Anagrama.

FONTES

1 - Fontes primárias manuscritas

- Dois cadernos de viagem onde a autora descreveu, com riqueza de detalhes, sua viagem à União Soviética em visita realizada após o Congresso Mundial.
- Um caderno descrevendo a viagem à República Popular da China em 1958.
- Um caderno descrevendo a viagem à Tchecoslováquia em 1958 após o IV Congresso.
- Uma caderneta de autógrafos em que as participantes do Congresso deixaram registradas, além das assinaturas, votos de estímulo, umas às outras, com relação ao trabalho no movimento.
- Grande quantidade de "falas" preparadas para a participação em eventos de diversas naturezas, todas descrevendo aspectos da trajetória da FMB.
- Grande quantidade de estudos sobre as campanhas pontuais da Federação: petróleo, Código Civil, paz mundial, anistia e outros.
- Louvações com biografias de militantes do movimento lidas quando de seu falecimento ou em homenagem por aniversários, eleições, etc..

- Grande quantidade de cartas pessoais remetidas por Lydia da Cunha para a filha Dora e família, cartões para a filha Lígia nas décadas de 60 e 70.
- Grande quantidade de cartas recebidas por Lydia da Cunha procedentes de vários países do mundo na década de 80.

2 - Fontes primárias impressas

- Anales del Congreso Mundial de Mujeres. Copenhague junho de 1953.
- BASBAUM, Leôncio. (1978). Uma vida em seis tempos. Memórias. São Paulo: Alfa-omega.
- BOSI, Eclea. (1979) Memória e Sociedade. Lembrança de Velhos. São Paulo: T.A. Queiroz.
- FDIM - Declaraciones, Convenios, Resoluciones, Recomendaciones sobre directos de la Mujer e protección a la Infancia.
- FDIM - Congresso da Paz - Revisão histórica das lutas pelas paz (1945 - 1985).
- Federação de Mulheres do Brasil. Atravessando Fronteiras. Vitória, 1954.
- GHELLER, Elza Maria (1996) Josefa, a resistência de uma camponesa brasileira. São Paulo: Edições Paulinas, 1.
- MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá.(1980) Alice Tibiriçá, Lutas e ideais. Rio de Janeiro: PLG.
- STOTZ, Dora. 1988. Velhos Militantes. Depoimentos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

3 - Fontes iconográficas e fontes orais

- Grande quantidade de fotos de viagens, de solenidades e de participantes do Movimento
- Entrevistas com as filhas Dora, Lúcia, Lígia e Tânia. Abril e maio de 2000 e janeiro de 2001.
- Entrevistas com as irmãs Jorinda e Auzenda. Maio de 2000.
- Entrevistas com Maria Felisberta Baptista Trindade. Abril de 2000 e junho de 2001.
- Entrevistas com Zuleika Alambert. Maio de 2000.

4 - Periódicos

- Jornal "O Momento Feminino" - Coleção completa de 118 exemplares publicados entre julho de 1947 e 1956. (microfilmada) Biblioteca Nacional.
- Jornal "Mulherio" - Publicação da Fundação Carlos Chagas - números 5 ao 33 (coleção incompleta).
- Boletins do Centro da Mulher Brasileira - anos 1979, 1980 e 1981 (publicação esparsa).
- Maria Brasileira - Informativo do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira - São Paulo. 1981.
- Jornal Brasil Mulher - Publicação conjunta de entidades feministas de São Paulo - anos 1975 a 1979 (publicação esparça).
- Jornal Nós Mulheres - Circulação irregular entre 1975 e 1978 (todos os números).

ANEXO I

O Conselho de Representantes da F.M.B. decide:

(transcrição do original)

1º – Comemorar o 10º aniversário da F.D.I.M. realizando uma grande campanha nacional de popularização dos seus documentos, objetivos e campanhas, em particular dos êxitos alcançados pelo movimento feminino democrático nestes 10 anos, culminando nas festividades do Dia Internacional da Mulher, com ampla divulgação da Declaração dos Direitos da Mulher, do Manifesto do Congresso Mundial de Mães, e da Mensagem de Ano Novo da F.M.B.

O Dia internacional da Mulher deve ser um marco de conquistas de reivindicações femininas e de efetivação dos seus direitos econômicos e sociais.

2º – Apoiar a convocação da Conferência Mundial de Trabalhadoras e as iniciativas nacionais, no sentido de ser realizada uma poderosa campanha de defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras.

3º Programar uma intensiva campanha contra a carestia de vida, visando as possibilidades de venda a preços baratos do tecido popular, de gêneros alimentícios e de medicamentos, pugnando por feiras livres, caminhões de frutas e legumes, açougues populares nos bairros, construção de casas higiênicas de alugueis realmente acessíveis, transportes baratos,

etc. colaborando também em caráter optativo com as Comissões Controladoras do Abastecimento.

4º Criar na FMB. Comissões de estudos e de pesquisas das verdadeiras causas de constante aumento de preços que vem agrando progressivamente a vida da população brasileira e cujas conclusões serão apresentadas ao Congresso Nacional a fim de que nessa colaboração surjam medidas efetivas que possibilitam a solução do problema da carestia.

5º Comemorar amplamente o Dia das Mães, até o Dia Internacional da Infância através de uma grande campanha em torno dos problemas das crianças, a fim de mobilizar a opinião pública por maior número de vagas escolares, contra a má literatura infantil, por assistência médica e dentária, por creches, recreação, etc.

6º Apoiar as atividades do Comitê Patrocinador da Conferência Latino-Americana de Mulheres, que visa difundir pela 2ª vez as experiências do trabalho feminino nas Américas e fortalecer a união das mulheres em torno de interesses comuns.

7º Estabelecer maior aproximação de trabalho e de amizade da Federação de Mulheres do Brasil com organizações não aderentes e com as suas dirigentes, bem como parlamentares femininas e organizar uma Assembléia Nacional que inicie intercâmbio permanente de suas atividades.

8º Intensificar a campanha contra as armas atômicas e em defesa da Paz e apoiar a resolução da Organização das Nações Unidas, que

designou uma comissão para estudar os meios de se evitar continuem as experiências de armas atômicas e termo nucleares.

A F.M.B. recomenda a todas as suas filiais e às mulheres em geral a prática da presente resolução, que visa atender as vitais aspirações das mulheres na defesa de seus direitos e felicidade de seus filhos.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1955

(Aprovado por unanimidade pelo Conselho de Representantes da FMB)

ANEXO II

Mensagem da F. M. B. à F.D.I.M.

(transcrição do original)

A F.M.B., por ocasião do teu 10^o aniversário expressa a sua felicidade e a sua honra por estar entre as organizações que te são filiadas, participando, sob a tua bandeira, que drapeja no céu de 80 países, das esperanças, das lutas e das vitórias de 200 milhões de mulheres.

Numa data tão comovente e tão significativa pra todas nós, queremos lembrar a tua contribuição inestimável à causa generosa da compreensão, da solidariedade, da fraternidade, resultado dos memoráveis encontros que promoveste pela aproximação de todas as mulheres, de todas as mães, de que foi exemplo o Congresso Mundial de Mães, num fortalecimento valioso do entendimento e da amizade entre os povos, fontes de conhecimento, de cultura, de progresso e da manutenção da paz mundial.

No transcurso desses anos ensinaste a recolher as preocupações, os sofrimentos, as lágrimas, também das esperanças das mulheres que sentem fome, o frio, desabrigo, a inquietude, para transformá-los grande certeza de paz, de abundância, de justiça social. Ensinaste que o penhor desse bem estar será as ações conjugadas das mulheres que se capacitam, cada vez mais, da força que representam nos destinos da humanidade.

Na Ásia, na África, na Europa e nas Américas, revelando ao mundo comovido e revoltado a história dolorosa e heróica da Coréia, ou proclamando em Viena, os direitos imprescritíveis da criança da criança, à vida, à saúde e aos sorrisos, escreveste uma página-nova, bela e luminosa do movimento feminino pela igualdade de todos os direitos políticos, econômicos e sociais.

Aquelas sementes que lançaste em 1945, contra o fascismo e em defesa da Paz, num a Europa ferida pela viuvez, pela orfandade, pelas crueldades e pela miséria da última guerra, multiplicou-se no mundo inteiro. E, hoje, crescem as árvores da união e da organização de mulheres de todas as camadas sociais, de todos os setores de trabalho, de todas as opiniões filosóficas e religiosas. As flores e os frutos dessas árvores em nossa terra – centenas de Associações nos Estados e nos Municípios, Comissões nas fazendas e nas fábricas, Departamento Femininos nas organizações de classe – são os presentes que a F.M.B. te oferece numa homenagem de afeto, carinho e confiança, pela passagem de teu 10º aniversário. E a esses presentes se juntam a vontade, a coragem, a combatividade, os sonhos, os anseios das mulheres brasileiras, num preito de comovida gratidão pelo sentimento de certeza num mundo de tranquilidade, de fartura e de júbilo, que soubeste inspirar com o teu exemplo de fidelidade aos princípios de luta infatigável pelos interesses da mulher, por um futuro risonho e seguro para as crianças.

Assim, a festa de teu aniversário é mais um elo na corrente indesfrutável da amizade que une, agora e sempre, as mães de todo o universo.

Feliz Aniversário e vida longa à F.D.I.M.

ANEXO III

Mensagem de Ano Novo

(transcrição do original)

Quando os sinos anunciam o ano de 1956, a FMB transmite fraternal e calorosamente os tradicionais votos de Feliz Ano Novo às suas irmãs de todos os recantos do país – às que cuidam da terra, às que tecem o pano, às que ensinam às crianças, às que trabalham nas oficinas, nas lojas e nos escritórios, às que estudam, às que escrevem, às que cuidam da casa – numa antecipação do contentamento de vê-las caminhar juntas, unidas pela aspiração comum a todas as mães, a todas as mulheres: um futuro feliz para seus filhos.

O tempo renova um pedaço da existência no limite de cada jornada que os calendários marcam. São as esperanças acenando alegrias para os sofrimentos, tranqüilidade para as inquietações, vitórias para as lutas.

Durante um ano as mães procuraram para seus filhos os caminhos largos e luminosos da cultura, da abundância, da paz, sempre assistidas pela orientação, pela presença e pelo carinho de nossas organizações femininas estaduais e municipais, nas comissões de bairro, nas fazendas, nos Departamentos Femininos dos Sindicatos. Desejaram que os sonhos, sempre presentes nas canções de ninar, nos cuidados diários, nas

preocupações, nos ensinamentos, nos carinhos, nos pensamentos e no coração, ao apagar-se o sol, ao acender-se a primeira estrela, se transformassem na realidade da nova manhã do ano que se anuncia, ao desabrochar a primeira rosa nos jardins da terra, ao primeiro sorriso do filho recém-nascido.

O ano de 1955 acrescentou outras marcas profundas e dolorosas à vida das famílias, à vida de nossa gente. O pão foi escasso nas mesas. Não foi possível pagar o dinheiro exigido para alimentar as crianças. Os índices de carestia foram num crescendo constante, e com os preços aumentaram as necessidades, os sofrimentos. Milhares de crianças nem poderão chorar pelos presentes de festas, porque as mães estão chorando a morte desses pequeninos. Penaram nas filas e não conseguiram vagas nas escolas. Foram despejadas e não puderam pagar os alugueis exigidos. Sofreram a ansiedade motivada pela ameaça à instabilidade democrática, que abalou tão profundamente o país. Participaram, corajosa e firmemente, de todas as fases da campanha eleitoral, garantindo seus direitos de cidadã e continuaram a participar de todas as ações em defesa da legalidade democrática e do respeito à Constituição.

Na luta pela solução para os problemas de seus lares, adquiriram um conhecimento precioso: a soma das vontades, dos anseios e das ações obteve o respeito aos direitos que a liberdade concedeu ao homem, e que a soma de todos os esforços poderá conquistar melhores condições de vida. Assim, trazem, para o Ano Novo, nova e ardente vontade, novos anseios, novas ações que indicarão os caminhos da fartura,

das escolas, da habitação, do direito de bem criar os filhos, num clima de entendimento e paz.